



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA  
LINHA MARXISMO, EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES**

**O MOVIMENTO OPERÁRIO E A EDUCAÇÃO DOS  
TRABALHADORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A DEFESA  
DO CONHECIMENTO CONTRA AS TREVAS DA  
IGNORÂNCIA.**

**Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio**

**Fortaleza  
Abril/2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA  
LINHA MARXISMO, EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES

**O MOVIMENTO OPERÁRIO E A EDUCAÇÃO DOS  
TRABALHADORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A DEFESA  
DO CONHECIMENTO CONTRA AS TREVAS DA  
IGNORÂNCIA.**

CRISTIANE PORFÍRIO DE OLIVEIRA DO RIO

Fortaleza, 2009

*"Lecturis salutem"*

Ficha Catalográfica elaborada por  
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593  
[tregina@ufc.br](mailto:tregina@ufc.br)  
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

R452m

Rio, Cristiane Porfírio de Oliveira do.

O movimento operário e a educação dos trabalhadores na Primeira República [manuscrito] : a defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância / por Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio. – 2009.

265f. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Tese(Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza(CE), 01/04/2009.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Susana Vasconcelos Jimenez.

Inclui bibliografia.

1-TRABALHADORES – EDUCAÇÃO – BRASIL – HISTÓRIA – REPÚBLICA VELHA, 1889-1930. 2-TRABALHADORES – EDUCAÇÃO – CEARÁ – HISTÓRIA – REPÚBLICA VELHA, 1889-1930. 3-TRABALHADORES – BRASIL – ATIVIDADES POLÍTICAS – HISTÓRIA – REPÚBLICA VELHA, 1889-1930. 4-TRABALHADORES – CEARÁ – ATIVIDADES POLÍTICAS – HISTÓRIA – REPÚBLICA VELHA, 1889-1930. 5-SINDICATOS E EDUCAÇÃO – BRASIL – HISTÓRIA – REPÚBLICA VELHA, 1889-1930. 6- SINDICATOS E EDUCAÇÃO – CEARÁ – HISTÓRIA – REPÚBLICA VELHA, 1889-1930. I-Jimenez, Susana Vasconcelos, orientador. II.Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. III-Título.

CDD(22<sup>a</sup> ed.) 331.88098109034

49/09

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA  
LINHA MARXISMO, EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES

**O MOVIMENTO OPERÁRIO E A EDUCAÇÃO DOS  
TRABALHADORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A DEFESA  
DO CONHECIMENTO CONTRA AS TREVAS DA  
IGNORÂNCIA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da FACED/UFC, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora, produzida sob a orientação da Professora, Susana Vasconcelos Jimenez; e a co-orientação da Professora Edilene Teresinha Toledo.

Fortaleza  
Abril/2009

# **O MOVIMENTO OPERÁRIO E A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A DEFESA DO CONHECIMENTO CONTRA AS TREVAS DA IGNORÂNCIA.**

**CRISTIANE PORFÍRIO DE OLIVEIRA DO RIO**

Esta Tese constitui parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Educação, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e encontra-se a disposição dos interessados na Biblioteca de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Tese é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas éticas e científicas.

**TESE APROVADA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Susana Vasconcelos Jimenez, PhD – Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Edilene Teresinha Toledo, Dra. – Co-Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Jackline Rabelo, Dra.

---

Prof. Luís Távora Furtado Ribeiro, Dr.

---

Prof. Frederico Jorge Ferreira Costa, Dr.

Fortaleza, Ceará

2009

***Para Vovô João e Vovó Maria (in memoriam)***

*Aos amados avós camponeses do século XX, que, a exemplo de outros trabalhadores, acalentaram o ardoroso desejo de conhecer para “além da roda de si”, entremesas as portas da escola jamais lhes tenham sido abertas, fazendo-os carregar pelas suas longas existências a necessidade contida de instrução, transformando o Sr. João num tenaz autodidata de boa palestra e D. Maria, numa mulher recatada e de poucas palavras, expressão quiçá do pavor da ignorância, com a qual jamais se conformou... Além do exemplo, ao longo da vida, fomos constantemente estimuladas pelo Vovô para estudar, enquanto a Vovó rezava, rezava nas vésperas das provas...*

***Para Vovó Bia (in memoriam)***

*À queridíssima avó do coração, também uma mulher do século XX, que nos acolheu em seu colo maternal por quase uma “longa” década da nossa formação, sempre estimulando-nos à instrução e dizendo que “achava muito bonito a pessoa que sabia conversar sobre qualquer assunto”! Maravilhosa!!!*

## AGRADECIMENTOS

*Ao concluir esta travessia, iniciada há exatos cinco anos, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, partilharam conosco a “dor e a delícia” de escrever uma Tese:*

- ④ *À Professora Susana: na verdade não há palavras para traduzir o imenso apreço e reconhecimento do papel desempenhado por essa figura materna, por essa grande intelectual e orientadora, que, no campo da nossa formação, assume o status de gigante... Assim, apenas ensaiamos agradecer a imensurável contribuição ao longo destes 13 anos de caminhada junto a IMO, onde aprendemos a enxergar o mundo “para além da roda de si”; pela sua acolhida e apoio incondicionais de todos os momentos e pela sua orientação “Clara, Firme e Serena”.*
- ④ *À Professora Edilene Toledo: que, apesar do pouco tempo de caminhada, foi capaz de nos oferecer o melhor de si numa co-orientação, ainda que a distância, que poderíamos classificar de presente, rigorosa e lúcida. Agradecemos, portanto, a sua acolhida terna e companheira, fazendo-nos caminhar os difíceis caminhos de desbravamento do objeto de forma confortada e serena... Da mesma forma, agradecemos imensamente a sua disponibilidade e eu diria até, generosidade, em fazer-se presente a esta Defesa deixando, em São Paulo, suas tantas responsabilidades acadêmicas e, sobretudo, maternas, com as crianças e você própria com problemas de saúde, diga-se de passagem... Seremos eternamente gratas!!!*
- ④ *À Professora Jackline e ao Professor Fred: pelos bons anos de companheirismo e de formação junto ao IMO e à E-LUTA, onde, por vezes, na condição de colegas, por vezes, na condição de professores, vêm contribuindo significativamente com a nossa formação marxista.*
- ④ *Ao Professor Luís Távora: pelo apoio terno conferido desde os árduos tempos da representação estudantil da pós-graduação, passando pela aprovação e concretização da E-LUTA e, sobretudo, pelo acompanhamento e contribuição com a feitura desta tese desde a 2ª Qualificação. Muito obrigada!!!!*
- ④ *À Linha Trabalho e Educação: que nos acolheu no curso de Mestrado e nos aprovou para o curso de Doutorado, sobretudo, na pessoa da Professora Ana Dorta. Aqui prestamos o nosso reconhecimento por ter-nos dados essa preciosa oportunidade de formação.*
- ④ *À E-LUTA: pelo imprescindível espaço de discussão e aprendizado!*
- ④ *Ao Professor Hermínio, pelo apoio e compreensão no momento mais difícil do percurso que aqui se encerra.*
- ④ *Ao IMO: pela rica experiência de pesquisa e pela firme formação classista. Aos companheiros que lá encontramos, pela rica convivência e aprendizado desses intensos anos!*
- ④ *Ao Cris, pela compreensão e apoio sem limites ao longo destes intensos cinco anos de muitas ausências, angústias e pânicos. Só mesmo “uma cara-metade” para suportar tanto! Eternamente obrigada!!!.*
- ④ *À nossa querida família (pais, Taci e Camila): minhas raízes... pelo exemplo de justeza, coragem, desmedido amor e marcada presença em todos os momentos. Amo muito vocês!!!!*
- ④ *Às nossas tias: pelo muito que contribuíram com a nossa formação desde o processo de alfabetização à acolhida para que pudéssemos cursar uma faculdade... Eternos agradecimentos!!!*
- ④ *Aos amigos de paragens as mais distintas, o nosso muito obrigado pelo carinho, ternura e presença marcante nestes cinco anos de intenso exercício acadêmico.*
- ④ *Por fim: ESTA TESE É UM TRIBUTO AO PROFESSOR ALENCAR E SUA INCANSÁVEL LUTA EM FAVOR DA CONTRUÇÃO DO SOCIALISMO.*

## RESUMO

A presente Tese insere-se na Linha *Marxismo, Educação e Luta de Classes* do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC, outrrossim, integra as produções do Grupo de Pesquisa *Trabalho, Educação e Luta de Classes* abrigado no Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário - IMO da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Elegemos como objeto de estudo a formação dos trabalhadores na esfera do Movimento Operário (urbano), tentando avaliar, mais precisamente, como este tem enfrentado, historicamente, a problemática questão das relações entre formação escolar e formação político-ideológica. O interesse pelo tema está relacionado à experiência de dez anos, como pesquisadora/colaboradora, junto ao IMO, ao longo de cujo período, vimos participando de um conjunto significativo de pesquisas, as quais, em consonância com a orientação formativa adotada por esse Instituto, apóiam-se, explicitamente no referencial teórico-metodológico indicado por Marx, e na esteira deste, nas elaborações de Lukács, Gramsci, Mészáros, dentre outros. A rica experiência de estudos e pesquisas deixou-nos como herança para o doutorado o interesse de investigar os antecedentes históricos da atual política de formação sindical vigente no país, centrada na educação escolar, ainda que tente, em tese, associá-la à formação político-sindical – esta última, vale ressaltar, distanciada do referencial classista. Cumpre-nos asseverar que a presente elaboração insere-se na interseção de três grandes áreas do conhecimento, quais sejam: História, Educação e Sociologia do Trabalho, encarnado, fundamentalmente, como uma pesquisa bibliográfica, apoiada de maneira pontual numa rarefeita pesquisa empírica. A Tese está dividida em três capítulos: O primeiro apresenta, inicialmente, uma rápida contextualização da Primeira República brasileira, dando relevo aos fatos mais marcantes, em seguida traça uma densa síntese da história do movimento operário brasileiro circunscrita ao período em estudo e, por último, confere o mesmo tratamento à história do movimento operário cearense; o segundo capítulo esboça uma necessária recuperação da história da educação na Primeira República em âmbito nacional, apresentando as principais propostas educacionais formuladas pelo movimento operário brasileiro; e o terceiro capítulo recupera o quadro educacional do Ceará da Primeira República, delineando ao final as propostas formativas efetivadas pelo movimento operário cearense. À guisa de considerações, diante dos resultados trazidos pela pesquisa, defendemos a tese de que desde os seus primórdios o Movimento Operário Brasileiro e, de forma particular, o Cearense, manifestou uma contínua preocupação com a questão educacional dos trabalhadores, numa clara expressão da *defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância*. Contudo, vale observar que o horizonte político adotado pelas diversas correntes que compuseram o Movimento Operário da Primeira República são definidores dos seus projetos pedagógicos, de modo que a concepção educacional adotada pelos socialistas (a despeito da sua versão reformista), anarquistas e comunistas constituiu-se frontalmente oposta àquelas adotadas pelas forças movidas por valores conservadores vinculados a Maçonaria e a Igreja Católica. Assim, se para o primeiro grupo a educação é concebida como um instrumento de elevação das consciências embotadas pelas mistificações do capital; para o segundo grupo assume a forma apenas de ascensão social ou, o que é mais grave, encarna a feição de controle social. Bem como se o primeiro grupo não expressou significativa preocupação com a formação profissional, isto é, a formação para o mercado; o segundo dirigiu considerável parte dos seus investimentos para isto. Em uma frase: os trabalhadores sempre abominaram a ignorância e lutaram tenazmente para instruir-se!

## ABSTRACT

The present thesis comes under the heading “Marxism, Education and Class Struggle” of the postgraduate program in Brazilian Education at the Federal University of Ceará (UFC) and is an integral part of the production of the research group “Work, Education and Class Struggle” from the Institute of Study and Research on the Workers’ Movement (IMO) at the Ceará State University (UECE). The objective of the study was to clarify relations between formal schooling and political education within the workers’ movement, particularly in the urban setting. The study assesses how the workers’ movement has historically dealt with the problematic of the relation between formal schooling and political-ideological education. Our interest in the subject stems from our experience as a researcher/collaborator with the workers’ movement during ten years, participating in a considerable amount of research work based on the theory and methodology proposed by Marx, in accordance with the orientation of the IMO, along with the works of thinkers such as Lukács, Gramsci and Mészáros. Our extensive research work led us to investigate the development of the educational policies of the Brazilian trade unions. These policies are based on formal schooling and only theoretically associated with non-class struggle-oriented political-ideological education. The study provides a comprehensive review of the literature on History, Education and Sociology of Work, supported by selected empirical findings. The first of the thesis’ three chapters lays the foundation of the work through a synthesis of the history of the workers’ movement at international, national and local level. The terms used in the debate on class struggle become the basic elements in the construction of the argument in accordance with the project’s theoretical framework. Marx’s concepts of class and class-consciousness are briefly described along with an overview of the early days of the international workers’ movement. Upon this groundwork the First Brazilian Republic is introduced, followed by an account of the composition and organization of the working classes in Brazil and in Ceará. In the second chapter the educational panorama during the First Brazilian Republic is described in detail, beginning with the basic structure of the educational system of the period. Reforms and major pedagogic currents are then outlined, followed by an analysis of the relation between the workers’ movement and workers’ formal schooling. The third chapter looks into the history of formal education in Ceará during the First Brazilian Republic, comparing the public school system with the educational projects proposed by the workers’ movement. The author shows how the workers’ movement in Brazil, and especially in Ceará, has always been concerned with workers’ formal education, considering knowledge “a defense against the darkness of ignorance”. However, differences in the political outlook of different factions within the workers’ movement during the First Brazilian Republic have left their imprint on pedagogic projects. Thus, the educational concepts of socialists (inspite of their moderation), anarchists and communists, on one side, and of conservative institutions such as Masonry and the Catholic Church, on the other, were diametrically opposed in that for the former group education was seen as an instrument for freeing workers’ of the mystifications of capital, while for the latter group it was merely a means of social mobility or, even worse, of social control. Unlike the conservative factions, the former group did not focus on job and market-oriented schooling. In short, it may be said that the working classes have always abhorred ignorance and fought tenaciously to acquire knowledge. It is our hope that this modest, though honest and carefully researched study may help recover the history of the workers’ movement in Brazil and Ceará at a time when the subject is receiving very little attention and the Left is going through worldwide crisis and demobilization. More than ever, the twenty-first century calls for an urgent and indispensable retake of the workers’ revolutionary project, promoting the struggle for a society freed from the slavery of work for the sake of capital, and making a society of free men possible in which the human race can develop without limits.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	1
<b>CAPÍTULO I: O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....</b>	20
1.1 - Breve nota sobre os conceitos de classe e consciência de classe.....	20
1.2 - A classe trabalhadora vai à luta: as primeiras organizações operárias internacionais.....	29
1.3 - Os principais acordes da Primeira República no Brasil.....	40
1.4 - Composição e organização da classe operária brasileira (urbana) na Primeira República.....	58
1.5 - O Movimento Operário Cearense na Primeira República.....	100
<b>CAPÍTULO II: A QUESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA .....</b>	128
2.1 - Elementos de compreensão da educação brasileira na Primeira República .....	128
2.2 - As reformas educacionais da Primeira República: à guisa de contextualização.....	141
2.3 - As correntes pedagógicas que dividiram espaço no seio da Primeira República.....	148
2.4 - Movimento Operário e Educação no Brasil da Primeira República.....	156
<b>CAPÍTULO III: O MOVIMENTO OPERÁRIO CEARENSE FACE À QUESTÃO EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....</b>	188
3.1 - A questão educacional no Ceará da Primeira República.....	188
3.2 - As propostas educacionais formuladas pelo Movimento Operário Cearense na Primeira República.....	216
<b>À GUIA DE CONSIDERAÇÕES.....</b>	243
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	249

# INTRODUÇÃO

A presente Tese insere-se na Linha “Marxismo, Educação e Luta de Classes” do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), outrossim, integra as produções do Grupo de Pesquisa “Trabalho, Educação e Luta de Classes”, abrigado no Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO), da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Elegemos como objeto de estudo a formação dos trabalhadores na esfera do Movimento Operário (urbano), tentando avaliar, mais precisamente, como este tem enfrentado, ao longo da história, a problemática questão das relações entre formação escolar e formação político-ideológica.

O interesse pelo tema está relacionado à experiência de dez anos, como pesquisadora/colaboradora, junto ao IMO, ao longo de cujo período, vimos participando de um conjunto significativo de pesquisas, as quais, em consonância com a orientação formativa adotada por esse Instituto, apóiam-se explicitamente no referencial teórico-metodológico indicado por Marx<sup>1</sup> e, na esteira deste, nas elaborações de Lukács, Gramsci, Mészáros, dentre outros.

À luz do supracitado referencial, as investigações realizadas nesse contexto apontam para uma avaliação crítica tanto do discurso acerca dos fundamentos da Política Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), quanto de programas específicos, como é o caso do estudo sobre o “Programa Integrar”, da Confederação Nacional dos

---

<sup>1</sup> Aqui, faz-se oportuno acentuar a estreita vinculação da perspectiva teórico-metodológica aqui adotada, o materialismo histórico-dialético, com a própria organização da classe operária. Afirma Marx (s/d, p. 12, grifo nosso) no posfácio da segunda edição de *O Capital*, datada de 1873, que “O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã impossibilitava qualquer contribuição original para a economia burguesa, embora não impedisse sua crítica. E se esta crítica representa a voz de uma classe, só pode ser a da classe cuja missão histórica é derrubar o modo de produção capitalista e abolir, finalmente, todas as classes: o proletariado”. Nessas precosas linhas escritas por Marx, Michael Löwy (2003, p. 114) identifica o compromisso firmado por sua teoria com o ponto de vista de classe trabalhadora, considerando-se, na expressão do autor, “como representante científico do proletariado”. Nessa mesma perspectiva, aponta Ernest Mandel (1978, p. 117-118) que “[...] Com a teoria marxista, a consciência de classe operária encarna-se numa teoria científica de nível mais elevado. [...] Portanto, o movimento operário moderno nasceu da fusão entre a luta de classe elementar da classe operária e a consciência de classe proletária levada à sua mais alta expressão, corporificada na teoria marxista”. Dito isso, reforçamos que o referencial teórico por nós assumido fundamenta-se na *teoria de melhor qualidade*, para uso da expressão de Sérgio Lessa, ou seja, aquela que melhor dá conta da complexidade do real, porque parte do mesmo e a ele retorna pondo em relevo a exigência da revolução com vistas à superação da sociabilidade do estranhamento e a construção da sociedade emancipada dos homens: o comunismo.

Metalúrgicos, voltado para a elevação de escolaridade dos trabalhadores a partir da articulação entre formação básica, formação profissional e formação “cidadã”, o qual, por sua vez, inspirou o “Programa Flor de Mandacaru”, por nós investigado no Curso de Mestrado; do “Curso de Requalificação dos Trabalhadores Bancários do Ceará”, um dos pioneiros no Estado a adotar esse tipo de formação; e do “Projeto Raízes: Cidadania e Desenvolvimento para o Campo”, desenvolvido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE)<sup>2</sup>, o qual, assim como os dois anteriores, foi financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os pontos críticos mais vigorosamente enfatizados em todas essas pesquisas dizem respeito à inserção da CUT na política oficial de educação do governo brasileiro, em total consonância com o imperialismo internacional<sup>3</sup>. Além do mais, os trabalhos apontam a mudança de estratégia dessa Central, ocorrida no bojo das transformações que vêm se processando no interior do capital, movidas, mormente, pela crise estrutural que lhe acomete, cujo recurso de “superação” pôs em movimento uma corte de consequências nefastas à classe trabalhadora<sup>4</sup> e suas organizações. Dentre estas, destacamos a reestruturação produtiva em favor do capital, com a consequente intensificação do desemprego e da precarização do trabalho, em geral, articulado à agudização do aparato ideológico fundamentado nos princípios neoliberais, dispendo do poderoso discurso pós-moderno que a tudo fragmenta e relativiza.

A participação em tais pesquisas permitiu-nos, além dos importantes investimentos teóricos, levantar dados sobre a problemática da organização/ação sindical face à crise estrutural do capitalismo, cujos efeitos sobre os organismos de luta da classe trabalhadora se fazem cada vez mais visíveis.

---

<sup>2</sup> Além de investigar programas específicos como os acima referidos, levantou-se, a partir do IMO, durante oito anos, junto à liderança sindical cutista, por ocasião de realização dos congressos estaduais da CUT, suas próprias concepções e valores assumidos acerca da política de formação e da ação sindical efetivada por essa Central. Para uma análise desse material, vale conferir JIMENEZ, Susana V.; PORFÍRIO, Cristiane. **O perfil da liderança sindical cutista no Ceará: uma leitura na perspectiva da luta de classes.** Fortaleza: Premius, 2005.

<sup>3</sup> Vale destacar com Susana V. Jimenez (2001, p. 10), que, “[...] quanto se registrem, historicamente, iniciativas do movimento operário e sindical no campo da formação de cunho escolar, básica ou profissionalizante, não se pode deixar de considerar uma novidade, o direto alinhamento da formação praticada por uma Central Sindical nascida sob o signo do confronto com a ordem vigente e a defesa da educação integral, aos parâmetros e regras circunscritas na política governamental de educação. Ainda mais, em se tratando de uma política educacional claramente privatista, concebida, em última análise, a partir das diretrizes emanadas das agências internacionais de financiamento, e que prima pelo caráter antidemocratizante da educação representado pelo indisfarçado revigoramento do dualismo entre educação geral e formação profissional, para dizer-se o mínimo”!

<sup>4</sup> A concepção de classe aqui subjacente é aquela que se aproxima mais diretamente do clássico proletariado de Marx.

Assim, acompanhamos a crescente importância atribuída pela CUT, nos seus fóruns e documentos oficiais, à política de formação, especificamente à formação profissional, que, a partir do V Congresso Nacional (1994), seguidas das deliberações firmadas em suas VII, IX e X Plenárias Nacionais (1995, 1999 e 2002), ocupou o centro das grandes discussões realizadas no interior da Central.

Desse modo, constatamos que, afastando-se de uma formação essencialmente política e classista, a CUT, progressivamente, voltou-se para a esfera da educação formal: para o ensino fundamental e/ou para a formação profissional, ambas limitadas ao horizonte (comum às entidades empresariais de ensino profissional, como o chamado “Sistema S”) da construção da democracia e da cidadania.

Custa-nos muito deixar passar em brancas nuvens, mesmo no curto espaço desta introdução, a necessária explicitação do limitado horizonte da “democracia” e da “cidadania” adotado por considerável parte das forças de esquerda dos nossos dias, expondo de forma breve os termos da crítica marxista.

Já somam quase duas décadas que o emprego dos termos democracia e cidadania – apontados como horizonte maior da humanidade – vem impregnando os discursos, nos quais, a propósito, encontram-se tanto no que se convencionou chamar de esquerda quanto nos grupos de direita no Brasil. A primeira, movida, sobretudo, pela queda das experiências pós-capitalistas<sup>5</sup> do leste europeu e pelo processo de redemocratização do país, abandona sua histórica bandeira em favor do socialismo, renegando-a em nome de uma sociedade “mais justa”, “mais humana” e “mais igualitária”, em outros termos, a sociedade democrática; a segunda, empurrada pela crise estrutural vivenciada pelo capital e suas tentativas de superação, incluso o poderoso e sofisticado discurso ideológico, após, por exemplo, comandar uma série de sangrentas ditaduras que pulsaram na América Latina até meados dos anos de 1980, também passa a engrossar o coro da decantada sociedade democrática e cidadã.

Nesse contexto, aponta Caio Navarro de Toledo (1994, p. 27) que intelectuais e partidos políticos ligados à esquerda mundial vêm elegendo a democracia como questão central de sua agenda política. No Brasil, historia esse autor, até meados da década de 1960, a esquerda

---

<sup>5</sup> Sem, de forma alguma, desconsiderar o mérito da Revolução Russa, torna-se necessário esclarecer que as experiências concretizadas no leste europeu não se constituíram, de fato, em sociedades socialistas, configurando-se na realidade no que István Mészáros (2002) bem apropriadamente chamou de sociedades pós-capitalistas ou híbridas, isto é, nem capitalistas, nem socialistas, porém, integradas à lógica do capital, uma vez que não romperam com o tripé constituinte do sistema sociometabólico do capital, qual seja: trabalho alienado, Estado e capital.

direcionava suas ações para as reformas sociais e para o nacional-desenvolvimentismo, tendo como horizonte a revolução e a construção do socialismo. Informa, ademais, que nesse período a questão da democracia aparecia de forma subordinada ou secundária na reflexão teórica da esquerda, uma vez que “Acreditava-se que a democracia política apenas teria sentido e relevância para as grandes massas trabalhadoras a partir do momento em que as suas reivindicações básicas e imediatas fossem amplamente atendidas”.

Segundo Toledo, a partir da década de 1970, essa concepção começa a sofrer alterações, impulsionada pela crítica do “socialismo real” – iniciada anteriormente por militantes marxistas e social-democratas – e pela difícil experiência dos “anos de chumbo” do regime militar que cobriu com seu manto ditatorial mais de vinte anos da nossa história. Nesse contexto, a esquerda brasileira reedita a questão da democracia.

A partir de então, grande parte da esquerda passa a conceber a democracia como “fim em si mesma”, ou, quando muito, como transição consequente para o socialismo, sendo esta concepção entendida como uma postura típica da modernidade. Desse modo, a “esquerda moderna” identificar-se-ia com a democracia e não mais com a revolução. Além disso, sendo a democracia um valor universal para as sociedades modernas, esvai-se o caráter classista de outrora, passando a luta política a traduzir-se na disputa entre hegemonias, ou seja, uma verdadeira democracia de massas que findaria por possibilitar a antecipação do socialismo dentro dos muros institucionais da sociedade capitalista. Conforme defendem Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort, citados por Toledo,

[...] a democracia moderna, além de não ser mais burguesa, é, pelo contrário, ‘instrumento do operariado e das massas populares contra a burguesia’ (Weffort). No interior dessa democracia moderna, a luta política se configuraria basicamente como uma autêntica batalha entre hegemonias. Tanto para Weffort como para Coutinho, fica aberta a possibilidade de realização – em plena vigência do modo de produção capitalista – de uma hegemonia popular ou operária dentro da democracia moderna. [...]. Esta ‘democracia de massas, a ser alcançada, em plena ordem capitalista, anteciparia a sociedade socialista radicalmente democrática a ser realizada no futuro (1994, p. 28-30).

Em meio a esse mistificador discurso “democrático-cidadão”, vale lembrar que Marx, já na “Questão Judaica”, escrita em 1843, concebe com maestria a distinção qualitativa entre a emancipação política e a emancipação humana, explicando que:

A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo **egoísta independente** e, de outro, a **cidadão do estado**, a pessoa moral.  
Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu

trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘forces propres’ como forças sociais e quando, portanto já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana (MARX, 2000, p. 42, grifos do autor).

Deixa patente, o pensador alemão, que a emancipação política fragmenta o ser social em ser real e ser abstrato, operando, ademais, uma perversa inversão nos valores reservados a cada um deles, qual seja: o primeiro, o membro da sociedade civil, é o homem egoísta, separado dos outros homens, limitado a si próprio; o segundo, o membro da sociedade política (“citoyen”), é o ser genérico, moral, verdadeiro. Desse modo, o homem civil/concreto se identifica com o homem egoísta, ao passo que o homem político/abstrato se reconhece no homem verdadeiro, no cidadão alegórico. Já a emancipação humana só será plena se restituir ao homem a sua integralidade, extinguindo de uma vez o fosso entre indivíduo e cidadão, devolvendo ao ser social aquilo que lhe é mais caro: sua generidade e sua liberdade.

Marx não deixou, sob qualquer prisma, de reconhecer a emancipação política como um considerável avanço para a organização e a luta dos trabalhadores, porém tratou de esclarecer que esta se circunscreve de forma limitada e limitadora aos muros da velha ordem do capital. Em suas palavras, “Não há, dúvida que a emancipação *política* representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual” (2000, p. 24-25, grifo do autor).

Ivo Tonet (2003), por sua vez, reitera a posição de Marx, ressaltando que a cidadania moderna tem sua matriz no ato fundante do modo de produção capitalista, aquele que diz respeito ao ato de compra e venda da força de trabalho, o que significa dizer que

Ao realizar este contrato, capitalista e trabalhador se enfrentam como dois indivíduos livres, iguais e proprietários. E esta é a base do desenvolvimento – certamente processual e conflitivo – de todos os subsequentes direitos civis, políticos e sociais. Contudo, ao entrar em ação o processo de trabalho assim contratado, evidencia-se imediatamente a não simetria dos dois contratantes. [...]. Fica claro, deste modo, que a cidadania é a forma política da reprodução do capital e que, por isso, jamais poderá expressar a autêntica liberdade humana (2003, p. 208).

Advoga ainda Tonet (1997, p. 38) que, no trato da relação entre socialismo e democracia, seja tomado como pano de fundo a real proposta marxiana de socialismo e não o chamado “socialismo real”, sendo o caminho inverso a raiz de muitos equívocos teóricos. Para ele, igualmente, torna-se da maior importância fazer a distinção entre emancipação política e emancipação humana, deixando claro, em suas palavras, que “a emancipação política

(democracia/cidadania) constitui uma forma particular de liberdade – de grande importância na trajetória da humanidade – que tem como ato fundante a compra e venda da força de trabalho”. Assim sendo, ainda na argumentação do autor,

[...] a emancipação humana (liberdade plena), por ter como fundamento o trabalho associado, ela sim constitui o patamar mais alto da liberdade humana. Esse patamar, sim, representa um horizonte infinito, pois só nele o homem é realmente senhor do seu destino. Sob a forma democrática, a liberdade, por mais ampliada que seja, sempre terá um limite inultrapassável, construído por algo que procedeu do homem, mas se tornou estranho a ele, o capital. Precisamente isso anula a possibilidade de uma radical autodeterminação humana (1997, p. 38-39).

José Chasin (1984, p. 48), por sua vez, afirma que o retorno dessa “antiga fé”, a democracia, “dá-se no leito de uma longa tragédia: a da derrota, até aqui, mais do que secular da classe operária. [...] em outros termos, sintéticos e duros: até hoje, a perspectiva do trabalho nunca alcançou a vitória”.

Defende este autor, também na esteira de Marx, que a perspectiva do trabalho deve romper com o círculo perverso da política, pondo-se em condições de travar a luta contra o capital na esfera do próprio capital, o que significa “fundir luta econômica com luta política”. Enfatiza Chasin o caráter ao mesmo tempo limitado e complexo da democracia, o qual vale a pena, aqui, reproduzirmos:

Democracia é uma forma política, de uma ou de outra maneira pertence ao anel perpetuador da totalização recíproca entre sociedade civil e Estado. É, decerto, parte de um círculo menos perverso que outros – não por isso deixa de ser um modo pelo qual a sociedade civil, ou melhor, seu setor ou setores dominantes reproduzem a formação política segundo a sua própria imagem. [...]. Se ela só pode ganhar a trama e a lógica de sua matriz, se ela só pode ser política da ‘sociedade civil’, então sua verdade, sob a regência do capital, só pode ser a conhecida verdade liberal dos proprietários, ou então a verdade possível dos trabalhadores, que neguem a placenta do capital. Ou seja, a democracia pode ser mediação, ferramenta de combate, na medida em que não for tomada como verdade parcial limitada da emancipação, mas compreendida como tendo na emancipação a sua verdade real e global (Id., ibid., p. 52-55).

Não obstante os limites intransponíveis da democracia política, Toledo também não deixa de reconhecer a sua importância, na ordem do capital, para a organização e a luta dos trabalhadores, avaliando que

[...] a esquerda marxista não deve ignorar a democracia (política) liberal. [...]. No entanto, sendo necessariamente limitada e limitadora, no interior do capitalismo, a democracia não deve ser venerada nem fetichizada pelos socialistas. O valor da democracia política – na ordem do capital – reside nas possibilidades abertas para os trabalhadores e camadas populares

melhor se organizarem politicamente e combaterem a hegemonia cultural e ideológica da burguesia (TOLEDO, 1994, p. 35).

Parafraseando as análises de Marx acerca do fetichismo, afirma, ainda, Chasin (1994, p. 38) que “a democracia, na esfera do capital, também é capaz de produzir ‘sutilizações metafísicas’ e encantamentos religiosos”, lamentando por muitos socialistas terem se convertido em zelosos sacerdotes da democracia política liberal e indagando se nessa autêntica conversão democrática – típica da “estrada de Damasco” –, a esquerda “moderna” não estaria reescrevendo, com novas tintas, as surradas teses do socialismo à “la Bernstein”. Por fim, vaticina:

Nesta perspectiva, ontem como hoje, aos socialistas nada mais restaria que lutar pela defesa da democracia – o nome da (única) revolução possível de nossos tempos. [...]. Parodiando a famosa passagem de Engels, os conceitos de ‘democracia burguesa’ e de ‘democracia proletária’ deveriam estar, ao lado da roca e do machado de bronze, no museu das antigüidades obsoletas... (CHASIN, 1994, p. 29-38).

Enfim, para Chasin, a reenfatização da democracia por parte da esquerda trata-se, simultaneamente, de uma fuga e de uma negação a um patrimônio histórico nunca dantes renunciado. Perante tal fato, uma pergunta se impõe:

sofridos e maduros, estamos nos despojando, e com razão, de uma tralha de sonhos perversos, ou simplesmente encabulados, perdidos nos desvãos de um labirinto inacabado, estamos desistindo, nada mais nada menos, do que de nós mesmos, despejando, com alguma cerimônia, no latão dos detritos, a desafiadora e incontornável problemática da emancipação humana? (Id., ibid., p. 48).

De fato, as consequências do extravio teórico de parte considerável das forças de esquerda são desastrosas para a organização dos trabalhadores, que vivem na atualidade uma completa desorientação, atuando de forma fragmentada e lutando por horizontes estreitos de possibilidade de emancipação, fazendo da luta institucional o eixo central de todas as lutas sociais.

Para Tonet (1997, p. 44), a CUT constitui-se um caso emblemático dessa desorientação, outrora combativa na contestação ao capital e hoje atuando claramente no sentido do pacto social, realizando, inclusive, concessões ao capital, inadmissíveis para os trabalhadores. Esse fato não traduz, para este autor, necessariamente, uma posição de oportunismo ou peleguismo, mas atesta a “confusão, ou o rebaixamento teórico da esquerda”. Esta, incapaz de compreender “a fundo as transformações que estão acontecendo no mundo atual”, tampouco tem sido capaz de “formular uma alternativa global do ponto de vista do trabalho”. Na avaliação do autor, “o resultado de tudo isso é lastimável: a grande proposta da ‘esquerda’

se resume em administrar o Estado melhor (transparência, participação, prioridades, honestidade) do que os donos do capital”.<sup>6</sup>

Assim, afirmamos com tranqüilidade que o uso do discurso da democracia/cidadania vai ao encontro da reprodução da ordem social vigente, daí ser amplamente aceito e incentivado e, por que não dizer, apologeticamente vendido pelos propagandistas do sistema como única forma possível de sociabilidade.

Assim, não é demais repetir, na contramão do discurso hegemônico, que, assentando-se na desigualdade social, a cidadania apresenta-se, por sua própria natureza, impossibilitada de garantir a igualdade. Com efeito, se Marx e seus melhores intérpretes têm razão, nenhuma “reforma cidadã” será capaz de eliminar a raiz sustentadora dessa forma legítima de expressão do capital. Como bem elucida Tonet (2003, p. 209), “Pelo contrário, o exercício daqueles direitos permite, ao aparar as arestas e ao tornar menos brutal a escravidão assalariada, que este sistema social, fundado na desigualdade, funcione melhor, pois conta com o beneplácito dos próprios explorados e dominados”.

Dessa maneira, torna-se evidente que a cidadania – não obstante tenha significado uma importante conquista no processo de autoconstrução humana – integra contraditória e tensionadamente a inconfundível sociabilidade do capital, não podendo jamais ser confundida com liberdade plena.

A propósito, no bojo dessa cara retórica do capital, entendemos serem necessárias algumas reflexões acerca desse fetichizado construto social. Marx foi quem mais rigorosamente se deteve em compreender o real significado da relação social de produção engendrada pela humanidade, no seu processo de auto-alienação, encarnada pelo capital. Na sua definição,

[...] o capital não é uma coisa, mas uma relação de produção definida, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, que se configura em uma coisa e lhe empresta um caráter social específico [...]. São os meios de produção monopolizados por um certo setor da sociedade, que se confrontam com a força de trabalho viva enquanto produtos e condições de trabalho tornados independentes dessa mesma força de trabalho, que são personificados, em virtude dessa antítese, no capital. Não são apenas os produtos dos trabalhadores transformados em forças independentes – produtos que dominam e compram de seus produtores –, mas também, e sobretudo, as forças sociais e a [...] força desse trabalho,

---

<sup>6</sup> A dita “esquerda” brasileira, nos últimos anos, com pompa de governo, vem ilustrando significativamente esse esforço de administrar o Estado melhor do que os donos do capital, dando continuidade à política de subordinação ao imperialismo internacional e direcionando grande parte de suas energias negociativas para efetivar as reformas (prevideciária, trabalhista, sindical, universitária), antes duramente contestadas. Essa postura revela, na verdade, um dos últimos acertos de contas para entrar de vez nos trilhos da cartilha neoliberal, dito de outro modo, o total alinhamento aos imperativos do capital em crise.

que se apresentam aos trabalhadores como propriedades de seus produtos. Estamos, portanto, no caso, diante de uma determinada forma social, à primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo de produção social historicamente produzido (O capital, III, cap. XLVIII in BOTTOMORE 2001, p. 44.).

Mészáros (2002, p. 96, grifos do autor), na esteira de Marx, afirma que o capital é, “[...] em **última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico**”. Conforme o mesmo, essa incontrolabilidade deve-se ao fato de o capital ter surgido no curso da história como uma poderosa “[...] na verdade, até o presente, de longe **a mais** poderosa – estrutura ‘**totalizadora**’ de controle à qual tudo mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar”.

Observa esse autor ser inimaginável na história dos homens um sistema de controle mais implacável e totalitário do que o sistema do capital globalmente dominante, o qual

[...] sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades do seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (id., ibid., p. 96).

Sua incontrolabilidade deve-se, portanto, ao fato de se constituir num sistema que não tem limites para sua expansão, uma vez que não busca a satisfação das necessidades humanas e sim a acumulação de lucros. Deve-se também aos “defeitos” estruturais presentes desde seu surgimento, caracterizados por Mészáros (2000, p. 10) a partir de uma tripla fratura entre: “1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (interna e internacional)”. Tais fraturas resultam num “[...] irremediável sistema ‘centrífugo’, no qual as partes conflituosas e internamente antagônicas pressionam em muitos sentidos diferentes”.

Na definição de Mészáros, ainda, o sistema sociometabólico do capital tem como núcleo constitutivo o tripé capital, trabalho alienado e Estado, os quais se configuram materialmente constituídos e inter-relacionados, sendo, portanto, impossível superar o capital sem que se rompa com o conjunto total desse sistema.

[...] dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articulados – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital (MÉSZAROS, 2002, p. 16).

O autor preocupa-se em traçar a distinção entre capital e capitalismo, explicando que o primeiro é anterior ao segundo, bem como lhe pode ser posterior. Daí observa que a identificação de ambos como um mesmo fenômeno levou ao equívoco todas as experiências revolucionárias do século passado, por mostrarem-se incapazes de romper com o sistema sociometabólico do capital.

Assim, o capitalismo é apenas uma das formas possíveis de realização do capital, como igualmente o foram o feudalismo e o escravismo, guardadas as devidas características de cada modo de produção, estruturados a partir das condições objetivas de sua época, valendo elucidar que o capitalismo constitui-se a variante histórica por excelência do capital, isto é, o modo produtivo que tem levado às últimas consequências a sede exacerbada de lucros do capital.

Faz-se importante observar que o fato de ser incontrolável não significa que o capital seja insuperável, mas sim irreformável. Para fazer frente ao sistema do capital, Mészáros (2002, p. 11) afirma que somente uma ofensiva do trabalho que imponha uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social poderá obter êxito, a qual deverá estar “[...] orientada para o redimensionamento qualitativo e a crescente satisfação das necessidades humanas; um modo de intercâmbio humano controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichizadas, mas pelos próprios produtores associados”.

Adverte o mesmo que qualquer tentativa de superação do capital que se restrinja à esfera institucional e parlamentar está fadada ao insucesso, dado que o sistema do capital estrutura-se no âmbito extraparlamentar. Desse modo, o referido autor nos alerta para a necessidade urgente dos trabalhadores apontarem sua luta para além do capital, sob pena de caminharmos a passos largos, dada à profunda destrutividade que vem assumindo esse sistema, sobretudo a partir da crise estrutural que lhe acomete e o torna mais brutal ainda, para a própria destruição da humanidade e do planeta.

Mészáros (2002, p. 796) apresenta quatro aspectos que constituem a novidade histórica da atual crise do capital, o que a torna estrutural e não mais cíclica como as anteriores, quais sejam: 1) em termos de produção, seu caráter é universal, ou seja, não se restringe a esferas ou ramos; 2) seu alcance é global, não se restringe a um conjunto de países; 3) sua escala de tempo, ao invés de limitada e cíclica, é extensa ou, se preferir, “permanente”; 4) seu modo de se desdobrar é “rastejante”, ao contrário das erupções e dos mais espetaculares e dramáticos colapsos do passado.

Portanto, a lógica do capital é essencialmente destrutiva e sob a armadura do capitalismo elevou essa tendência a sua enésima potência, subordinando radicalmente o valor de uso ao valor de troca. Nesse sentido, faz emergir o que Mészáros chamou de “taxa decrescente do valor de uso das mercadorias”, que, ao reduzir a vida útil dos produtos, agiliza o ciclo reprodutivo, constituindo-se uma das principais estratégias de sua incomensurável expansão e acumulação de lucros ao longo da história.

Desse modo, o capitalismo contemporâneo aprofundou, sobremaneira, o fosso entre a produção para a satisfação das necessidades humanas e a produção para a auto-reprodução do capital. A sua sede irrefreável de acumulação tem ocasionado duas consequências gravíssimas: 1) a destruição sem precedentes na história da força de trabalho; e 2) a degradação crescente da natureza, fazendo emergir no horizonte o espectro da destruição global da humanidade e do próprio planeta. Nas palavras de Mészáros,

Sob as condições de uma crise estrutural do capital, seus conteúdos destrutivos aparecem em cena trazendo uma vingança, ativando o espectro de uma incontrolabilidade total, em uma forma que prefigura a autodestruição tanto do sistema reprodutivo social como da humanidade em geral (2002, p. 18).

Nesse sentido, o capital tem colocado a humanidade diante do grotesco paradoxo de ter atingido, por um lado, o desenvolvimento, sem precedentes na história, das forças produtivas; e, por outro, ter degradado, via relações de produção e reprodução, o gênero humano a condições embrutecedoras.

Não obstante o quadro esboçado, a humanidade – tal como cordeiro sendo levado para o matadouro – segue, em sua maioria, sonolenta e alheia ao seu amargo destino<sup>7</sup>. Entender por que as terríveis condições objetivas vivenciadas pela esfera do trabalho não são suficientes para que se criem as condições subjetivas necessárias à elevação de uma consciência de classe – ocorrendo na atualidade o contrário, ou seja, o agudo extravio das consciências emancipadoras – ou compreender por que o “mundo vivido” e o “mundo falado” que nos é apresentado pelos “criadores de imagens distorcidas” não se entrecruzam, não se tocam, é entender a própria lógica desse sistema fetichizador, que a tudo obscurece e engendra conforme sua insaciável sede de poder e de lucro.

---

<sup>7</sup> Não desconhecemos com isto as várias manifestações de resistência que vêm se apresentando em âmbito mundial, bem como sua importância para o arregimento de uma consciência transformadora. Contudo, tais levantes, a nosso ver, posicionam-se parcialmente, uma vez que sua expressão mais contundente configura-se como movimentos anti-globalização, ou seja, não fazem frente ao sistema sociometabólico do capital, para uso dos termos meszarianos.

Portanto, as contundentes análises desse gigante do pensamento marxista contemporâneo nos desafiam a superar o sistema sociometabólico do capital – a mais perversa relação social engendrada pela humanidade, supra-sumo do estranhamento do ser social em relação a si mesmo – repondo como tarefa inadiável a atualidade da alternativa socialista.

De volta ao fio condutor que tece nosso envolvimento com a problemática da preocupação do Movimento Operário urbano no que diz respeito à formação educacional dos trabalhadores, devemos destacar que no Curso de Mestrado interessou-nos desvelar os determinantes históricos que estiveram na base da reorientação da Política Nacional de Formação da CUT e suas implicações para a luta de classes, quando debruçamo-nos especificamente sobre um dos programas cutistas voltados à elevação de escolaridade do ensino fundamental, o qual se constituiu no período de 2000-2001 a espinha dorsal da formação dessa Central no nosso Estado, o chamado “Programa Nordeste/Flor de Mandacaru”, buscando responder, fundamentalmente: a lógica que presidiu tal Programa; as afinidades que guardou com a política oficial de ensino; e o horizonte político apontado pelo mesmo.

Partimos do pressuposto, ancorado nos resultados apontados por nossa dissertação de mestrado, de que o envolvimento da CUT com a questão da educação formal, básica e profissional, a partir dos meados da década de 1990, deu-se nos termos de um direto atrelamento à política governamental de educação, a qual se efetiva, por sua vez, em consonância com os objetivos privatistas, estabelecidos pelos órgãos defensores do capital internacional<sup>8</sup>, contrários, portanto, a um projeto de universalização de uma escola pública capaz de assegurar aos trabalhadores a apropriação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, com vistas a favorecer a elevação cultural das massas, bem como o avanço do conhecimento teórico-prático vinculado à transformação radical da sociedade da mercadoria.

Desse modo, essa rica experiência de estudos e pesquisas deixou-nos como herança para o doutorado o interesse de investigar para além dos muros específicos do movimento sindical, adentrando, por assim dizer, no largo e complexo âmbito do Movimento Operário urbano, traduzido em sua esfera mais propriamente pedagógica. Em outros termos: passamos a interessar-nos pela identificação dos antecedentes históricos da atual política de formação

---

<sup>8</sup> A tese de Roberto Leher intitulada “Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o ‘alívio da pobreza’”, defendida em 1998 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo constitui-se numa importante contribuição a esse debate.

sindical vigente no país, centrada na educação escolar, ainda que tente, em tese, associá-la à formação político-sindical – esta última, vale ressaltar, distanciada do referencial classista.

Assim, reconhecendo a pertinência de examinar com maior profundidade e rigor as relações entre Movimento Operário, formação escolar e formação política, tomamos essa problemática como objeto de nossa investigação. Porém, convém aclarar que a nossa investigação não compreenderá um estudo sobre a formação cutista. Materializamos essa tarefa na dissertação de mestrado, aqui tomada como ponto de partida para alçarmos vôo para além da esfera do sindicalismo, aportando ao campo do Movimento Operário urbano.

Portanto, definimos como objetivo fundamental de nossa pesquisa resgatar a história do Movimento Operário urbano do ponto de vista das vinculações traçadas entre formação escolar e formação política, tomando como particularidade a prática efetivada pelo Movimento Operário Cearense no contexto da Primeira República brasileira.

Vale contextualizar que, a princípio, havíamos estabelecido um recorte temporal bastante extenso, o qual compreendia o período que se estende do advento da Primeira República, em 1889, até o surgimento do “Novo Sindicalismo” no início da década de 1980. Tamanha ousadia merece uma explicação: a paixão pela história do Movimento Operário exigia a superação de limites significativos da nossa formação – vínhamos de uma graduação em Serviço Social e um Curso de Mestrado em Educação. Contudo o objeto a ser investigado encontrava-se, fundamentalmente, encravado no campo da História, ou seja, mais uma considerável área do conhecimento a ser apreendida – o que demandava tempo e esforço acadêmico incompatíveis com o período estabelecido para a realização do doutorado, de modo que, a priori, não dispúnhamos dos elementos necessários para fazer tal escolha – fazendo-se imperiosa uma primeira aproximação com a totalidade do objeto, o que lançaria luzes sobre a devida delimitação futura.

Portanto, estávamos, de fato, cientes dos desafios e da necessidade de uma posterior redefinição do tempo histórico da pesquisa. Afinal, pareceu-nos uma tarefa deveras difícil, para não dizer humanamente impossível, para uma assistente social e aspirante de pedagoga dar conta de quase 100 anos de história!

Assim procedemos, de modo que, com o avançar da pesquisa bibliográfica, começamos a ter clareza de que a Primeira República brasileira apresentava as condições necessárias para a realização de um estudo aprofundado sobre o Movimento Operário urbano, pois este, mesmo no seu nascedouro, já esboçava a efervescente participação das suas várias vertentes

expressas na atuação dos militantes socialistas, anarquistas, sindicalistas revolucionários e comunistas, bem como das tendências vinculadas às forças conservadoras, dentre outras, por exemplo, as organizações sob a liderança da Igreja Católica e da Maçonaria.

Outro elemento definidor da nossa escolha referiu-se ao fato de a Primeira República constituir-se um dos mais importantes períodos da história da educação popular no Brasil, pois, como detalha Vanilda Pereira Paiva (1973, p. 90), foi nele que se delinearam de forma mais clara muitas das características que essa história viria a assumir e as idéias pedagógicas que iriam orientá-la. Além disso, ganharam força a concepção de educação-panacéia, mistificando os verdadeiros problemas da sociedade brasileira; a concepção humanitarista da educação; e a formulação mais radical da idéia do analfabeto como ser incapaz. Por último, foi também nesse período que se assistiu à contestação dessas formulações pela “versão primeira do ‘tecnicismo educacional’ sob a influência dos emergentes ‘profissionais da educação’”.

Dito isso, o elenco de questões abaixo relacionadas norteou os rumos de nossa investigação:

- Com que intensidade e sob que condições econômico-políticas, o Movimento Operário urbano demonstrou interesse pelo acesso ao conhecimento, por parte dos trabalhadores, tomando iniciativas, ao longo da Primeira República, no que diz respeito à oferta de programas de formação escolar ou buscou articular a escolarização à formação político-ideológica?
- Que fundamentos teórico-políticos embasaram tais experiências?
- Até que ponto tais iniciativas se confrontaram com a política educacional posta em prática pelo Estado brasileiro, configurando-se como experiências alternativas à educação oferecida por este ou, ao contrário, acabaram por enfraquecer a luta em prol da escola pública?
- Em que momentos de sua atuação na Primeira República, o Movimento Operário urbano privilegiou efetivamente a formação da consciência de classe dos trabalhadores, fincando seus programas formativos predominantemente nessa ótica, engajando-se, ao mesmo tempo, na luta pela escola pública como dever do Estado?

As questões levantadas, a nosso ver, colocam-nos no centro de um debate da maior importância para o Movimento Operário classista, que se dá em torno da legitimidade quanto ao desenvolvimento de programas de educação escolar pelas mãos de suas organizações,

diante do entendimento generalizado de que a formação político-ideológica é a tarefa pedagógica precípua dos organismos de luta dos trabalhadores.

Quanto aos labirintos percorridos pela investigação, cumpre-nos detalhar que inicialmente planejamos unir as duas pontas da pesquisa, ou seja, partir da pesquisa bibliográfica no empenho de empreender uma rigorosa revisão de literatura, aportando na pesquisa empírica, no esforço de analisar fontes primárias. Contudo, a necessidade de apropriação da História fez-se tão urgente e de tamanha intensidade que consumimos considerável parte do nosso tempo de estudo numa extensa revisão de literatura, seja no campo da história do Movimento Operário, seja no campo da história da Educação. De repente, demos conta de que o real havia operado um desvio de rota na nossa pesquisa, por assim dizer: teríamos nos perdido pelos muitos caminhos da totalidade ou nos encontramos no caos de tantas informações? Reflexões à parte, o que pudemos perceber é que o que tínhamos produzido até então havia tomado uma dimensão diferente dos propósitos iniciais: o que deveria ter-se constituído numa rápida recuperação da história do Movimento Operário urbano e da história da Educação na Primeira República brasileira, à guisa de contextualização do objeto, transformou-se em dois densos capítulos – de maneira que não poderíamos ignorar aquela produção, ali estava materializando-se nosso trabalho de Tese.

Entrementes, a angústia persistia, pois, apesar do longo caminho percorrido, ainda nos encontrávamos longe de chegar às portas da particularidade da pesquisa, ou seja, resgatar a história das práticas formativas das organizações operárias cearenses na Primeira República, com vistas a identificar as possíveis articulações traçadas entre formação político-ideológica e educação escolar.

Nesse momento, vivemos uma “desgostosa” sensação de perda do objeto. Mas, por outro lado, tínhamos clareza de que, sem aquela demorada incursão pela história do Movimento Operário e da Educação, não teríamos construído o chão sobre o qual se assentaria nosso trabalho, isto é, não haveria Tese. Daí, entendemos que o percurso transposto até ali era a clara expressão de um necessário acerto de contas com nossa formação.

Não vislumbramos outra alternativa senão continuar... Assim, não obstante a estrada já percorrida e o muito que ainda tínhamos a caminhar, não poderíamos nos desvincilar daquele objeto, precisávamos, de fato, revisitá-lo a história do Movimento Operário Cearense, uma curiosidade acadêmica nascida, fundamentalmente, das palestras e tantas histórias contadas pelo histórico militante comunista e fundador do IMO, Professor José Ferreira de

Alencar, e pela tão bem acalentada pela Professora Susana Jimenez, com sua incomensurável colaboração para com nossa formação marxista.

Avançamos um pouco mais e conseguimos, ainda através da pesquisa bibliográfica, cercar nosso objeto e, nesse momento, a contribuição da literatura foi fabulosa: descobrimos nessa primorosa fonte um recurso, imprescindível para reconstituir o espírito, digamos assim, do período em estudo, daí a explicação que damos ao leitor para tantas referências a obras literárias.

Nesse momento, um novo desafio impôs-se: o material produzido até então com base em fontes secundárias responderia satisfatoriamente às necessidades da pesquisa ou teríamos que proceder a coleta e a análise de fontes primárias? O tempo gasto já não nos permitia alçar vôos tão altos, de modo que o mais razoável era buscar o material bruto que se encontrasse de forma mais acessível e, aqui, alguns fragmentos da imprensa operária publicados em formato fac-similar caíram como uma luva!

Mediante o exposto, cumpre-nos asseverar que o presente trabalho insere-se na interseção de três grandes áreas do conhecimento, quais sejam: História, Educação e Sociologia do Trabalho, o qual encarnou-se, fundamentalmente, como uma pesquisa bibliográfica, apoiada de maneira pontual numa rarefeita pesquisa empírica. Vale observar a nossa impossibilidade e absoluta despretensão de exaurir as variadas incursões operadas pelo objeto em estudo, lembrando com Marx que “o real constitui-se uma fonte inesgotável de conhecimento”.

Assim, atendendo aos imperativos dos fundamentos metodológicos próprios do marxismo, esforçamo-nos em analisar nosso objeto de estudo à luz da totalidade, “síntese de múltiplas determinações”, com vistas a apreendê-lo em seus elementos essenciais. Em outras palavras, no tratamento das questões da investigação acima indicadas, tomamos por base o referencial teórico marxiano resgatado por Lukács em sua dimensão autenticamente onto-histórica, realçando o trabalho como complexo ontologicamente fundante do ser social, ao qual se articulam, através de múltiplas mediações, todos os demais complexos que põem em marcha o processo de reprodução social, a exemplo da Educação.

Reconhecemos, ademais, o caráter pervertido que assume o trabalho na sociedade de classes, como bem alertava Marx (2004, p. 84, grifos do autor): sob o capitalismo, o trabalho torna-se uma atividade alienada/estranhada<sup>9</sup>, pois “A **atividade vital, a vida produtiva** mesma,

---

<sup>9</sup> Convém lembrar que Marx, ao analisar a alienação/estranhamento do trabalho sob o capitalismo, faz tal análise sob quatro aspectos, quais sejam: “1) A relação do trabalhador com o **produto do trabalho** como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo externo sensível, com os

aparece ao homem apenas como um meio para satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. [...]. A vida mesmo aparece só como **meio de vida**". Apontamos para a necessidade precípua da revolução socialista, com vistas à superação do poder de mando do capital e à construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada, comunista.

No que se refere à educação escolar, assumimos, aqui, a conceituação por demais feliz, formulada por Derméval Saviani (1994, p. 89), para quem a questão central da pedagogia escolar é “possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico”.

Levamos em conta, ainda, o papel da educação como importante instrumento a serviço do processo de superação da sociedade de classes, compreendendo com Ivo Tonet (2003, p. 218) “que a atividade educativa pode contribuir para isto, mas não pode tomar a frente do processo”. Vale ainda esclarecer com o mesmo sobre a impossibilidade de efetivação de uma “educação emancipadora” sob os muros do capital, mas tão somente de “atividades educativas emancipadoras”. Portanto, a materialização de uma formação omnilateral, como defendia Marx, só será possível numa sociedade regida pelos trabalhadores livremente associados.

Cabe-nos, por último, afirmar que a perspectiva de história por nós adotada situa-se para além das concepções, recorrendo mais uma vez a Saviani (2006, p. 10), “de dissolução da história em múltiplas histórias e [d]o abandono das explicações de amplo alcance, que passam a ser taxadas como inviáveis e sem sentido”, amplamente decantadas na atualidade pelo dito paradigma pós-moderno, bem como da revalorização da história enquanto narrativa

---

objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente; 2) A relação do trabalho com o **ato da produção** no interior do **trabalho**. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física **própria** do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele; 3) O homem é um ser genérico (*Gattungswesen*), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser **universal**, [e] por isso livre. [...] Na medida que o trabalho estranhado [...] estranha do homem a natureza, [...] [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o **gênero** [humano]. Faz-lhe da **vida genérica** apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada; 4) uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o **estranhamento do homem** pelo [próprio] **homem**. Quando o homem está frente a si, defronta-se com ele o **outro** homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem” (MARX, 2004, p. 83, 85-86, grifos do autor).

de gênero literário. Apoiamo-nos, portanto, na perspectiva do materialismo histórico e dialético.

Por fim, submetemos a esta Defesa de Tese um texto estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo tem como objetivo construir os alicerces da Tese. Para tanto, sua arquitetura ancora-se na construção de uma síntese histórica dos primórdios do movimento operário em âmbito internacional, nacional e local. A edificação dessa desafiadora obra toma como andaimes os termos do debate sobre a luta de classes, informados pelo referencial teórico que orienta este projeto investigativo. Nesse sentido, recuperamos de forma breve os conceitos marxianos de classe e consciência de classe e o amplo panorama do alvorecer do Movimento Operário Internacional. Instaladas as primeiras colunas e de posse das ferramentas necessárias para o fabrico do concreto, erguemos os principais contornos da Primeira República brasileira para, em seguida, apresentarmos a composição e a organização da classe operária no Brasil e no Ceará.

O segundo capítulo segue o tracejo da arquitetura anterior, assumindo como propósito traçar o painel educacional vivenciado pelo Brasil no período da sua Primeira República. O mural inicia-se realçando os elementos essenciais de compreensão do complexo educacional desse período, passando, a seguir, pelas reformas e as correntes pedagógicas que ganharam destaque no debate educacional de então para, por fim, concluir o seu traço dando relevo à relação entre o Movimento Operário brasileiro e a formação escolar dos trabalhadores.

O terceiro capítulo ancora-se numa ampla recuperação histórica do quadro educacional vigente no Ceará da Primeira República, buscando explicitar as condições concretas de promoção de educação pública com vistas a recuperar as ligações empreendidas entre o Movimento Operário Cearense e a formação escolar dos trabalhadores, com ênfase na apresentação de suas propostas educativas.

Por último, apresentamos nossas considerações finais, ansiando que esta modesta, todavia rigorosa e honesta, Tese possa contribuir, em alguma medida, com a recuperação da história do Movimento Operário brasileiro e cearense, mormente em tempos de tão escassa produção sobre o assunto e de tamanha desmobilização e crise das forças de esquerda em âmbito mundial. Estamos certas de que o nosso século, mais do que qualquer outro, clama pela urgente e imprescindível retomada do projeto revolucionário dos trabalhadores, de modo a pôr em marcha a luta pela construção de uma sociedade livre dos entraves próprios do

estranhamento do trabalho pelo capital, possibilitadora de uma sociabilidade de homens livres, na qual o gênero humano possa desenvolver-se sem limites.

# CAPÍTULO I

## O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O presente capítulo toma como tarefa construir os alicerces sobre os quais se erguerá, de um modo geral, nossa Tese. Desse modo, sua arquitetura estrutura-se numa incursão pela história do Movimento Operário Brasileiro e Cearense, particularmente de âmbito urbano, na Primeira República. Para cumprirmos tal objetivo, de modo a contemplar de forma satisfatória a complexa totalidade da época, partimos inicialmente de uma breve recuperação da concepção marxiana de classe e consciência de classe, apresentando, assim, os termos do debate sobre a luta de classes, apontados pelo referencial teórico que informa esta pesquisa. Identificado o ângulo de nossa observação, pegamos a trilha que nos permitiu visualizar, a partir de um panorama bastante geral, os primórdios do Movimento Operário Internacional, com destaque para a experiência das organizações internacionais dos trabalhadores, quais sejam: Associação Internacional do Trabalho (AIT)/I Internacional, II Internacional e Internacional Comunista/III Internacional. De posse dos contornos que cercam nossa investigação, esforçamo-nos em traçar os principais acordes da Primeira República no Brasil para, em seguida, empreendermos uma síntese da composição e da organização da classe operária no Brasil e no Ceará.

### 1.1 - Breve nota sobre os conceitos de classe e consciência de classe

Observam Marx e Engels (1999a, p. 47) no “Manifesto Comunista (Burgueses e proletários)” que “O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua existência”.

Ali os autores do socialismo científico apresentam de maneira detalhada o processo de desenvolvimento pelo qual passa o proletariado na luta contra o capital, percurso esse que vai do que chamam de “classe em si” a “classe para si”. A princípio, explicam os autores:

[...] empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários de um mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam

as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do trabalhador da Idade Média (MARX e ENGELS, 1999a, p. 47).

Nessa fase, o proletariado toma a forma de uma massa disseminada por todo o país, conquanto dispersa pela concorrência. Faz-se mister esclarecer com os autores que as coesões daí decorrentes resultam da união da burguesia e não de uma genuína organização dos trabalhadores, pois aquela, para atingir seus objetivos políticos, põe estes em movimento, de modo que, nessa fase, “[...] os proletários não combatem seus próprios inimigos, mas os inimigos de seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terra, os burgueses não-industriais, os pequenos burgueses” (Id., ibid., p. 47). Nessas condições, dispendo do controle do movimento histórico, os avanços alcançados são consagrados como vitória da burguesia.

Contudo, atestam Marx e Engels que o desenvolvimento da indústria desencadeou junto ao proletariado não somente a sua multiplicação como também a sua compressão em massas cada vez maiores, intensificando sua força e possibilitando-o alcançar uma maior consciência de si. Na descrição dos autores,

Os interesses, as condições de existência dos operários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular tomam cada vez mais o caráter de confrontos entre duas classes. Os operários começam a formar coalisões (sic) contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaverem de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim (MARX e ENGELS, 1999a, p. 47-48).

Não obstante as conquistas daí decorrentes sejam efêmeras, advogam os autores, o êxito mais significativo não advém das vitórias imediatas, mas sim da união cada vez mais ampla dos trabalhadores, união essa facilitada, em grande medida, pelo avanço dos meios de comunicação suscitados pela grande indústria, promovendo o rápido contato entre operários de lugares diversos. Assim, nos dizeres de Marx e Engels, esse contato é o bastante

[...] para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política [...]. A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária [...] (MARX e ENGELS, 1999a, p. 48).

Em “A Miséria da Filosofia” (1985), Marx reforça que o proletariado, face ao capital, constitui-se uma classe, contudo não se configura ainda como “classe para si”, isto é, existe enquanto “classe em si”, real, presente na materialidade da sociabilidade humana, mas não possui ainda a consciência de si, da sua tarefa histórica.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. **Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política** (MARX, 1985, p.159, grifo nosso).

Para Marx, o desenvolvimento da “classe para si”, ou seja, o desenvolvimento da consciência de classe processa-se no seio da luta econômica, quando os interesses tornam-se interesses de classe, asseverando, como vimos acima, que a luta entre classes é uma luta política.

Em linhas gerais, advogam Marx e Engels (1999a), os embates travados na velha sociedade acabam por favorecer em alguma medida a organização do proletariado – de modo que a permanente luta da burguesia seja contra a aristocracia, seja contra com as frações da própria burguesia cujos interesses são conflitantes e contra a burguesia dos países estrangeiros, faz-lhe recorrer à ajuda do proletariado, arrastando-o para o movimento político, fornecendo dessa maneira “[...] os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria” (MARX e ENGELS, 1999a, p. 48). Nesse aspecto, lembram ainda que o desenvolvimento da indústria fez com que frações inteiras da classe dominante fossem lançadas no seio do proletariado, trazendo consigo significativos elementos de educação.

Por fim, destacam Marx e Engels (Id., ibid., p. 49), quando a luta de classes aproxima-se da hora decisiva, “[...] o processo de dissolução [...] da velha sociedade adquire um caráter tão violento e agudo, que uma pequena fração da classe dominante se desliga desta, ligando-se à classe revolucionária, à classe que traz nas mãos o futuro [...]”, pois entendem os autores que somente o proletariado constitui-se a classe verdadeiramente revolucionária, uma vez que, ao contrário das demais (pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos etc.) que degeneram e desaparecem com o avanço da grande indústria, o proletariado apresenta-se como “seu produto mais autêntico”. Assim, no processo revolucionário de superação da velha sociedade de classes, nas palavras dos mestres do socialismo científico,

Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação a elas correspondente e, por conseguinte, todo modo de apropriação existente até hoje. Os proletários nada têm de seu

a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes (MARX e ENGELS, 1999a, p. 48).

Nesse contexto, conforme o pensamento marxiano, a classe operária, imersa no complexo movimento onto-histórico, substituirá a antiga sociedade civil por uma associação que extinguirá as classes, excluindo, outrossim, o poder político, uma vez que este configura-se como a legítima expressão do antagonismo na sociedade civil. Nos termos de Marx (1985, p. 160, grifos do autor), “Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as *evoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas*. [...]”.

István Mészáros (1993), um dos mais qualificados estudiosos da obra marxiana na atualidade, relata que a teorização de Marx quanto às classes sociais, como também outras partes de seu construto teórico, gerou uma ambigüidade básica que tem confundido os seus intérpretes:

[...] de um lado, ele estava muito convicto de que as contradições engendradas pelo capitalismo levariam inevitavelmente a um proletariado com consciência de classe e, daí, a uma revolução proletária. Mas, por outro lado, ele atribuiu à consciência de classe, à ação política e à sua teoria científica da história um papel preponderante na realização desse resultado. (MÉSZAROS, 1993, p. 76).

Argumenta este autor, que entender a consciência de classe como mera subjetividade e subproduto do capitalismo leva-nos a um erro grotesco da concepção marxiana, fato esse que ocorre quando se substitui seu complexo dialético por um modelo determinista unilateral.

Mészáros chama a atenção para a complexidade da metodologia dialética de Marx, esclarecendo que, enquanto numa concepção mecanicista há uma demarcação rígida entre o determinado e seus determinantes, na metodologia dialética há que se atentar para as interações complexas, nas quais os determinantes são também determinados. Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente constituídas sobre uma base econômica, mas também estruturam ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, profundamente intrincada e relativamente autônoma.

Essas “interações complexas”, pensando com o mesmo autor, ocorrem também no campo da consciência, em todas as suas formas de manifestações, determinando de forma recíproca as estruturas econômicas da sociedade e sendo ao mesmo tempo por elas determinada. Dito de outro modo, existência e consciência estão reciprocamente imbricadas.

Para uma devida compreensão do conceito marxiano de consciência de classe, sempre segundo Mészáros (1993, p. 80), é imprescindível entender, igualmente, a sua concepção de “causalidade social”, do mesmo modo que tal conceito só atinge seu sentido pleno se

compreendido enquanto “foco de uma multiplicidade de fenômenos sociais estruturalmente interligados”. Caso contrário, cair-se-á no voluntarismo, no objetivismo e no aventureirismo.

Enfim, para uma adequada compreensão dos conceitos marxianos de classe e consciência de classe, é necessário o estudo de seu pensamento como um todo, nas palavras de Mészáros, “uma análise cujo foco seja o conceito de ‘conflito social e seus determinantes’, avaliados de acordo com a dialética dos determinantes recíprocos” (Id., ibid., p. 83).

Atento à complexa totalidade da concepção marxiana, Mészáros afirma que, de acordo com Marx, a consciência de classe é inseparável do reconhecimento do interesse de classe, tomando como base a posição social real das diferentes classes presentes na estrutura da sociedade.

Para o referido autor, a essência da teoria de classes e da consciência de classes de Marx reside no conceito de subordinação estrutural necessária do trabalho ao capital na sociedade de mercadorias quando o interesse de classe do proletariado é definido em termos de mudança dessa subordinação estrutural.

As diferenças qualitativas entre os interesses das classes fundamentais deixam claro o nível de dificuldades de organização e de elevação da consciência de classe por parte dos trabalhadores, uma vez que, para a classe dominante,

[...] o auto-interesse individual dos membros particulares do grupo dominante está diretamente relacionado ao objetivo geral de retenção da posição privilegiada e estruturalmente dominante que o grupo, como um todo, tem na sociedade. A ‘transcendência do auto-interesse individual’ na direção do interesse coletivo da classe é, portanto, uma mera ficção, uma vez que essa ‘transcendência’, na realidade, não significa nada a não ser uma proteção efetiva do puro interesse (MÉSZÁROS, 1993, p. 92).

Por outro lado, o que ocorre com a classe dominada é bastante diferente:

[...] os interesses a ‘curto prazo’ dos indivíduos particulares, e mesmo da classe como um todo, em um momento dado, podem estar em oposição radical ao interesse de mudança estrutural ‘a longo prazo’. É por isto que Marx pode e tem de apontar a diferença fundamental entre a consciência de classe contingente ou ‘psicológica’ e a consciência de classe necessária (Id., ibid., p. 94).

Mészáros entende que a diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária reside no fato de que

[...] enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as comprehende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma

solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados [...] (MÉSZÁROS, 1993, p. 118).

Seguindo o autor, o proletariado constitui-se, portanto, de forma contraditória: por um lado, enquanto mera soma total de seus membros individuais é uma contingência sociológica (estratificada e dividida por interesses de classe), dotada de objetivos específicos, poderes e instrumentos mais ou menos limitados para sua efetivação; por outro lado, o mesmo proletariado é também parte constituinte do antagonismo estrutural da sociedade capitalista.

Marx denominou a essa constituição do proletariado, conforme Mészáros (1993, p. 95-96), de “contradição entre o ser e a existência do trabalho”, sendo fator crucial para sua resolução o desenvolvimento de uma consciência de classe adequada ao ser social do trabalho. Para o autor, a consciência de classe do proletariado constitui-se a “[...] consciência do trabalhador de seu ser social enquanto ser enquistado no antagonismo estrutural necessário da sociedade capitalista, em oposição à contingência da consciência de grupo que percebe somente uma parte mais ou menos limitada da confrontação global”.

Faz-se importante observar com Mészáros (1993, p. 96) que o desenvolvimento da consciência de classe não se dá de forma mecânica ou espontânea, mas sim de forma dialética. Em suas palavras, “o desenvolvimento da consciência de classe é um processo dialético. [...] o desenvolvimento ‘direto’ e ‘espontâneo’ da consciência de classe proletária – seja sob o impacto de crises econômicas ou como resultado do auto-esclarecimento individual – é um sonho utópico”.

Por fim, conclui o referido autor que “A auto-consciência da classe em si e para si não pode ser diferente da consciência de sua ‘tarefa histórica’ de constituição de uma alternativa histórica real à ordem vigente na sociedade: uma tarefa enraizada nas contradições irreconciliáveis do seu próprio ser histórico-social” (Id., ibid., p. 107).

Marx, em “A Ideologia Alemã”, ao referir-se à consciência, afirmou que

Os homens são os produtores de suas representações [...]. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...]. Se a expressão consciente das relações reais destes indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo de atividade material limitado e das suas relações sociais limitadas que daí resultam (1999b, p. 36-37).

Assim sendo, se a consciência dos homens está invertida é porque seu modo de vida material impõe-lhes limites. O modo de produção capitalista, criação social dos próprios homens que a tudo transforma em mercadoria, roubou destes a condição de criador, transformando-os em

criaturas, desumanizou-os e deu-lhes também formato de mercadoria, expropriando-lhes a condição humana, a capacidade de dar respostas para tornar-se livres.

Dessa forma, a fina flor do processo evolutivo, o homem, transformou-se em presa dos seus próprios grilhões, grilhões que também não reconhece como criação sua. Estranhou-se e perdeu-se na sua pré-história, de onde não conseguiu ainda emergir.

A saída do labirinto parece estar na articulação entre os elementos necessários da subjetividade e da objetividade que o rodeia. Lembrando mais uma vez as sábias palavras de Marx (1999b, p. 57), para quem os elementos materiais de uma subversão total compõem-se, de um lado, “[...] pelas forças produtivas existentes e, de outro, [pel]a formação de uma massa revolucionária que se revolte não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria ‘produção da vida’ vigente [...] sobre a qual se baseia”.

Assim, a história tem-nos mostrado que a consciência proletária não acontece de forma linear. Há momentos de fluxos e de refluxos, tudo permeado pelo grau da ofensiva ideológica dominante e das próprias condições objetivas em que estão inseridos os trabalhadores. No entanto, quanto mais clareza os trabalhadores tiverem da condição contraditória entre seu ser e sua existência, como bem denominou Marx, mais condições terão de articular sua práxis política no sentido de transitar da luta *em si*, pautada nas reivindicações econômicas que não rompem com as causas de sua exploração, a sociedade capitalista, à luta “para si”. Quando adquirirem a compreensão da totalidade social em que vivem, tornar-se-ão capazes de impor um projeto político e revolucionário, superando de vez a subordinação estrutural imposta pela ordem do capital.

Por fim, faz-se deveras oportuno, mesmo nos limites desta abreviada nota sobre a compreensão marxiana de classe e consciência de classe, noticiarmos rapidamente a concepção de E. P. Thompson (1924-1993)<sup>10</sup>, reconhecidamente um dos mais importantes historiadores britânicos do século XX, acerca de tais categorias.

---

<sup>10</sup> Como necessitamos ser bastante breves em relação ao pensamento thompsoniano, entendemos necessária uma pequena contextualização a respeito do autor. E. P. Thompson, faz-se importante lembrar, a exemplo de tantos outros intelectuais militantes marxistas, como bem expressou Eric Hobsbawm (1989), “consumiu sua vida na militância”. Edgar De Decca (1995, p. 114) registra a apreensão dos contemporâneos de Thompson (1989, 1990, 1992) – como Anderson (um de seus mais importantes críticos teóricos em vida), Hobsbawm e Tomish – com seu desgaste físico, atestando que o custo “[...] por militar nos movimentos pacifistas e nos movimentos anti-nucleares e ecológicos europeus foi de tamanha proporção que ele praticamente perdeu a vida na luta por esses ideais”. E não só a vida, Thompson também investiu todos os seus recursos financeiros na causa pacifista. Na análise de De Decca (1995, p. 110), para uma devida compreensão da contribuição da obra de Thompson e da geração de historiadores marxistas ingleses, faz-se necessário situá-los no quadro daqueles que vivenciaram a crise do pensamento comunista, detonada pela divulgação do relatório do governo de Nikita Kruschev, assomado à invasão da Hungria por tropas soviéticas. Os rebatimentos dessa crise foram de tal monta que atingiram

Holien Gonçalves Bezerra (1995, p. 126) aponta como importante dado para a devida compreensão da obra de Thompson o fato de as categorias da “experiência” e da “cultura” não serem concebidas de modo restrito ao campo do pensamento: “A experiência passa a ser experimentada como “sentimento”, como parte da vida cotidiana, que é incorporada na cultura em seu sentido mais concreto: normas criadas, obrigações familiares e de parentesco, organização da vida urbana ou rural, etc. [...]”.

Nesse sentido, atesta o autor, para essa concepção, a experiência humana expressa o que há de mais vivo na história. Em outros termos, são as pessoas com suas experiências que constroem

---

profundamente as forças de esquerda em âmbito mundial. Na Europa, conforme o autor, a intelectualidade de esquerda e comunista dividiu-se em duas posições: “De um lado, ficaram aqueles que, apesar de saberem muito a respeito da URSS, decidiram dar-lhe um crédito de confiança e permaneceram nas fileiras dos partidos comunistas ocidentais. Foi o caso, por exemplo, de Sartre, na França e de Eric Hobsbawm, na Inglaterra”. De outro lado ficaram aqueles que “não deram este crédito de confiança e optaram por uma posição de esquerda independente dos PCs, como foram os casos de Claud Lefort, Castoriadis e Merleau-Ponty, na França, e particularmente Thompson, na Inglaterra”.

Vale abrirmos um parêntese para lembrar que datam desse mesmo período (anos 1930 a 1950) as produções de Georg Lukács que lhe custariam a perseguição e finalmente a expulsão, em 1957, do Partido Comunista Húngaro, acusado de reformista e caluniador de Lênin nas idéias expressas, dentre outros ensaios, em *Lenin e os problemas da cultura, Literatura e democracia e Por uma nova cultura magiar*, onde apresenta uma constante preocupação com “[...] a concepção do realismo crítico, claramente apartada da estética oficial do stalinismo – o realismo socialista” (PINASSI e LESSA, 2002, 187-188).

Holien Gonçalves Bezerra (1995, p. 121), por sua vez, informa a possibilidade de caracterizar esse grupo de historiadores, não obstante trate-se de uma discussão ainda em aberto, da seguinte forma: “Alguns dão primazia à ação humana: Thompson, Hill, Willians, Genovese, que se acomodariam na categoria de ‘sócio-culturais’. Quando a primazia é dada às estruturas: Dobb, Hobsbawm, Hilton, Anderson são denominados ‘sócio-econômicos’”.

Foi, portanto, a partir dos debates travados com o grupo de historiadores e sua experiência na educação de jovens e adultos de origem operária que Thompson publicou, em 1963, a importante obra *A formação da classe operária inglesa*, cujo alvo, na concepção de De Decca (1995, p 113), era muito preciso, a saber: “[...] em primeiro lugar oferecer uma alternativa de interpretação sobre a formação da classe operária inglesa, a primeira classe operária do mundo moderno que tinha recebido de Engels o primeiro tratamento histórico. Em segundo, abrir um debate entre as velhas e novas esquerdas, no que dizia respeito à teoria marxista, muito abalada em seu prestígio intelectual devido aos resultados do stalinismo”.

Registra Bezerra (1995) que, com a invasão soviética na Hungria, Thompson ter-se-ia afastado das fileiras do Partido Comunista Britânico, não rompendo, contudo, com o socialismo e o marxismo, apenas com o marxismo-leninismo, definindo-se como ‘comunista libertário-democrático’.

Destaca De Decca (1995, p. 109, 111, 116) que Thompson encarnou o militante político que nunca pertencia por muito tempo a nenhuma organização político-partidária, tornando-se notória sua trajetória dissidente radical, pois era herdeiro “[...] das tradições anarquistas e libertárias inglesas, que George Woodcock localiza entre os movimentos radicais do século XVII na Inglaterra, com os *levellers* da época da revolução gloriosa”. Assim, sua marca distintiva foi a ironia e a irreverência com vistas à desconstrução da história e da ideologia dominantes.

Para o autor, o ponto central do pensamento radical é a paixão pelo discurso, isto é, a paixão pela palavra polêmica que os ingleses denominaram de *troublemakers*, criadores de problemas. Nos termos de De Decca, “[...] aqueles que têm o domínio da palavra fazem da palavra seu modo de vida, amam a palavra. Os criadores de problemas não vieram ao mundo para resolver problemas, eles vieram para criar problemas, para polemizar” [...] (Id., ibid., p. 115).

Este fato, sugere De Decca, pode explicar por que Thompson constituiu-se um historiador marxista tão heterodoxo, bem como a combinação dissidência-radicalismo-marxismo pode esclarecer a “[...] adesão de Thompson às causas trabalhistas e aos movimentos pacifistas e sua pouca afinidade e permanência em organizações político-partidárias” (Id., ibid., p. 115).

a história e não as estruturas sociais, não obstante não sejam sujeitos autônomos nem indivíduos livres.

Portanto, é estribado nessa compreensão de “experiência” e “cultura” que Thompson entende os conceitos de classe e de consciência de classe, a nosso ver, de forma marcadamente dissociada da concepção de Marx. Nas palavras do próprio Thompson (1987, p. 9-10),

Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente.

A consciência de classe, por seu turno, é compreendida pelo historiador inglês como sendo

[...] a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1987, p. 10).

Desse modo, Thompson entende classe como uma relação histórica que se verifica ao longo do tempo, articulada em torno de uma identidade de interesses em oposição aos interesses de outra classe. Não concebe como uma classe pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma, pois para ele esses dois aspectos não existem separadamente, constituindo um só fenômeno histórico e social. Para ele, a consciência de classe é a forma como a experiência, seja ela política ou econômica, será tratada em termos culturais.

Portanto, guardadas as devidas contextualizações em torno do período histórico vivido por Marx e Thompson, considerando-se ademais o imenso significado de suas elaborações e práxis política junto ao movimento operário, avaliamos com base na análise aqui empreendida que, de fato, existe uma diferença significativa entre a concepção de classe e consciência de classe do historiador inglês e do pensador alemão, este, diga-se de passagem, fundador de uma nova filosofia do ser social.

Sob esse prisma, por uma questão de rigor teórico, deixamos, no limite desta Tese, de considerar a importante contribuição de E. P. Thompson, privilegiando as análises que comungam com a concepção marxiana.

## **1.2 – A classe trabalhadora vai à luta: as primeiras organizações operárias internacionais**

Revisitar a história do movimento operário é sempre uma oportunidade ímpar de aprender com as grandes lições da experiência de uma classe que, com suor e sangue, escreveu as árduas páginas de sua trajetória, usurpada pelo domínio do capital, cuja principal consequência é a degenerescência cada vez mais crescente do mundo dos homens.

Vale ressaltar não ser nossa intenção, aqui, recontar toda a história do movimento operário. Vários historiadores<sup>11</sup> cumpriram muito apropriadamente essa tarefa. Contudo, para que possamos responder devidamente a questão a qual nos propomos, qual seja, compreender o Movimento Operário brasileiro (urbano) frente à educação escolar na Primeira República, nesse contexto, particularizando o Ceará, faz-se imprescindível enfocá-la, em linhas bastante gerais, em relação à totalidade social, o que nos remete necessariamente à retomada, em seus marcos principais, dos primórdios do Movimento Operário, na esfera internacional. Nesse sentido, e em consonância com nossa perspectiva de análise do real, privilegiamos a contribuição do importante historiador marxista contemporâneo, Eric Hobsbawm (1988).

Em finais do século XIX, tornou-se impossível aos países industrializados não tomar conhecimento da presença das massas de trabalhadores, as quais, conforme o relato de Hobsbawm (1988, p. 168-169), “[...] historicamente sem precedentes e aparentemente anônimas e desenraizadas, [...] tornavam uma proporção crescente de seus povos e, ao que parecia, aumento inevitável: dentro em pouco, provavelmente, seriam uma maioria”, lançando “[...] uma escura sombra sobre a ordem estabelecida na sociedade e na política”.

Todavia, as massas de trabalhadores não se constituíram de forma homogênea. Explica o mesmo autor que, antes da criação dos partidos operários, era uso corrente a expressão “classes trabalhadoras” para explicitar sua profunda heterogeneidade. As diferenças, muitas

---

<sup>11</sup> No plano internacional, destacam-se, por exemplo, além da clássica obra de Friedrich Engels (2008), “A situação da classe trabalhadora inglesa”, os estudos de E. P. Thompson (1987), publicados no Brasil em três volumes: “A formação da classe operária inglesa”: 1 - “A árvore da liberdade”; 2 - “A maldição de Adão”; e 3 - “A força dos trabalhadores”.

vezes, erguiam-se como sinônimos de divisões e rivalidades, obstando a construção da consciência de classe.

Assim, tornavam-se cada vez mais significativas as diferenças de “[...] origem social e geográfica, de nacionalidade, de língua, de cultura e de religião [...]”, dada “[...] à proporção que a indústria recrutava seus efetivos, que tão rapidamente aumentavam, em todos os cantos do próprio país e mesmo, nessa era de maciça migração internacional e transoceânica, no estrangeiro”. Nesse sentido, o que superficialmente aparetava ser uma classe, se analisada de forma rigorosa, seria considerada como uma “[...] gigantesca dispersão de fragmentos da sociedade, uma diáspora de velhas e novas comunidades”, o que acabava por favorecer consideravelmente os empregadores (HOBSBAWM, 1988, p. 173).

Quanto às rivalidades entre os grupos de trabalhadores, estas ocorriam em função da busca incessante do monopólio do trabalho especializado, as quais eram “[...] exasperadas pelos desenvolvimentos tecnológicos, que transformavam antigos processos, criavam novos, tornavam irrelevantes as antigas especialidades e invalidavam as definições claras e tradicionais [...]” (HOBSBAWM, 1988, p. 173).

Para Hobsbawm (*Ibid.*, p. 174), não há dúvida de que, independente das demais heterogeneidades presentes no interior das massas, as diferenças de nacionalidade, religião e língua dividiam a classe operária de forma considerável, sobretudo “[...] onde expressassem ou onde simbolizassem conflitos graves entre grupos que iam além dos limites de classe; ou diferenças do interior da classe operária que eram, aparentemente, incompatíveis com a unidade dos operários”. Destarte, nos locais em que não houvesse competição entre os grupos nacionais de operários, tendo, portanto, cada qual garantido seu lugar “ao sol” no mercado de trabalho, não emergiam empecilhos à formação de uma consciência de classe unificada.

Ademais, o entusiástico apelo dos socialistas ao internacionalismo ou ao inter-regionalismo (nos países com grandes dimensões geográficas), conforme registra o mesmo historiador, “[...] não ficou totalmente sem efeito”. Este “[...] atraía os movimentos operários, não apenas pelo seu ideal, mas por ser com freqüência a condição prévia essencial para a ação” (*Id., ibid.*, p. 174).

Nesse contexto, historia Octávio Rodriguez Araújo (2006, p. 33) que, no ano de 1864, foi fundada, em Londres, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), expressão do intenso esforço em torno da criação de uma organização internacional dos trabalhadores. Conforme o autor, subentende-se que as correntes partícipes da I Internacional constituíam-se

de esquerda, caracterizadas de uma forma ou de outra como partidárias do socialismo, ousrossim, de modo curioso, tais correntes, em sua maioria, identificavam-se com um pensador específico, como Proudhon, Bakunin, Lasalle, Mazzini e Marx.

Vale esclarecer com o mesmo que, a princípio, Marx não apresentava uma forte representatividade no seio da Internacional. Contudo, como é sabido, desempenharia mais tarde um papel fundante no Conselho Geral, na elaboração dos seus Estatutos e na redação do manifesto inaugural<sup>12</sup>, de modo que, no intervalo de um curto período de tempo, a corrente marxista – expressão não simpatizada por Marx, diga-se de passagem – ganhou notável legitimidade e força.

Contextualiza Alicia Sagra (2005, p. 11) que a arquitetura da AIT materializou-se no leito de um demorado processo, no percurso do qual nasceram três organizações, quais sejam: a “Sociedade dos Democratas Fraternais”, a primeira organização internacional da classe operária, fundada por Julian Herney, em Londres, no ano de 1845, reunindo em torno de si os refugiados políticos de toda a Europa; a “Liga Comunista”, criada em 1848, basilada no “Manifesto Comunista”, de Marx e Engels, propiciando ao movimento operário seu primeiro programa científico e corretas bases teóricas; e, por último, o “Comitê Internacional”, organizado em Londres por Ernest Jones, o qual, através de encontros e manifestos, teve o mérito de manter acesa a chama da tradição internacionalista durante os reacionários anos 1850.

Na síntese de Araújo (2006), foram três as principais correntes (com as respectivas variantes) que dividiram o campo de influência no interior da AIT: o socialismo, o anarquismo e o trabalhismo.

Seguindo o registro do mesmo, no campo do anarquismo, foram figuras de proa Proudhon e Bakunin. O primeiro foi considerado por Marx como um “falso irmão”, caracterizando suas teorizações como de cunho contraditório e confuso, como demonstrou amplamente em “A miséria da filosofia”.

Conta Araújo (2006, p. 40-41) que a derrota da Comuna de Paris gerou um confronto entre as seções francesas da AIT, de modo que, em meio à dispersão e ao enfraquecimento, os prudhonianos acabaram perdendo espaço, ao passo que outras seções foram debilitadas pela

---

<sup>12</sup> Conforme o registro de Alicia Sagra (2005, p. 12), o discurso inaugural da I Internacional foi pronunciado por Marx no ato de 28 de setembro de 1864, cujo teor compunha-se de “[...] uma forte denúncia do capitalismo e um chamado à solidariedade e à unidade dos trabalhadores”.

repressão ao internacionalismo operário, praticada em vários países da Europa que dispunham de grupos organizados. Outrossim, o fracasso da Comuna punha em relevo que, para o triunfo do proletariado, seria necessário “[...] organização e direção política, tinha de transcender o poder na capital de uma nação e, não menos importante, ficou claro que era insuficiente a tomada do poder, mediante a qual o seu aparelho burocrático-militar muda de mãos, sem a destruição do Estado [...]”.

Faz-se mister observar com o autor que, dois anos antes da revolução parisiense, havia-se incorporado à AIT a organização dirigida por Bakunin, denominada “Aliança Internacional da Democracia Socialista”, constituindo-se a mais significativa oposição a Marx no seio da Internacional. No relato do mesmo,

Uma pretensa *Internacional dentro da Internacional*, diria o próprio Marx ao referir-se à Aliança de inspiração anarquista. Bem tinha razão Marx ao afirmar que a AIT provocaria uma ruptura entre Bakunine e ele (então seu amigo). Era óbvia essa ruptura: o anarquismo não era compatível com a AIT ou com a idéia que desta tinha Marx. E Bakunine, apesar do seu discurso simplificado, ou talvez por isso, haveria de converter-se num adversário importante, pois mais tarde teria uma influência considerável entre certos sectores de trabalhadores e artesãos da Europa e, como sabemos agora, também em muitos dos movimentos sociais registrados na história do século XX [...] (ARAÚJO, 2006, p. 41, grifo do autor).

Interessante notar com o autor que Marx deu bastante atenção ao episódio da Comuna – ao contrário dos bakuninistas, que não teriam mudado uma vírgula sequer do seu discurso – com vistas a depreender as conseqüentes lições, relacionadas, sobretudo, com a estratégia revolucionária para a transição socialista, o que implicava, dentre tantas questões, na superação do Estado e no papel do partido político. Desse modo, afirma Araújo:

[...] os marxistas, nesse momento Marx e Engels principalmente, procuravam explicar o capitalismo de sua época, debater com os seus adversários, analisar as experiências históricas da luta de classes, diferenciar o movimento operário da Europa continental do da Inglaterra e, finalmente, rectificar tanto a teoria como a estratégia para a práxis conseqüente com essa teoria (ARAÚJO, 2006, p. 56-57).

As principais diferenças entre marxistas e anarquistas davam-se em relação à posição sobre o Estado, a propriedade privada e a igualdade entre as classes. Sagra costura num sintético relato os renhidos debates acerca das duas primeiras questões:

Os marxistas defendiam a luta contra o Estado burguês e pela imposição do poder estatal da classe operária por meio da ditadura do proletariado, como transição necessária para abolir toda autoridade do Estado e todas as forças de coerção. Os anarquistas eram contra qualquer autoridade e qualquer tipo de Estado, independentemente de seu caráter de classe.

Os marxistas defendiam a propriedade estatal dos meios de produção, os anarquistas proponham que a propriedade dos meios de produção fosse

distribuída entre os que trabalham, fossem camponeses ou operários das fábricas (cooperativas, autogestão). Quer dizer, não eram a favor do desaparecimento da propriedade privada, senão da criação de uma grande quantidade de novos e pequenos proprietários (SAGRA, 2005, p. 16).

No tocante à igualdade entre as classes, informa Araújo (2006, p. 46) que enquanto para o marxismo constituía-se um fato absolutamente impossível na defesa da total supressão das classes sociais em favor da construção do socialismo, para Bakunine, não apenas a igualdade entre classes antagônicas era possível em termos políticos “[...] como falava de igualação econômica e social como um desejo da Aliança que ele dirigi, como algo a alcançar [...]”.

Ademais, a grande batalha entre marxistas e anarquistas, conforme Sagra (2005), processou-se com a evolução da luta de classes, quando os debates internos passaram a exigir um avanço rumo à centralização da AIT:

Marx concebia a Internacional como um movimento [...] sob uma direção central unificada, ainda que as seções nacionais tivessem a liberdade de formular sua própria política, enquanto Bakunin defendia que todos os movimentos deveriam gozar de absoluta liberdade de ação, sem receber nenhuma instrução de nenhum núcleo.

A conferência de 1869 definiu-se a favor das posições de Marx: aprovou a ampliação dos poderes do Conselho Geral, incluindo a possibilidade de expulsar as seções que atuassem contra o programa e o espírito da Internacional, votadas na conferência (2005, p. 17).

Por fim, cumpre-nos inferir com os autores que a I Internacional deu-nos a prova concreta da possibilidade de unidade internacional dos trabalhadores, não obstante os tantos percalços internos e externos enfrentados, tomando a forma, nos dizeres de Sagra (2005, p. 15), de “[...] uma Frente Única de organizações operárias e dirigentes revolucionários [e não de um partido mundial], porém deixou grandes lições e inscreveu o termo ‘internacionalismo’ no dicionário”. Outra lição deixada pela AIT, desta vez na expressão de Araújo (2006, p. 68), “[...] ensina-nos que toda a organização ampla e de filiação plural tem de basear-se naquilo que Marx chamava ‘comunidade de ação’ e não nas formas teóricas a serem aceites pelos seus membros”, explicando que a heterogeneidade no interior de uma organização leva inevitavelmente a diversas imprecisões teóricas, de modo que uma vez definidas a teoria e a estratégia, a organização poderá converter-se numa verdadeira camisa de força para vários dos seus membros, não obstante compartilhem os mesmos objetivos.

Voltando a Hobsbawm (1988, p. 180), a ideologia, articulada às formas organizativas, pareceu um poderoso recurso de unificação da classe trabalhadora. Foi assim que os socialistas e os anarquistas disseminaram, nas palavras do historiador, “[...] seu novo evangelho às massas, até então desprezadas por quase todas as instituições, exceto por seus exploradores e por

aqueles que as aconselhavam a se manter silenciosos e obedientes”. Relata, ainda, que mesmo as escolas primárias, quando podiam ter acesso, direcionavam seus esforços à inculcação dos deveres cívicos da religião, enquanto as igrejas, salvo as raras exceções de algumas seitas plebéias, penetraram de forma muito lenta no território proletário, uma vez que se encontravam mal estruturadas para lidar com grupos tão distintos das antigas paróquias rurais ou urbanas, os quais estavam acostumadas a catequizar.

Desse modo, à medida que os operários erigiam-se em um grupo social, constituíam-se, igualmente, como gente desconhecida e esquecida, da qual os socialistas, frequentemente, eram os primeiros a se aproximar. E nos lugares em que as condições objetivas permitissem, acabavam por infundir na alma dos mais diversificados grupos de operários a identidade única de proletários. Assim, “[...] a mensagem [...] da unidade de todos os que trabalham e são pobres, foi levada até os mais remotos cantos dos países, por agitadores e propagandistas”, espalhando, outrossim, a ação organizativa, por meio da qual, “[...] adquiriram aqueles quadros de porta-vozes que podiam articular os sentimentos e esperanças dos homens e mulheres que não os saberiam enunciar” (HOBSBAWM, 1988, p. 181).

Registra Hobsbawm (*Ibid.*, p. 176) que, na Inglaterra – berço da industrialização –, entre os anos de 1867 e 1875, as organizações sindicais dos trabalhadores adquiriram, de fato, um “[...] *status legal* [...] de tal alcance que nem os mais militantes dos empregadores nem os governos conservadores nem os juízes conseguiram reduzi-los ou aboli-los até a década de 1980”. A partir de então, os sindicatos marcaram a cena da relação capital x trabalho como uma poderosa organização, sobretudo no local de trabalho.

Lembra o historiador que a situação nos outros países era bastante diferente da situação britânica, relatando que, em linhas gerais, “[...] os sindicatos funcionavam apenas à margem da indústria moderna, especialmente a de grande escala: em oficinas, nos canteiros de obras e em pequenas e médias empresas”, o que tornava a organização – na expressão do autor – “[...] extremamente localizada e descentralizada” (*Id., ibid.*, p. 176).

Enfim, os primórdios da organização sindical foram urdidos por “[...] essas massas de homens robustos que trabalhavam nas trevas, quase sempre morando com suas famílias em comunidades isoladas e tão impeditivas e áridas quanto suas minas”, os quais entrelaçados “[...] pela solidariedade do trabalho e da comunidade e pela dura e perigosa atividade, mostravam uma marcante propensão para engajar-se em lutas coletivas”, de modo que, segundo o mesmo autor, “[...] mesmo na França e nos EUA, os mineiros de carvão formaram, pelo menos intermitentemente, poderosos sindicatos”. (*Id., ibid.*, p. 177).

Assomado aos sindicatos, uma outra forma política de organização de classe surgiu entre os trabalhadores: os partidos. Estes, conforme historia Hobsbawm (1988, p. 169), “[...] onde quer que a política democrática e eleitoral o permitisse, apareciam em cena, crescendo com rapidez assustadora, os partidos de massas baseados na classe operária, em sua maior parte inspirados na ideologia do socialismo revolucionário [...]”.

Os partidos socialistas e trabalhistas cresceram e se expandiram rapidamente entre os países, levando seus líderes otimisticamente a pensar que era apenas uma questão de tempo para o proletariado tornar-se a grande maioria do povo. Para Hobsbawm, o hino do socialismo mundial expressou bem essa concepção: “A Internacional será a raça humana”. (HOBSBAWM, 1988, p. 170).

É assaz natural, para o mesmo autor, esse sentimento de exaltação e de esperança na inevitabilidade histórica de seu triunfo sentido pelos líderes e seguidores dos partidos socialistas e operários, causado pelo excepcional crescimento dos mesmos que vinha se processando desde a década de 1880, pois “Jamais houvera época tão repleta de esperanças para aqueles que labutam com suas mãos, numa fábrica, numa oficina ou nas minas. Nas palavras de uma canção socialista russa, ‘Do passado sombrio resplandece a luz brilhante do futuro’” – ainda que, no percurso dos anos anteriores a 1914, tenha se tornado patente “[...] que mesmo os partidos mais miraculosamente bem-sucedidos ainda possuíam grandes reservas de apoio potencial para mobilizar, o que na verdade estavam fazendo” (Id., ibid., p. 171).

No entanto, como bem adverte Hobsbawm (Ibid., p. 196), o que embalava esses partidos e suas massas no sonho revolucionário, ainda que teoricamente, não era certamente a consciência da irreformalidade do capitalismo, mas sim o fato de compreenderem que “[...] todos os aperfeiçoamentos expressivos provinham, em primeiro lugar, da ação e da organização deles próprios, como classe”. Assim, “[...] Quanto mais vigoroso era o senso da comunidade e da solidariedade da classe trabalhadora, tanto mais fortes as pressões sociais no sentido que se mantivesse dentro dela” – ainda que isso não subtraísse “[...] especialmente no caso de grupos como o dos mineiros [...] a ambição de proporcionar aos filhos a escolaridade que os afastaria das minas”. Em síntese: “O que havia, subjacente às convicções socialistas dos militantes da classe trabalhadora e à aprovação das massas era, mais que qualquer outra coisa, o mundo segregado imposto ao novo proletariado”, de modo que a esperança provinha da força do movimento, tornando o sonho operário europeu marcadamente coletivo.

Vale observar, com o mesmo historiador, que o avanço da organização de classe não ocorreu de forma cronologicamente uniforme, acelerando-se, sobretudo, no desenrolar de dois curtos períodos, quais sejam: O primeiro compreendido entre o final da década de 1880 e os anos iniciais de 1890, expressos “[...] pela reinstituição de uma Internacional dos Trabalhadores [...] e por aquele símbolo da confiança e da esperança da classe operária, o Primeiro de Maio”<sup>13</sup>; o segundo teve seu desfecho mais ou menos no período que se estendeu entre a Revolução Russa de 1905 e a de 1914, quando o sólido aumento eleitoral dos partidos socialistas e operários recebeu o reforço da propagação do sufrágio democratizado. Ademais, “[...] ondas de agitação operária produziam um avanço ainda maior na força do sindicalismo organizado”. Assim, não obstante as particularidades de cada país, afirma o autor, esses dois períodos de veloz crescimento do movimento operário podem ser localizados, de uma maneira geral, em quase toda parte (HOBSBAWM, 1988, p. 188).

Faz-se notório que Hobsbawm refere-se à II Internacional, fundada em Paris entre os dias 14 e 21 de julho de 1889. Vale realçar com Araújo (2006) que, no mesmo período, também em Paris acontecia o “Congresso da Federação de Trabalhadores Socialistas de França”, em outros termos, o congresso dos “possibilistas”, apoiado pelos “tradeunionistas” ingleses. Detalha o mesmo que os anarquistas marcaram presença nos dois eventos. Todavia não lograram influir em nenhum deles.

A II Internacional é definida, nos termos do sobredito autor, como uma federação de associações e partidos nacionais cuja luta principal travou-se entre marxistas e reformistas (oportunistas/possibilistas e revisionistas). Assim, assinala Araújo que, para os marxistas, internamente, fazia-se necessário o combate às duas tendências consideradas falsas do ponto de vista da superação da sociedade de classes e da construção do horizonte socialista. Contudo, vale notar que houve divisões entre os próprios marxistas. Desse modo, a diferença primordial entre marxistas e reformistas consistia em que

[...] os primeiros, apesar de aceitarem participar do Parlamento e noutras instâncias públicas, faziam-no para pressionar por leis e políticas assim como meio para fazer propaganda em favor do socialismo, pois seu objetivo era a tomada do poder, ao passo que os segundos, os possibilistas, mantinham que a partir do parlamento, mas sobretudo a partir de posições de governo (sobretudo local), poder-se-iam conseguir reformas imediatas

---

<sup>13</sup> Inclusive, informa Hobsbawm: “foram esses os anos em que os socialistas primeiro apareceram em números significativos nos parlamentos de diversos países, enquanto na Alemanha, onde seu partido já era forte, o poder do SPD [Partido Social-Democrata Alemão] mais que dobrou entre 1887 e 1893 (de 10,1 a 23,3%)” (HOBSBAWM, 1988, p. 188).

favoráveis aos trabalhadores, sem necessidade de modificar substancialmente o capitalismo (ARAÚJO, 2006, p. 77).

Contextualiza o autor que, nas duas últimas décadas do século XIX, os grandes sindicatos e os partidos políticos de massa começaram a ganhar vulto na Grã-Bretanha, na Alemanha e na França, fato que terá repercussão no seio da II Internacional. Com a expulsão definitiva dos anarquistas, no Congresso de Londres, ocorrido em 1896, os partidos e os sindicatos tomaram, por assim dizer, às rédeas da situação e da ação política, de modo que a polêmica passou a ser, inicialmente, entre partidos e sindicatos e, a seguir, após 1900, quando os sindicatos teriam sido marginalizados, entre os partidos e seus ideólogos. O mote da querela, conforme Araújo (ARAÚJO, 2006, p. 76), seria “[...] a estratégia a seguir frente à classe dominante e seu Estado”.

Destaca o autor que, em relação aos sindicatos, havia duas posições principais, a saber: de um lado, os militantes ingleses e os franceses e, de outro, os militantes alemães. Na compreensão do mesmo,

Os dois primeiros, menos influenciados pelo marxismo que os alemães, separavam as lutas econômicas das políticas pelo que os sindicatos cuidariam das primeiras e os partidos das segundas. Os alemães, em contrapartida, consideravam os sindicatos como formas de organização menos evoluídas do que os partidos e antecedendo a estes na formação da consciência de classe dos trabalhadores. Recorde-se que para o marxismo a luta econômica e a política devem caminhar juntas, sem que isto queira dizer que não se reconheça importância à melhoria salarial ou às condições de trabalho, etc. (ARAÚJO, 2006, p. 76).

Seguindo o registro de Araújo (p. 79), a luta ideológica ganhou mais relevo na Alemanha. Assim, passados dois anos da fundação da II Internacional, o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) realizou seu primeiro congresso “[...] de definição marxista. [...]. O Congresso de Erfurt adoptou um novo programa, ‘redigido na sua parte teórica por Kaustky e na sua parte prática por Bernstein. Ambas as intervenções na redacção do Programa tornavam-no contraditório. Se a parte teórica era marxista, a prática era reformista. [...]’”.

Faz-se importante enfatizar que, nesse período, Marx já havia morrido e que Engels participou da II Internacional. Este, vale esclarecer, ainda que não objetasse as reformas, não as confundia com a posição dos oportunistas, pois, para os marxistas, “[...] o papel do partido não era ganhar votos nem posições em ministérios e sim fortalecer a organização do proletariado rumo ao socialismo” – de modo que estes foram os termos dos debates travados no seio da II Internacional: reformismo ou oportunismo; reforma ou revolução (ARAÚJO, 2006, p. 82).

Alicia Sagra (2005, p. 21-35), por sua vez, caracteriza a II Internacional como a Internacional da organização das massas trabalhadoras, pondo de pé, em um número considerável de países fortes, organizações sindicais e partidárias – de modo que cumpriu um papel pedagógico fundamental: formar e aglutinar os trabalhadores em torno da luta de classes. Contudo, ao votar a favor dos créditos de guerra, na defesa injustificável do imperialismo, nas palavras da autora, “[...] pisoteou a independência de classe e o internacionalismo proletário, princípios centrais do marxismo. Isso provocou sua morte como Internacional revolucionária. Passou à manutenção do sistema burguês”.

Quanto à formação da consciência de classe dos trabalhadores, adverte Hobsbawm que esta não pode ser diretamente confundida com o avanço das organizações operárias, mesmo levando-se em conta alguns exemplos de forte identificação dos operários com seu partido ou movimento de classe, ocorridos, sobretudo na Europa central e em algumas zonas industriais especializadas. Para o mesmo, “[...] o que se tornava cada vez mais comum, quer os operários se identificassem ou não com ‘seu’ partido, era a identificação apolítica de classe, ou a consciência de pertencerem a um mundo separado de operários, que incluía, mas ia muito além do ‘partido’ de classe” – de modo que tal consciência tomava por base “[...] a experiência de vida à parte, um mundo e um estilo de vida separados que emergiam, não obstante as variações regionais de costumes e idioma, em formas partilhadas de atividade social” (HOBSBAWM, 1988, p. 188).

Contudo, reconhece o historiador a contribuição trazida pelo movimento organizado dos trabalhadores. Para isso, explica que sem este “[...] nem mesmo as expressões não-políticas da consciência de classe não haveriam sido completas nem mesmo plenamente concebíveis: pois foi por meio do movimento que ‘as classes trabalhadoras’, no plural, fundiram-se com a ‘classe operária’, no singular” (Id., ibid., p. 189).

Por último, cabe-nos fazer uma breve referência à III Internacional, também conhecida como Internacional Comunista - IC ou Komintern.

Explica Araújo (2006, p. 120) que a designação “social-democracia” dos tempos de Marx e Engels, aceita por aqueles que se reivindicavam revolucionários, passa, sobretudo a partir da Conferência de Zimmerwald, a ser considerada a ala reformista e centrista do socialismo. Desse modo, como consequência das “Teses de Abril” ficou estabelecido o convencionalismo, proposto por Lênin, de que o comunismo passaria a ser a expressão da ala revolucionária, isto é, a esquerda da esquerda, que, em geral, chamava-se socialista. A partir de então, a social-democracia seria associada ao reformismo e o comunismo ao

revolucionarismo, não obstante o processo de degeneração da Revolução Russa, ambas acabariam tornando-se reformistas, “uma por vocação desde fins do século XIX, e a outra por convir assim aos interesses do governo soviético desde Estaline até Gorbachov [...].”.

Para Sagra (2005), a Internacional Comunista, ao contrário das Internacionais que a antecederam, não tomou a forma nem de uma frente única nem de uma federação de partidos, constituindo-se num Partido Revolucionário Mundial, com posições programáticas e regime de funcionamento: o centralismo democrático.

Diferentemente das anteriores, afirma Araújo (2006, p. 118) que a III Internacional foi ou transformou-se “[...] em algo mais do que uma coordenação internacional dos partidos comunistas no mundo”, tomando, fundamentalmente, a forma de uma suposta direção coletiva sob o comando do Partido Comunista da União Soviética e, posteriormente, do governo stalinista da URSS. Nas palavras do autor,

Nessa altura, a concepção do partido como vanguarda da classe operária já era evidente e o que fora a concepção de uma estratégia geral para os partidos converteu-se num conjunto de palavras de ordem que se aplicavam mecanicamente sem importar as características próprias e específicas de cada país. As condições para o ingresso dos partidos comunistas na Internacional Comunista (Segundo Congresso) revelam que a intenção desta era criar uma *comunidade teórica* e deixar atrás a *comunidade de acção*, [...]. É óbvio que a flexibilidade sobre a qual Lenine escreveu em *A doença infantil...* foi abandonada na prática (não nos debates) três meses depois, no Segundo Congresso (19 de Julho a 6 de Agosto de 1920), quando se estabeleceram as *condições*. A *comunidade teórica* à qual se referiu Marx foi convertida num monolitismo ideológico e estratégico que foi assumido pelos partidos comunistas como uma ordem a acatar. [...] (ARAÚJO, 2006, p. 118).

A derrota da revolução alemã, em 1923, deixou claro que URSS não seria seguida pelos demais países de orientação socialista. Assim nascia a *Oposição de Esquerda*, também chamada de “Fração Bolchevique Leninista” contra a “troika” formada por Stalin, Zinoviev e Kamenev.

Após a morte de Lênin, ocorrida em 1924, e com Stalin à frente do Partido e do governo da URSS, Trotski – considerado juntamente com Bucarin e Lenin os três dirigentes mais importantes da revolução – assumiu o papel de principal crítico do regime soviético. Vale notar com Araújo que Trotski discordava de Lênin em relação à centralização e à disciplina do partido pelo fato de não permitir, no seu interior, a democracia – posição, inclusive, partilhada por Rosa Luxemburgo. Assim, no relato do autor,

Ainda que Trotski fosse um defensor do partido político dos trabalhadores como a organização necessária para coordenar e orientar as lutas daqueles,

nunca esteve de acordo em que o partido os ultrapassasse. Se para Lenine o partido era a entidade que podia proporcionar consciência de classe às massas, para Trotski esta consciência seria consequência das suas lutas, da sua experiência revolucionária [...] (ARAÚJO, 2006, p. 121).

Nesse contexto, lembra o autor, se, na II Internacional, a esquerda socialista era aquela que propunha a revolução, enquanto a direita socialista propunha reformas, na IC, a “linha correta” pertencia a Moscou, sendo os demais rotulados de esquerdistas ou direitistas: os primeiros eram aqueles que enxergavam de forma crítica o governo da Rússia sob o poder da burocracia, e os segundos eram os reformistas que mantiveram suas posições desde o início da Primeira Guerra Mundial. Todavia, observa Araújo (2006, p. 124-125), “[...] com o passar dos anos, esquerdistas e direitistas seriam iguais para a IC: inimigos da URSS e, por isso, agentes do imperialismo e fascistas”.

Por fim, quanto aos partidos comunistas vinculados à IC, na análise do mesmo autor,

[...] eles seriam, na sua maioria, como os vagões de um comboio atrelados à locomotiva. Se a IC virava para a esquerda, inclusive para posições sectárias, como foi o caso do seu VI Congresso (1928), os partidos tinham que fazer o mesmo independentemente das condições no seu país. Se a IC rombia com o anarco-sindicalismo os PC fariam o mesmo, e em vários países, por esta razão, ficaram sem as bases operárias que vinham da tradição anarquista desde fins do século anterior. [...]. No melhor dos casos dirigiam sectores de trabalhadores pela via do controle dos seus sindicatos a partir da sua direção e, naturalmente, muito poucas vezes as suas acções tinham que ver estrategicamente com o socialismo como meta, pois estavam subordinados aos interesses do governo soviético e à defesa do ‘socialismo num só país’, com tudo o que isto implicava nas relações internacionais da URSS. Daí os grandes erros perante as greves mineiras na Grã-Bretanha (1926), assim como na Alemanha, que permitiram a ascensão de Hitler ao poder, e na Espanha durante a guerra civil perante a qual a IC se pronunciava por uma ‘revolução democrática’ e não por uma revolução socialista (ARAÚJO, 2006, p. 125).

Passaremos a seguir, sempre no esforço de aproximação do nosso objeto de investigação, à contextualização histórica da Primeira República no Brasil, dando relevo aos fatos mais marcantes e com desdobramentos no cotidiano das lutas operárias.

### **1.3 - Os principais acordos da Primeira República no Brasil**

Compreendemos, com Emilia Viotti da Costa (2007), a importância de conhecer a história da historiografia do período em estudo, como forma de melhor inteirar-se das imprecisões, limites e vinculações estabelecidas entre os historiadores e sua época, conferindo um maior rigor científico à pesquisa. Nos termos da autora,

O conhecimento da história da historiografia é essencial como etapa preparatória, para que o pesquisador possa ter consciência tanto da imprecisão dos limites que separam a lenda da história, quanto das vinculações que existem entre o historiador e sua época, para que possa dar, enfim, às investigações caráter mais científico, integrando e superando as imagens que os intérpretes da história republicana construíram sucessivamente ao longo do tempo (COSTA, 2007, p. 447).

Nesse esforço, Costa publicou um importante trabalho que trata dos momentos decisivos da Monarquia à República<sup>14</sup>, em que passa em revista a historiografia dedicada a esse período, classificando as diversas projeções de análises realizadas tanto sobre as origens da proclamação quanto sobre a Primeira República, dentre elas: a versão monarquista, a versão republicana, a versão civilista, a versão militarista, a versão dos revisionistas marxistas<sup>15</sup> e a versão da nova historiografia. Não nos daremos aqui a tarefa de discorrer exaustivamente sobre cada uma dessas vertentes<sup>16</sup>, mas tão somente contextualizar os autores que embasaram este texto com vistas a melhor situar o leitor quanto à perspectiva histórica por nós adotada.

Desse modo, cumpre-nos asseverar que tomamos por base, conforme a classificação dada por Costa, a leitura feita pelos revisionistas marxistas, através da análise de Leônio Basbaum (1981), bem como de estudiosos não citados pela autora, mas também inscritos na tradição marxista, quais sejam, Boris Koval (1982) e Ricardo Antunes (1988)<sup>17</sup> e de historiadores da nova historiografia, que, ancorados em novas fontes<sup>18</sup> e num maior afastamento do período

<sup>14</sup> A obra citada refere-se ao livro “Da Monarquia à República: momentos decisivos”, publicado pela Fundação Editora UNESP, em 1998, reeditado pela 8ª vez com versão revisada e ampliada em 2007.

<sup>15</sup> Na definição de Costa (2007, p. 446-447), os “[...] autores marxistas utilizaram em suas análises novos critérios procurando estabelecer conexões entre as transformações econômicas e sociais do país e a mudança do quadro institucional”. Desse modo, os esforços direcionaram-se para uma análise mais objetiva e racional dos fatos, quando, nos termos da autora, “A história deixou aos poucos de ser uma crônica dos episódios e das ações individuais, para se converter numa história interpretativa, deixando num segundo plano a ação dos indivíduos, ressaltando o papel dos grupos sociais; o historiador, em vez de se preocupar em expor os acontecimentos numa ordem cronológica, procurou relacionar as transformações políticas com as mudanças ocorridas na estrutura econômica e social do país”. De acordo com a leitura da autora, figuram como revisionistas marxistas os seguintes autores: Caio Prado Jr. (1949), Nelson Werneck Sodré (1939; 1944; 1962; 1964) e Leônio Basbaum (1968).

<sup>16</sup> Para um estudo mais acurado sobre a questão, consultar a obra de Emilia Viotti da Costa (2007), aqui referida.

<sup>17</sup> Vale esclarecer que os autores aqui referenciados, Boris Koval e Ricardo Antunes, não caberia, de fato, constar na classificação historiográfica apresentada por Costa, tendo em vista que o primeiro analisa a história do proletariado brasileiro no período compreendido entre os anos de 1857 a 1967 e o segundo empreende um estudo que conjuga classe operária, sindicatos e partido no Brasil, do período que se estende da “Revolução de 30” à “Aliança Nacional Libertadora”. Isto é, não são estudos, a exemplo dos demais, que se debruçaram especificamente sobre as origens e a efetivação da história da Primeira República no Brasil, mas, sim, constituem a historiografia da história do movimento operário. Contudo, como identificamos nessas análises importantes contribuições para a contextualização desse período, entendemos que sua utilização traria um enriquecimento ao texto.

<sup>18</sup> Cláudio H. Batalha (2005, p. 156) assegura estar patente a necessidade de uma reavaliação das fontes tradicionais de pesquisa, bem como defende a ampliação do leque das fontes empregadas. Em suas palavras, “Seguramente é possível propor novas leituras de fontes tradicionais (como jornais, textos literários, e outras), e,

em estudo, apresentam novidades em relação ao tema, quais sejam: Emilia Viotti da Costa (2007), Maria Efigênia Lage de Resende (2006), Mário Cléber Martins Lanna Júnior (2006), Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto (2006)<sup>19</sup>.

Na leitura da historiadora Maria Efigênia Lage de Resende (2006), quanto a ideologia militar após a atuação na Guerra do Paraguai tenha apontado para a participação ativa na vida pública, consubstanciando-se numa espécie de catalisador da deposição do imperador, o que se plasmou em 15 de novembro de 1889 foi, fundamentalmente, a preponderância da ação antimonárquica que vinha processando-se desde a década anterior. Tal processo aglutinou em torno de si os segmentos mais poderosos da sociedade de então: cafeicultores, ex-proprietários de escravos, abolicionistas e militares positivistas (partidários de uma ditadura militar) e partidários da República. Contudo, no momento da proclamação da República, as forças políticas melhor organizadas eram o Exército e o Partido Republicano Paulista (PRP)<sup>20</sup>.

Vale lembrar com a mesma que, desde 1870, vinha-se operando a difusão do positivismo nas escolas militares, sobretudo por influência do Professor Benjamim Constant, a exemplo das Faculdades de Direito que também se constituíram importantes focos de difusão das idéias positivistas. Nas palavras de Resende, “o positivismo dota os militares de uma aguda crítica política e da concepção de uma missão cívica – a de expurgar os males do país por meio da implantação de uma república positivista” –, o que pressuporia uma ditadura militar, estribada na concepção da ordem como pressuposto para o progresso, literalmente encarnado no lema da bandeira brasileira até nossos dias (RESENDE, 2006, p. 105).

Assim, completamente seduzidos pelos ideais positivistas e republicanos, relata Costa (2007, p. 486) que alguns jovens oficiais tomaram para si a tarefa de corrigir os vícios presentes na organização política e social do país numa verdadeira missão salvadora da pátria – de modo que, nos termos da autora, “Generalizara-se entre os militares a convicção de que só os

---

ao mesmo tempo, há toda uma série de ‘novas’ fontes, como processos na Justiça do Trabalho ou a iconografia do movimento operário, que ainda precisam ser devidamente exploradas”.

<sup>19</sup> Vale esclarecer que à exceção de Costa, os demais autores aqui citados publicaram seus trabalhos num momento posterior à análise empreendida pela autora e, portanto, não teriam como entrar na sua definição de pesquisadores vinculados à nova historiografia. Contudo, como se tratam de estudos recentes, ancorados em análises bastante próximas daquela empreendida por Costa, consideramo-los pertencentes a esse grupo.

<sup>20</sup> Assinala Resende (2006, p. 105) a solidez da organização do PRP, expressão dos interesses da burguesia agrária do café. Na sua definição, tais interesses traduziram-se na necessidade de libertação das amarras do Império Unitário com vistas a assumir as rédeas das decisões políticas, econômicas e financeiras que beneficiassem o desenvolvimento do setor cafeeiro – de forma que, nos termos da autora, o projeto político dos cafeicultores, “inscrito já no Manifesto Republicano de 1870, é o de uma República representativa, organizada sob a forma federativa pela reunião de estados. Esses últimos ligados, unicamente, pelo vínculo da nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e de defesa exterior”.

homens de farda eram ‘puros’ e ‘patriotas’, ao passo que os civis, ‘os casacas’, como diziam, eram corruptos, venais e sem nenhum sentimento patriótico. [...]”.

De acordo com a análise da referida autora, os militares sentiam-se desprestigiados pelo governo, favorecendo a atitude de indisciplina e revolta – tanto assim que um dos chefes militares mais eminentes chegou a confessar em 1886 que “[...] num efetivo de 13.500 homens tinham ocorrido 7.526 prisões por indisciplina” (COSTA, 2007, p. 487).

Nesse contexto, conforme Resende (2006), a deposição do ministério do Visconde de Ouro Preto<sup>21</sup> pelo Marechal Deodoro da Fonseca impulsionou sobremaneira as forças de oposição ao Império, tornando irreversível a derrubada da Monarquia – de modo que, no dia 15 de novembro, militares e civis, devotos das idéias republicanas, articulam-se celeremente em torno da instalação de um governo provisório, declarando, de maneira quase instantânea, a proclamação da República como nova forma de governo do país, quando assume o poder sob a chefia do Marechal Deodoro, o primeiro ministério, já organizado desde 11 de novembro.

Contudo, vale observar com Emilia Viotti da Costa (2007) que, de fato, o ano de 1889 não expressou uma ruptura no processo histórico brasileiro, uma vez que em nada se alteraram as condições de vida dos trabalhadores rurais e o sistema de produção permaneceu com as mesmas características coloniais, mantendo sua velha relação de dependência aos mercados e capitais estrangeiros.

Para Resende (2006, p. 106), a proclamação da República como um acontecimento aparentemente pacífico, na verdade expressou tão somente “a ponta do *iceberg* cuja emergência faz aflorar uma multiplicidade de posições e interesses conflitantes. A situação é, ainda, mais complexa pela passagem da liderança do movimento, de forma imprevista, às

---

<sup>21</sup> Vale lembrar com Costa (2007, p.489) que, ao assumir o ministério, em julho de 1889, Ouro Preto tinha plena convicção dos riscos que rondavam a Monarquia. Desse modo, uma de suas primeiras iniciativas foi elaborar um programa de reformas com vistas a neutralizar as críticas e a responder antigas aspirações, num esforço de anular os apelos republicanos. Conforme a autora, tal programa constituiu-se, na verdade, numa extensão do programa liberal apresentado em 1869: “Ampliação da representação, considerando-se como prova de renda legal o fato de o cidadão saber ler e escrever desde que provasse o exercício de qualquer profissão lícita e estivesse no gozo dos direitos civis e políticos; Plena autonomia dos municípios e províncias; Eleição dos administradores municipais e nomeação dos presidentes e vice-presidentes sob lista organizada pelo voto dos cidadãos alistados, mantendo-se o sistema de alistamentos vigente; Liberdade de culto; Temporariedade do Senado; Liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento; Máxima redução possível dos direitos de exportação; Lei de Terras que facilitasse sua aquisição, respeitando os direitos dos proprietários; Redução de fretes e desenvolvimento dos meios de rápida comunicação de acordo com um plano previamente assentado; Animar e promover estabelecimentos de crédito; Elaborar um Código Civil; Conversão da dívida externa, amortização do papel-moeda. Equilíbrio da receita pública com a despesa, pelo menos ordinária. Fundação de estabelecimento de emissão e crédito, especialmente dedicado ao estímulo da produção. Propunha ainda a reforma do Conselho de Estado, retirando-lhe o aspecto político e conservando apenas o caráter administrativo”.

mãos de um militar”, que, diga-se de passagem, até então havia se postado conservador e amigo do Imperador, preferindo, portanto, a deposição de Ouro Preto a de D. Pedro II.

Nesse sentido, assevera Costa (2007, p. 398) que as contradições presentes no movimento de 1889 não tardaram a vir à tona, ganhando vulto já nos primeiros meses de vida da República, quando ocorreu o choque entre os grupos que haviam se reunido em torno das idéias republicanas, rompendo, portanto, com a frente revolucionária que proclamou a República: “Representantes da oligarquia rural disputavam o poder a elementos do Exército e da burguesia, embora houvesse burgueses e militares dos dois lados, em virtude dos seus interesses e ideais” – de modo que se tornou impossível a manutenção da estabilidade e da paz em meio à tão acirrada disputa.

Conforme o registro de Costa, a tensão entre civis e militares vinha ocorrendo desde o período do Império, não obstante tenham-se unificado momentaneamente para fins da proclamação da República – de maneira que, logo após o episódio de “15 de novembro”, as hostilidades ganharam força novamente. Ademais, observa a mesma que a ação dos militares desorteava os políticos, quiçá por estes entenderem que, após a proclamação, as classes armadas retornariam às suas casernas devolvendo as rédeas do país aos civis – inclusive, era essa a concepção de um dos principais líderes do movimento republicano no Exército, Benjamin Constant.

Nesse contexto, para a autora, os primeiros anos da República configuraram-se como anos de profundas agitações, com revoltas, conflitos e conspirações, explodindo por toda parte, ganhando relevo a ação das classes armadas.

Na síntese das historiadoras Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto (2006, p.390), “Um alto grau de instabilidade marcou a tônica dos primeiros anos do regime instituído em 1889”. Explicam as autoras que, se, por um lado, a defesa do federalismo articulou em torno de si os grupos dominantes, representantes das principais províncias, por outro lado, as questões referentes à configuração do novo sistema político a ser implantado provocaram diversas celeumas entre os mesmos.

Leôncio Basbaum (1981, p. 17), historiador e militante comunista, apresenta uma “compreensão” deveras particular do “15 de novembro”. Na sua compreensão, a queda do Império no Brasil não resultou de uma trama detalhadamente traçada, mas “tudo não passou de conversações meio secretas entre meia dúzia de pessoas que até a véspera do golpe não sabiam ainda se iriam até à proclamação da República”. Explica o autor que

O governo republicano deveria pertencer, como seria lógico, aos donos das terras e dos meios de produção, isto é, aos republicanos não objetivistas e realistas, os fazendeiros de café de São Paulo. Entretanto, por causas fortuitas, uma complicação militar de interesse secundário, caiu o poder em mãos do exército. Tal governo, apesar de efêmero apoio de uma parte das classes médias, somente poderia manter-se no poder *pela força das armas*. Esse antagonismo imediato entre a maioria da Constituinte e o governo do Marechal Deodoro só podia ser liquidado pela destruição de um ou de outro (BASBAUM, 1981, p. 21, grifos do autor).

As verdadeiras causas da Revolta, assevera Basbaum (1981), devem ser localizadas na própria natureza do governo, nas condições sociais que o sustentavam: “[...] não havia uma classe definida economicamente forte a ocupar o poder e o governo, por isso mesmo era *débil*”, apoiando-se apenas na Constituição. Alega o autor que “[...] não havia espírito republicano entre os chefes do governo, como também não havia entre os revoltosos” – de modo que “República e Democracia continuavam sendo apenas duas palavras, mesmo quando escritas com letras maiúsculas” (Id., ibid., p. 31, grifo do autor).

O governo republicano representava a derrubada da aristocracia rural e a subida ao poder de um grupo heterogêneo vinculado às classes médias urbanas, com destaque para os militares, considerados o setor “[...] mais forte e homogêneo e que, além disso, dispunha de armas”, daí a caracterização da Primeira República como “República da Espada”. (Id., ibid., p. 33).

Desse modo, para Basbaum, os atos que desfecharam o período foram marcados pela inconseqüência e pela falta de lógica, consumando-se no que chamou “comédia de absurdos”. Entre os absurdos elencados pelo autor, gostaríamos de elucidar os sujeitos da proclamação da República e a forma como conduziram o novo regime político. “O primeiro desses absurdos: existe um Partido Republicano, mas não é este quem proclama a República. Quem o faz é o exército que, em seu conjunto, não é republicano. E esse é o segundo dos absurdos”. Assomado a isso, a responsabilidade do golpe militar que pôs abaixo o Império recaiu sobre os ombros do mais graduado oficial do exército, o Marechal Deodoro da Fonseca – conforme mencionamos há pouco – monarquista e amigo do Imperador – o qual, nos termos do autor, “[...] sentindo-se ferido nos seus brios e na sua honra e, portanto, atingidos os brios e a honra de todo o exército, cede à pressão de alguns de seus camaradas mais exaltados e põe ‘a procissão na rua’”<sup>22</sup> (BASBAUM, 1981, p. 13).

Os “absurdos” não cessam por aí. Descreve Basbaum que o novíssimo republicano na pele de presidente da República “[...] desgostoso com a atitude do Congresso, que considerava de

---

<sup>22</sup> Conforme o autor, expressão em voga na época para designar a presença dos canhões do exército na rua.

desrespeito à sua pessoa, esquecendo que a palavra república era sempre associada à palavra democracia, resolve simplesmente dissolvê-lo”, numa clara demonstração, segundo o autor, “[...] de espírito caudilhesco e ditatorial e de absoluto desprezo pelas ilusões democráticas dos republicanos” (BASBAUM, 1981, p. 14).

Basbaum reporta-se também ao episódio da “Revolta da Armada” como integrante da dita “comédia de absurdos”, quando, por seis meses, a esquadra revoltada, atulhada de munição, mantém-se inerte na Baía de Guanabara, com seus canhões mudos direcionados para a cidade, “[...] sem saber o que fazer, enquanto o governo, tranquilamente, encomendava navios de guerra no estrangeiro” (BASBAUM, 1981, p. 14).

Outrossim, figura ainda o que o autor chamou de “orgia do papel pintado”, isto é, a farra do enriquecimento rápido através do dinheiro impresso a granel que ficou conhecido como encilhamento, “[...] a enxurrada de empresas fantásticas para cuja fundação a única dificuldade era inventar um nome que ainda não houvesse sido utilizado” (Id., ibid., p. 15).

Segue, ademais, esse cortejo, o “rápido adesismo”, ou seja, os monarquistas convertendo-se, quase instantaneamente, em “republicanos históricos”, [...] ocupando os postos-chaves da administração, enquanto os verdadeiros republicanos, os ‘idealistas’, iam abandonando a luta, convencidos de que não era aquela a república dos seus sonhos” (Id., ibid., p. 15, grifos do autor).

Por fim, o desfecho da descrita “comédia de absurdos”, segundo o autor, constituiu-se melancólico: No dia da posse de Prudente de Moraes em 15 de novembro de 1894, Floriano Peixoto “[...] deixa-se ficar em sua casinha de subúrbio, regando o seu jardim” e o novo presidente eleito, “[...] ao assumir o governo, entra num palácio literalmente vazio” (Id., ibid., p. 14).

Vale lembrar com Resende (2006, p. 119) que o sistema político predominante na Primeira República estribou-se na atuação das oligarquias no plano estadual e do coronelismo no âmbito municipal, o que teria inviabilizado na sua leitura “avanços significativos no processo de construção da cidadania no período compreendido entre 1889 e 1930”.

A súmula apresentada pela autora do panorama de relações estabelecidas entre municípios e estados, no período que se estende de 1889 a 1898, quando assume a Presidência da República o paulista Campos Sales, sinaliza para um quadro de violentos conflitos nos estados e municípios travados entre as facções rivais na luta pelo controle do poder local.

Ferreira e Pinto (2006) asseguram que a República brasileira só alcançaria as bases de sua estabilidade com o equacionamento dessas questões, o que se fez através da criação, em 1898, do pacto político popularmente conhecido como “política dos governadores” ou “política dos estados”, idealizado por Campos Sales<sup>23</sup>.

Assim, a “política dos governadores”, na definição das autoras, objetivou

confinar as disputas políticas no âmbito de cada estado, impedindo que conflitos intra-oligárquicos transdessem as fronteiras regionais, provocando instabilidade política no plano nacional; chegar a um acordo básico entre a União e os estados, e pôr fim às hostilidades existentes entre Executivo e Legislativo, controlando a escolha de deputados (FERREIRA e PINTO, 2006, p. 390).

Nesse sentido, como bem explanou Resende (2006), o pressuposto do compromisso sacramentado entre Campos Sales e os governadores rezava que o presidente não interferiria na política estadual e que os governadores, por seu turno, providenciariam em seus estados aqueles resultados eleitorais constituidores de um legislativo federal sintonizado com o projeto de governo do presidente. Todavia, essa relação quase matrimonial entre presidente da República e governadores, leia-se oligarcas, prescinde de um terceiro cônjuge para tornar a união perfeita, ainda que esdrúxula: os coronéis. Nos dizeres da historiadora, “São esses últimos a peça-chave na organização das eleições e na ‘garantia’<sup>24</sup> de resultados favoráveis à situação dominante no seu estado” (RESENDE, 2006, p. 117).

No esforço de concretização da articulação coronéis/governadores/presidente, dito de outro modo, da implementação da política dos governadores teceu-se uma complexa rede de providências bem a gosto da sórdida disputa pelo poder político, a qual se compôs de uma infinidade de recursos legais e extralegais, bem como do aparato militar quando necessário.

Vale observar com Resende que embora a “política dos governadores” tenha consolidado o

<sup>23</sup> Resende explica com Porto (1951, p. 164-165 apud RESENDE, 2006, p. 114) o plano traçado pelo astuto paulista: “sanear as finanças, saneá-las drasticamente e, como prevê dificuldades, quer começar pela normalização da vida política a fim de encontrar apoio e ficar livre para agir. Sua posição é precária: não tem o Exército para prestigiá-lo, não tem as ‘brigadas’ [Força Pública Estadual], não tem nem mesmo o calor do civilismo e da pacificação de Prudente, não pode nomear e demitir presidentes, nem afastar governadores, e precisa do Congresso, a fim de não passar por sobressaltos e crises, em que se viram envolvidos os presidentes que o antecederam. Faltando-lhe, e que tanto ajudara os predecessores, qualquer mística – a ilegalidade, o florianismo jacobinista, o espírito de pacificação –, forçoso lhe era recorrer a outras forças”. Desse modo, Campos Sales foi paulatinamente articulando seu engenhoso arranjo político com vistas ao desenvolvimento de relações de compromisso entre os poderes executivo federal e os executivos estaduais, possibilitando dessa forma a constituição de um coeso poder legislativo no âmbito nacional, de modo a garantir a tão almejada estabilidade ao seu governo.

<sup>24</sup> Não é demais lembrar com Resende (2006) que a fraude era uma constante nas eleições na República dos coronéis e das oligarquias. E, nesse mister, o leque de subterfúgios utilizados no falseamento das eleições já se faz deveras conhecido: currais eleitorais, voto de cabresto, eleições a bico de pena, dualidade de eleições, falsas atas, duplicatas de câmaras municipais e de assembléias legislativas etc.

domínio das oligarquias e o poder dos coronéis no município, as lutas coronelísticas não tiveram fim, tampouco cessaram as renhidas disputas oligárquicas estaduais – digamos que as velhas rixas tenham-se apaziguado nos ténues limites daquela paz necessária.

Passando para um breve sobrevôo sobre a década de 1920, pudemos observar, com base nas análises de Ferreira e Pinto (2006, p. 389), que a sociedade brasileira desse período viveu momentos de intensa efervescência e transformações, com significativos desdobramentos no espectro das complexas relações sociais – o que viria a desembocar, nas palavras das historiadoras, “[...] numa fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizariam a partir do movimento de 1930”.

A título de ilustração, damos relevo com as autoras ao intenso ano de 1922, quando uma sucessão de eventos de grande monta mudaram de modo expressivo a face político-cultural do país, a saber: “a Semana de Arte Moderna<sup>25</sup>, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a comemoração do centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922” (FERREIRA e PINTO, 2006, p. 389).

Como forma de melhor contextualizar o período, consideramos necessário um pequeno destaque para este último evento. Contam as historiadoras que o lançamento oficial da chapa sucessora do Presidente Epitácio Pessoa, composta pelos nomes de Artur Bernardes e Urbano Santos, lançada pelos grupos dominantes de Minas e de São Paulo, gerou um profunda insatisfação no interior das oligarquias regionais, as quais, diferentemente das disputas eleitorais anteriores, quando vigorava sem grandes problemas o consenso, apresentaram sua firme objeção àqueles candidatos.

Desse modo, no entendimento das autoras, o que ganhou o nome de “Reação Republicana” foi a expressão do descontentamento das oligarquias de segunda grandeza (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal) frente à dominação de Minas e São Paulo, o que não se configurava como um fenômeno novo, uma vez que em outras

---

<sup>25</sup> Costa (2007, p. 423-425) observa que o tom futurista e cosmopolita vivenciado pelo movimento modernista em suas primeiras manifestações foi ultrapassado em 1924, ganhando destaque o enfoque nacionalista. Este, por sua vez, dividiu-se em duas direções: as inclinações de esquerda representadas pelos movimentos do Pau-Brasil e da Antropofagia, de Oswald de Andrade; e as inclinações de direita, expressas na Anta e no Verde-Amarelo de Plínio Salgado. Outrossim, informa a autora “[...] que nos últimos anos da década de 1920 e durante toda a década seguinte, as opções de direita e esquerda pareceram imperativas à maioria dos intelectuais. Não se concebia o intelectual isolado, desligado da realidade, nem se aceitava a prática da arte pela arte. Os escritores condenavam o esteticismo. A palavra de ordem era fazer uma literatura e criar uma arte social, instrumentos de ação partidária e veículo de reformas políticas que pareciam a todos urgentes e necessárias. [...]. Essa tendência se evidenciaria de forma mais nítida nos anos 30. Vivia-se num clima revolucionário que forçava as opções políticas e o engajamento do intelectual, estimulando o interesse pelos estudos de história do Brasil. Era preciso conhecer o país para poder transformá-lo. E para conhecer o país era preciso não só analisar o presente, como estudar o passado”.

ocasiões já houvera ocorrido o esforço de articulação entre essas oligarquias estaduais com vistas à intensificação do seu poder de negociação entre os estados dominantes, esforço do qual o movimento de 1922 é um caso bastante ilustrativo.

Assim, segundo Ferreira e Pinto, as oligarquias dissidentes apresentaram a candidatura de Nilo Peçanha e J. J. Seabra, esta conquanto portasse uma plataforma limitada em relação a propostas concretas que viessem ao encontro dos anseios das populações urbanas, obtiveram uma significativa acolhida por parte desse contingente eleitoral, sobretudo no Distrito Federal.

Contudo, vale lembrar com Ferreira e Pinto que as práticas políticas em vigor na Primeira República estribavam-se no compromisso coronelista, no qual a reciprocidade entre as partes constituía-se um elemento imprescindível, ou seja, cada parte deveria ter algo a oferecer, de modo que do lado da “Reação Republicana”,

[...] poucos eram os trunfos que podiam ser usados para obter o apoio eleitoral dos oligarcas e coronéis do interior, já que a máquina federal não podia ser usada na distribuição de privilégios e favores. Por outro lado, a campanha eleitoral, por mais sucesso que obtivesse, não era capaz de definir o pleito. Ainda que sem abrir mão dessas iniciativas, tornava-se fundamental contar com alternativas mais eficazes: era preciso encontrar um novo parceiro político capaz de antepor-se às oligarquias dominantes. Os militares eram um segmento ideal (FERREIRA e PINTO, 2006, p. 396-397).

Nesse contexto, a velha máquina eleitoral vigente na Primeira República mais uma vez pôs sua engrenagem em movimento, produzindo um resultado favorável ao candidato oficial: Arthur Bernardes alcançou a vitória com 466 mil votos, enquanto Nilo Peçanha contou com 317 mil. Porém, a “Reação Republicana” não aceitou os resultados eleitorais, reivindicando a criação de um Tribunal de Honra que arbitrasse o processo eleitoral, desencadeando, assim, uma campanha com vistas, “[...] de um lado, a manter a mobilização popular e, de outro, a aprofundar o processo de acirramento dos ânimos militares” (FERREIRA e PINTO, 2006, p. 397-338).

Todavia, registram as autoras, as lideranças políticas de Minas e São Paulo mantiveram-se firmes em seu propósito de continuar governando o país. Nesse sentido, não aceitaram nenhuma reivindicação apresentada pelos adeptos da “Reação Republicana”, ao contrário, trataram de isolar o máximo possível os deputados dissidentes, excluindo-os das diversas comissões parlamentares, de modo que aos revoltosos não restou alternativa a não ser o estreitamento das relações com os militares.

Diante desse quadro, na ótica das autoras, a sublevação da ordem e a possibilidade de intervenção militar tornavam-se iminentes, eclodindo, por fim, em 5 de julho de 1922 compostas pelas guarnições de Campo Grande, Niterói e Distrito Federal. Assim, materializava-se a estréia dos tenentes no panorama nacional.

Observa Mário Cléber Martins Lanna Júnior (2006) que o “tenentismo” despontou para a história como um importante marco explicativo do ocaso da Primeira República, da “Revolução de 30” e da participação das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na política.

Explica o autor que o significado do “movimento tenentista” urdiu-se na medida em que concretizava suas ações, ocorridas no período que se estende de 1922 e 1934. Já a expressão “tenentes/tenentismo” foi cunhada nos idos dos meses iniciais de 1931, “[...] identificada como ‘partido dos tenentes’ ou, então, aproximado de outros ‘ismos’, a exemplo de ‘outubrismo’, ‘prestismo’, ‘aliancismo’, ‘luzardismo’” – não obstante, na acepção de seus adversários, tenha assumido a cotação depreciativa de “[...] ‘atenentação’, ‘tenentada’, ‘tenentocracia’, ‘atenentadamente’”. Apoiado na análise de Borges (1992, p. 221), interpreta Lanna Jr. que “[...] a palavra ‘tenentismo’ surgiu como resultado da luta político-partidária, expressando conflitos entre grupos. Na época de sua formulação, 1931, o termo assumiu, sobretudo, um caráter pejorativo, referindo-se principalmente a uma situação de ‘anarquia militar’” (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 345).

Na análise do historiador comunista Boris Koval (1982, p. 169, 177), identificou-se como tenentismo o movimento revolucionário pequeno-burguês dos anos de 1920 pelo fato de as revoltas de 1922 (Insurreição Pernambucana e o Levante do Forte de Copacabana), 1924 (levante em São Paulo contra a ditadura de Artur Bernardes) e a Coluna Prestes terem sido comandadas por tenentes e oficiais do escalão inferior do Exército Brasileiro. Informa o autor que o “tenentismo” deita suas raízes nas lutas da oficialidade contra o escravismo e a monarquia, assumindo nos anos de 1920 “[...] formas mais combativas, transformando-se, inicialmente, em oposição política, mais tarde, em luta armada contra o governo latifundiário burguês de Artur Bernardes”. Koval faz ainda a importante observação de que a escola que formava as camadas patrióticas pequeno-burguesas – a Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro – oferecia ensino gratuito aos aspirantes, os quais “[...] recebiam amplos conhecimentos gerais, incluindo Filosofia e História”.

Por fim, segundo o autor, o programa tenentista resumia-se às seguintes exigências:

[...] entrega imediata do poder a um governo provisório; separação da Igreja do Estado e defesa da liberdade da religião; restauração das liberdades democráticas; decretação do voto secreto; proibição da reeleição do presidente e dos governadores dos estados; realização de uma política externa de paz; melhoria do sistema jurídico e financeiro; respeito absoluto e reconhecimento dos direitos constitucionais militares (KOVAL, 1982, p. 180).

Em outros termos, os anseios da oficialidade não chegaram sequer a ultrapassar os limites do reformismo burguês, deixando intactos os sustentáculos do sistema capitalista. Para Koval (1982, p. 180), “[...] Em essência os tenentistas não colocavam nenhuma outra tarefa, com exceção da derrubada da ditadura de Artur Bernardes”.

Lanna Jr. (2006, p. 347) elenca como principais motivos de formação dos levantes militares, posteriormente denominados de “tenentismo”, o sentimento de desonra suscitado nos membros do Exército brasileiro por parte dos seguintes fatos ocorridos em 1922: as cartas falsas, a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Na expressão do autor, “[...] Esses fatos fundamentam uma razão maior, a desonra sentida pelos militares em relação ao tratamento dado pelas oligarquias às forças armadas e ao Brasil”. Desse modo, no entendimento deste, o “tenentismo” configurou-se como um movimento revolucionário, uma vez que investido do papel de salvador da pátria tomava para si a missão de denúncia “[...] da desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias, que deveriam ser banidas da política, por corromperem as instituições, em específico as forças armadas”.

Vale esclarecer com o autor, apoiado na leitura de Drumond (1986), que, conquanto se apresentasse porta-voz das forças armadas, o “tenentismo” jamais logrou ser seu legítimo representante. Nesse aspecto particular, o tenentismo configurou-se como uma rebelião militar, pois se materializou como um elemento divisor e desagregador dessa instituição.

O período compreendido entre os anos de 1922 e 1927 é apresentado por Lanna Jr. como a fase heróica do “tenentismo”. Assim, despontando aos olhos das classes médias como única alternativa de liderança, esse movimento assumiu a feição de conspiração e, com armas em punho, lutou bravamente contra as oligarquias cafeeiras e seus aliados, dando aos militares rebeldes a conotação de vanguarda política. Todavia, faz-se mister aclarar com o autor, inspirado em Anita L. Prestes (1990), que o liberalismo<sup>26</sup> alardeado pelos “tenentes” era uma farsa:

---

<sup>26</sup> Atesta Lanna Jr. que o “tenentismo”, até por uma questão de herança de suas figuras centrais, configurou-se prenhe de ambigüidade. Desse modo, na expressão de Forjaz, citada pelo mesmo, “o tenentismo é liberal-democrata, mas manifesta tendências autoritárias; busca o apoio popular, mas é incapaz de organizar o povo;

Fundamentalmente, o tenentismo se manteve fiel à defesa da ordem e das instituições. Não tinha uma proposta militarista no sentido de um governo militar, mas era elitista; propunha a moralização política contra as oligarquias cafeeiras. Os jovens oficiais seriam os responsáveis por essa moralização, através da Revolução e da entrega do poder para políticos considerados por eles como ‘honestos’. Nesse sentido, destaca-se seu caráter elitista, que pregava a mudança a partir de cima, sem a participação das classes populares (PRESTES, 1990 apud LANNA JÚNIOR, 2006, p. 316).

Tanto assim que, conforme o registro do mesmo, não obstante o maior apoio ao “tenentismo” tenha advindo dos estudantes, das classes populares e dos grupos organizados da classe operária, aos “tenentes” interessava, sobretudo, o aval das elites políticas, visto que os jovens oficiais “não concebiam a luta política como algo a ser realizado pelo próprio povo, mas algo a ser realizado por uma vanguarda *em nome do povo*”. Contudo, esse seu anseio não veio a obter êxito (FORJAZ, 1977, p. 81 apud LANNA JÚNIOR, 2006, p. 323, grifo da autora).

Por mais que portasse um liberalismo de fachada e não depositasse nas massas o papel de sujeito político, o “tenentismo” incomodou sobremaneira às oligarquias governistas, a quem se fez premente a ideológica tarefa de esterilizar seu conteúdo político, reduzindo-o a um mero motim de militares. Aqui se faz interessante apresentar o esboço traçado por Lanna Jr., inspirado em Forjaz (1977, p. 74), acerca das posições dos diversos setores da sociedade brasileira de então face ao “movimento tenentista”:

Na visão das oligarquias dissidentes, eram forças contra o governo – por isso, possíveis aliados – porém com métodos revolucionários, perigosos e pouco confiáveis (FORJAZ, 1977, p. 59-60). Para as classes produtoras, representavam a desordem, uma ameaça de destruição material, como demonstrou a Associação Comercial, intermediadora do conflito e que desde o início posicionou-se a favor do governo. Para a Liga Nacionalista, formada pela alta classe média, o tenentismo representava a ‘rebeldia de alguns soldados brasileiros, [...] matando velhos, mulheres e crianças com um bombardeio injustificável e desumano’; porém, convivia pacificamente com os revolucionários, inclusive recomendando a seus associados que concentrem ‘todos os esforços no amparo e proteção às vítimas que, a todo instante, as circunstâncias estão fazendo’ (FORJAZ, 1977, p. 78 apud LANNA JÚNIOR, 2006, p. 323).

Dentre os feitos do tenentismo, Lanna Jr. aponta “A Marcha dos Dezoito do Forte” como a ação mais espetacular e heróica dos primeiros momentos do movimento, a qual correspondeu ao desenlace do levante do “Forte de Copacabana”, epicentro por excelência de uma série de acontecimentos desferidos no Distrito Federal, em Niterói e em Mato Grosso. Foi do referido

---

pretende ampliar a representatividade do Estado, mas mantém uma perspectiva elitista; representa os interesses imediatos das camadas médias e urbanas, mas se vê como representante dos interesses gerais da nacionalidade brasileira” (FORJAZ, 1977, p. 31 apud LANNA JÚNIOR, 2006, p. 345).

Forte, por exemplo, que os militares rebeldes encetaram sua batalha “revolucionária”, disparando contra os alvos estratégicos, quais sejam: Ilha de Cotunduba, Forte do Vigia, Quartel-general, Ilha das Cobras, Depósito Naval e Túnel Novo.

Contra-atacados e não atendidos em suas condições de rendição, relata o autor que permaneceram no Forte de Copacabana apenas os tenentes Newton Prado e Siqueira Campos, acompanhados por 14 soldados, compondo assim o legendário grupo cuja ação entraria para a história com o nome de “Marcha dos dezoito do Forte”, pois bravamente marcharam sobre a avenida Atlântica em direção às tropas legalistas. Tal façanha heróica fora descrita por Edgard Carone (1975, p. 40) nos seguintes termos: “o tiroteio durara meia hora; a carga de baionetas decidiu a ação em menos de cinco minutos trágicos, indescritíveis e cheios de horrores de um fim de combate a arma branca”.

Em 1924, nos dizeres de Lanna Jr. (2006), o “tenentismo” ultrapassou os muros do quartel, ganhando novos adeptos, sobretudo no Rio Grande do Sul e no Maranhão. A mira dos canhões, desta vez, apontava para a destituição do governo de Artur Bernardes, o qual, aos olhos dos rebelados, era a própria encarnação da corrupção dos ideais democráticos e, portanto, seu arquiinimigo. Nesse espírito, os rebeldes expulsaram o governo estadual da cidade de São Paulo, diga-se de passagem, principal centro urbano e econômico do país, construindo os alicerces do que viria a ser o mais audacioso feito dos tenentes: a “Coluna Prestes”, uma minoritária liderança militar comandando uma imensa hoste de civis, tornando-se lendária por sua destemida bravura.

Assim, conforme registra Lanna Jr., não obstante a participação decisiva dos oficiais de baixa patente, estes eram, inegavelmente, um grupo reduzido, dando à Coluna Prestes a feição de um exército popular. Enquanto tal, na síntese do autor,

[...] a Coluna Prestes foi responsável pelo apelo nacional ao tenentismo. Para os soldados que marcharam os 25 mil quilômetros pelo interior do país, a luta poderia ter sido em vão; afinal, saíram de cena antes da república oligárquica cafeeira, porém, saíram orgulhosos por não terem sido derrotados. Esse orgulho foi a maior herança da Coluna Prestes para o tenentismo. A Coluna Prestes pode não ter despertado o Brasil para a revolução, mas despertou a revolução para o Brasil. Depois da Coluna Prestes, de todo o seu trajeto de interiorização e de descoberta do país, nenhuma revolução seria legítima sem considerar o tenentismo. Ele tornou-se moeda cobiçada no processo revolucionário de 1930, pois representava o mais legítimo representante do interesse nacional e tinha um relativo conteúdo popular. Esses ingredientes deram ao tenentismo mais do que a vitória sobre Artur Bernardes poderia significar; deram a passagem do tenentismo para a história da revolução de 1930 (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 348-349).

Enfim, no tocante ao ocaso da Primeira República, Ferreira e Pinto (2006) identificam o início do esgarçamento já nas disputas pela sucessão presidencial de 1922, quando algumas fissuras foram abertas nas tramas do modelo político, possibilitando a formação da “Reação Republicana”.

Superada a fase mais crítica, por um breve momento pareceu possível a recomposição do pacto oligárquico. Todavia, conforme registram as historiadoras, tal probabilidade esmaeceu-se rapidamente sob o impacto de uma nova cisão intra-oligárquica, ocorrida em finais da década de 1920, fazendo explodir a chamada “Revolução de 30”.

O ano de 1929, segundo as mesmas, foi palco do processo de sucessão presidencial do governo de Washington Luís, o qual havia decorrido em relativa estabilidade – de modo que não parecia haver qualquer indicativo de que as regras de funcionamento da política posta em prática até então não se cumpririam, ou seja, a indicação de um candidato oficial por parte do presidente da República, representante da situação, diga-se de passagem, que deveria receber o apoio incontestado dos estados.

No entanto, a locomotiva descarrilhou e uma profunda ruptura operou-se no interior do grupo dominante: Washington Luís desonra o acordo sacramentado com Minas Gerais e indica como sucessor o também paulista Júlio Prestes, rompendo portanto com a velha “política do café-com-leite”<sup>27</sup>.

Nesse contexto, registram Ferreira e Pinto que as divergências entre Minas e São Paulo ganharam acentuado contorno, abrindo espaço para outras querelas e pretensões. Assim, em julho de 1929, sob os auspícios de Minas Gerais, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas (ex-ministro da Fazenda de Washington Luís) e João Pessoa (então governador da Paraíba), formando o que se chamou “Aliança Liberal”, cujo objetivo e constituição definiram-se, nos termos das historiadoras, como

[...] uma coligação de forças políticas e partidárias pró-Vargas. Sua base de sustentação era o situacionismo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e mais alguns grupos de oposição ao governo federal de vários estados, tais como o Partido Democrático (PD), criado em 1926 em São Paulo, e facções civis e militares descontentes. Com uma composição cuja

---

<sup>27</sup> Historia Vitor Amorim de Ângelo (2008) que formalmente a “política do café-com-leite”, abrigada naquele acordo mais amplo da “política dos governadores”, teve início em 1898 no governo de Campos Sales, encerrando-se somente com a “Revolução de 30”. Tal política refere-se ao acordo estabelecido entre as oligarquias estaduais e o governo federal, estabelecendo que os presidentes da República fossem escolhidos alternadamente entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais, vale lembrar, os dois estados que detinham o maior peso demográfico, econômico e político do país. (Disponível em <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/politica-do-cafe-com-leite.jhtm>; acesso em 18/11/08).

característica mais pronunciada era a heterogeneidade, a Aliança Liberal explicitava as dissidências existentes no interior das próprias oligarquias estaduais (FERREIRA e PINTO, 2006, p. 403-404).

O crime passional que pôs fim à vida de João Pessoa ocorrido em julho de 1930, no Recife, recrudesceu a conspiração revolucionária, fazendo-a ganhar a adesão de importantes quadros do Exército. No bojo desses acontecimentos, conforme o relato das mesmas, a conspiração foi deflagrada em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul em 3 de outubro de 1930, alastrando-se para diversos estados do Nordeste do país.

Em todos esses locais, após algumas resistências, a situação pendeu para os revolucionários. Em 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isaias Noronha depuseram o então presidente Washington Luís, no Rio de Janeiro, e constituíram uma Junta Provisória de Governo. Essa junta tentou permanecer no poder, mas a pressão das forças revolucionárias vindas do Sul e das manifestações populares obrigaram-na a entregar o governo do país a Getúlio Vargas, empossado na Presidência da República em novembro de 1930 (FERREIRA e PINTO, 2006, p. 407).

Ricardo Antunes (1988, p. 66), é oportuno destacar, identifica o processo iniciado no Brasil em 1930 com o que Lênin chamou de “reformismo pelo alto”, pois, na sua ótica, a marca distintiva dessa transição não foi revolucionária, mas sim “[...] um momento de rearranjo do bloco de poder, rearranjo este feito *pelo alto*, excluindo qualquer participação efetiva das classes subalternas, e tendo um componente conciliador bastante nítido”.

Não obstante o caráter conciliatório – quando os interesses agrários mesclaram-se com os interesses urbanos e industriais emergentes, de modo a não excluir nenhuma fração outrora dominante –, para o autor, é inegável que a dita “Revolução de 30” expressou o fim de um ciclo agrário-exportador, criando de forma gradual as bases para a acumulação capitalista industrial no Brasil.

Assim, observa Antunes (1988, 73, grifos do autor), a transição reacionária aqui posta em prática teve o mérito de deixar intacta a estrutura latifundiária vigente permitindo ainda o crescimento da burguesia industrial emergente. Contudo, a ausência de uma transição burguesa clássica gerou a carência das formas liberal-democráticas, nas quais a presença popular pudesse encontrar canais de expressão e participação. Nesse sentido, a síntese do autor aponta que a principal característica daquele momento “foi a exclusão das classes populares de qualquer participação efetiva e a repressão política e ideológica desencadeada pelo Estado, através da política sindical controladora e da legislação trabalhista manipulatória”.

Assim, de acordo com o registro do mesmo, no momento imediato após a ascensão dos vitoriosos de 1930, o Estado brasileiro pôs em marcha a elaboração de uma política sindical, cuja principal marca expressava-se em seu caráter profundamente controlador e desmobilizador, com vistas a conter o movimento operário nos limites impostos pela nova ordem política, bem como assegurar as condições mínimas sustentadoras da implementação de uma nova ordem econômica, voltada para a produção industrial.

O marco inicial dessa política sindical foi 1931, quando veio a público o Decreto 19.770, que rezava sobre a legislação social e trabalhista, constituindo-se no alicerce sobre o qual se edificou a estrutura sindical brasileira e cuja feição foi claramente expressa na fala do Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, na sua exposição de motivos: “Os sindicatos ou associações de classe serão os pára-choques dessas tendências antagônicas; os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado” (Exposição de Motivos do Decreto 19.770, de 19 de março de 1931, em Louzanda, A. J., Legislação Social e Trabalhista, D.N.T., 1933, pp. 402/3 apud ANTUNES, 1988, 76).

Mesmo tendo a precisa compreensão dos limites da democracia, não podemos desconsiderar a contundente tese defendida pela historiadora Ângela de Castro Gomes (2002, p. 13) referente à construção da cidadania e dos direitos do trabalho no Brasil, tendo como berço a Primeira República. A autora discorda da ampla literatura, em sua maioria datada do referido período, que aponta a Primeira República como exemplo emblemático das insuficiências de participação política no país, “[...] não sendo um marco importante nem para a história da cidadania do país, nem para os direitos do trabalho”.

Se bem compreendemos o pensamento da autora, sua argumentação situa-se, precisamente, no entendimento de que, mesmo sob os limitados espaços de participação política da Primeira República, foi nesse período que começou a ser tecido, não obstante ainda em caráter extremamente formal, os primeiros fios da urdidura dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil. Como explica a autora,

É no sentido preciso de afirmação de total igualdade jurídica dos homens perante a lei que a Abolição e a República assinalam um ponto de inflexão na história da cidadania brasileira. [...], é possível argumentar que só a partir de então tornou-se realidade jurídica, no Brasil, o princípio da equidade política, isto é, o princípio de que todos os homens são iguais perante a lei. [...] Trata-se de um formalismo? Sem dúvida. Mas é necessário chamar atenção para a importância de certos formalismos.

Os anos da Primeira República foram, portanto, fundamentais para a constituição de uma identidade de trabalhador e também o momento inicial

das lutas por direitos sociais do trabalho no Brasil (GOMES, 2002, p. 13-15, 18).

Nesse sentido, Gomes aponta um significativo quadro de medidas legislativas criadas na Primeira República: “[...] uma lei de acidentes de trabalho, de 1919; a formação de Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), em 1923; a criação de um Conselho Nacional do Trabalho, também em 1923; uma lei de férias, de 1925; e um Código de Menores, de 1926”. Tais medidas, conforme a autora, constituíam-se parte de uma iniciativa mais ampla que vinha sendo costurada desde os anos de 1917 e 1918, no bojo na tentativa de aprovação para o país de um Código de Trabalho, evidenciando que a chamada questão social já tomava espaço na agenda política da época, não obstante as fortes resistências (GOMES, 2002, p. 19-20).

Assim, torna-se patente que, quanto às organizações dos trabalhadores, na Primeira República, configurassem-se de maneira bastante frágeis, com lutas fragmentárias e efêmeras conquistas materiais, “[...] conseguiram disseminar uma experiência de reivindicações, consolidando ideais e práticas de luta entre os trabalhadores”, possibilitando, desse modo, “[...] a figura de trabalhador brasileiro que lutava por uma nova ética do trabalho e por direitos sociais que regulamentassem o mercado de trabalho” (GOMES, 2002, p. 20).

Para Gomes, essa transformação expressa um significativo avanço, mormente pelo fato de constituir-se fruto de uma batalha cotidiana travada pelos trabalhadores nas fábricas, nas associações de classe e nas ruas, sob o constante protesto do patronato e da brutal repressão policial. Nesse contexto, explica a autora:

[...] os avanços que os direitos sociais tiveram no Brasil do pós-1930 não devem ser analisados fazendo-se *tábula rasa* de tudo o que foi conseguido anteriormente. É preciso ter clareza de que o período da Primeira República não foi o de um vazio organizacional, durante o qual a população desconhecesse formas de associação e luta por direitos. Em um certo sentido, quando se reforça essa visão, assume-se o discurso dos ideólogos do pós-30, que construíram uma imagem negativa dessa experiência republicana para legitimar uma proposta de Estado forte, associando autoritarismo a direitos do trabalho. Portanto, é esse o ponto a ressaltar –, quando a chamada Revolução de 30 abriu caminho para algumas conquistas políticas (logo interrompidas) e para uma efetiva formulação e implementação de uma legislação social, uma luta sistemática já vinha sendo travada pela expansão dos direitos do trabalho no Brasil (GOMES, 2002, p. 21-22, grifo da autora).

Delineados em grandes traços os principais acontecimentos da Primeira República brasileira, passemos à composição e às formas organizativas da classe operária nesse período.

## **1.4 - Composição e organização da classe operária brasileira (urbana) na Primeira República**

Cumpre-nos agora apresentar, com base na abrangente pesquisa bibliográfica realizada, algumas reflexões em torno da composição e da organização da classe operária brasileira (urbana) na jovem República.

Para essa empreitada, valemo-nos das análises de importantes estudiosos brasileiros e estrangeiros: Edgard Carone (1974; 1976; 1978; 1979), Edgar Rodrigues (1969; 1979), Leônio Basbaum (1981), Boris Koval (1982), J.W.F. Dulles (1977), Tau Golin (1988; 1989), Michel Zaidan Filho (1985; apud Pereira 1980), José Antônio Segatto (1981), Adhemar Lourenço da Silva Jr. (2004), Ricardo Antunes (1988), Cláudio H. J. Batalha (1999; 2003; 2005) e Edilene Toledo (2004); e, de forma mais pontual, dos trabalhos de Astrogildo Pereira (1974; 1980), Sílvia L. Magnani (1982), Alicia Sagra (2005), Sheldon Leslie Maram (1979), Victor Serge (1987), Fernandes Claudin (1985), Octávio Rodríguez Araújo (2007) e Tom Bottomore (2001).

Vale recuperar, aqui, a configuração traçada por Cláudio H. J. Batalha (2005), em seu estudo acerca da historiografia da história da classe operária na Primeira República brasileira<sup>28</sup>, não obstante o autor avalie sua proposta como limitada, além de, declaradamente, não fazê-lo com a pretensão de exaurir toda a produção historiográfica, mas apenas ilustrar as tendências interpretativas dessas elaborações.

No referido estudo, Batalha identifica cinco tendências na historiografia da história da classe operária brasileira, quais sejam: “produção militante”, “sínteses sociológicas”, “produção de brasilianistas e acadêmicos brasileiros”, “produção dos anos 1980” e as “novas tendências”.

Ao seguirmos o tracejo apontado pelo autor, situamos as referências bibliográficas por nós consultadas, fundamentalmente, em três dos grupos acima indicados: “produção militante”, “produção de autores brasilianistas/produção acadêmica brasileira” e “produção dos anos 1980”.

Batalha chama de “produção militante” os estudos historiográficos não-acadêmicos empreendidos por sindicalistas e ativistas políticos de esquerda, bem como por jornalistas ou advogados que teceram laços de militância com o movimento operário. Nesse grupo, tendo

---

<sup>28</sup> Para um estudo mais detalhado dessas interpretações, consultar o trabalho do referido autor intitulado “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências” (2005).

em conta as obras aqui citadas, ele identifica os trabalhos de Edgar Rodrigues, Leônio Basbaum, Astrogildo Pereira e José Antônio Segatto.

No interior da “produção militante”, o autor aponta três gêneros de publicações, a saber: nos anos 1950 e 1960 as “efemérides” e as “histórias inaugurais”, conceituando as primeiras como “[...] um arrolar cronológico dos grandes feitos do movimento e de suas organizações”; e as segundas compostas pela historiografia da história do PCB, que operariam uma divisão na história da classe operária: “uma pré-história inconsciente; e uma verdadeira história que só tem início com a fundação do Partido Comunista em 1922, momento de corte, inaugurador de uma nova etapa na vida da classe”. Observa o mesmo que comumente uma obra pode assumir as duas formas. O terceiro gênero, as “memórias”, segundo o autor, apresenta uma maior dificuldade de ser delimitada a um determinado período histórico, pois “[...] parece atravessar incólume as modas literárias e acadêmicas, [...] e, muitas vezes, incorporam elementos das duas primeiras”. Para Batalha, os três gêneros apresentam como traço comum a função legitimadora da classe, bem como da política defendida por suas organizações ou indivíduos militantes (BATALHA, 2005, p. 147).

Não obstante as limitações, Batalha reconhece os méritos do esforço da “produção militante” em reconstituir a história da classe operária no Brasil. Em seus termos,

Antes de tudo, o ineditismo e pioneirismo dessa produção. Esses autores militantes são os primeiros a escrever uma história, ainda que idealizada e hagiográfica, da classe operária em uma época na qual só havia espaço para o estudo das classes dominantes. Além disso, esses trabalhos (particularmente as memórias) contêm informações preciosas para o estudo da história operária, malgrado seu caráter partidário (BATALHA, 2005, p. 148).

O segundo grupo apontando por Batalha, os “brasilianistas”, refere-se aos importantes trabalhos desenvolvidos nos anos de 1970 por alguns acadêmicos americanos especializados no Brasil. Vale destacar com o autor que esse período marca a inserção da história acadêmica no campo dos estudos operários, pois, até então, limitava-se à esfera da sociologia e, de forma mais pontual, ao âmbito da ciência política. No caso particular das referências aqui mencionadas, identificamos nesse grupo as contribuições de J.W.F. Dulles e Sheldon Leslie Maram.

Na compreensão de Batalha, ainda, conquanto os “brasilianistas” tenham expressado uma menor preocupação em construir grandes explicações teóricas, a exemplo de uma parte significativa da produção brasileira da época, a contribuição trazida por esse grupo refere-se à

introdução e ao uso mais ampliado e rigoroso das fontes de pesquisa, sobretudo da imprensa operária.

Ainda nos anos de 1970, assomado ao trabalho dos “brasilianistas”, Batalha destaca a produção acadêmica brasileira sobre a história da classe operária. Dos autores aqui citados, compõe esse grupo a obra de Sílvia L. Magnani.

Por último, o terceiro grupo apontado como “produção dos anos 1980” traz a marca da nova conjuntura de abertura política do país, proporcionando um maior alento ao desenvolvimento da pesquisa acerca da história operária. Dentre as referências por nós pesquisadas, o autor identifica os trabalhos de Edgard Carone e dele próprio.

Dito isso, passemos à composição e à organização da classe operária na Primeira República.

Explica Batalha (2003) que a historiografia brasileira tradicional, de um modo geral, tem associado à classe operária brasileira da Primeira República (1889-1894) a imagem de que esta se compunha de homens, brancos, cuja principal ocupação era o trabalho fabril, o que contribuiu para falsear a realidade.

Na Primeira República, efetivamente, os homens tiveram predominância no trabalho manufatureiro e industrial, contudo a força de trabalho feminina foi bastante significativa em setores como o têxtil e o de vestuário, chegando a ser hegemônica em alguns lugares. Mesmo assim, as mulheres estiveram constantemente ausentes dos quadros diretores das organizações desses setores, cuja presença feminina constituía-se majoritária. Desse modo, para o referido autor, “[...] o que é importante ressaltar é que o peso do trabalho feminino esteve sub-representado na face mais visível da classe operária – suas organizações”, levando, igualmente, a uma distorção da sua significativa participação na composição da classe trabalhadora brasileira (BATALHA, 2003, p. 165).

Da mesma forma, conceber a classe operária brasileira, desse período, composta de trabalhadores brancos, em sua maioria imigrantes europeus, constitui-se, para Batalha, uma análise correta apenas para os estados de São Paulo e do Sul, desconsiderando a importante participação no restante do país de trabalhadores negros e mulatos. Ademais, “[...] mesmo em estados com grande presença de imigrantes europeus, há situações particulares que contradizem a generalização de uma classe operária branca e estrangeira [...]” (BATALHA, 2003, p. 164).

Quanto ao caráter fabril do operariado, observa o autor que ele foi, em larga medida, exagerado pelas fontes disponíveis, visto que os levantamentos públicos e privados da época

geralmente não levavam em conta as manufaturas e as oficinas que apresentavam um pequeno número de operários manuais.

Além dessas distorções referentes à composição da classe operária brasileira em seus primeiros anos, Batalha chama a atenção para a tese, que vigorou por muito tempo, de que “[...] havia uma correlação direta entre a maciça presença de imigrantes<sup>29</sup> no Sudeste e no Sul do país e a militância do movimento operário e a difusão de certas ideologias [...]”. Porém, ao passo que se aprofundaram os estudos sobre a imigração, essa concepção passou a ser vista com bastante cautela, deflagrando mais tarde tais análises que “[...] a imensa maioria dos imigrantes provinham do campo e, na maioria das vezes, não tinha qualquer experiência prévia de engajamento sindical e político”<sup>30</sup>. Tal fato, esclarece o autor, não significa que não tenham existido, de fato, imigrantes que trouxeram em sua bagagem uma prévia experiência de organização, os quais emigravam mais por problemas políticos do que por motivos de ordem econômica (BATALHA, 2003, p. 165-166).

Para Batalha, a síntese trazida por essa produção que relaciona a imigração com a formação da classe operária no Brasil traduz-se no total abandono de uma análise rigorosa da realidade, a ausência da qual produziu o equívoco de “[...] ver necessariamente em todo imigrante um anarquista ou, ao contrário, percebê-lo como exclusivamente movido pelo interesse individual de enriquecimento, o que tornaria implausível sua participação em movimentos coletivos”. Alerta, ainda, o mesmo autor que, se, por um lado, dificuldades obstaram a organização coletiva dos imigrantes e da classe operária brasileira, por outro, “[...] não faltaram exemplos,

---

<sup>29</sup> Não poderíamos deixar de fazer referência às terríveis condições a que eram expostos esses trabalhadores imigrantes, desde o translado nos porões dos navios, passando pelo desembarque no porto de Santos, até sua árdua estada nos diversos cortiços e fazendas no Brasil. Aqui damos a palavra a Zélia Gattai através da sua obra “Anarquistas, Graças a Deus” (1979, 156), que descreve com riqueza de detalhes a chegada de imigrantes europeus através da história de seus avós paternos e pais advindos da Itália para nosso país: “No porto de Santos formou-se a maior confusão na hora do desembarque. Homens para um lado, mulheres para o outro. Em salas separadas, os imigrantes foram despidos, as roupas do corpo e as que traziam nas trouxas levadas para a rotineira desinfecção. Ali permaneceram durante horas a fio, nus, à espera de que lhe devolvessem os pertences, que os libertassem.

Ninguém reclamava, nem havia a quem reclamar. O jeito era esperar com paciência e resignação. Por fim, depois de infinita demora, roupas e pertences foram devolvidos, devidamente carimbados pelo posto. Apertados em seus trajes encolhidos pelo banho de desinfecção, cheirando a remédio, amarfanhados, os imigrantes, conduzidos em fila, passaram pelo departamento médico, numa última vistoria antes de serem liberados.

Dali mesmo, foram encaminhados e embarcados novamente num pequeno navio que os conduziria ao Paraná. [...]” (GATTAI, 1979, 156).

<sup>30</sup> Batalha observa com Sheldon L. Maram que “[...] a própria opção pela imigração para fugir da miséria mostra a inexistência de uma crença na possibilidade de mudança da situação através da ação sindical ou política” (MARAM, p. 189, 1977 apud BATALHA, 2003, p. 166).

ao longo da história da Primeira República, de momentos em que essas dificuldades foram suplantadas”<sup>31</sup> (Id., ibid., p. 169-170).

Além do mais, ressalta Batalha, a maioria dos conflitos étnicos ocorridos nesse período assumiu um caráter de oposição entre os setores organizados e aqueles não organizados do movimento operário.

Em se tratando da conjuntura, o advento da República (1889) suscitou grandes expectativas entre os trabalhadores organizados. Entretanto, a crença no despertar de um novo tempo de conquistas sócio-políticas depositado no novo regime não tardou a ser suplantada pela tremenda desilusão expressa na incapacidade da mesma de atender aos desejos mais legítimos da classe operária.

Para Batalha, a deceção dos trabalhadores com a República teve desdobramentos no seio da classe, a qual reagiu em três direções, quais sejam: 1) na primeira, tomando por fundamento o positivismo, sindicalistas reformistas e cooperativistas buscaram, sem questionar o sistema político vigente, a obtenção de direitos sociais; 2) na segunda, socialistas e setores mais politizados do sindicalismo reformista propuseram a conquista de direitos sociais articulados a direitos políticos, com vistas à transformação do sistema pela via político-eleitoral; 3) na terceira, sindicalistas revolucionários e anarquistas<sup>32</sup> apostaram na negação da política institucional, assentando na ação direta<sup>33</sup> a tática para o alcance das conquistas.

---

<sup>31</sup> Batalha, a propósito, registra um bonito exemplo de solidariedade de classe dos trabalhadores brasileiros com relação aos trabalhadores imigrantes europeus: “No início de 1913 o movimento operário chegou a organizar uma campanha contra a emigração para o Brasil, decidindo, em reuniões realizadas no Rio de Janeiro, em Santos e São Paulo, pelo envio de representante à Europa [Espanha, Portugal e Itália] a fim de fazer propaganda. Essa campanha, porém, longe de representar uma reação contra os imigrantes, visava a fazer conhecer aos candidatos potenciais à imigração, assim como aos seus governos, as condições desfavoráveis que encontrariam no Brasil” (BATALHA, 2003, p. 169). Essa solidária preocupação dos operários brasileiros com os trabalhadores imigrantes reaparece nas resoluções do 3º Congresso Operário Brasileiro ocorrido no Rio de Janeiro no período de 23 a 30 de abril de 1920, vejamos os termos do documento: “1.º - Lembrar aos trabalhadores, de transportes marítimos e terrestres, que se neguem sistematicamente a conduzir operários expulsos, deportados ou desterrados. Para isto, deverá o organismo central a ser criado por este Congresso entrar em entendimento direto com as associações marítimas e ferroviárias, no sentido de obter, em compromisso, formas concretas para a execução desta medida primordial de defesa. 2.º - Encarregar o referido organismo central de entrar em imediato entendimento com as organizações marítimas dos países que mantêm linhas de navegação para o Brasil, no sentido de obter dos tripulantes destas linhas o compromisso de não transportarem nenhum operário expulso do Brasil. 3.º - Nomear desde já uma comissão de três membros, a qual se encarregará da compilação de um relatório, completo e documentado, das atuais perseguições ao operariado do Brasil, devendo este relatório ser enviado às organizações proletárias de todo o mundo, especialmente às dos países que mantêm corrente emigratória para o Brasil. 4.º - Encarregar o mencionado organismo central, da escolha, referendada pelas associações aderentes a este Congresso, de um delegado especial que seja enviado à Europa, com o fim de dar o mais amplo desempenho ao texto contido nas alíneas 2.ª e 3.ª” (Documentos do 3º Congresso Operário apud RODRIGUES, 1979, p. 186).

<sup>32</sup> Explica Tom Bottomore (2001, p. 11) que o caráter multiforme da doutrina anarquista dificulta a distinção entre as suas diferentes escolas de pensamento. Todavia, o autor considera plausível a diferenciação entre o que

Face às múltiplas correntes presentes no movimento operário brasileiro, faz-se mister chamar a atenção para o sindicalismo revolucionário (BATALHA, 2003; TOLEDO, 2004). Essa corrente, por muito tempo confundida com o anarco-sindicalismo, ansiava alcançar a emancipação dos trabalhadores com base na “[...] luta econômico-sindical em torno das condições da remuneração do trabalho [...]” adotando por método a ação direta particularmente expressa em movimentos grevistas [...]. Para os sindicalistas revolucionários, a luta política era inócua, uma vez que não vislumbravam nas práticas eleitorais e parlamentares a possibilidade de transformação social (BATALHA, 2003, p. 179).

Na síntese elaborada por Edilene Toledo (2004, p. 30)<sup>34</sup>, historiadora e pesquisadora do tema, o projeto sindicalista revolucionário tinha como objetivo articular os interesses históricos e imediatos dos trabalhadores, isto é, buscava casar a luta por conquistas “a curto prazo no quadro do sistema existente, com uma perspectiva a longo prazo de derrubar o capitalismo e instaurar um sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, geridos pelos próprios trabalhadores através dos sindicatos”. Nesse sentido, o sindicato assumia uma dupla função: prover melhores condições de vida e de trabalho aos operários (função econômica), ao mesmo tempo em que preparava sua emancipação do jugo do capital (função política). Tal estratégia, segundo a autora “implicava a recusa, a marginalização e o esvaziamento do papel do partido político. Nesse ponto de vista, um partido era, sobretudo, uma opinião, ou uma ideologia. Um sindicato era sobretudo uma classe”.

Desse modo, assevera Toledo (2004, p. 37) que “O sindicalismo revolucionário defendeu mais do que qualquer outra corrente do movimento operário organizado a concepção do poder revolucionário dos trabalhadores emancipados”, bem como “insistiu no direito a se

---

se convencionou chamar “anarquismo individualista” e “anarquismo socialista”. Nas suas palavras, o primeiro toma por base “[...] a liberdade individual, a soberania do indivíduo, a importância da propriedade ou da posse privada e a igualdade de todos os monopólios: pode ser considerado um liberalismo levado às suas consequências extremas”. Já o segundo, ao contrário do primeiro, “[...] rejeita a propriedade privada juntamente com o Estado, como a principal fonte da desigualdade social. Insistindo na igualdade social como condição necessária para a máxima liberdade individual de todos, o ideal do anarquismo socialista pode ser caracterizado como a ‘individualidade na comunidade’. Ele representa uma fusão do liberalismo com o socialismo: socialismo libertário”.

<sup>33</sup> Vale elucidar com Batalha (2003) que, não obstante as implicações não necessariamente iguais entre sindicalistas revolucionários e anarquistas, a ação direta para ambos implicava na rejeição de intermediários, fossem estes partidos políticos, indivíduos ou membros do governo.

<sup>34</sup> Estudiosa do assunto, é autora de uma importante obra sobre as experiências do sindicalismo revolucionário em São Paulo e na Itália no período compreendido entre 1890 e 1945, intitulado “Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália” (1890-1945). UNICAMP, 2004.

auto-administrar coletivamente, assim como na aptidão dos trabalhadores para gerir eles mesmos seus próprios assuntos”.

Quanto à identificação do sindicalismo revolucionário com o anarquismo, de forma específica com sua corrente sindical, o anarco-sindicalismo, essa questão não estava clara mesmo para os militantes da época, levando a várias interpretações das duas correntes. Como detalha Toledo, “Para uns, *sindicalismo revolucionário* e anarquismo eram dois movimentos diferentes e nessa interpretação o *sindicalismo revolucionário* era visto como uma ruptura tanto com o anarquismo como com o socialismo”. Para outros, os anarquistas engajados no movimento sindical, por exemplo, “o *sindicalismo revolucionário* era o anarquismo operário, um anarquismo realista e concreto, que não se satisfazia com negações ou afirmações abstratas, e que confiava na classe operária”. Nesse sentido, os militantes sindicais interpretavam o sindicalismo revolucionário de maneira distinta. Na fala da autora, “tanto havia socialistas engajados no movimento sindicalista revolucionário que acreditavam que o sindicalismo fosse o verdadeiro herdeiro do socialismo”, como havia militantes anarquistas “[...] que viam no sindicalismo revolucionário o verdadeiro anarquismo”. Por fim, existiam ainda “[...] os militantes que reconheciam o sindicalismo revolucionário como uma corrente política autônoma em relação ao socialismo e ao anarquismo” (TOLEDO, 2004, p. 45- 46).

Assinala Boris Koval (1982, p. 99, 102), historiador comunista russo, que os primeiros grupos e associações anarco-sindicalistas surgiram no Brasil ainda no final do século XIX, prosperando, principalmente, nas duas primeiras décadas do século XX, o que ganha relevo de certo modo em virtude da influência da imigração européia. O autor soviético interpreta o anarquismo e o anarco-sindicalismo como uma corrente revolucionária, contudo, de caráter pequeno-burguês. Explica o mesmo que, de forma distinta do anarquismo clássico, o anarco-sindicalismo adotou algumas lições do marxismo, citando como exemplo o ensinamento sobre a luta de classes. Além disso, avaliou antigos dogmas, mormente o papel do terror individual, apoiando-se “nos sindicatos, como forma fundamental de organização da luta proletária e célula do futuro ‘socialismo sindicalista’”.

Os militantes anarco-sindicalistas eram partidários da ação direta. Assim, apostavam na greve como principal arma dos operários. Partindo dessa concepção, segundo Koval, julgavam desnecessária a criação de um partido político operário, apontando como forma máxima de organização o sindicato.

Para o autor, a propagação das idéias anarco-sindicalistas com seu forte apelo às ações diretas explica-se, por um lado, pela estreita tática utilizada pela burguesia brasileira em relação às organizações operárias, a qual tomava como método a violência mais atroz e a intransigente negação de concessões e reformas, por mais ínfimas que pudessem ser. Por outro lado, a passividade prática dos socialistas com sua paixão por discussões abstratas e o isolamento em relação às massas suscitou certo fascínio pelas ações concretas e combativas.

Sílvia Magnani (1982, p. 50), por seu turno, avalia que o Estado republicano, ao vetar a participação política dos setores não oligárquicos, negando, por exemplo, o voto aos analfabetos e imigrantes, excluiu a grande maioria da classe trabalhadora dos mecanismos político-institucionais existentes na Primeira República. Assim, contribuiu sobremaneira “[...] para o desenvolvimento do anarquismo no interior do nascente movimento operário; e impidiu o desenvolvimento do socialismo, cujas proposições pressupunham uma participação na política burguesa” – de modo que “A classe trabalhadora (ou seus setores de vanguarda), ao aceitar a direção anarquista em seu movimento reivindicatório, buscava formas de participação político-social extra-institucionais”.

Não obstante apresentassem objetivos comuns, anarquistas e sindicalistas revolucionários divergiram bastante em questão de estratégias. Segundo Toledo (2004, p. 47), em meio às questões de dissenso entre as referidas correntes, consta o dilema de “[...] atuar ou não junto aos sindicatos e como fazê-lo. [...]”. Para os anarquistas, “O sindicato era então condenado não mais pela inutilidade, mas pelo reformismo, que faria perdurar a sociedade capitalista”.

Todavia, conforme a mesma autora, como aos olhos dos anarquistas a política institucional era uma arena inconcebível aos seus propósitos de luta, sob o risco iminente de uma atuação estéril, fez-se necessária a criação de novos espaços. Nesse contexto, o sindicato passou a ser concebido como um *locus* privilegiado para a ação.

Edgard Carone (1978, p. 198-199), historiador e pesquisador do período em questão, o qual se autodenominava “assistente de militante”, assevera, por sua vez, que os anarquistas concebem os sindicatos como forma de luta contra a opressão capitalista; nesse sentido, repudiam as experiências assistencialistas (sociedades de corporação, socorros mútuos e caixas benéficas) por compreenderem que estas ao invés de instigar à luta conformam os trabalhadores à sociedade de classes, criando a ilusão de que é possível reformar o sistema sem superá-lo. Todavia, esclarece o autor, “[...] o combate a essas formas não significa para os anarquistas – e comunistas – a falta de auxílio aos familiares necessitados [...]”.

Quanto à reação à tática de superação da sociedade através de insurreições, registra Toledo (2004) que esta surgiu, no plano teórico, na forma do anarcocomunismo, tendo como maiores expoentes Kropotkin<sup>35</sup> e Malatesta<sup>36</sup>. Tal teoria, na compreensão da autora, teria desempenhado uma função vital junto ao movimento anarquista.

Ademais, esclarece a historiadora, a realidade concreta havia evidenciado que a fórmula terrorista<sup>37</sup> era contraproducente. Assim, para não esgotar a luta nos limites da propagação teórica, os anarquistas passaram a defender a formação de sociedades de ofício. Com base nessa nova estratégia, decidiram por acelerar sua inserção nas sociedades de resistência, evitando que os socialistas tornassem-se hegemônicos. Nas palavras da autora, “[...] muitas vezes, o ingresso dos anarquistas nas sociedades de resistência e o seu esforço para presidi-las pareciam ter uma justificativa, do ponto de vista libertário, puramente tática: deter avanços socialistas ou de outras tendências” (TOLEDO, 2004, p. 47).

Para Toledo (ibid., p. 47), o anarcocomunismo tomou como estratégia central a greve geral. Contudo, adverte a historiadora que “[...] o novo fervor pela greve geral insurreccional era

---

<sup>35</sup> Registra Bottomore (2001, p. 11) que Piotr Alekseievitch Kropotkin (1842-1921), originário da realeza russa, a quem renegou veementemente, foi um dos principais elaboradores da teoria do “comunismo anarquista”, conforme a qual “[...] ‘tudo pertence a todos’ e a distribuição baseia-se exclusivamente nas necessidades”,, advogando, portanto, como critério para o consumo de bens e serviços, a necessidade e não o trabalho, pois entendia Kropotkin ser impossível medir a contribuição isolada dos indivíduos na produção social, defendendo que esta, uma vez produzida, deveria ser desfrutada coletivamente.

<sup>36</sup> Errico Malatesta (1853-1932), proveniente de uma abastada família do sul da Itália, ingressou na Primeira Internacional sob a influência de Bakunin. Conta o documento pesquisado que Malatesta dedicou “[...] os últimos sessenta anos de sua vida à agitação anarquista, tanto em sua terra natal, a Itália, quanto em países tão distantes e tão diferentes entre si quanto a Turquia e a Argentina. Participou de insurreições na Bélgica, Espanha e Itália” – dedicação tão absoluta à ação ativista que não lhe sobrou tempo para produzir uma densa obra, conquanto seus artigos e panfletos sejam considerados da máxima qualidade na literatura anarquista. Os últimos anos de sua vida foram vividos sobre o solo da pátria mãe, a Itália, na qual sob a vigência do regime fascista foi mantido em prisão domiciliar. A militância de Malatesta inspirava tanto o medo às autoridades da época que, ao morrer, conforme o mesmo documento, “[...] seu corpo foi jogado numa vala comum para impedir que seu túmulo se transformasse num símbolo e no ponto de partida para as agitações dos dissidentes”. Disponível em: <http://www.aversaoaoestado.hpg.ig.com.br/malatesta.htm>; acesso: 30/07/07.

<sup>37</sup> Historia Bottomore (2001, p. 11-12) que, após a derrota da Comuna de Paris, desenvolveu-se no seio do movimento organizado dos trabalhadores tanto de feição marxista quanto do tipo reformista uma tendência em tomar como horizonte “o socialismo com Estado”. Nesse sentido, alguns anarquistas adotaram a tática da “propaganda pelo ato”, isto é, objetivando a incitação de levantes populares, passaram a praticar assassinatos de figuras notórias da esfera política e atos terroristas contra a burguesia. A repressão desencadeada contra os trabalhadores em reação a essa nova tática levou outros anarquistas a conceberem uma estratégia alternativa, a qual se vinculava ao movimento sindical. Conforme o autor, o “objetivo era transformar os sindicatos em instrumentos revolucionários do proletariado em sua luta contra a burguesia, e fazer deles, e não das comunas, as unidades de base de uma ordem socialista”. Pretendia-se com isso que “[...] a revolução viesse a tomar a forma de uma Greve Geral, durante a qual os trabalhadores assumiriam o controle dos meios de produção, da distribuição e da troca e aboliriam o Estado”. Ainda segundo Bottomore “foi através do sindicalismo que o anarquismo exerceu, no período entre 1895 e 1920, a sua maior influência sobre os movimentos trabalhista e socialista”.

diferente da dos sindicalistas revolucionários”, assemelhando-se a “[...] uma outra versão da velha fé anarcocomunista no ataque revolucionário”.

Dando continuidade aos desdobramentos no seio da classe trabalhadora, processados a partir da decepção desta com a implantação da República no Brasil, registra Batalha (2003) que, assomado ao pensamento positivista, projetos de origens diversas disputavam as mentes dos trabalhadores brasileiros, como foi o caso da doutrina social da Igreja Católica e do corporativismo, os quais, a rigor, não mantinham uma relação direta com aquele referencial, acabando, entretanto, por reforçá-lo no seio do movimento operário, sobretudo, através dos círculos católicos, que eram uma organização cuja perspectiva descarta a luta política e o conflito, priorizando o aspecto moral.

Outro caminho trilhado pela classe trabalhadora em busca de uma vida digna – em vista das péssimas condições objetivas oferecidas pela conjuntura da Primeira República – levou-a ao mundo associativista. Este, segundo Batalha, traduziu-se numa rede bastante diversificada, na qual “[...] sociedades recreativas, carnavalescas, dançantes, esportivas, conviviam lado a lado como sociedades mutualistas, culturais e educativas e, também, com sociedades de profissionais, classistas e políticas” (BATALHA, 2003, p. 180).

Dentre as diversas formas associativistas encontradas pelos trabalhadores nos primeiros anos de sua experiência organizativa merece destaque, pelo grau de inserção no seio da classe operária, as sociedades mutualistas e benéficas. Conforme Batalha (1999)<sup>38</sup>, o Conselho de Estado definia como “[...] sociedades benéficas aquelas em que os sócios contribuíam em benefício de terceiros, e sociedades de socorros mútuos aquelas em que os sócios faziam jus a auxílios”. No entanto, registra o autor que muitas das sociedades mutualistas atuavam para além da prestação de socorros:

[...] na maioria das sociedades de trabalhadores, atividades como a formação profissional, a educação tradicional, a busca de colocação dos associados no mercado de trabalho são indícios de que a adoção do auxílio mútuo constitui, em grande medida, a fórmula encontrada pelos ofícios para constituírem organizações legais (BATALHA, 1999, p. 54-56-57).

---

<sup>38</sup> O autor desenvolveu pesquisa sobre as sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro. O texto ao qual nos apoiamos refere-se à publicação “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. In **Cadernos A.E.L**, v. 6, n.10/11,1999. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/ael/website\\_ael\\_publicações/cad-10/Artigo-2-p41.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ael/website_ael_publicações/cad-10/Artigo-2-p41.pdf); acesso em 20/02/2007.

Adhemar L. da Silva Jr. (2004)<sup>39</sup>, estudioso das sociedades mutuais de trabalhadores, identifica, no conjunto formado pela Lei n. 1083, de 22 de agosto de 1860 e o Decreto n. 2.711, de 19 de dezembro do mesmo ano<sup>40</sup>, sobretudo no segundo, a definição dada pelo Estado às sociedades de socorros mútuos. Assim, o capítulo VIII, artigo 31, do referido Decreto, reza que “[...] as sociedades de socorros mútuos, deveriam, exclusivamente, ‘prestar auxílios temporários aos seus respectivos sócios efetivos no caso de enfermidade, ou inutilização de serviço, e acorrer, no caso do seu falecimento, às despesas do seu funeral’” (SILVA JR., 2004, p. 297-298).

Observa o autor que o decreto determina que os presidentes de sociedades de socorros mútuos e montepios deveriam ser nomeados pelo Poder Executivo. Todavia, o Decreto deixou escapar, na expressão do mesmo, “[...] uma brecha legal que permitia às sociedades de socorros mútuos apresentarem para aprovação estatutos que garantiam a autocefalia”, uma vez que os artigos 33 e 34 da referida legislação nada solicitavam das sociedades benéficas, religiosas, políticas, dentre outras, detalhe que, para Silva Jr., poderia explicar, pelo menos em parte, o fato de as sociedades mutualistas brasileiras “[...] se autodenominarem ‘sociedades benéficas’, semelhantes àquelas de cunho caritativo ou filantrópico, porque como se bastasse o nome para relaxar a atenção aos estatutos e à nomeação do dirigente máximo”, tornando possivelmente os limites entre beneficência e socorro mútuo tênues no Brasil, diferindo, por exemplo, da Argentina, “onde as ‘sociedades de beneficência’ eram claramente destinadas à proteção social de terceiros”. Por fim, confessa o autor que foi “[...] incapaz de descobrir qual era, afinal, a diferença entre ‘beneficência’ e ‘socorro mútuo’ [...]” (Id., ibid., p. 299, 315).

Segundo Batalha (1999, p. 46), alguns estudos<sup>41</sup> registram a existência de associações mutualistas desde a década de 1830, apresentando, contudo, tais experiências como antecedentes do movimento operário, em outros termos, a pré-história da classe trabalhadora. Para o autor, “prevalece uma noção de que aquilo que existiu até 1888, ou mesmo antes dos

<sup>39</sup> Autor de uma importante tese sobre as sociedades mutuais no Rio Grande do Sul intitulada **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas** (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Porto Alegre, 2004. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

<sup>40</sup> BONAVIDES. Paulo, AMARAL, Roberto (orgs.) **Textos políticos da história do Brasil**. Disponível em: [http://www.cebelo.org.br/txtpolit/socio/vol2/B\\_098html](http://www.cebelo.org.br/txtpolit/socio/vol2/B_098html). Acesso em 10/03/2007.

<sup>41</sup> Batalha (1999) cita como exemplos desses estudos as obras de José Albertino Rodrigues (Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1968); Francisco Foot e Victor Leonardi (História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982); e José Antônio Segatto (A formação da classe operária no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987).

primeiros anos do século XX, era radicalmente distinto daquilo que viria no período seguinte”.

O autor não desconsidera os elementos de ruptura ocorridos no movimento operário do início do século XX em relação ao século XIX, porém não deixa de atentar para os elementos de continuidade entre os dois séculos<sup>42</sup>.

Silva Jr. (2004, p. 22) corrobora com a análise de Batalha quanto à concepção presente entre alguns historiadores de que “[...] as sociedades de socorros mútuos pertenciam à ‘pré-história’ do movimento operário e, quando muito, mereceriam apenas uma investigação mais motivada pela erudição que pelo desejo de compreensão do próprio movimento social”.

Deflagra incisivamente o autor que “as mutuais não são uma forma, por assim dizer, ‘primitiva’ de sindicalismo, e tampouco há evidências de que as primeiras se transformem e ‘evoluam’ para a segunda forma de associação”. Além do mais, conforme o mesmo, esse tipo de concepção acaba por inviabilizar ou desestimular o estudo das experiências mutuais após o surgimento das entidades sindicais, como se aquelas deixassem de existir (*Id., Ibid., p. 474*).

Observa Batalha (1999, p.47) que “[...] a idéia de que as novas sociedades de resistência substituíram as velhas sociedades mutualistas é falsa. O processo foi lento e bastante complexo” – de modo que, se por um lado, as sociedades mutualistas nunca desapareceram completamente, por outro, ocorreram casos em que algumas dessas sociedades acabaram incorporando para si o papel de resistência, ao mesmo tempo em que houve sociedades de resistência que adotaram práticas assistenciais. Portanto, explica o autor que “mesmo sem ter sido tão radical quanto se costuma supor, certamente houve uma mudança visível nas formas de organização operária no início do século XX”.

---

<sup>42</sup> Batalha (1999) constata ainda a existência de alguns elementos de continuidade entre as sociedades mutualistas e as velhas corporações de ofício, proibidas pela Constituição de 1824. Não obstante o tempo que separa as duas experiências, advoga o autor a presença de claros elementos de continuidade entre as mesmas. Vejamos: “Por outro lado, há numerosos exemplos de defesa profissional através da qualificação para o exercício do ofício, mascarada de programas de educação para os trabalhadores. Isso não quer dizer que não existisse o investimento de algumas sociedades na educação formal de seus associados, no entanto, a principal preocupação desses esforços educativos era a qualificação profissional, o que equivaleria a um sistema de controle sobre o mercado de trabalho a exemplo daquele exercido no passado pelas corporações de ofício. Há também a defesa profissional através de propostas de controle e proteção do mercado contra a concorrência. Mas, por outro lado, ao defender determinadas condições de trabalho e eventualmente salários, as sociedades de socorros mútuos já se situam num terreno mais próximo das sociedades de resistência do século XX do que das corporações do século XVIII”. Para o autor, a ruptura não se restringe apenas aos campos institucional e jurídico, operando-se, igualmente, no campo do ritual e da linguagem: “[...] se certas noções persistem, o vocabulário que as expressa e as práticas rituais que as articulam mudam completamente. E a dimensão mais visível dessa mudança é a diminuição – quando não o desaparecimento – do peso da religião no discurso e nas práticas coletivas dos artesãos” (BATALHA, 1999, p. 49-50).

Assim, assinala o mesmo autor, os primórdios do século XX assistiram ao surgimento de um novo tipo de organização operária, qual seja: as sociedades de resistência, “criadas para exercer funções eminentemente sindicais: lutar por melhores salários, pela diminuição da jornada de trabalho e por condições de trabalho mais dignas”. Tais organizações apareciam em cena como contraponto às sociedades de socorros mútuos e em 1906 por ocasião da realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro ocorrido no Rio de Janeiro, consolida-se a orientação de que o movimento operário deve adotar como forma organizativa as sociedades de resistência, o que veremos com mais vagar ao longo do texto (BATALHA, 1999, p. 46-47)

É inegável que as organizações mutualistas e benéficas desempenharam nessa primeira fase organizativa da luta dos trabalhadores um importante papel social e de solidariedade, visto que congregados em torno das mesmas condições de vida e de trabalho viam-se irmanados pelo mesmo sofrimento. Ademais, as associações mutualistas e benéficas eram as únicas instituições com quem o operariado podia contar em termos de prestação de socorro nas agruras de sua difícil existência. Todavia, seus limites diante do campo político são deveras notórios, cabendo esta imprescindível tarefa, conforme Batalha, aos partidos operários.

Historia Koval (1982) que os socialistas brasileiros foram os primeiros militantes a expressarem o desejo de criação de uma organização política dos trabalhadores, estes abrigavam em seu seio grupos da intelectualidade pequeno-burguesa revolucionária, operários brasileiros e imigrantes. Em 1889, sob o solo da recém-proclamada República, foi criado na cidade de Santos/São Paulo o primeiro Círculo Socialista, cuja direção estava sob a responsabilidade de notáveis intelectuais democratas, dentre eles: os médicos Silvério Fontes<sup>43</sup>, Raimundo Sóter de Araújo<sup>44</sup> e o professor Carlos de Escobar<sup>45</sup>. No bojo desses

---

<sup>43</sup> Dr. Silvério Fontes, comenta Koval (1982, p.89), “[...] era médico de profissão e materialista por convicção”, participante ativo desde 1881 do movimento republicano e abolicionista na cidade de Santos. Inicialmente defensor do positivismo de August Comte, avança posteriormente para o campo do materialismo, sendo considerado um dos primeiros marxistas brasileiros. O médico e sociólogo sergipano, pai do poeta Martins Fontes, foi um incansável propagador das idéias marxistas, criando inclusive alguns jornais operários (*A Ação Social* - 1892 e *A Questão Social* - 1895), bem como um ativista preocupado com a criação de um órgão político para a classe trabalhadora, ou seja, um partido operário. Não obstante a incompreensão de suas idéias pelo público santense da época, conforme assinala o site Novo Milênio através da página Histórias e lendas de Santos: Greves! Jornais Operários santistas (publicado originalmente no livro *História da Imprensa de Santos*, publicado em 1979 pelo jornalista Olao Rodrigues e impresso na Gráfica A Tribuna, em Santos/SP), Silvério Fontes “[...] deixou as raízes de que Santos se tornara a pioneira no Estado e no País do movimento socialista”, mencionando, ademais, que “[...] o alheamento do público serviu para convencer Silvério Fontes de que o Socialismo constituía doutrina assaz avançada para a época. Ele se adiantara!” (Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0156g.htm>; acesso: 20/03/07).

acontecimentos, em 12 de dezembro de 1889 os socialistas elaboraram seu programa, intitulado “Manifesto Socialista ao Povo Brasileiro”<sup>46</sup>, escrito por Silvério Fontes.

Segundo Koval (1982), a principal tarefa pautada pelo referido Manifesto apontava para a criação de um Partido Socialista no Brasil, tomando como modelo a social-democracia européia, de forma específica a francesa – de modo que, conforme o referido autor, o Círculo Socialista Santista foi um dos mais bravos combatentes em prol da criação de um partido operário.

Nesse mesmo período, vários outros grupos se organizaram em função da criação de partidos operários. Informa o mesmo autor que em 1890 a idéia de criação de um partido foi firmemente veiculada pelo jornal ‘A Voz do Povo’<sup>47</sup>, o qual “[...] exortava ‘todos os operários e trabalhadores alfabetizados’ a unir-se na luta por seus interesses de classe e a criar uma organização política para lançar a candidatura nas eleições ao Congresso de ‘deputados que possam expressar nossos interesses’”. Desse modo, a organização política erigiu-se uma

---

<sup>44</sup> Dr. Raimundo Sóter de Araújo, participou ativamente da vida social e política de Santos, partindo da caserna, passando pelo mutualismo, chegando, por fim, ao socialismo. Registra o site Novo Milênio na sua página Histórias e lendas de Santos: vultos santistas (texto publicado originalmente no *Almanaque de Santos - 1971*) a trajetória desse ilustre médico baiano: “Nomeado em 1880, pelo Governo do Império [...] 2º cirurgião da Armada, [...] 1º delegado da Higiene, [...] Intendente da Higiene, por nomeação em 1891 do governo do Estado, coube-lhe a honra de empossar a primeira Câmara Municipal eleita por sufrágio popular. [...]. Exerceu a vereança e, como professor, lecionou no Liceu Feminino Santista e na Escola de Comércio José Bonifácio, entre outras Casas. [...] Médico efetivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência e médico-adjuunto da Santa Casa, também prestou serviços profissionais à Sociedade União Operária e à Sociedade Protetora da Infância Desvalida, da qual foi sócio fundador, além de presidente da Sociedade Auxiliadora da Instrução. Pertenceu também à Guarda Nacional, em Santos, como cirurgião-mor. Militou ainda na imprensa santista, fundando e redigindo em 1892 *A Questão Social*, em companhia do Sr. Francisco Escobar e Dr. Silvério Fontes. Esse jornal, que circulou durante 2 anos, propugnava por idéias socialistas, muito avançadas para a época” (Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0333g.htm>; acesso: 20/03/07).

<sup>45</sup> Não conseguimos localizar nenhuma referência sobre a biografia do professor Carlos de Escobar, inclusive nas fontes pesquisadas, as quais deixamos transparecer neste texto, que a grafia do seu nome aparece de forma diversa: Carlos Escobar, Carlos de Escobar e, ainda, Francisco de Escobar.

<sup>46</sup> Contudo, observa Koval (1982, p.88-89) que tal manifesto só fora publicado em 1902, ou seja, 13 anos após sua elaboração, com algumas modificações no corpo do texto e com o título alterado para “Manifesto do Partido Socialista Brasileiro”.

<sup>47</sup> A pesquisa empreendida nos permite afirmar apenas que o referido jornal passou a ser editado em 1890 no Rio de Janeiro. De acordo com o contexto apresentado, a hipótese mais plausível é que tenha sido um jornal socialista, vinculado ao grupo do Rio de Janeiro. Edgar Rodrigues em suas obras “Socialismo e sindicalismo no Brasil” (1969) e “Pequena história da imprensa social no Brasil” (1997) apresenta um vasto registro da imprensa operária brasileira. Contudo, no primeiro consta somente o ano e o local de publicação, não fazendo nenhuma menção à filiação ideológica do órgão; no segundo, pelo menos o capítulo que pudemos ter acesso, intitulado “Uma contribuição ao futuro”, no qual apresenta os dados condensados sobre a história do movimento operário por mais de 30 anos de pesquisa, também limita-se a informar os mesmos dados. Vale destacar que encontramos na imprensa operária vários registros de jornais publicados com o mesmo nome. São os casos, por exemplo, do órgão “A voz do Povo” editado em Belém/Pará no ano de 1860, e do diário anarquista “Voz do Povo”, publicado pela Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, a partir de fevereiro de 1920, tendo como diretores Carlos Dias, Afonso Schmidt e Álvaro Palmeira (Disponível em: <http://recollectionbooks.com>; acesso: 30/09/07).

semana antes do pleito eleitoral se efetivar, batizado com o nome de “Partido Operário”, cujo Congresso Constituinte realizado em 9 de fevereiro de 1890 no Teatro de Drama do Rio de Janeiro, elegeu para presidente o Tenente José Augusto Vinhaes<sup>48</sup> (KOVAL, 1982, p.89).

Não obstante os esforços empreendidos por seu presidente e um seleto grupo de ativistas, conforme Koval, a vida do Partido Operário foi efêmera, dissolvendo-se pouco tempo depois das eleições ao Congresso.

Em agosto de 1892, reacendeu outra vez entre os trabalhadores o desejo de criação de uma organização política. Com esse intuito, reuniu-se no Rio de Janeiro um grupo de socialistas, sob a liderança mais uma vez de um democrata pequeno-burguês: Luiz da França e Silva<sup>49</sup>. Segundo relata Koval, os participantes deliberaram por unanimidade que se comprometiam em desfraldar novamente a bandeira do socialismo em contraposição à tirania da recém-nascida República Brasileira.

É ilustrativo dessa denúncia dos trabalhadores em relação ao despotismo da ainda neófita República Brasileira um excerto do jornal santista “O Operário”<sup>50</sup>, publicado também em 1892:

Os horizontes mostram-se turbados, as nuvens correm de sul a leste, e o câmbio que parecia conservar-se tranquilo já não confia em seu apoio. Triste! Os governos não inspiram confiança e o crédito do Brasil, como o de toda nação que se regula pela confiança externa, parece que vai desaparecendo. Muito triste! A República, que era esperada para salvar a pátria, não correspondeu à expectativa: os vendilhões do templo têm-se incumbido de prostituí-la! Tristíssimo (O Operário, ano 1º, nº 3, 30/10/1892).

Em 1895, o pequeno círculo de Silvério Fontes, na cidade de Santos/São Paulo, dá mais uma prova da sua vivacidade, criando o Centro Socialista – organização política permanente que, conforme Koval (1982, p. 91), presidiu o movimento em prol da formação do partido

---

<sup>48</sup> Informa Carone (1978, p. 200) que o tenente José Augusto Vinhaes foi deputado e líder dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, bem como dirigiu as greves operárias que reivindicavam a renúncia do Marechal Deodoro em 1891, e contra Floriano, na véspera da Revolta da Armada.

<sup>49</sup> Paulo Ghiraldelli Jr (1987, p. 59) conta que França e Silva foi um histórico militante do movimento dos trabalhadores tipógrafos e que seu nome vinculava-se às idéias socialistas desde o tempo do Império. Detalha, ademais, que juntamente com o advogado Evaristo de Moraes, fundou o jornal “Eco Popular”, que se propunha porta-voz do Partido Operário.

<sup>50</sup> O jornal “O Operário” era uma pequena folha socialista de tiragem semanal que circulava aos domingos na cidade de Santos/São Paulo, cujo redator principal era B. Figueiredo Ramos (Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0156g.htm>; acesso em : 20/03/07).

operário. No ano seguinte, 1896, criou seu órgão de imprensa, o jornal ‘O Socialista’, adotando como lema “‘Proletários de todos os países uni-vos! Um por todos, todos por um!’”

No mesmo ano de sua fundação, segundo menciona Koval, o Centro Socialista – de forma inédita na história do Brasil – organizou a primeira manifestação de primeiro de maio dos trabalhadores. O Centro dispunha de uma biblioteca, contendo em seu acervo livros sobre o socialismo e obras de Marx e Engels. Ademais, oferecia regularmente ao público operário debates, estudos e conferências. É mister ressaltar com o mesmo autor que participavam das atividades do Centro Socialista, bem como do seu veículo de imprensa trabalhadores das mais diversas nacionalidades.

Vale observar com Koval (1982, p. 91) que parte considerável dos operários de vanguarda e dos intelectuais democratas não portava ainda uma clara concepção da sociedade de classes, chegando à maioria das vezes a mesclar “[...] as idéias do socialismo utópico, do anarquismo pequeno-burguês e do marxismo. Entretanto, já naqueles anos alguns socialistas começaram a propaganda de idéias do comunismo científico. Um dos primeiros foi Silvério Fontes”.

Em 1896, como fruto da investida desfechada pelo Centro Socialista no sentido de fundir as células isoladas em um partido político realizou-se no Rio de Janeiro o Congresso de fundação do Partido Socialista Operário, o qual congregou mais de 400 delegados advindos dos vários grupos socialistas. Entretanto, conta Koval que as profundas divergências internas tornaram a atuação do partido bastante débil.

A chama do movimento socialista reacenderia anos mais tarde, quando no alvorecer do século XX foram organizados clubes e células socialistas em algumas cidades do Brasil. No bojo desses acontecimentos, registra o mesmo autor que na cidade de São José do Rio Pardo/São Paulo, no ano de 1900, trabalhadores e democratas de distintas nacionalidades criaram o “Clube Internacional Filhos do Trabalho”<sup>51</sup>. Entre os fundadores destacou-se a presença do

---

<sup>51</sup> Explica Batalha (1999, p. 47-49) que o termo “Filhos do Trabalho” quiçá seja o que melhor sintetize a concepção de mundo presente nas organizações operárias da virada do século XIX para o século XX. Para o autor, tal termo expressa os elementos de continuidade, isto é, as noções culturais herdadas das sociedades mutualistas referentes “[...] à dignidade do trabalho, à valorização do trabalho manual e, sobretudo, à classe, e que constituem mais do que a mera sobrevivência de tradições ou de um vocabulário arcaico”. Batalha ressalta a intensidade com que o referido termo foi empregado no período em discussão, aparecendo constantemente nas páginas da imprensa operária, citando o exemplo dos jornais “Echo Operário de Rio Grande” (RS) e “Aurora Social” (PE), e até mesmo nomeando organizações não simpatizantes das idéias socialistas, como foi o caso da “Congregação dos Filhos do Trabalho Príncipe Real D. Carlos”, provavelmente compostos por portugueses monarquistas, atuante no Rio de Janeiro no ano de 1890.

escritor Euclides da Cunha, responsável pela elaboração do programa do Clube (KOVAL, 1982, p. 93).

Destarte, o programa do Clube Internacional Filhos de Trabalho não pautava seu horizonte na superação do capitalismo. Nas palavras de Koval (*Ibid.*, p.95), “[...] nenhuma de suas reivindicações saía dos limites do reformismo progressista democrático burguês”. Nesse sentido, apontavam como tarefa a ““defesa enérgica da liberdade e da igualdade social [...] contra os monarquistas e reacionários”, mas esta luta era imaginada como ‘reforma social na base do humanismo e propriedade coletiva’”. Por esse motivo, defende o referido autor, Euclides da Cunha e outros socialistas brasileiros deveriam ser chamados de democratas revolucionários, o que não significa desconhecer a importante contribuição de Euclides da Cunha à história do movimento operário revolucionário; parafraseando Koval esse “[...] chegou bem perto do socialismo científico, mas até os últimos dias de sua vida não se libertou dos pontos de vista utópicos” (KOVAL, 1982, p. 95).

A defesa do “reformismo progressista democrático burguês” não era uma característica isolada do Clube Internacional Filhos do Trabalho. O ecletismo político e a crença no socialismo utópico permeavam também as mentes de outros grupos socialistas, expressando o processo de amadurecimento político do fazer-se da classe operária brasileira. Imerso nesse complexo da dinâmica das relações sociais, não obstante seus limites, o movimento socialista foi-se expandindo pelo país com experiências de Círculos Socialistas nos estados de São Paulo, Pará, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais. Elucida Koval que o Partido Socialista Operário teve uma importante atuação com vistas à articulação e à coordenação entre os diversos Círculos, culminando na realização do II Congresso dos Socialistas que aconteceu em 29 de maio de 1902 em São Paulo. Na ocasião, dada à adesão de novos grupos autônomos, deliberou-se por unanimidade que o Partido Socialista Operário passaria a se chamar Partido Socialista Brasileiro (KOVAL, 1982, p. 96).

Apesar do entusiasmo gerador dos círculos socialistas, estes não tiveram vida longa. Assinala Carone (1976, p. 240), que “Os círculos surgiram como cogumelos, depois da chuva abundante, em todo o Estado de S. Paulo, onde cada cidadezinha tinha o seu círculo socialista. [...]”. Contudo, passado o calor das primeiras reuniões, os círculos teriam caído “[...] num letargo de morte, que poupou aos seus componentes o incômodo da certidão de óbito [...]”.

Para Carone (1976, p. 241), a raiz dos insucessos socialistas, bem como do próprio movimento operário, deve-se ao que chamou de “caráter anacrônico” da organização dos trabalhadores, quando os líderes com os pés no Brasil – recém-saído da experiência escravocrata – e a cabeça na Europa buscavam criar um socialismo e uma atuação tomando por base os modelos existentes nos países economicamente desenvolvidos – de modo que “os fatos [...], na sua austeridade divina, vingaram-se do desprezo em que eram tidos condenando ao insucesso o socialismo e a organização operária”.

Para Koval (1982, p. 99), os méritos dos socialistas estão relacionados à “[...] crítica áspera do capitalismo, à propaganda das idéias marxistas, à criação de um partido político que tinha como objetivo a luta pelo socialismo, o trabalho de esclarecimento entre os operários”. Observa, outrossim, que os socialistas foram os primeiros militantes a conceber no proletariado brasileiro a “[...] nova força revolucionária à qual pertence o futuro”.

Contudo, conclui o autor:

Apesar da falange de propagandistas talentosos, as teorias dos socialistas brasileiros permaneciam à margem da vida, seus programas quase não influíam sobre a marcha da luta proletária. O descontentamento surdo e obscuro dos operários ainda não se transformara em protesto consciente, em luta de classes organizada pela libertação de todos os trabalhadores (KOVAL, 1982, p. 99).

Dando continuidade à nossa incursão pela história do movimento operário, conta Carone (1978) que no período compreendido entre 1902 e 1904 funcionou na capital federal, à época o Rio de Janeiro, o Centro das Classes Operárias, o qual não se constituiu um partido, mas teve grande ação política e reivindicatória. Seu fechamento se deu com a derrota das mobilizações populares e do exército.

Em 1903, os operários fundaram a Federação das Associações de Classes, posteriormente chamada Federação Operária Regional Brasileira, com sede também no Rio de Janeiro. Desta, surgiu a necessidade de realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Com relação às correntes que marcaram posição junto ao referido Congresso, encontramos divergências entre os historiadores que vêm embasando este trabalho, sobre as quais nos cabe aqui fazer um breve registro.

Carone (1978, p. 205), por exemplo, acentua o choque entre duas tendências nesse Congresso, quais sejam, os socialistas e os anarco-sindicalistas, informando que estes últimos foram

vitoriosos, conseguindo, apesar de minoritários, “[...] a aprovação de sua tese sobre a precocidade do partido”.

Koval (1982, p.106), por seu turno, reforça a disputa entre duas correntes no Primeiro Congresso Operário, porém diverge quanto à denominação das mesmas. Para o autor, o debate ocorreria entre socialistas e sindicalistas revolucionários, atestando, igualmente, a vitória destes últimos. Contudo, observando com mais rigor sua obra, a divergência poderá tratar-se apenas de uma questão de nomenclatura, pois o autor parece usar o termo sindicalismo revolucionário como sinônimo de anarco-sindicalismo.

Os termos de um documento do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, publicado por Rodrigues, talvez esclareça melhor o fato:

Foi, portanto, em meio a um ambiente hostil que o trabalhador estrangeiro pregou suas idéias, [...] suas doutrinas provinham de várias escolas. A princípio, as que melhor frutificaram no Brasil foram as idéias de Robert Owens, Charles Fourier, Peter Kropotkine, Miguel Bakunine, Malatesta, Rossi, Reclus e Sebastião Faure – expoentes das lutas sociais, que nos Congressos da Europa, ganhavam projeção, a partir da ‘Primeira Internacional dos Trabalhadores’ (A.I.T.), chegando ao Brasil sob a denominação de ‘Sindicalismo Revolucionário’, ou ‘Anarco-sindicalismo’, como muitos preferiam chama-lhe (O Primeiro Congresso Operário Brasileiro apud RODRIGUES, 1979, 96).

Argumenta ademais Koval (1982, p.107) que a “[...] negativa dos sindicalistas em relação à política era provocada, sobretudo, pelas falhas na atividade do Partido Socialista, por sua passividade”.

Já para Batalha (2003), não há dúvidas: o sindicalismo revolucionário, o qual, como observamos anteriormente neste texto, não se confundiu com o anarco-sindicalismo, foi a corrente que liderou os trabalhadores não somente no Primeiro Congresso, mas nos três congressos operários ocorridos durante a Primeira República.

Na mesma perspectiva do autor supracitado, Toledo (2004, p. 42, grifos da autora), por sua vez, cita várias passagens de documentos do Primeiro Congresso Operário para reforçar as posições assumidas pelos sindicalistas revolucionários. Atesta a autora que “[...] no Brasil o *sindicalismo revolucionário* foi um fator de atração considerável. Vários sindicatos de ofício, a FOSP<sup>52</sup> e a COB inspiraram-se nessa doutrina”.

---

<sup>52</sup> A Federação Operária de São Paulo (FOSP) definia-se, em 1933, nos seguintes termos: ‘A FOSP é justamente formada pelos sindicatos que lhe dão dois delegados. Atualmente contamos com 22 sindicatos, ficando, por conseguinte, formada por 44 membros e é donde se extrai a comissão executiva. O papel da Federação não é

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro funda a Confederação Operária Brasileira (COB), a qual passou a funcionar a partir de março de 1908 e sua primeira fase, conforme Carone (1978), estende-se pelo efêmero período de quatro anos, subsistindo até 1912. Em janeiro de 1913, motivada pela realização do congresso *pelego* patrocinado pelo Presidente da República Hermes da Fonseca<sup>53</sup>, inicia sua segunda fase de atividades, que vai até 1920.

Na síntese do referido autor, na primeira fase de atuação, a COB reuniu aproximadamente 50 associações, atingindo diversos estados, dentre eles, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo (capital e interior), Rio Grande do Sul e Alagoas.

Informa Koval (1982, p.107) que nos documentos do Primeiro Congresso Operário referentes a questões de organização os sindicatos de resistência são indicados como “[...] a ‘única base’ de luta bem sucedida dos operários, pois os unem e educam no espírito combativo, contribuem para sua organização, dirigem as ações coletivas”. Desse modo, o Congresso orienta que, a partir de então, tais organizações, compreendidas como órgãos de luta revolucionária, e não mais associação do tipo trade-unionista, deverão ser chamadas de sindicato.

Não obstante os imensuráveis esforços empreendidos pelos trabalhadores no sentido de construção de um órgão de classe capaz de unificar as lutas operárias ao longo da Primeira República, assinala Batalha (2003, p. 186) que essa importante tarefa redundou por não se efetivar. Para ele, as confederações, que deveriam cumprir tal tarefa, na verdade tiveram uma atuação muito aquém das necessidades reais de unificação da luta da classe trabalhadora. A COB, maior expressão desse tipo de organização, constituiu-se muito mais como uma

---

centralizar forças, mas sim coordená-las para benefício da classe. As comissões executivas dos sindicatos pelos seus delegados trazem ao conhecimento da Federação as questões de seus interesses. Aliás, os sindicatos perante a Federação são completamente autônomos, não sendo nosso intuito subordiná-los, mas sim ajudá-los em qualquer empreendimento’ (Entrevista concedida por membros da FOSP ao Jornal A Plebe, em 09/01/33 apud ANTUNES, 1988, 104).

<sup>53</sup> Tal congresso realizou-se no Palácio Monroe, Rio de Janeiro, de 7 a 15 de novembro de 1912 e ficou conhecido como 4.<sup>º</sup> Congresso Operário Brasileiro. Assim denominado, conforme Carone (1978, p. 209), por seus participantes “[...] considerarem o movimento de 1892 como sendo o primeiro, o de 1902 o segundo, e o de 1906 o terceiro”. Esse fato foi contestado severamente por Rodrigues (1979, p. 190, grifos do autor), historiador anarquista, para quem tal denominação não faz o menor sentido histórico, uma vez que “[...] congressos operários nacionais só se havia realizado um, em 1906, no qual tomara parte Pinto Machado”. Este, responsável pela organização do 4.<sup>º</sup> Congresso com as bênçãos do deputado Mário Hermes, filho do Presidente da República, conforme o autor, tinha consciência destes fatos, pois tratava-se de uma pessoa familiarizada com o movimento operário, à custa do qual, comenta Rodrigues, “[...] saíra do anonimato e por meio do qual desejava chegar ao parlamento. Foi, diga-se a bem a verdade, um encontro misto de Sindicalismo-reformista com o oportunismo político. *Aqui nascia o peleguismo no Brasil*. De forma autoritária, o ‘organizador do Congresso’ avisava antecipadamente que quem não estivesse disposto a aceitar as ‘suas idéias’ não precisava vir! Só interessavam participantes para concordar, para aceitar o previamente estabelecido[...].” (RODRIGUES, 1979, p. 190, grifos do autor).

extensão da Federação Operária do Rio de Janeiro, limitada à área de atuação daquela Federação, não englobando toda a extensa seara brasileira da luta entre capital e trabalho – de modo que “[...] o projeto de cidadania operária, que marca os muitos programas dos partidos operários da Primeira República, esbarrou na falta de organizações adequadas – partidos consolidados – para levá-lo adiante” (BATALHA, 2003, p. 186).

Além dos congressos operários, é digno de nota o Congresso Anarquista Nacional, ocorrido no ano de 1915, que assumiu como marca fundamental o protesto contra a guerra. Vale enfatizar com Carone (1978, p. 211) que “[...] no momento em que chauvinismo e patriotismo são a tônica, os operários denunciam claramente o caráter imperialista da conflagração na Europa”. Assim, enquanto a burguesia propagava o serviço militar obrigatório (1908), os trabalhadores fundavam a Liga Antimilitarista no Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano, conforme o autor, o Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro realizou o “Congresso pela Paz”, reunindo um grande número de delegados sindicais, tendo como deliberação a criação da “Comissão Popular de Agitação contra a Guerra”, a qual compreende a necessidade urgente de mobilização contínua e crescente contra o apelo belicista:

É preciso fazer agitações ‘contínuas e crescentes. Proclamaremos o nosso ódio à guerra e aos guerreiros. Façamos chegar aos ouvidos dos governos criminosos e dos seus representantes o nosso grito de revolta’. É necessário que o proletariado do Brasil forme junto e solidário com o proletariado da Europa e de toda América, que se está agindo em favor da paz’. Não a paz fictícia dos ‘conluios diplomáticos, ocultos, dúbios, hipócritas, geradores de novas pendências futuras’; mas a paz real, ‘baseada na efetiva solidariedade internacional das classes trabalhadoras’, que resulta as ‘comunidades de interesses existentes entre os proletariados de todas as nações (CARONE, 1978, p. 211-212).

Ainda em 1915 os anarquistas ampliam a iniciativa do “Congresso pela Paz”, realizando no período de 14 e 16 de outubro o “Congresso Internacional da Paz”, o qual conclui que:

[...] os operários devem responder à guerra com uma greve geral revolucionária; usar de boicote; combater o sorteio militar; criar um comitê para relações internacionais e nacionais; tomar a deliberação formal de não prestar serviço militar quando sorteados, fazer propaganda sistemática contra o ensino militar, escolas de guerra e de nacionalismo. (Id., ibid., p. 212).

A campanha antiguerra não se constituiu bandeira exclusiva das lutas dos trabalhadores brasileiros, mas sim era a expressão de um intenso debate que vinha se processando no seio do movimento operário internacional. A II Internacional, por exemplo, realizou na Basileia/Suíça em novembro de 1912, um congresso extraordinário em manifesto contra a

guerra, o qual declarou que, caso fosse deflagrada uma guerra na Europa, esta teria caráter inter-imperialista e orientou aos trabalhadores do mundo inteiro a fazer uso de todas as suas forças para evitarem tal confronto. Conclamava os trabalhadores, outrossim, para que, caso a guerra ainda assim eclodisse, aproveitassem o momento de crise econômica gerado pela mesma guerra para direcionar as massas para a superação do capitalismo.

Malgrado tenha conseguido cumprir sua primeira orientação, sabemos que a II Internacional assinou sua pena de morte ao definir a segunda conclamação, dado que a maioria dos partidos social-democratas, numa saga tresloucada de apoio à burguesia nacional, verdadeiro ato insano de patriotismo e completa mortificação do internacionalismo operário, votaram a favor dos créditos de guerra.

Quando irrompe a revolução socialista de outubro de 1917, conforme o registro de Carone (1978), equivocadamente os jornais noticiam este feito como de caráter anarquista. A escassez de informações e a vitória do líder libertário Nestor Machkno na Ucrânia, assomada à desinformação acerca do movimento operário russo, levou as lideranças operárias anarquistas brasileiras a depositarem total apoio ao movimento europeu e a criarem em 9 de março de 1919, no Rio de Janeiro, o Partido Comunista-Anarquista, posteriormente denominado Partido Comunista do Brasil, tendo como fundadores José Oiticica e Edgar Leuenroth<sup>54</sup>.

Todavia, relata Carone (1976; 1978), a inoperância da tática anarquista diante das agitações sociais vivenciadas pelos anos de 1919 e 1920<sup>55</sup> levaram o Partido Comunista do Brasil a um

---

<sup>54</sup> Faz-se mister problematizar com Zaidan Filho que, conquanto alguns autores justifiquem o surgimento do Partido Comunista-Anarquista pelo aparente caráter ‘libertário’ da Revolução Russa, atribuindo-lhe traços anárquicos “[...] não devemos nos esquecer de que o programa do PC preconizava ‘a arregimentação e educação do proletariado em geral para a posse dos *poderes públicos* – único meio pelo qual poderá realizar este programa’. E concluía declarando o seu voto de fidelidade ‘aos princípios da Internacional’” (ZAI DAN FILHO, 1985, p. 102).

<sup>55</sup> Dentre as agitações sociais vivenciadas nesse período vale destacar dentre outras na escala internacional os assassinatos dos dirigentes comunistas alemães Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht (01/1919) pelas mãos da contra-revolução, que contou, diga-se de passagem, com as bêncas do Governo Social-Democrata Alemão; a fundação da III Internacional (03/1919); a formação da república bolchevique pelos operários húngaros (03/1919); e a realização do 2º Congresso da Internacional comunista, o qual aprova as 21 condições de ingresso dos partidos comunistas (04/1920). No âmbito nacional, merecem relevo a fundação do Partido Comunista-Anarquista (06/1919); a greve geral deflagrada em Porto Alegre, iniciada pelos operários da empresa Ligh and Power e reprimida a tiros (08/1919); o jornal anarquista “A Plebe”, que passa a ser publicado diariamente (09/1919); a expulsão do país, de mais de 100 líderes sindicais imigrantes, considerados pelos órgãos repressivos como perigosos agitadores anarquistas (10/1919); o empastelamento do jornal anarquista “A Plebe” (10/1919); a greve nas oficinas da Companhia de Estradas de Ferro Mogiana em São Paulo, a qual deixa um saldo de 4 mortos e vários feridos pela repressão policial (03/1920); e a realização no Rio de Janeiro do III Congresso Operário, com a participação de 135 delegados advindos de distintos estados do país (04/1920) (Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/linhadotempo/1900.asp>; acesso: 30/09/07).

impasse e ao seu inevitável declínio, quando, em 1920, as diferenças entre bolchevistas e anarquistas tomaram feições claras. A partir de então, processa-se entre nós a fusão dos diversos grupos de orientação bolchevique formados a partir de 1917, dentre eles: a União Maximalista de Porto Alegre (1918), a União Operária de Cruzeiro (1917), o Círculo de Estudos Marxistas do Recife (1919) e o Grupo Clarté (1921). Vale acrescentar que alguns elementos da cisão operária de 1921 fundaram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o qual se assemelharia, segundo Carone, do ponto de vista ideológico e organizacional, ao seu congênero russo.

Para termos uma idéia do nível organizacional das massas trabalhadoras brasileiras, no ano de 1920, conforme registra Basbaum (1981, p. 207, grifo do autor), existiam nas cidades mais desenvolvidas do país aproximadamente um milheiro de sindicatos e organizações de classe representativas das diversas categorias profissionais. Para o autor, não obstante nesse período o número de operários não atingisse 500 mil, levando-se em conta que dentre estes apenas uma pequena parcela fosse sindicalizada, o reduzido índice de organizações operárias é bastante considerável, mormente “[...] para um proletariado cheio ainda de resquícios e prejuízos pequeno-burgueses, para os quais a palavra *operário* era um qualificativo ultrajante. Os operários diziam-se ‘artistas’”.

Neste caso particular, Basbaum destaca a importância dos imigrantes italianos e espanhóis, os quais contribuíram sobremaneira com a arregimentação do movimento operário brasileiro não somente através da participação nas organizações operárias e na edição de jornais, mas, sobretudo, “[...] por elevarem o significado da palavra *operário* que pouco a pouco ia deixando de ser ultrajante e pejorativa [...]” (BASBAUM, 1981, p. 207, grifos do autor).

Conforme o relato de John F. Dulles (1977), historiador norte-americano e estudioso do movimento operário brasileiro, no segundo semestre de 1921, os líderes trabalhistas brasileiros tornaram-se a par do grande flagelo vivido pelo povo russo, quando as dez províncias mais férteis em produção agrícola das regiões do Volga e do Sul foram vitimadas por uma severa seca. Sensibilizados com a dramática situação dos trabalhadores russos, alguns militantes resolveram criar a ala brasileira de um movimento que já possuía caráter mundial: o Comitê de Socorro aos Flagelados Russos, o qual contava entre seus patrocinadores com Albert Einstein, George Bernard Shaw e Upton Sinclair. Assim, em setembro do mencionado ano, conta o autor que Astrogildo Pereira assumiu o cargo de secretário da ala brasileira do referido Comitê.

À frente do Comitê de Socorro, Astrogildo Pereira publicou, em outubro daquele ano, em número único do jornal “Solidariedade”, o apelo aos trabalhadores brasileiros, redigido por Antônio Bernardo Canellas que, à época, encontrava-se em Paris.

Passados alguns meses, de acordo com Dulles, os partidários da revolução russa perceberam que o debate havia atingindo o seu limite, dado que os participantes definiram posições fechadas a favor ou contra os bolchevistas. Daí, Astrogildo Pereira, até pouco tempo militante anarquista, observando que o grupo pró-bolchevista constituía-se a maioria, decidiu que havia chegado o momento de agir.

Desse modo, comenta Basbaum (1981), ainda que a ideologia pequeno-burguesa mantivesse sua influência em determinados setores operários, herança de suas origens e formação política, assomadas à deficiência cultural, tornava-se cada vez mais evidente a superação das antigas doutrinas que até então embasaram o movimento operário. A partir de então, seguindo o mesmo autor, instalou-se um extenso período de autocrítica, principalmente na segunda metade de 1921, culminando na fundação em 7 de novembro do referido ano, do Centro Comunista no Rio de Janeiro<sup>56</sup>, o qual foi responsável pela organização dos primeiros grupos comunistas em diversos estados, formando a estrutura necessária à criação do novo partido.

Conforme registra Basbaum, entre os dias 25 e 27 de março de 1922, realizou-se, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Comunista – que contou com a presença de delegados advindos do Distrito Federal e dos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Nesse Congresso, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

---

<sup>56</sup> Informa Dulles (1977, p. 143) que o referido grupo compôs-se de 11 membros, a saber: Astrogildo Pereira, Antônio Branco, Antônio de Carvalho, Antônio Cruz Júnior, Aurélio Durães, Francisco Ferreira, João Valentim Argolo, José Alves Diniz, Luís Peres, Manuel Abril, Olgier Lacerda e Sebastião Figueiredo. O autor chama a atenção para o fato de nenhum dos co-fundadores do Grupo Comunista possuir qualquer envolvimento com o Grupo Clarté Brasileiro – seção brasileira da organização mundial com sede em Paris conhecida como Liga Internacional para o Triunfo da Causa Internacional – Grupo Clarté. Conforme Koval, tal seção foi criada pelas mãos de alguns intelectuais brasileiros simpatizantes da Revolução Russa, a qual desempenhou um importante papel na difusão das idéias revolucionárias, contribuindo dessa forma para a preparação das condições de criação do PCB. Na síntese do autor, o Grupo Clarté “[...] apresentava-se em defesa da Revolução de Outubro, contra o fascismo na Itália, pela democracia e liberdade política, desenvolvendo uma crítica feroz ao capitalismo”. Con quanto o dispêndio das melhores e mais sinceras energias para promover a elevação das consciências operárias, esclarece Koval que a propaganda revolucionária do Grupo Clarté não era genuinamente marxista, “[...] muitos dos princípios importantes do comunismo científico não eram entendidos por completo por alguns de seus membros”. De todo modo, sua atividade expressou um significado assaz positivo, e diversos de seus membros ingressaram posteriormente nas fileiras do PCB (KOVAL, 1982, p. 160-161).

Enfatiza Carone (1976, p. 258) que o referido Congresso foi fruto de um árduo trabalho de preparação que perpassou os cinco meses que o antecederam, quando, sob a liderança do Centro Comunista, outros grupos foram-se organizando nos centros operários mais destacados do país, tendo como objetivo a fundação do Partido. Assim, por um lado, os comunistas visavam estabelecer pontos de apoio nas regiões onde se concentravam os operários e, por outro, buscavam construir para o que viria a ser o PCB “[...] um caráter definido de partido político de âmbito nacional”<sup>57</sup>.

Faz-se mister observar com Basbaum (1981) que, dentre os participantes do Congresso de fundação do PCB – à exceção de um delegado, o alfaiate espanhol Manoel Cendon que, à época, já se denominava marxista –, os demais eram todos remanescentes do movimento anarco-sindicalista<sup>58</sup>. Koval (1982, p. 165-166) destaca essa particularidade do Partido Comunista Brasileiro que, diferentemente de outros países da América Latina, por exemplo, a Argentina e o Uruguai, “[...] onde os partidos comunistas formaram-se em consequência da cisão de antigos Partidos Socialistas e do surgimento da tendência marxista de esquerda”, o PC brasileiro originou-se da crise do movimento anarquista.

Na síntese de Basbaum, o surgimento do PCB resultou, como nos demais países, do desenvolvimento do sistema capitalista e, concomitante a este,

[...] da formação das grandes empresas industriais; das difíceis condições de vida do proletariado e das camadas mais pobres da população; das experiências obtidas nas lutas por reivindicações econômicas e políticas próprias, para melhorar aquelas condições de vida; e finalmente da necessidade de encontrar uma filosofia que oferecesse ao operariado uma

<sup>57</sup> Carone (1976, p. 258) cita o primeiro número do mensário “Movimento Comunista”, publicação do Centro Comunista do Rio de Janeiro, datado de janeiro de 1922, no qual os comunistas expressam esta pretensão: “Com referência à organização partidária, desejamos e preconizamos a união, solidamente baseada num mesmo programa ideológico, estratégico e tático, das camadas mais conscientes do proletariado. As experiências próprias e alheias nos aconselham unidade de concentração de esforços e energias, tendo em vista coordenar, sistematizar, metodizar, a propaganda, organização e a ação do proletariado”. O autor chama a atenção para o desafio da proposta partidária comunista, pois “[...] a classe operária brasileira não possuía nenhuma tradição de organização política em partido independente e que os sindicatos operários de tendência revolucionária, em cujo seio nasceu o Partido eram organizações de orientação anarquista, baseada numa estrutura ultraliberal, adversas a qualquer forma de direção unitária e centralizada”.

<sup>58</sup> Pontua Carone (1979, p. 21) que a historiografia enfatiza com maior desvelo o peso da remanescência anarquista da esmagadora maioria dos fundadores do PCB. Contudo, lembra o autor que o referido Partido nasce exatamente durante o processo de desagregação do movimento operário anterior à 1ª Guerra Mundial. Sendo assim, na sua concepção, a herança libertária tem uma importância secundária, apontando como fundamental a renovação do processo proletário europeu, condicionada pelas transformações sociais e políticas ocorridas no sistema capitalista e, sobretudo, pela Revolução Russa de 1917. Como reflexo desse quadro, observa Carone que “[...] a maior parte dos novos militantes do PCB – que começam a fluir a partir de 1923 – não se filia ao velho anarquismo e representa a geração que se diz discípula do marxismo e do bolchevismo. Assim, enquanto o partido mantém, na sua direção, lideranças ligadas ao nosso passado, desenvolve-se, na base, nova geração de militantes, agora livre de compromissos ideológicos com a fase anterior”.

orientação política e uma perspectiva de futuro. Era ainda a resultante necessária das lutas operárias que se travavam desde o século passado, na Europa e na América, aguçadas e aprofundadas no período de pós-guerra, e da influência decisiva da Revolução Socialista de novembro de 1917 na antiga Rússia dos Tzares (BASBAUM, 1981, p. 204).

Ao refletir sobre a fundação do PCB, Zaidan Filho (1980) defende que “[...] os comunistas brasileiros não surgiram no bojo de uma intensa e prolongada discussão, entre as lideranças então mais abalizadas da classe operária, sobre o movimento socialista nacional e internacional”. O autor discorda frontalmente “[...] da tese de que o Partido Comunista Brasileiro, em seus primeiros anos de vida, teve os passos estreitamente determinados pelas resoluções da IC [Internacional Comunista-*Comintern*]”. Para Zaidan Filho, às avessas do que se pensa, as estratégias e táticas do *Comintern* concernentes ao movimento operário e à revolução mundial é que acabaram sendo adaptadas às condições materiais e subjetivas da sociedade brasileira. (ZAI DAN apud PEREIRA, 1980, p. 4-7).

Após a fundação do PCB, conta Carone (1976) que os grupos comunistas trataram de criar seus congêneres nos diversos estados do Brasil, organizados conforme preconizavam os estatutos do Partido de forma centralizada. A partir de então, o mensário “Movimento Comunista” constituiu-se órgão oficial da direção nacional.

Entretanto, lembra Basbaum (1981) que o recém-fundado Partido Comunista gozou apenas de quatro meses de legalidade, pois a deflagração do levante do Forte de Copacabana e o conseqüente estado de sítio foram o bastante para as forças reacionárias decretarem o fechamento do neófito Partido.

As análises de Zaidan Filho (1980), com efeito, apontam que a fundação do PCB traz em si uma singularidade, qual seja: “[...] a vigência de uma dualidade de estratégias e táticas no seio do novel partido, oriundas de momentos diversos da história da Internacional Comunista – IC” (1919-1921; 1921-1924). Por conta desse fato, atesta o autor:

coexistirão no interior do PCB uma ‘estratégia ofensiva a curto tempo’, que põe a ênfase na cisão do movimento operário através da recomendação da criação do ‘núcleos comunistas’ (sic) nas velhas organizações sindicais da classe operária (procurando-se hostilizar abertamente todo e qualquer contato de comunistas com centristas e reformistas), e uma ‘estratégia defensiva’ que, em face do refluxo do movimento operário europeu e da reação patronal contra o nível de vida das massas e das suas conquistas políticas e sociais, passa a privilegiar, agora, a organização de ‘frentes únicas’ operárias e socialistas (entre comunistas, socialistas, sindicalistas, membros de sindicatos cristãos ou liberais), de caráter provisório, contra a ofensiva dos padrões (ZAI DAN apud PEREIRA, 1980, p. 8).

Assim, diante da ilegalidade, Carone (1978) identifica que de 1922 a 1924 o PCB passa por um lento processo de adaptação, o qual se expressaria nas posições táticas adotadas no futuro, quando, a partir de 1924, assume uma posição mais agressiva, fazendo expandir sua influência e sua presença entre as massas.

Assinala o mesmo autor que uma das particularidades dos comunistas em relação aos anarquistas e aos socialistas é o “[...] contínuo interesse em redigir textos de fundo público, em forma de polêmica ou de análise de problemas. É comum eles serem levados a fazer o balanço de seu próprio movimento, denunciando as falhas e os meios de superá-los” (CARONE, 1979, p. 22).

O ano de 1924, conforme elucida Basbaum (1981), é histórico para o PCB, pois marca, após uma primeira tentativa frustrada<sup>59</sup>, a sua admissão no seio da Internacional Comunista. No ano seguinte registra-se a realização do 2.º Congresso Nacional do Partido. Nesse período, segundo o mesmo autor, o número de militantes já havia atingindo “meio milheiro” e espalhado suas organizações pelos estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais.

---

<sup>59</sup> Informa Segatto (1981, p. 26) que o PCB enviou Antônio Bernardo Canellas – que já se encontrava na Europa – como seu representante, para participar do IV Congresso da Internacional Comunista, que se realizou em Moscou entre os meses de novembro e dezembro de 1922. Tal participação tinha por objetivo apresentar a solicitação de ingresso do PCB à referida Internacional. Contudo, conforme o relato de Segatto, a atuação de Canellas “[...] foi considerada lamentável, pois defendeu posições anarquistas, que contrariavam não só as posições do PCB, como as da própria Internacional Comunista (I.C.). Em vista disso, a III Internacional não aceitou a inscrição do PCB, enquanto Seção Brasileira da Internacional Comunista”. Tal fato resultou na expulsão de Canellas do Partido Comunista.

A versão contada por Canellas difere do relato apresentado por Segatto, parecendo-nos deveras contundente e esclarecedora do ponto de vista das contradições que se processavam nos bastidores da IC, o que nos faz reproduzir na íntegra um excerto do Relatório escrito pelo mesmo, reproduzido por Zaidan Filho:

‘Ainda muito imbuído das ilusões anteriores, tive a excentricidade de tomar a rigor os trabalhos, apaixonandom-me pelas questões de ordem do dia, redigindo comentários em torno dos pareceres e – o que na circunstância era o cúmulo da impertinência – indo ao extremo de pedir a palavra.

Fi-lo pela primeira vez quando o camarada Lênine terminou sua exposição oral sobre as perspectivas da revolução mundial. Tendo, porém, a Mesa decidido limitar os debates em torno desse ponto de ordem do dia ao extraordinário discurso pronunciado por Trotsky sobre o mesmo assunto, ficaram sem efeito os pedidos feitos por mim e por diversos outros congressistas. Mais adiante, veio à discussão a questão colonial e, como tinha a esse respeito tomado algumas notas, tornei a pedir a palavra. Decidiu a mesa, mais uma vez, que os debates fossem limitados aos discursos dos delegados de determinados países.

Quando Eberlein acabou de ler o seu projeto de uma nova organização para a Internacional, tendo eu discordado de alguns pontos desse projeto, presumi minhas observações num pequeno estudo, cuja leitura não tomaria ao Congresso mais de 10 minutos, e tornei a pedir a palavra. [...]. Num dos intervalos destinados às traduções, dirigi-me ao presidente da Mesa do Congresso e renovei-lhe verbalmente meu pedido. Foi-me respondido que a lista dos oradores inscritos para se manifestarem sobre o assunto já estava encerrada. Desforrei-me deste contratempo, votando, mais tarde, contra a aprovação *in totum* desse projeto para discussão ulterior no próximo Congresso da Internacional’ (BERNARDES, 1923, p. 28 apud ZAIDAN FILHO, 1985, p. 58-59)

Para Zaidan Filho, as discordâncias de Canellas em relação ao projeto de reorganização da IC não era despropósito, uma vez que as mudanças previstas por este acentuariam sobremaneira o caráter burocrático “[...] do seu centralismo em vista da formação de um Partido Comunista Mundial” (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 59).

Com base nesse período de estruturação, explica Carone (1978, p. 334) que, a partir de 1925, a atuação do Partido torna-se mais viva, ampliando-se o leque de suas possibilidades. Nesse contexto, o espaço sindical é visto como *lócus* privilegiado de sua ação. Ademais, os comunistas desfecham oposição às associações benéficas, consideradas prejudiciais ao movimento operário por desviarem os trabalhadores da luta contra o capital para resolverem com as próprias mãos as mazelas causadas por este. Os sindicatos ditos “amarelos”, reformistas, através dos militantes traidores da classe, agenciados pelo patronato “[...] diligenciam melhorias imediatas para os trabalhadores, que as usufruem sem o incômodo de se lançarem em luta para adquiri-las”.

O II Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 15 e 18 de maio de 1925, foi palco de um acalorado debate sobre o “tenentismo”. Não obstante os esforços de Astrogildo Pereira e Octávio Brandão – à época, respectivamente, secretário geral do PCB e membro da Comissão Executiva Central (CEC) – em vislumbrarem um caráter progressista no movimento tenentista, conta Koval (1982) que “[...] a maioria esmagadora considerava o Tenentismo como ‘movimento reacionário da pequena-burguesia que lutava em aliança com a burguesia e os latifundiários e se emprenhava em salvar a propriedade privada’” (KOVAL, 1982, p. 189).

Destarte tenha-se apostado demais nas limitadas possibilidades da democracia pequeno-burguesa, Koval avalia positivamente o esforço dos referidos dirigentes do PCB. Todavia, a atitude hostil da grande maioria dos membros do Partido frente ao “tenentismo”, ancorada, sobretudo, na forte preocupação de manter-se independente frente à ideologia pequeno-burguesa, nos termos do autor, privou “[...] o proletariado e seu partido da possibilidade de fortalecer suas ligações com as massas, os auto-isolavam” (Id., ibid., p.189).

Para Zaidan Filho (1985, p. 51), tal preocupação traduziu-se no afastamento do PCB do “movimento tenentista” e na radicalização, a seu ver irrealista, das palavras de ordem: luta antiimperialista, reforma agrária, governo provisório e camponês etc. O autor argumenta que, na conjuntura da sociedade brasileira dos últimos anos da década de 1920, a severa mudança na tática política do PCB teria como evidente consequência o seu isolamento político. Assim, se por um lado, o Partido entrava em profunda sintonia com a ortodoxia da *Komintern*, por outro, desfazia completamente os nós que prendiam as formulações dos comunistas à materialidade da sociedade brasileira. A seu ver, “[...] por mais ‘absurda’, ‘menchevista’, ‘reboquista’ [...] que parecesse a teoria da ‘revolução democrático-pequeno-burguesa’ e o reconhecimento da especificidade da ‘questão pequeno-burguesa’ no Brasil”.

Nesse sentido, conforme a análise de Zaidan Filho, a revolução no Brasil passava de democrático-pequeno-burguesa para democrático-burguesa, antiimperialista, assumindo não mais a conquista das liberdades democráticas, mas a revolução agrária e antiimperialista. Com base nessa nova tática, o eixo das alianças políticas também sofreram um giro significativo, passando, nas palavras do autor, “[...] da busca de contatos com a pequena burguesia (urbana) ‘revolucionária’ para a aliança com as massas camponesas (segundo a versão stalinista no leninismo), tendo-se em vista a formação de *soviets*, antes e depois da revolução, em vista da criação de uma dualidade de poder”. Outrossim, a burguesia passou a ser vista como aliada tanto dos interesses latifundiários quanto dos interesses imperialistas, “[...] um mero apêndice econômico do capital financeiro e a outra face do capital agrário e, portanto, sem nenhuma autonomia de classes para poder se constituir em aliado confiável do proletariado e seu partido”. (ZAI DAN FILHO, 1985, p. 92).

Koval (1982) explica que as sublevações armadas levadas a cabo pelo “movimento tenentista”, bem como pela lendária “Coluna Invicta de Prestes”<sup>60</sup>, não lograram êxito no interior das organizações revolucionárias pelo descompasso de tempo entre a efervescência política nas tropas e a ascensão revolucionária de um modo geral. Ademais, o autor chama a atenção para duas pertinentes questões: [1] as ações empreendidas pela Coluna Prestes efetivaram-se em regiões agrárias, onde as massas camponesas ainda encontravam-se despreparadas para os embates da luta de classes; [2] o proletariado, avaliando o movimento democrático pequeno-burguês como contra-revolucionário, pôs-se à margem dos levantes da oficialidade do Exército Brasileiro.

Na concepção de Koval, o “tenentismo” configurou-se como a legítima expressão e [...] reflexo da ideologia pequeno-burguesa, sempre oscilando entre a burguesia e o proletariado – de modo que os tenentistas não entendiam como sua a tarefa da superação da sociedade de classes, pelo contrário, vários de seus membros apontavam como objetivo precípuo do exército a manutenção da ordem, bastando para tanto [...] substituir um ‘mau presidente’,

---

<sup>60</sup> Conta Koval (1982, p. 183-184) que a Coluna Prestes arregimentou-se no bojo da efervescência revolucionária presente no seio do Exército brasileiro nos anos 1920. Assim, a Coluna Invicta nasceu em solidariedade ao levante tenentista de São Paulo, que nos idos de 1924 combateu bravamente por quatro meses contra o governo de Artur Bernardes. Assim, tendo como meta a união das forças revolucionárias, a guarnição de São Ângelo dirigida pelo capitão Luís Carlos Prestes decidiu realizar uma grande marcha saindo do Rio Grande do Sul com destino ao Norte do país. Nas palavras do autor, “[...] A grande marcha teve prosseguimento de outubro de 1924 a fevereiro de 1927, seus integrantes transpuseram combatendo 14 estados brasileiros, cobrindo uma distância superior a 25 mil quilômetros”. Na avaliação de Koval, “[...] Apesar de sua debilidade e dos seus erros, a Coluna Prestes desempenhou grande papel positivo, exerceu acentuada influência ideológica em todas as camadas da sociedade brasileira, incluindo a classe operária. Embora na década de 20 o movimento operário e a luta dos tenentistas não se fundissem, mas se desenvolvessem isolados, a ideologia pequeno-burguesa do tenentismo revolucionário contagiou fortemente muitos operários”.

afastar do poder a oligarquia paulista e fazer ‘de cima’ várias transformações, visando à moralização da sociedade” (KOVAL, 1982, p.182).

Zaidan Filho (1985) deflagra que, a participação dos comunistas nas articulações políticas que desfecharam o período da Primeira República expressou tão somente sua integração numa ampla mobilização popular que vislumbrava no “tenentismo” uma possibilidade de democratização da sociedade brasileira. Nesse sentido, assevera o autor que se os comunistas se equivocaram nessa empreitada, sendo estes os legítimos líderes políticos da classe operária, “[...] não foi por terem participado do movimento, mas exatamente pelo contrário: por não terem a ele se integrado, nacionalmente, de forma crítica, de tal forma que pudessem tomá-lo em suas mãos e transformá-lo numa verdadeira revolução” (ZAI DAN FILHO, 1985, p. 42-43).

Lembra Zaidan Filho que a maçonaria<sup>61</sup>, mais uma vez, desempenhou um importante papel na construção das relações entre o tenentismo, os comunistas e o movimento operário, servindo, nos termos do autor, “de meio organizativo informal por onde se processam as articulações entre reformistas e revolucionários”. A exemplo da França, observa o mesmo, “no Brasil essa confraria testemunha a importância do ‘nacional-popular’ entre as forças mais progressistas da sociedade, jogando um papel específico nas tentativas de mudança social nesses países”. (Id., ibid., 1985, p. 41).

Ainda em 1925, os comunistas levam a público o semanário “A Classe Operária”. Este periódico, detalha Basbaum (1981), de história fascinante, teve vida longa, cerca de 20 anos, não obstante a maior parte desse tempo tenha se mantido na clandestinidade, impresso em variadas formas e nas mais diversas oficinas, tantas vezes empasteladas pela polícia<sup>62</sup>.

Em dezembro de 1926, mais precisamente no último dia do ano, conforme o registro de Koval (1982), expirava-se o prazo de renovação do famigerado estado de sítio decretado desde julho de 1922 pelo governo de Artur Bernardes (1922-1926). Como não foi reeditado pelo Presidente subsequente, Washington Luís (1926-1930), a vida política do país parecia retornar

---

<sup>61</sup> Não obstante o caráter progressista dessa confraria e seu papel positivo nas articulações entre reformistas e revolucionários no Brasil, conta Zaidan Filho que o IV Congresso da Internacional Comunista, ao tratar do “Caso Francês”, em que alguns membros da direção do Partido Comunista eram maçons, rechaçou terminantemente a presença de maçons entre as fileiras dos partidos comunistas, argumentando que “a Internacional Comunista não podia ter ligações diretas ou indiretas com uma organização profundamente ‘aburguesada’ como a Maçonaria” (ZAI DAN FILHO, 1985, p. 60).

<sup>62</sup> O relutante jornal comunista, conforme Basbaum (1981), fora extinto somente em 1946, quando, após um breve período respirando os bons ares da legalidade, foi suspenso por decisão de um Tribunal de Justiça.

finalmente aos limites constitucionais ordinários, abrindo-se, assim, para as forças progressistas melhores possibilidades de atuação por vias legais.

Nesse período, o país vivia os preparativos para as eleições ao Congresso Nacional e às Câmaras Municipais. Aproveitando esse novo contexto, conta Koval que o PCB tomou a iniciativa de formar um grande bloco eleitoral que articulasse as forças progressistas, idéia que já havia tentado implementar em 1924 e 1926. No entanto, sob o estado de sítio, não lhe fora possível obter êxito.

Assim, no dia 5 de janeiro de 1927, o diário comunista “A Nação” publica a “Carta Aberta da Comissão Central Executiva do PCB”, a qual se endereçava segundo os dizeres de Carone (1978, p. 338) “[...] a organizações operárias e a líderes simpatizantes do movimento”. Vale observar com esse autor que a frente ampla proposta pelos comunistas representava pela primeira vez na história do país “[...] a possibilidade de intervenção direta do proletariado num pleito eleitoral”.

Como forma de arregimentar a campanha de frente única, informa Koval (1982) que o PCB solicitou o apoio das distintas organizações proletárias, dentre elas, o Partido Socialista, o Centro Político dos Operários do Distrito Federal, o Centro Político do Proletariado de Niterói e o Partido Unionista dos Trabalhadores e Empregados do Comércio.

Segundo Dulles (1977), o PCB recebeu o apoio de várias entidades operárias, sobretudo dos sindicatos, permitindo assim a formação do Bloco Operário – mais tarde chamado de Bloco Operário e Camponês (BOC). A plataforma de lutas apresentada pelo BOC exigia dos seus candidatos os seguintes compromissos:

subordinarem sua atividade parlamentar ao controle da massa proletária’. Obrigavam-se a se bater pelo pleno restabelecimento das relações diplomáticas, comerciais e culturais entre o Brasil e a União Soviética, pela mais plena anistia para os presos políticos e pela indenização do Estado aos sobreviventes da Colônia Clevelândia ou às famílias dos que lá faleceram. Em matéria de legislação social, os candidatos do Bloco Operário defenderam as seguintes medidas: jornada de trabalho de oito horas, semana de 48 horas, contratos coletivos de trabalho, estabelecimento de um salário mínimo, ‘proteção efetiva’ às mulheres operárias e aos menores operários, proibição do trabalho aos menores de 14 anos, seguro social a cargo do Estado e do patronato, repressão enérgica ao jogo e ao alcoolismo. Os candidatos também dariam encarniçado combate à lei de imprensa, à lei de expulsão dos operários estrangeiros e à lei Adolfo Gordo. Somente os ricos – disse o PCB – deveriam pagar impostos (A NAÇÃO, Rio de Janeiro, 05/01/1927 apud DULLES, 1977, p. 256).

Dentro do espírito da referida plataforma, segundo Carone (1978), foram criadas seções do BOC no Distrito Federal, em Niterói, Petrópolis, São Paulo, Santos, Juiz de Fora, Recife e Ribeirão Preto. Não obstante a visível propagação, observa o autor que o BOC ao longo da sua atuação nunca conseguiu atingir os camponeses<sup>63</sup>. Assomado a essa fragilidade ampliou-se a tendência eleitoral, mormente após as eleições de 1928, as quais elegem dois intendentes para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro: Otávio Brandão e Minervino de Oliveira, bem como reelege o deputado Azevedo Lima, líder liberal, oposicionista, presidente do Bloco Operário e Camponês<sup>64</sup>. A vitória nas urnas fez com que alguns setores superestimassem a via parlamentar, partindo para a defesa “[...] da dissolução do partido nas fileiras do Bloco Operário e Camponês” (CARONE, 1978, p. 339).

Tal superestimação, segundo relato de Koval (1982), entrou em choque com a resistência de diversas organizações operárias, dentre elas, o Centro Político do Proletariado da Gávea, que fez a seguinte declaração: “a luta no senado e na câmara dos deputados, como nas câmaras dos vereadores, não pode resolver o problema do proletariado” (FONDI SSSR, ed. khr. 30207/764 – L 404 – 4b (s/r) apud KOVAL, 1982, p. 217).

Contudo, a aparente paz dura pouco, a classe dominante não poderia permitir a continuação daquele espetáculo produzido pela mobilização dos trabalhadores. Nesse sentido, em 1927, é votada a Lei Celerada, e o PCB, mais uma vez, submerge na clandestinidade – na qual se manterá, conforme o registro de Basbaum (1981), por longos 18 anos, voltando à legalidade apenas em 1945.

A Lei Celerada ou Lei Criminal constituiu-se mais uma das facínoras armas do complexo arsenal da repressão política, implementada pelo Estado brasileiro contra a classe trabalhadora, que nasceu, como de praxe, em resposta aos reclames dos interesses do capital internacional.

Segundo o registro de Dulles (1977), o governo brasileiro, interessado em efetivar um dos tantos empréstimos com os banqueiros da Inglaterra, resolveu, sem grandes hesitações, dar

<sup>63</sup> Segatto (1981), citando Astrogildo Pereira, esclarece que “[...] O elemento ‘camponês’ representava apenas uma palavra incluída no BOC, era desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o Partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operários e camponeses” (PEREIRA, 1974, p. 112, 114, 115 apud SEGATTO, 1981, p. 29-30).

<sup>64</sup> De acordo com o registro de Koval, “Os efetivos do Bloco Operário na capital chegavam a 8.600 militantes. Estes militantes fizeram 232 conferências entre os operários, distribuíram 75.000 exemplares do programa do Bloco Operário, 50.000 boletins especiais, 15.000 panfletos sob o título: ‘Três Classes – Três Políticas’, 7.000 exemplares do panfleto ‘O Deputado A. Lima’ e assim por diante. O Bloco Operário teve ativa participação na organização do grande comício de 1º de maio de 1927”. (KOVAL, 1982, p. 215).

ouvidos às queixas feitas por estes de que havia um número excessivo de elementos subversivos no país.

Atentos à preocupação dos seus investidores e mais preocupados ainda em livrar-se dos convivas indesejados, a observação inglesa era o que faltava para casar a luva àquela mão que já houvera redigido a Lei de Expulsão de Estrangeiros pela pena do oligarca paulista e senador federal Adolfo Gordo (1907) e tantas outras jurisdições ao longo da história para tolher o movimento operário. Assim, do projeto Aníbal de Toledo saiu a Lei Celerada. Esta, conforme Dulles (1977, p. 272-274), tornaria inafiançáveis os crimes prescritos pelo Decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890, qual seja: “[...] ‘desviar os operários e trabalhadores dos estabelecimentos em que foram empregados por meio de ameaças e constrangimentos’”, bem como ““causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violências, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário””<sup>65</sup>.

Ademais, a Lei Celerada alterou o Art. 12 da Lei de Repressão ao Anarquismo (Decreto nº 4.269, de 17 de janeiro de 1921) dando total autonomia ao governo tanto para fechar por período determinado “agremiações, sindicatos, centros ou entidades que incidissem na prática de crimes ou atos contrários à ordem, moralidade e segurança públicas, quanto a vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escritos ou suspendendo os órgãos de publicidade que se dedicassem a isso”. A Lei Celerada foi assinada por Washington Luís em 12 de agosto de 1927 (DULLES, 1977, p.272-276).

Diante da nova situação política, como historiaria Koval (1982, p. 216), os comunistas decidiram conservar o Bloco Operário em nova forma, transformando-se assim em Bloco Operário e Camponês (BOC), mantendo intocáveis as organizações de base anteriores, os

---

<sup>65</sup> Informa Dulles (1977) que as penalidades indicadas para tais delitos seriam de seis meses a um ano de reclusão para o primeiro caso e de um a dois anos para o segundo. Vale observar que as leis de repressão ao movimento operário ao longo da história das lutas sociais no Brasil vez por outra são reeditadas, fazendo uso de novas tintas, conquanto seu colorido desbotado já não deveria iludir as consciências mais sagazes. Reportamo-nos, aqui, é claro, ao Projeto de Lei de Relações Sindicais ou Anteprojeto de Reforma Sindical, o qual foi repassado às mãos do Senhor Presidente da República, Sr. Luís Inácio Lula da Silva, pelo então Ministro do Trabalho e do Emprego, Ricardo Berzoini, em fevereiro de 2005. Neste, dentre as demais propostas depuradas a gosto dos empresários, destacamos o tratamento conferido ao direito de greve. Conforme pesquisa anterior por nós realizada, “o Anteprojeto pune as ações que os trabalhadores ou os sindicatos possam desencadear durante a greve para pressionar os patrões [...]”. Assim, a Reforma define no Artigo 113º que “[...] as manifestações e atos de persuasão utilizados em razão do movimento grevista não poderão causar dano à propriedade ou à pessoa” e ainda: “A responsabilidade pelos atos ilícitos ou crimes cometidos no curso das greves será apurada, conforme o caso, segundo a legislação trabalhista, civil e penal” (Artigo 119º). O conteúdo desta lei é claro: “manter e aumentar a liberdade dos patrões e anular a liberdade dos trabalhadores no exercício do direito de greve” (JIMENEZ e PORFÍRIO, 2006, p. 33).

estatutos e a direção. Só assim o BOC pode exercer o seu papel “[...] de organização democrática legal da classe operária”.

Por fim, atesta Carone, inspirado em Pereira (PEREIRA, s/d, p. 103 apud CARONE, 1978, p. 340), que após a brilhante vitória eleitoral de 1928, o BOC passou a sofrer sucessivas derrotas em todos os âmbitos eleitorais, sendo a mais forte ocorrida em março de 1930, quando apresentou candidatos comunistas aos cargos de presidente e vice-presidente da República, bem como de senadores, deputados federais e estaduais.

Os comunistas se preocuparam também em arregimentar a juventude brasileira e, para tanto, segundo Dulles (1977), em 1º de agosto de 1927, propositalmente no Dia Internacional da Juventude, o PCB inaugura a Juventude Comunista (JC)<sup>66</sup>. A primeira direção nacional da JC compôs-se de quatro operários e três estudantes: Leônicio Basbaum, Artur Basbaum e Manuel Karacik, sendo Leônicio designado secretário-geral da Juventude Comunista, cargo que exercearia até 1929, quando, ao completar 21 anos, passou a integrar os quadros do Partido.

No mesmo mês de sua fundação, conforme o referido autor, a JC solicitou sua adesão à Internacional Comunista da Juventude (KIM), que firmara sede em Moscou. Obteve resposta positiva, recebendo da KIM uma bolsa de estudos de três anos na Escola Leninista, a qual deveria ser ofertada a um jovem operário brasileiro vinculado à JC.

Os comunistas ressentiam-se ainda, de acordo com Koval (1982), de uma entidade nacional capaz de aglutinar as lutas encampadas pelo movimento operário. Essa entidade limitava sobremaneira o raio de atuação do movimento, mormente diante das péssimas influências reformista e corporativista<sup>67</sup> – que já se faziam presentes no seio da classe trabalhadora – aliada à reação burguesa que cada vez mais intensificava sua criminosa repressão, suscitando a imperiosa necessidade de unificação. Nesse sentido, registra o autor que, entre os anos de

---

<sup>66</sup> Vale esclarecer com Carone (1978) que desde janeiro de 1924 já se havia decidido internamente no Partido em favor da expansão de núcleos da JC. Contudo, até 1925 só existia a célula do Rio de Janeiro – de modo que somente em 1927 é se tornou possível tal propagação.

<sup>67</sup> A esse respeito, são dignos de nota dois exemplos citados por Koval: 1) do grupo criado no Rio de Janeiro no início de 1924 batizado por “Cruzadas Brasileiras”, o qual tinha como objetivo combater o analfabetismo, o alcoolismo, dentre outros males, difundindo ademais a palavra de ordem em favor da fantasiosa harmonia entre o capital e o trabalho; 2) a declaração feita pelo Sindicato dos Empregados do Comércio a respeito da sua discordância com o plano de unificação da luta operária. “Os empregados do comércio não são operários. Nós temos pontos de vista completamente distintos. Todos aqueles que trabalham no comércio respeitam os patrões e seus interesses, por isso nós não lutamos contra os patrões, e sim colaboramos harmoniosamente com eles” (La Correspondência Sudamericana, 1927, n° 20-21, p. 33 apud KOVAL, 1982, p. 204).

1926 e 1927, os comunistas desenvolveram um árduo trabalho com vistas à criação de uma central sindical nacional.

Assim, após uma intensa campanha de unificação da luta operária, o Comitê Preparatório para a fundação da Confederação Nacional publicou em fevereiro de 1929 uma declaração exortando os trabalhadores de todo o Brasil a lutarem pela “[...] ‘férrea unidade do proletariado’, pela melhoria da situação econômica dos trabalhadores, por seus direitos políticos, contra a reação, o fascismo e o jugo imperialista”. O documento marcava a data para a realização do congresso de fundação da nova entidade nacional e apresentava o seguinte programa de unidade:

Aumento de salário na base de 40-50%, redução do aluguel de casa em 50%, aprovação da lei de férias e indenização por acidente de trabalho, concessão de férias remuneradas de 60 dias antes e 60 dias depois do parto para as mães, direito de greve e associações de operários, fim da intervenção do governo e da polícia nos assuntos dos sindicatos, reconhecimentos dos direitos dos sindicatos. (KOVAL, 1982, p. 209)

Dois meses depois, em abril de 1929, segundo Koval, reuniu-se no Rio de Janeiro o Congresso Constituinte da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), ou a mais popularmente chamada CGT, que contou com a presença de delegados advindos de 50 entidades sindicais. Conforme o registro do autor, as resoluções programáticas da Confederação tomavam por base “[...] o reconhecimento da luta de classe do proletariado até a conquista do poder político e a liquidação da exploração do homem pelo homem”. Atesta o autor que a CGT manifestou-se tenazmente contra o colaboracionismo entre as classes e, não obstante constasse em suas hostes militantes anarquistas e sindicalistas de esquerda, o maior peso político da organização recaiu sobre os comunistas e seus simpatizantes (KOVAL, 1982, p. 209).

Assinala Dulles (1977) que a intenção do PCB era fazer com que sob a égide da CGT se erigisse uma frente única composta de todas as associações trabalhistas, inclusive aquelas até então acerbamente combatidas pelos comunistas. Nesse sentido, detalha o mesmo que a Comissão Central Executiva (CCE) do Partido “[...] aconselhou que se abandonasse o ‘velho método’ da organização por sindicatos de profissão” (DULLES, 1977, p. 244).

Na avaliação de Zaidan Filho (1985), a polêmica que se instalou com a proposta de frente única trazida pelos comunistas referia-se menos a questão da unicidade *versus* pluralidade sindicais do que a vinculação do sindicato ao partido ou ao Estado. Na síntese do autor, “[...] na avaliação da fraqueza do movimento sindical brasileiro, os anarco-sindicalistas se dispõem a reconhecer a necessidade de mudar os ‘métodos’ de organização – rumo ao sindicato único

de indústria, mas não os ‘princípios’ doutrinários – sempre antipartidários, antiestatais” (ZAI DAN FILHO, 1985, p. 105).

Na avaliação de Koval (1982, p. 211), a fundação da CGT representou uma importante conquista para o movimento proletário brasileiro. No entanto, de um modo geral, a atividade do PCB nos sindicatos ainda se apresentava insuficiente. Assevera o mesmo que um dos principais erros dos comunistas “[...] era a subestimação do trabalho cotidiano, perseverante e prático entre as massas, a errônea apreciação do papel do Partido nos sindicatos [...]”.

Vale a pena registrar a análise feita por Zaidan Filho (1985, p. 112) acerca da política de frente única levada a cabo pelo PCB, da qual o BOC e a CGT constituíram-se os exemplos mais acabados. Na concepção deste autor, “[...] as confissões de diversos militantes comunistas, bem como a sua prática sindical efetivada nos permitem dizer que, na melhor das hipóteses, a política de ‘frente única’ sindical do PC sempre pressupõe a hegemonia do Partido Comunista sobre os seus aliados”.

Essa postura, constata o autor, se não levou ao divisionismo e à fragilização do movimento operário, em muito contribuiu “para manter no atraso político os trabalhadores, que continuavam assim como *objetos* da sua emancipação e não se tornavam, em consequência, *sujeitos* da sua ação política, mediante um processo de auto-organização” – de modo que, absorvidos pela tática “[...] de depuração partidária dos sindicatos onde desenvolviam a sua atuação, os militantes comunistas favoreceram muitas vezes a desagregação dos organismos de massa, ao entrarem em disputa pela direção destas entidades com os anarco-sindicalistas, socialistas e sindicalistas ‘amarelos’” (Id. Ibid., p. 113, grifos do autor).

Explica Zaidan Filho que os fundamentos dessa concepção estribaram-se no dito “marxismo-leninismo” da III Internacional Comunista (IC), em cujo contexto vigoraria “a concepção ‘tática’, ‘instrumental’ da democracia, do pluralismo ideológico, da frente política, onde os interlocutores são sempre reduzidos à condição de ‘companheiros de viagem’ prestes a serem desembaraçados do nosso projeto político, quando não mais convêm mantê-los ao nosso lado [...]” (Id. Ibid., p. 113, grifos do autor).

Como ilustração dessa atuação do PCB, o autor faz uso de um excerto da resolução política do III Congresso do PCB, ocorrido em 1928, em que o Partido expressa textualmente a concepção de hegemonização do movimento operário brasileiro denunciado por ele: “‘trabalhando ativamente e sistematicamente nessas organizações de massas exteriores ao Partido conseguiremos enraizar cada vez mais nossa influência comunista no seio das massas

laboriosas’, com o objetivo de submetê-las ‘à hegemonia do PCB’” (III Congresso do Partido, A todas as organizações de base, p. 3 apud ZAIDAN FILHO, 1985, p. 115-116).

Nesse sentido, ao estabelecer uma comparação entre as teses elaboradas pelo PCB em seu II Congresso (1925) acerca do caráter e das forças motrizes da revolução brasileira, a linha política adotada pelo Partido até o VI Congresso da IC e as teses de seu III Congresso (1928), constata o autor que as profundas transformações processadas nas formulações teórico-políticas dos dirigentes comunistas brasileiros operaram-se em total consonância com as novas orientações emanadas do movimento comunista internacional.

Em corroboração com as idéias de Zaidan Filho, Segatto (1981, p. 33) atesta nas resoluções do III Congresso do PCB a existência de vários elementos de aproximação com as teses do VI Congresso da IC, dentre os quais destaca a negação da política frentista e o estabelecimento “[...] para si, e *a priori*, da direção do proletariado e a hegemonia de todo o movimento”.

Segatto detalha ainda que, após a sua participação na 1ª Conferência Latino-Americana dos Partidos Comunistas, realizada em 1929, a partir da convocação do Secretariado Sul-Americano do *Komintern*, o PCB afirma a linha do VI Congresso da Internacional Comunista, ainda que de forma camouflada. Ademais, nesse mesmo ano, Astrogildo Pereira é enviado a Moscou com o objetivo de colaborar na reformulação da concepção sobre o “caráter da revolução Brasileira”, retornando no início de 1930, trazendo em mãos os documentos contendo a nova tática. Conforme a observação do autor, “[...] nesse momento, o PCB irá absorver e incorporar de forma mais clara e definida as teses do VI Congresso da IC, bem como se ligar e se subordinar de forma mais estreita ao *Komintern*, ao contrário do que vinha ocorrendo até aí, quando ainda preservava uma certa autonomia nacional” (SEGATTO, 1981, p. 35).

Vale lembrar com Zaidan Filho (1985) que, dentre as características da Internacional Comunista, duas teriam um papel preponderante, a saber: a intransigência com o reformismo e o centrismo e a preocupação em assegurar a pureza doutrinária dos novos partidos comunistas. Nos termos do autor, essa constatação é de fácil comprovação, basta examinar a excessiva preocupação contida nas 21 condições para o ingresso de um partido comunista à IC<sup>68</sup> “[...] em hostilizar abertamente todo e qualquer contato entre comunistas, reformistas e

---

<sup>68</sup> Conforme a síntese do líder comunista Mathias Rakosi, publicado pela IC no ano de 1923, as referidas condições faziam as seguintes exigências aos partidos interessados em aderir à Internacional Comunista: “[...] que toda sua propaganda e agitação tenham um caráter comunista. A imprensa deve estar completamente submetida ao Comitê central do partido. Os reformistas deverão ser afastados de todos os postos de

centristas e o estabelecimento da aceitação integral e incondicional das aludidas ‘condições’, como critério para o reconhecimento dos ‘verdadeiros comunistas’” (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 107).

Tal postura da Internacional Comunista, segundo o mesmo autor, inspirado nas análises de Claudin (1985), gerou consequências desastrosas para o movimento comunista: de um lado, fechou as portas a um expressivo número de “[...] socialistas e sindicalistas que simpatizavam com a Revolução Russa e concordavam com os objetivos revolucionários da nova Internacional”; de outro, passou a atrair “[...] para o seu seio indivíduos desligados das massas, a quem era muito mais fácil opor-se às antigas organizações e afirmar-se sob o novo manto ideológico”. Nesse sentido, sob a influência das 21 condições, bem como do método adotado pela IC em contraposição ao reformismo e ao centrismo de uma maneira geral, na conclusão de Claudin, citado por Zaidan Filho, “[...] implantou-se nos partidos comunistas desde o primeiro dia um espírito sectário e dogmatizante, envolto num verbalismo revolucionário que dissimulava a perda de pé na realidade” (CLAUDIN, 1985, p. 106-107 apud ZAIDAN FILHO, 1985, p. 108).

Assim, reitera Segatto (1981) que o PCB, enleado nas novas táticas da IC, definidas pelo seu VI Congresso, apresentará uma significativa mudança na linha política, tendo como principais consequências o definitivo rompimento com a política frentista e a polarização do Partido. Para o autor, tal posição do PCB conduziu-o “[...] ao isolamento e à omissão quando dos acontecimentos que desembocaram no que ficou conhecido como ‘Revolução de 1930’. Estes são analisados como sendo uma ‘quartelada pequeno-burguesa contra o povo’ e para ‘evitar a revolução das massas’” (SEGATTO, 1981, p. 35 -36).

A partir de 1930, segundo Carone (1974, 237-238), a crítica à concepção pequeno-burguesa identificada na postura das principais lideranças do PCB “[...] passa da ideologia para a

---

responsabilidade. O Partido deve possuir um aparelho ilegal e fazer uma propaganda sistemática no exército e no campo. Deve conduzir uma luta enérgica contra os reformistas e os centristas. Nos sindicatos, deve lutar contra a Internacional sindical de Amsterdã. O Partido deve ser severamente centralizado e adotar o nome de Partido Comunista (seção da Internacional Comunista). Todos os partidos que pertencem à Internacional Comunista ou que pretendem integrá-la devem, no máximo quatro meses após o 2º Congresso, examinar essas condições em um congresso extraordinário e excluir do Partido todos os membros que a rejeitam”. Informa ademais Rakosi que os oportunistas atados integralmente à II Internacional ingressaram na IC apenas para manter sua influência sobre as massas, de modo que esses elementos representavam constantemente o perigo de infiltração do espectro da Internacional suicida no interior da jovem Internacional Comunista. Daí justifica a existência das 21 condições de adesão “[...] como necessidade imperiosa de manter à distância tais elementos” (RAKOSI, 1923 apud GOLIN, 1988, p. 38-39). Para Claudin, comunista espanhol citado por Zaidan Filho, as “21 condições” constituíram-se um “modelo de sectarismo e método burocrático na história do movimento operário” (CLAUDIN, 1970, p. 78 apud ZAIDAN FILHO, 1985, p. 107).

organização e desta a uma simplificação do modo de vida”, desvalando a proletarização e, como conseqüência, ao obreirismo sectário. Assim, relata o autor que a partir desse período, a “proletarização toma um sentido errôneo e romântico, o que leva os membros do partido a só fumarem cigarros baratos, vestirem-se mal, deixarem de usar gravata etc” e a declararem sua drástica decisão em relação aos quadros que compunham a direção, qual seja: a Comissão Central do Partido analisa e delibera que na sua direção devem existir menos intelectuais, devendo estes ser substituídos por operários. Tal ato levou ao afastamento de Leônio Basbaum, Fernando Lacerda e Paulo Lacerda do “Bureau Político”, não obstante a denúncia de Astrogildo Pereira<sup>69</sup> quanto às deturpações dessa atitude e suas conseqüências políticas para o Partido – de modo que, segundo o depoimento de Carone, entre os anos de “1930 e 1931, parte da velha guarda do partido é expulsa, sai ou é rebaixada de posição, sendo substituída por elementos de menor capacidade ou por operários sem experiência de organização”.

Detalha Dulles (1977) que Basbaum chegou a propor o nome de Fernando de Lacerda para secretário-geral do Partido. Contudo, o mesmo rechaçou de imediato a proposta pelo fato de encontrar-se doente e por não ser um operário autêntico. Na ocasião, propôs o nome de José Vilar, mais conhecido por Miguel, para assumir o cargo, o qual foi eleito secretário-geral do Partido. O novo secretário-geral do PCB, conforme as memórias do próprio Basbaum (1976, p. 76), “[...] gostava imensamente de exibir seu ‘proletarismo’, andando sujo e mal vestido [...] e falando propositadamente ‘errado’, sobretudo em reuniões de que participavam intelectuais”.

Assim, segundo Carone (1974), entre os anos de 1932 e 1934 – não obstante esteja fora do nosso período de estudo, gostaríamos de ilustrar esse fato – começam a ingressar no Partido “[...] os antigos ‘tenentes de esquerda’, que ascendem rapidamente aos cargos de direção, e cuja presença terá conseqüências várias na organização e atuação política do PCB”. Não desconsiderando a mudança ideológica desses membros, observa o autor que “[...] certos elementos básicos da ideologia e tática *tenantista* impregnam o novo período de existência do PCB” (CARONE, 1974, p. 240).

---

<sup>69</sup> A partir desse novo quadro que se instaura internamente no PCB, registra Carone que Astrogildo Pereira, Paulo Lacerda, Leônio Basbaum, dentre outros, são acusados de “resistência oposta à proletarização do Partido”, sendo os dois últimos enviados para trabalhar no Comitê Regional de São Paulo, enquanto que Astrogildo Pereira, profundamente descontente com a política obreirista adotada pelo Partido, resolve radicalizar: “o que faz é mandar carta à CC pedindo seu afastamento do partido, mas afirmando continuar a manter contato e apóia-lo em todos os momentos necessários [...]” (CARONE, 1974, p. 238).

Dulles atesta (1977) que o obreirismo<sup>70</sup> atingiu seu auge, no PCB, durante a segunda metade de 1932. O autor cita o caso da romancista cearense Rachel de Queiroz, além dos demais aqui mencionados, como emblemático desse período, sendo a mesma expulsa do Partido pelo fato de recusar-se a modificar os manuscritos da sua obra “João Miguel”,<sup>71</sup> reprovado pela “censura” do Comitê Central (CC) do PCB, o que significaria, caso acatasse a imposição que lhe foi feita, “[...] uma mudança na narrativa e em 30 personagens do romance [...]. Deflagrou a direção do CC que “[...] considerava a obra uma história reacionária e pequeno-burguesa. Conforme estava, o Partido negava-lhe o impremátor”. Conta o autor, citando a romancista, que o órgão oficial de imprensa do PCB, o jornal “A Classe Operária”, “[...] acusou-a de fascista, agente policial e fracionalista (Rachel de Queiroz, entrevista, 1º nov. 1968 apud DULLES, 1977, p. 404-405).

No ano seguinte, 1933, foi a vez de Basbaum ser mais um posto à prova pela direção obreirista do PCB. Este, conta Dulles (1977, p. 405), após ter saído da “[...] Colônia Correcional Dois Rios em dezembro de 1932, passou o mês de fevereiro de 1933 organizando o comitê de luta contra a guerra e obedecendo às instruções do *Komintern* para intensificar a ‘campanha antibélica’ em todo o mundo”. Em março do referido ano, estando presente a uma reunião do Comitê Central do Partido<sup>72</sup> “[...] sem aviso prévio, o estudo dos comitês de luta

---

<sup>70</sup> Alerta bem apropriadamente Antunes que “[...] o *obreirismo* não se deveu a desvios deste ou daquele dirigente, mas sim, principalmente, às transformações sofridas pelo próprio movimento comunista internacional: lembro que na URSS deu-se a vitória de Stalin frente a Trotsky, o que foi entendido como o triunfo da corrente ‘operária’ frente à ‘intelectual’, o que, por sua vez, acarretou consequências no seio da I.C. e do movimento comunista internacional. [...]” (ANTUNES, 1988, 155).

<sup>71</sup> Vale ilustrar com Dulles que o manuscrito do referido romance já havia sido depositado nas mãos do editor, em 1932, quando a escritora foi convocada pela primeira vez a entregar uma cópia para análise ao PCB. Decorrido um mês dessa convocatória, a escritora foi novamente intimada a prestar contas com o Partido, sendo recebida nas duas ocasiões por um senhor (“camarada Silva”) que trajava camiseta, [...] refestelado em uma cadeira com os pés atirados sobre a mesa” (Rachel de Queiroz, entrevista, 1º nov. 1968 apud DULLES, 1977, p. 404). A propósito, entrementes não tenhamos desenvolvido os dotes de crítica literária, empreendemos uma rápida leitura do romance “João Miguel”: este se apresenta como um típico romance social, à moda rural, que conta a saga de um miserável caboclo do sertão dos Inhamuns, o qual, desde muito cedo, foi jogado pelo seu desventurado destino, sem pai nem mãe no “oco do mundo” a acompanhar os comboios de pinga, inverteando-lhe no vício da cachaça. Tal vício, levou-o a cometer um assassinato, fazendo-o definhlar por mais de dois anos na prisão, cenário em que se desenrola o romance marcado pela traição de sua companheira Santa com o Cabo Salu. A autora explora a psicologia do preso nesse drama social em que se vê entremeado: ele, um caboclo trabalhador de bem, que, de repente, vira um criminoso e, ainda por cima, é traído pela companheira. Não obstante sua rusticidade, João Miguel esboça vários lampejos de criticidade a respeito da miséria que acomete a vida dos pobres. Em suma, o romance de Rachel de Queiroz aqui aludido, a nosso ver, não mereceu a alcunha de pequeno-burguês dada pelo PCB.

<sup>72</sup> Informa Dulles (1977, p. 405) que Basbaum não acatou as ordens do Partido, ao contrário, abandonou suas fileiras e uniu-se a seus irmãos na organização das Lojas Brasileiras. Dois anos mais tarde, teve a notícia através de uma revista interna do PCB da sua expulsão, juntamente com os companheiros Heitor Ferreira Lima e Mário Grazini. Comenta ainda o autor que “Os comunistas denunciaram Basbaum como trotskista e agente do imperialismo”.

contra a guerra, a que Basbaum se dedicava um mês, ocupou o primeiro plano da ordem do dia. [...]. Tomado de surpresa, com os pensamentos desordenados, recusou-se a contestar”. Ali, Basbaum foi acusado de uma série de crimes, desvios, sabotagens, influência pequeno-burguesa e resistência à linha do Partido que teria operado naquele curto período de um mês. O caso desfechou-se com Basbaum recebendo o prazo de uma semana para enviar o seu “ato de contrição” ao CC. No depoimento do próprio Basbaum:

Quando a reunião terminou, retirei-me sozinho e fui para a estação esperar o trem. Minha alma estava como que destruída, sentia que as lágrimas queriam rebentar pelos olhos e eu resistia. [...]. De repente me vi em casa, o velho quarto escuro e abafado, uma panela num fogão de ferro colocado ao pé da porta, a mulher arrumando qualquer coisa, o garoto choramingando no berço. Entrei sem falar, sentei-me na cama e comecei a chorar (BASBAUM, 1976, p.145).

Conquanto os problemas enfrentados pelo PCB nos primeiros anos da década de trinta, segundo Segatto (1981, p. 38), o Partido registrou um significativo desenvolvimento, viabilizado pelos novos espaços de atuação abertos pela reorganização do Estado burguês, a partir de 1930. A atuação dos comunistas passa a intensificar-se no seio da classe operária e em alguns outros setores da sociedade brasileira: assumem direções de sindicatos; coordenam greves por melhores condições de vida e de trabalho; encampam a luta contra a subordinação ao Ministério do Trabalho; arregimentam movimentos em defesa do proletariado; organizam o Partido Comunista nas Forças Armadas, fomentando campanhas antimilitaristas; mantêm-se em constante luta contra o nazi-fascismo e o integralismo<sup>73</sup>; e ainda publicam uma série de jornais, revistas, livros, panfletos, etc. Toda essa ação, é válido lembrar com o autor, “[...] ocorre sob dura e violenta repressão policial do governo”.

Em que pese os avanços políticos do PCB identificados por Segatto no período em estudo, este não deixa de reconhecer que o Partido teve o seu raio de ação e sua influência revolucionários limitados “[...] tanto pela incorporação mecânica das teses do VI Congresso da IC, como também pelas suas debilidades político-ideológicas, que acabaram levando-o a adotar uma proposta revolucionária sectária, dogmática e não condizente com a realidade histórica brasileira” (SEGATTO, 1981, p. 38).

Basbaum (1981, p. 214) pontua uma série de dificuldades enfrentadas pelo PCB ao longo da sua trajetória, dentre elas, destaca a renhida luta político-ideológica travada com os

---

<sup>73</sup> Carone (1979) refere-se às várias manifestações deflagradas pelo movimento operário brasileiro contra o Integralismo, destacando duas ações ocorridas em São Paulo: uma na Praça da Sé (1934) e a outra na Avenida Paulista (1935), ambas encerradas a tiros.

anarquistas<sup>74</sup>. Estes, conforme seu relato, “[...] passaram a combater os comunistas com maior ardor do que o empregado na luta contra o capitalismo”; os sucessivos períodos de clandestinidade vividos sob uma brutal repressão policial; e, por fim, o baixo nível ideológico dos militantes causado pelas dificuldades de acesso aos textos teóricos, sobretudo a literatura basilar dos partidos comunistas, o materialismo histórico dialético. Lembra o autor que os livros raramente chegavam ao Brasil e os “[...] poucos que apareciam eram escritos em francês, por vezes em espanhol e, portanto, fora do alcance do operário médio”.

Antunes (1988), ao reportar-se à atuação do PCB, sobretudo nos eventos que marcaram o início da década de 1930, avalia que alguns fatores obstaram o Partido de elaborar uma efetiva proposta popular e democrática com vistas à revolução brasileira. Em consequência disso, não foi possível à classe operária apreender o máximo de consciência possível, permitindo-lhe superar a espontaneidade e materializar um salto qualitativo. Conforme o autor, a proposta apresentada pelos comunistas para a concretização da revolução brasileira configurava-se bastante desarticulada da realidade do nosso país, considerando que uma série de fatores internos e externos ao Partido foi responsável por essa sua equivocada atuação, a saber:

*[...] a sua fraqueza político-ideológica, que exprimia a ausência de uma tradição marxista no pensamento operário, a sua origem anarco-sindicalista, herdeira de conhecidas limitações políticas, além da ausência de uma sólida tradição cultural burguesa que fosse ponto de partida para*

---

<sup>74</sup> A esse respeito, apresentamos na íntegra dois comentários dignos de nota: 1) o excerto de um artigo de Astrogildo Pereira publicado pela primeira vez no jornal “O Internacional” (17/07/1922) em que torna patente a intensa refrega com os ex-camaradas anarquistas; 2) o relato tecido por Dulles (1977) a respeito de artigo publicado no jornal “O Syndicalista” (26/12/1925) por um correspondente anarquista do Rio de Janeiro de nome Ravengar. Vejamos respectivamente: “Agora, um breve conselho amigável aos nossos tremebundos anarquistas, vestais de uma última hora ‘de la pulcritud de los ideales’. Façam um severo exame de consciência e reparem no caráter contra-revolucionário que sua campanha cega, injusta, grosseira, vai assumindo. Empreguem melhor as colunas de seus periódicos em combater a burguesia, inimiga comum e não em ajudar a burguesia a combater o Governo proletário russo, baluarte da revolução mundial. Cavou-se entre nós, profundo fosso doutrinário e ideológico? Muito bem. Discutamos, debatamos, confrontemos aos olhos das massas proletárias nossas divergências de pontos de vistas. Trabalhemos, ponhamos em prática, uns e outros, nossos diversos esforços métodos de organização e ação. Façamos isso seriamente, como homens, como revolucionários. Os trabalhadores saberão apoiar quem melhor representam e defendem suas aspirações de liberdade e bem-estar, mas, sobretudo, desarmem o ódio feroz contra os comunistas, ódio que os irmana, queiram ou não, à burguesia reacionária”. (PEREIRA, 1980, p. 41); “RAVENGAR, ‘correspondente especial no Rio’ de *O Syndicalista*, definiu a situação trabalhista na capital do país como ‘calamitosa’, em vista do estado de sítio e dos ‘camaleões bolcheviques que, com suas seitas infames, procuraram penetrar nos sindicatos operários para lhes impor sua política rota e escalavrada, imoral e escravizante’. ‘A luta do proletariado do Rio’, opinou, continuava sendo contra dois aliados, capitalismo e maximalismo’. Acusou os ‘jornalecos maximalistas’ de apontarem à polícia os militantes sindicalistas, tal como acontecera com ele próprio e com Manuel Simon, e que mais tarde o comunista Pedro Goite entregara ambos à polícia, em plena assembléia do Centro Cosmopolita, onde dirigentes comunistas se acobertavam sob carabinas dos policiais” (DULLES, 1977, p. 234).

*superação pelo pensamento revolucionário.* Esses fatores internos imbricam com outra causa decisiva *naquele* contexto, dada pela influência da concepção que passou a predominar no seio da III Internacional que, após a fase de fertilidade e hegemonia de Lênin, viu-se tolhida em suas virtuosidades e foi, pouco a pouco, transformando-se, até a consolidação do predomínio staliniano, que foi em grande parte responsável naquele período pela penetração no P.C.B. das teses que, dado seu grau de generalização e sua referência aos países asiáticos, pouco tinham a ver com a particularidade brasileira (ANTUNES, 1988, 161, grifos do autor).

Na análise de Antunes, a práxis do PCB nos acontecimentos de 1930 repercutiram em sérias consequências nos anos subseqüentes. Em seus termos, essa práxis

facilitou a condução conciliadora das forças sociais dominantes, permitiu a exclusão da ala mais radical da pequena burguesia, impossibilitou ao proletariado – e seus aliados – dar um conteúdo popular e progressista àqueles eventos, o que acarretou o isolamento político da classe operária que, a partir de então, viu intensificar a repressão sobre os seus melhores quadros (ANTUNES, 1988, 161).

Em linhas gerais, os anos de 1930 serão mais que sombrios para o movimento operário brasileiro, pois, com a deflagração da dita “Revolução de 30”, as forças repressoras do Estado esfacelaram e controlaram com mãos de ferro as organizações dos trabalhadores com vistas à esterilização de qualquer pensamento emancipatório, num total ajuste ao sindicalismo de Estado que, a partir de então, começou a se delinear.

Por fim, cabe-nos assinalar o difícil ponto final de um texto que não tem a pretensão de exaurir a história do Movimento Operário brasileiro na Primeira República, mas sim de pôr em relevo, em traços bastante largos, as principais lutas travadas pelas correntes que disputaram espaço no seio da classe trabalhadora, por entendermos ser esta a moldura que contorna o nosso objeto específico, qual seja: o interesse expresso pelo Movimento Operário em relação à apropriação do conhecimento por parte dos trabalhadores e daí a sua constante preocupação com a formação educacional dos mesmos.

## 1.5 - O Movimento Operário Cearense na Primeira República

As raízes das primeiras organizações dos trabalhadores no Ceará deitam seu dorso sobre as duras condições de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores, expressas, sobretudo, nos míseros salários percebidos e na extenuante jornada diária de 10 a 12 horas de atividade laboral, agravadas ainda pelo crescente custo de vida e pela inexistência de uma legislação trabalhista que provesse o mínimo de proteção ao trabalho.

Assim, conforme registra o Relatório da Pesquisa “Organização e Consciência de Classe no Movimento Sindical Cearense” realizada pela FACED/UFC (1993)<sup>75</sup>, no Ceará do começo do século XX, a exemplo do que ocorria em esfera nacional, as primeiras expressões organizativas dos trabalhadores concretizaram-se através das associações mutualistas/beneficentes e dos sindicatos de resistência, estes em menor número.

Vale assinalar com base na mesma pesquisa que a designação “sindicato” passa a ser utilizada com mais freqüência somente após a realização do I Congresso Operário Brasileiro ocorrido em 1906 no Rio de Janeiro, responsável pela criação da Confederação Operária Brasileira (COB), como forma de distinguir as entidades que apresentavam resistência ao patronato daquelas tidas como mutualistas/beneficentes.

Faz-se mister registrar com Simone de Souza e Francisco de Assis S. Oliveira (s/d, p. 9), estudiosos do movimento operário cearense na Primeira República, que o Ceará fez-se presente no congresso de fundação da COB, representado através do Centro Artístico Cearense nas pessoas de Pinto Machado e Benjamin Prins. Contudo, observam os autores que “[...] a presença deste centro no 1º Congresso Operário coloca-se mais a nível de solidariedade operária, do que uma possível influência ideológica anarquista no movimento operário cearense da época”.

Datam desse mesmo período histórico, marcado pelas diferentes correntes políticas no seio do movimento sindical, e de modo orgânico articulado a elas, o surgimento dos principais partidos políticos que estiveram à frente das organizações operárias no Ceará, à exceção da corrente anarquista que se posicionava veementemente contra a participação partidária, a saber: o Partido Operário, o Partido Socialista e o Partido Comunista.

O Partido Operário foi fundado nacionalmente no ano de 1890. Segundo informa o Relatório da Pesquisa da FACED/UFC (1993, p. 8), tal partido nasceu marcado por concepções políticas divergentes: “[...] de um lado o tipógrafo França e Silva defendia uma postura de autonomia frente ao governo e, de outro, o tenente José Augusto Vinhaes defendia uma aproximação com as autoridades constituídas, tendo sido o primeiro Presidente do Partido”.

No Ceará, conforme Abelardo F. Montenegro (1965), estudioso dos partidos políticos cearenses, o Partido Operário foi criado em 15 de junho de 1890, numa sessão realizada no

---

<sup>75</sup> Como forma de sintetizar a referência a esta fonte, as seguintes menções serão padronizadas em Relatório da Pesquisa da FACED/UFC (1993), ou simplesmente, FACED/UFC (1993).

Teatro São Luís, em Fortaleza, tendo como presidente o cirurgião-dentista Aderson Ferro e como secretários Augusto Tomé Vanderlei e Joaquim Vitoriano da Silveira<sup>76</sup>.

Segundo o registro de Souza e Oliveira (s/d), o Partido priorizava como estratégia a participação político-eleitoral, tomando como principais bandeiras de luta a defesa da jornada diária de oito horas, a democratização do capital, a luta por reformas sociais que minorassem os problemas dos trabalhadores e entendia ser fundamental a freqüência dos trabalhadores à escola. Para tanto, segundo Montenegro (1965), criou um Conselho de Instrução no intuito de combater o analfabetismo e desenvolver o gosto literário.

A partir de 1891, conforme o mesmo autor, o Partido Operário, que, até então, fazia uso das páginas do jornal “O Cearense”, cedidas pelo grupo de oposição ao governo Ferraz, liderado por Rodrigues Júnior, fez circular seu próprio órgão de divulgação, o jornal “O Combate”<sup>77</sup>, tendo como redatores Aderson Ferro e Antônio Duarte Bezerra.

O Partido Operário manteve, ainda, uma postura crítica diante das associações mutualistas e benficiantes que, no Ceará, vinham proliferando-se desde o Império, intensificando-se na República<sup>78</sup>.

Faz-se oportuno registrar com Marcos J. D. Silva (2007), pesquisador da influência maçônica sobre os trabalhadores cearenses (no período em estudo), que a fundação do Partido Operário contou também com a liderança do barbeiro maçom Joaquim Theóphilo Cordeiro<sup>79</sup>, o qual

---

<sup>76</sup> Montenegro (1965, p. 36) apresenta uma lista mais completa dos integrantes do Partido Operário, a saber: “Miguel Augusto Ferreira Leite, o alfaiate Olegário Antônio dos Santos, o mecânico Teodomiro de Castro, o marceneiro José Façanha de Sá, os mecânicos Olavo Pinto de Andrade, Joaquim Pinto do Carmo e Raimundo Soares Freire, os pedreiros Bento Manuel Correia e Cândido Alves Brasil, o sapateiro Joaquim Rodrigues de Lima, o ourives Gonçalo José Júlio Nascimento, o seleiro Zeferino Beleza e os gráficos Antônio de Moraes e Raimundo Pinto de Vasconcelos”.

<sup>77</sup> Informa Adelaide Gonçalves (2004) que o jornal “O Combate” circulou de 1891 a 1892, voltando à cena operária cearense em janeiro de 1896.

<sup>78</sup> Souza e Oliveira (s/d, p. 3) citam várias dessas associações: União Operária (1890); Fênix Caixeiral (1891); Economia Caixeiral (1896); Sociedade Artística Beneficente (1902); Centro Artístico Cearense (1904); Centro Tipográfico Cearense (1912); Sociedade Deus e Mar (1912); União Artística Beneficente (1913); Círculos Operários e Trabalhadores Católicos São José (1915); Aliança Artística Proletária de Quixadá (1921); Associação dos Chaufeurs (1924), dentre outras.

<sup>79</sup> Francisco Moreira Ribeiro (1989, p. 121-122, grifo nosso) apresenta uma ampla biografia desse ativo e “eclético” militante, nascido em 5 de março de 1868 na cidade de Itapipoca/Ceará. Assim, informa o autor que Joaquim Theóphilo Cordeiro iniciou “[...] Em 1890 [...] a lide em prol das reivindicações operárias, ingressando no Partido Operário, fundando em 9 de novembro de 1902 a Sociedade Artística Beneficente, da qual é sócio benemerito, e foi presidente em quatro períodos sociais; fundou a 8 de fevereiro o Centro Artístico Cearense, do qual foi membro da comissão executiva, e secretário-relator durante vinte e cinco anos. Fundada a Associação dos Chaufers, em junho de 1924, foi convidado a organizá-la em 1925, sendo seu presidente durante 16 anos. Faz parte da Loja Maçônica Liberdade IV, de Fortaleza, desde 1901 quando foi iniciada, e fundou o Centro Espírita Cearense; em 1918 abandonou a profissão de barbeiro para instalar um restaurante – ‘A Gruta’. Foi

mais tarde, integraria, igualmente, a lista de fundadores do Centro Artístico Cearense (1904)<sup>80</sup>, marcando o início da atuação maçônica<sup>81</sup> junto ao movimento operário cearense, o que se fará, contraditoriamente, através da criação de várias entidades de cunho benéfico em Fortaleza e no interior do Estado.

Para Silva (2007, p. 47-48), a explicação para o fato de a Maçonaria ter encontrado espaço entre os trabalhadores no Ceará encontra-se na incipiente indústria local, fincada ainda sob bases familiares, apresentando insignificantes índices de mecanização, o que assegurava a sobrevivência dos setores ditos “artísticos” e, consequentemente, sua hegemonia no movimento organizativo. Nesse contexto, observa o autor que “[...] os artesãos e os pequenos fabricantes compunham uma pequena burguesia, mais identificada com as propostas sociais da Maçonaria, calcadas no caráter benéfico e no respeito aos princípios de autoridade e de propriedade”.

Desse modo, assegura Silva, os maçons fizeram-se presentes entre os pioneiros da organização operária no Ceará, exercendo hegemonia até o segundo lustro da década de 1920, quando a criação de “centros e sociedades artísticas” tornou-se, digamos assim, sua “marca registrada” – dentre as quais destacamos com o autor, em Fortaleza, a liderança do aqui já mencionado Centro Artístico Cearense (1904)<sup>82</sup>, considerado o pólo irradiador do movimento, ao qual os demais se filiavam; a Sociedade Deus e Mar (1912); por fim, a União Artística Beneficente (1913). No interior do estado, a União Artística Iguatuense (1913), a União Artística Beneficente do Crato, a Sociedade Artística Maranguapense (1919) e a Aliança Artística e Proletária de Quixadá (1921).

Com efeito, sob a orientação da política social maçônica,

---

**ainda membro do Conselho de Instrução da Escola Noturna do Partido Operário.** Em 1896 foi eleito suplente de vereador à Câmara Municipal de Fortaleza e depois Vereador de 1924 a 1928. [...]”.

<sup>80</sup> Noticia Ribeiro (1989) que o Centro Artístico Cearense, conforme nos referimos anteriormente, foi fundado em 8 de fevereiro de 1904, tendo como Comissão Executiva José Bezerra de Menezes, Teodoro de Castro e Raimundo Teófilo Cordeiro de Almeida.

<sup>81</sup> Vale recuperar com Silva (2007) que o movimento maçônico no Brasil estrutura-se no bojo das disputas políticas travadas em torno do processo de independência do país e da organização do Estado Nacional. Outrossim, atesta o autor, no período de transição do século XIX para o século XX, com o ascenso do trabalho assalariado e a corte de mazelas trazidas pela exploração capitalista, traduzida no que se convencionou chamar de “questão social”, teria desafiado a Maçonaria brasileira com seus princípios de solidariedade, de humanitarismo e de civismo a voltar-se de forma sistemática para este ponto, elegendo-o como eixo central de sua atuação.

<sup>82</sup> Faz-se mister destacar com Silva (2007, p. 72) uma “curiosidade” em relação às origens do Centro Artístico Cearense: este, apesar de fundado por maçons, teria recebido inicialmente influência anarco-sindicalista, passando somente posteriormente para a hegemonia maçônica.

O campo de ação das entidades benéficas [...] constituía-se espaço de luta marcado por valores que não se opunham à ordem social e econômica estabelecida. Orientavam-se por uma perspectiva benéfica, educativa, moralizante e evolucionista, objetivando a integração dos trabalhadores à ordem existente, compensando os déficits sociais do capitalismo. (SILVA, 2007, p. 15).

Não obstante seu caráter assistencialista/benéfico, na compreensão de Silva (2007, p. 16), tais sociedades “[...] constituíram experiências significativas desse movimento de trabalhadores que, embora não aderindo ao sindicalismo ‘revolucionário’<sup>83</sup>, congregou de forma hegemônica os trabalhadores cearenses até meados da década de 1920”, inspirando sua concepção de mundo, de trabalho, de progresso e de justiça, fincando-se, nos termos do mesmo, como “única e legítima alternativa de organização política dos trabalhadores”.

Corroboram com esse pensamento Souza e Oliveira (s/d, p. 3), para quem, no quadro de incipiente processo de industrialização da região Nordeste, essa forma organizativa,

[...] no que pese seu conteúdo assistencialista, quando organizada pelos trabalhadores, representava um espaço para a discussão das condições de vida e trabalho o que, de certa forma, contribuía para o exercício da sua formação enquanto classe. Esse tipo de associativismo, ao tentar resolver os problemas de seus associados, desenvolve também a solidariedade entre os trabalhadores, postura fundamental para a resistência operária nos espaços da fábrica e da oficina (SOUZA e OLIVEIRA, s/d, p. 3).

Voltando à atuação do Partido Operário, notícia Simone de Souza (2004) que esse partido, no ano de 1890, marcou presença nas eleições para o Congresso Constituinte, compondo com o conselheiro Rodrigues Júnior a chapa de oposição ao governo Luís Antônio Ferraz (1889-1891). No Manifesto de 24 de agosto de 1890, justificam aos trabalhadores cearenses sua participação nesse pleito nos seguintes termos:

É esta a primeira vez que nós, os artistas, constituímos em partidos e de nossa conta própria, pleiteamos uma eleição no intuito de, como as demais classes sociais, também tomarmos parte nos altos problemas da Pátria [...]. Diremos que, como eles, somos os homens do trabalho, legítimos filhos do povo, e, portanto, os mais bem identificados com as suas aspirações.

---

<sup>83</sup> A despeito de sua perspectiva reformista e conciliatória, conforme o registro de Silva (2007, 19,29,50), a Maçonaria protagonizou uma intensa divergência com a Igreja Católica na disputa pela hegemonia junto às organizações operárias no Ceará – de modo que se abriram dois campos de disputa: de um lado a Maçonaria; do outro, a Igreja Católica. “A primeira fundamentada numa visão iluminista, liberal-positivista, científico-positivista e laica; a segunda pautada em uma visão antiliberal, antimoderna, corporativista e confessional”. Contudo, atesta o autor, os anos 1920 trariam à tona de forma bastante nítida a matriz reformista-social inerente a essas duas instituições, fazendo emergir “[...] sobretudo em Fortaleza, uma aproximação tática formando um bloco conservador frente à expansão do movimento comunista internacional e ao avanço das esquerdas no movimento operário cearense, [...]. Tal aliança viria a ganhar contornos mais visíveis em 1925 com a criação da Federação Operária Cearense, que, nos termos de Silva, ‘Embora conjuntural e não constituindo unanimidade, essa ‘aliança tática’ assegurou uma orientação conservadora ao movimento operário que, ao longo dos anos de 1930, desaguaria nos movimentos direitistas e de cunho totalitário predominantes no cenário político-partidário e sindical cearense’.”

Seja esta a nossa única recomendação. Seja esta o nosso único merecimento. (STUDART, 1924, p. 18 apud SOUZA, 2004, p. 289).

Todavia, como era de se esperar daquele contexto marcadamente oligárquico, o processo eleitoral ocorreu de maneira bastante tensa, o que deflagrou um confronto entre o grupo de oposição e as forças policiais, tendo como desfecho a prisão de Rodrigues Júnior e Aderson Ferro.

Diante do quadro de forte repressão, os dirigentes do Partido Operário deliberaram o abandono do pleito eleitoral. Fez-se notório, conforme Souza (2004, p.288), o descontentamento dos trabalhadores em relação à situação de marginalidade a que vinham sendo postos pela República oligárquica – tanto assim que o Partido Operário negou-se a participar dos festejos em comemoração ao primeiro aniversário da República, informando, através de Theodomiro de Castro, que “[...] não via motivo para isso, desde quando, em vez de risos e flores, só via desolação e terror”.

Não obstante os desencantos com a República, ambos mobilizaram suas bases para que participassem do processo político-eleitoral de 1891. Aqui, o relato do Partido Operário de Baturité, apresentado pela autora, é bastante expressivo das práticas eleitorais da época:

De conformidade com as vossas instruções de ontem compareci ao pleito com os eleitores que pude avisar em número de 18, pois residindo parte dos nossos confrades pela serra foi-me impossível avisar a todos para o referido ato, que em nada nos aproveitou por ter a mesa contado os nossos votos como da chapa oficial [...].

Pela chamada geral compareceram as urnas nas suas sessões 104 eleitores, sendo 86 governo e 18 nossos, entretanto nem um só voto nos tocou. (O Combate, 14/2/1891, p. 1 apud SOUZA, 2004, p. 290).

História Francisco Moreira Ribeiro (1989) que o apoio oferecido pelos partidários de “O Combate” ao grupo liberal em confronto com o governo do Coronel Benjamim Liberato Barroso (1914-1916) desencadeou uma intensa reação ao nascente movimento operário cearense. Nos termos de Joaquim Theóphilo Cordeiro, citado pelo autor, “A repressão foi de tal forma violenta, que a agremiação proletária que agrupava em torno de 1500 pessoas desapareceu da ordem do dia. Deixou de existir. Só dez anos mais tarde é que o operariado retornou a sua posição como elemento de classe”. (CORREIO DO CEARÁ, 1/12/1945 apud RIBEIRO, 1989, p. 23).

No bojo desses acontecimentos, começou-se a esmaecer a orientação do Partido Operário em forjar sua participação nos espaços parlamentares.

É oportuno assinalar com Souza e Oliveira (s/d) que data desse período a deflagração de diversos movimentos paredistas em Fortaleza, dentre eles, as greves dos trabalhadores das oficinas da Estrada de Ferro de Baturité (1891, 1892, 1902, 1912 e 1921), a greve dos catraeiros (1904) e as greves dos trabalhadores da Cia. Inglesa “The Ceará Trasway Light Power” (1917, 1918), empresa que gozava de concessão do Estado para prestação, em Fortaleza, dos serviços de transporte urbano por tração elétrica e o fornecimento de luz e força.

O primeiro movimento grevista dos trabalhadores da Estrada de Ferro de Baturité irrompeu-se em 1 de junho de 1891, em contraposição às péssimas condições de trabalho e salários a que estavam submetidos. Pela pena de “O Combate”, tomamos conhecimento que o Partido Operário não compôs a comissão de frente da greve. Contudo, prestou-lhe seu apoio,

[...] tendo nosso ilustre chefe, Aderson Ferro, ciência da atitude que haviam assumido seus dignos companheiros de classe e sendo também informado do móvel que os impelia, apressou-se a comparecer naquele edifício onde foi recebido pelos operários com as maiores expansões de entusiasmo [...] (O COMBATE, 21/06/1891, p. 1 apud SOUZA e OLIVEIRA, p. 16).

Aderson Ferro, conforme o relato de Sousa e Oliveira, prontificou-se a mediar a negociação entre os grevistas e o Diretor da Estrada de Ferro de Baturité. Todavia, guiado pelo espírito reformista que animava o Partido Operário, a quem representava, buscou conduzir o movimento de modo a evitar confrontos entre os operários e a empresa. Assim, nos termos dos autores,

[...] Como os operários se reuniam nas instalações da Estrada de Ferro Baturité, Aderson Ferro solicitou que ‘[...] se retirassem, o que todos fizeram na melhor ordem, e verdadeiramente compenetrado de zelo e interesse pela causa de seus irmãos de trabalho [...].’ (O COMBATE, 2/06/1891, p. 2). O local de trabalho enquanto espaço de resistência e de elaboração de práticas tinha que ser ‘limpo’ da participação dos operários, para o partido realizar uma mediação sem confrontos com os patrões. Diversas conferências são realizadas com a mediação do Partido Operário e o engenheiro chefe da Estrada de Ferro, sem que as reivindicações dos trabalhadores fossem atendidas, o que contribuiu para a radicalização da greve (SOUZA e OLIVEIRA, p. 17).

Nessa situação, a greve desfecha-se sem negociação e sem ganhos materiais para os trabalhadores. No entanto, do ponto de vista da subjetividade operária, um importante passo foi dado: o enlace dos trabalhadores em torno das condições de vida e de trabalho e o despertar da sua consciência de classe, o que forjaria lutas futuras. Inclusive, vale destacar com Souza e Oliveira (s/d) a demonstração de solidariedade dos trabalhadores de Fortaleza para com os grevistas, recusando-se a assumir o papel de “fura-greve”, ocupando os postos de

trabalho dos mesmos – bem como a manifestação de apoio de vários partidos operários do interior do estado.

Já a greve deflagrada em 1921 pelos trabalhadores da Estrada de Ferro de Baturité, segundo o registro dos mesmos, foi motivada pelo atraso do pagamento da gratificação extraordinária correspondente aos meses de fevereiro e abril do referido ano. O movimento teve vida efêmera, pois a direção da empresa cooptou um dos operários, que lhe transmitiu os planos da estratégia grevista, culminando num forte esquema de repressão aos operários paredistas e demissão dos líderes do movimento.

A greve dos catraeiros<sup>84</sup>, por seu turno, teve como estopim o recrutamento dos “homens do mar” para o serviço na Armada Nacional. Explicam Souza e Oliveira que servir à Armada era sinônimo de aprofundamento da degradação das condições de trabalho, uma vez que os trabalhadores submetidos a esse serviço eram espancados, mal alimentados e recebiam péssimos salários. Vejamos o relato dos autores:

Os catraeiros rebelados negaram-se ao serviço de embarque e desembarque de mercadorias e passageiros, fato que representava uma situação de declaração de greve – recusa ao trabalho. Os grevistas amotinaram-se na praia para impedir o desembarque de passageiros, queria evitar que os serviços de desembarque fossem feitos por outros [...]. Os grevistas também controlavam os meios de comunicação marítima, para evitar que o governo federal enviasse tropas para reforçarem a repressão. A resposta das autoridades marítimas foi a convocação das forças federal e Força Pública do Estado para garantir a ‘ordem’ e o desembarque e embarque de navios. A tentativa dos catraeiros de impedirem as operações foi respondida pela violência policial, ocasionando a morte de sete pessoas e mais de quarenta feridos (SOUZA e OLIVEIRA, s/d, p. 19-20).

Mais uma vez, registra-se a solidariedade da população de Fortaleza para com os trabalhadores em greve, insurgindo-se contra a violência policial praticada e exigindo do governo do Estado, Pedro Borges, a punição dos culpados. Contudo, recebem como acolhida o seguinte ultimato: “retirem-se, senão mando debelá-los a pata de cavalos” (TEÓFILO, 1910, p. 15 apud SOUZA e OLIVEIRA, s/d, p. 20).

Por fim, as greves dos trabalhadores da Ligth & Power ocorridas entre os anos de 1917 e 1925, também foram motivadas pelos baixos salários e pelas péssimas condições de trabalho.

A greve de 1925 teve uma particularidade importante: antes da deflagração do movimento paredista, a população pobre de Fortaleza, em repúdio ao aumento dos preços das passagens

<sup>84</sup> Faz-se oportuno observar com Souza e Oliveira (s/d) que a greve dos catraeiros de Fortaleza não foi um fato isolado, mas circunscrito no âmbito mais geral das revoltas empreendidas pelas populações pobres do país, penalizadas pelo processo de recrutamento para as forças armadas, culminando com a *Revolta da Chibata* em 1910.

dos bondes, insurgiu-se contra a “Cia. Litgh Power”. O episódio é retratado por Souza nos seguintes termos:

A revolta de setembro, da população pobre de Fortaleza, foi contra o aumento dos preços das passagens dos bondes e do novo horário implantado pela *Litgh* para os ônibus de 2<sup>a</sup> classe. ‘De fato, nas horas em que os empregados do comércio, operários e jornaleiros vão ao trabalho ou dele saem, faltavam completamente os carros de segunda classe’. A população enfurecida resolve quebrar os bondes entrando em confronto com a polícia, que intensifica o policiamento na Praça do Ferreira com o esquadrão da cavalaria. Os populares elegeram uma comissão para que ‘fosse ao palácio, levar seu protesto ao governo e pedir ao mesmo providências sobre os preços e horários dos bondes’. Em resposta o Governador do Estado, Moreira da Rocha, declarou que ‘sempre fora amigo do povo [...] não admitia, porém que o povo cometesse depredações, compreendera e achava mesmo justo que se protestasse. Mas o protesto dentro da lei e com a lei [...]. A promessa de mediação do governo junto a *Litgh* não impediu a continuidade das depredações dos bondes, ocasionando o fechamento do comércio de Fortaleza, suspensão das aulas no Liceu do Ceará, a intensificação do policiamento e o recolhimento dos ônibus. Enfim, a cidade pára diante dos protestos populares. A população de Fortaleza faz da Praça do Ferreira o seu espaço de resistência. [...] (SOUZA, 2004, 291-292).

Seguindo o depoimento da autora, a greve prolonga-se, forçando o governo do estado a tomar parte na negociação, fazendo convocar os líderes das diversas organizações operárias de então, dentre elas, a Fênix Caixeral, prometendo modificar o horário e a circulação dos bondes de segunda classe.

Faz-se necessário abrirmos um breve parêntese para apresentar a Phenix Caixeral. Observa Gonçalves (2001b, p. 335) que esta, ao longo da sua existência, desenvolveu uma estratégia de atuação com vistas a afirmar-se como instituição reconhecida não apenas por seus associados, mas sim por toda a cidade. Assim, relata a autora, ser “[...] comum, nos escritos dos memorialistas, o testemunho sobre a Phenix como das mais pujantes presenças na vida sócio-cultural de Fortaleza nas primeiras décadas do século XX”. Notável é a estrutura mantida por essa instituição, a qual mantinha para os sócios em suas imponentes sedes inauguradas nos anos de 1905 e 1915, “[...] a escola do Comércio, o Cine-Teatro Phenix, a Biblioteca Social, o Pátio de Diversões, o Campo de cultura física, assistência médica e odontológica, assistência jurídica, o Dispensário Profilático, o Banco de Crédito Caixeral”, abrigando ademais outras entidades e serviços, como foi o caso do telégrafo de Fortaleza.

Voltando ao contexto das greves deflagradas pelos trabalhadores da “Ligth & Power”, asseveram Souza e Oliveira (s/d, p. 22) as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores no processo de negociação com a direção da empresa inglesa, uma vez que as decisões vinham

de Londres. Nesse contexto, enquanto se esperava as deliberações do ultramar, “[...] a população de Fortaleza ficava sem transporte e luz, o que era motivo de revolta”.

Demos prosseguimento ao mapeamento dos principais organismos de luta dos trabalhadores cearenses na Primeira República. O Partido Socialista foi fundado em Fortaleza no ano de 1919, tendo como órgão de divulgação o jornal “Ceará Socialista”, o qual se constituiu publicação semanal com primeira edição datada de 14 de julho de 1919, sediado, conforme registra Gonçalves (2001), à Rua Major Facundo, 256, tendo como editores Eurico Pinto, Gastão Justa, Joaquim Alves e Raimundo Ramos.

Francisco Josênio C. Parente (1995), também estudioso do movimento operário cearense, informa que o lançamento oficial do Partido Socialista contou com a presença do Presidente do Estado e da banda de música da Prefeitura de Fortaleza – fato um tanto contraditório em se tratando de um partido que se reivindica operário, contudo bastante expressivo da postura social-democrata adotada pelo Partido Socialista<sup>85</sup> desde seu nascedouro.

Para Hardman e Leonardi (1982, 307), “O Partido Socialista Cearense parece ser uma manifestação tardia da social-democracia [...] com inevitáveis apertos de mãos e aproximações com agentes oligárquicos do poder estatal”. Nesse sentido, faz-se importante conferir um excerto do primeiro artigo publicado no número 1 do seu órgão de imprensa intitulado “Para que surgimos”:

Neutro em política e em religião, o Ceará Socialista não trabalhará senão pelo interesse da classe a que se propõe defender, e como é hoje um problema universal, as reformas tendentes a integralizar o proletário na sociedade, **esperamos o apoio sincero não só dos homens do governo**, como de todos quantos estudam e conhecem a vida na sua verdadeira accepção (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 1, p. 1, 14/07/1919, grifos nossos).

Outrossim, é bastante elucidativo um trecho do “Manifesto do Partido Socialista Cearense” aos poderes constituídos do Ceará, proferido pelos líderes do Partido Socialista Cearense, direcionado ao, à época, Presidente do Estado do Ceará, Dr. João Tomé de Saboya, por

---

<sup>85</sup> Com efeito, se nos primórdios do movimento operário cearense registra-se a influência do anarcosindicalismo, observa Parente (1995, p. 353): “[...] As duas forças que lutavam pela hegemonia do movimento operário eram conservadoras, isto é, optavam pelo capitalismo [...]. A Maçonaria, como dissemos, era mais liberal e, por conseguinte, justificava mais a greve. Aceitava mais o positivismo e as idéias evolucionistas de Spencer. E, influenciada pela Social Democracia (o socialismo democrático ou evolucionário), estimulou o aparecimento de um **Partido Socialista Cearense**, em 1919”. Dito em outros termos, não só as sociedades benficiantes, mas também as origens deste Partido estariam vinculadas à influência maçônica sobre os trabalhadores do Ceará.

ocasião do ato público organizado por aquele em 14 de julho de 1919, em comemoração à tomada da Bastilha:

Exmº. Sr. Presidente:

Expondo a V. Excia. a situação premente em que ora se encontra o povo trabalhador do Ceará, fazemo-lo confiados no passado de honestidade e nas alevantadas concepções sociais de V. Exc., e **Ihe hypothecamos aqui,solemnemente, o nosso apoio, porque temos certeza de que V. Exc. Collaborará comosco nesta obra grandiosa que é a soçulão (sic) do problema social** (CEARÁ SOCIALISTA - Fac-similar, ano I, nº 2, p. 2, 20/07/1919, grifos nossos).

Ainda a esse respeito, o discurso de Gastão Justa no mesmo evento constituiu-se emblemático no sentido do apoio e da confiança conferidos pelo Partido Socialista Cearense ao poder instituído do Estado:

Em vista do que fica exposto, comprehenderá o Exmo. Sr. Presidente que o operariado não mais se deixará enganar; e **o “Partido Socialista Cearense” assegura que, dentro das normas constitucionais da República e do Estado, estará ao lado do governo de V. Exc., porque vê nelle uma garantia aos nossos ideaes, tantas vezes comprovada, sinceramente confiante, na acção serena e dignificante do “Partido”** (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 2, p. 2, 20/07/1919, grifos nossos).

Malgrado seu caráter reformista, nasceu o Partido Socialista Cearense, segundo os termos do Relatório da Pesquisa da FACED/UFC (1993, p. 11), da ascensão do movimento operário cearense, quando são criados diversos jornais operários que cumprem um importante papel de mobilização e organização dos trabalhadores no Ceará, direcionando sua atenção “[...] na denúncia das condições de vida dos operários, seus baixos salários, carestia, falta de higiene nos locais de trabalho, jornada diária de doze horas e salário diferenciado para as mulheres”.

Em contrapartida, no “Manifesto do Partido Socialista Cearense”, dirigindo às classes trabalhadoras do Ceará, em 26 de maio de 1919, diz adotar como programa provisório a propagação dos princípios da comissão do trabalho aprovados na “Conferência da Paz”<sup>86</sup>, quais sejam:

---

<sup>86</sup> Detalha Ari Possidonio Beltran que, por ocasião do final da Primeira guerra Mundial e da celebração do acordo de paz entre as nações, as organizações operárias apresentavam duas preocupações: “**Em primeiro lugar queriam ter certeza de que sua voz seria ouvida, no momento do acordo de paz.** Para tanto, proponham alternativa ou sucessivamente, duas soluções: a realização de um congresso do trabalho juntamente com a Conferência de Paz, bem como a participação dos trabalhadores nas representações nacionais perante a referida Conferência. **A segunda preocupação seria a de que o Tratado de Paz contivesse cláusulas que assegurassem a melhoria das condições de trabalho.** Quanto a tal aspecto apresentavam duas reivindicações: a) a adoção pela Conferência de Paz de diversas disposições de fundo consagrando os direitos fundamentais dos trabalhadores; b) a criação pela referida Conferência de disposições institucionais que permitissem a elaboração e o desenvolvimento de uma legislação internacional do trabalho”.

1º - O direito de associação; 2º - Os menores de 14 annos não serão admitidos no trabalho, nem na indústria e commercio; os menores de 14 a 18 annos farão somente trabalhos leves, sem prejuízo da educação profissional e geral; 3º - Salários iguais, sem distinção de sexos, para o trabalho igual; 4º - Repouso hebdomandario; 5º - Oito horas de trabalho por dia ou quarenta e oito horas por semana; 6º - Os estrangeiros legalmente admittidos terão direito ao mesmo tratamento dispensado aos nacionais; 7º - Todos os Estados organizarão o serviço de inspecção ao trabalho, o qual deverá comprehender as mulheres (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 1, p. 4, 14/07/1919).

A partir da leitura atenta dos primeiros 14 exemplares do “Ceará Socialista”, os quais cobrem o período que se estende de 14 de julho a 13 de dezembro de 1919, o jornal operário, de fato, deixa patente em suas páginas as agruras vividas pelos trabalhadores cearenses no início do século XX. Essas agruras são expressas, sobretudo, nas péssimas condições de trabalho oferecidas pelas fábricas e oficinas com seus ambientes sujos e mal ventilados e nos míseros salários recebidos pelos trabalhadores da cidade e do campo. Um excerto do já citado “Manifesto do Partido Socialista” às classes trabalhadoras do Ceará descreve bem a inospitalidade dos locais de trabalho dessa época e a situação de miséria a que estavam submetidos os trabalhadores:

A falta de hygiene – nas fábricas e officinas, é coisa incontestável e dolorosa. Não há ventilação, nem luz, nem água em condições de ser bebida sem nojo! A limpeza (!), - que consiste num varrimento sem desinfectante e em ocasião inoportuna, é uma das causas da tuberculose anniquiladora do operariado [...] Nos campos, outros scenarios e mais graves misérias. Salarios estupidamente pequenos, opressão phisica e moral inqualificável. O próprio lar do trabalhador rural soffre o abuso dos potentados locaes. O horário é mais mortificante possível: trabalham de sol a sol! [...] Vede quantas causas de infortúnio, quantos desrespeitos á (sic) nossa dignidade de homens. A fonte de todas as misérias – a mesquinhez dos salários! Dir-se-ia que nós (sic) não precisamos de comer, de beber, vestir-nos e habitar sob tecto confortável! Será que só aos potentados é dado esse direito? (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 1, p. 4, 14/07/1919).

Importante notar a preocupação com os trabalhadores do campo, mais tarde retomada de forma mais sistemática pelo PCB.

O “Ceará Socialista” estampa também em suas páginas o repúdio contra a carestia de vida, reclamando incessantemente contra os preços abusivos dos gêneros de primeira necessidade:

---

A “Conferência de Paz” foi instalada em 25 de janeiro de 1919, no Palácio de Versalles, em Paris. No interior desta, em atendimento às reivindicações dos trabalhadores, erigiu-se uma Comissão de Legislação Internacional do Trabalho que, após 35 sessões, apresentou seu projeto em 24 de março de 1919, sendo o mesmo aprovado pela Conferência, passando a compor a Parte XIII do Tratado de Versalhes. Nesse contexto, seguindo o registro do autor, em 06 de maio de 1919, a Conferência adotou o texto completo do Tratado de Paz, dando origem à Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Disponível em: <http://allemar.tripod.com.br>; acesso: 29/07/07, grifos nossos).

Não deve existir no sentimento popular a mais leve sombra de esperança de melhores dias. A vida no Ceará inteiro vai se tornando insustentável. Os exploradores da desgraça alheia cada vez mais apertam a sacola do pobre, augmentando, criminosamente, deshumanamente, os preços dos gêneros de primeira necessidade [...]. Hontem, era o monopólio do Kerosene, - a especulação mais ignobil que enriqueceu, em poucos mezes, centenas de commerciantes desalmados, que, em outra terra, estamos certos, teriam o castigo merecido [...]. Muitas famílias tiveram os seus lares ás escuras, durante mezes! [...] Hoje, é o café, a farinha, a carne verde, o feijão, o arroz, o assucar, o pão, etc., todos esses gêneros genuinamente nossos, exclusivamente nossos, os quaes subiram em seus preços, alguns a mais de 100% (cem por cento!) (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 1, p. 2, 14/07/1919).

A folha operária rebate quase que semanalmente as contendas e acusações proferidas pelo jornal “Correio do Ceará” e pelo “Centro Artístico Cearense”. Este censura veementemente as práticas assistencialistas e o silêncio diante da exploração dos trabalhadores, questionando, inclusive, se o mesmo é, de fato, um representante legítimo da classe trabalhadora cearense ou o seu pior inimigo. Nas palavras do editor,

Não se comprehende que uma associação operária, meramente beneficente, e com um programma excessivamente restrito se alardeie defensora dos interesses da classe trabalhadora [...] Há poucos mezes o kerozene era vendido a 3\$000 a garrafa, e o ‘Centro’ não protestou. A vida encareceu estupidamente e o ‘Centro’ continuou calado, surdo como um burguez apatacado. A miséria chegou ao auge: em toda parte a reforma social passou, e o ‘Centro’ continuou mudo. Bradamos contra a carestia de vida e o ‘Centro’ publicou boletins dizendo que **os seus associados estavam satisfeitos**[...]. Fallamos contra a exploração patronal e o ‘Centro’ quedou silencioso, como a lágrima de Guerra Junqueira [...] Fallámos em praça pública contra os açambarcadores e o ‘Centro’ pela palavra de um seu arauto (hontem Judas e hoje Magdalena arrependida) elogiou os **Chefes endinheirados** [...]. É esse então o campeão que há 16 annos vem defendendo o operariado cearense? Ou é esse então o maior inimigo do operariado cearense? (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 8, p. 1, 31/08/1919, grifos do autor).

Aqui cabe salientar que uma década depois, em 1930, o jornal “Trabalhador Graphico”, órgão de imprensa do “Syndicato dos Trabalhadores Graphicos do Ceará” redigiu semelhante crítica ao “Centro Artístico Cearense”:

Não conhecemos nenhuma benemerência do ‘Centro’, feita ao proletariado cearense, muito ao contrario, sempre tem dado o maior apoio aos exploradores do trabalho. A culpa disto. Absolutamente, não recae sobre os pobres inocentes associados, e sim a sua directoria que implantou, ali, uma ‘ditadura’ patronal. Portanto, digamos, que o ‘Centro’ galgou os altos da ‘gloria’, auxiliado por um Cyrineu da época contemporânea. (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Nº 3, 19/04/1930, p. 10).

Com relação ao jornal “Correio do Ceará”, os editores fazem questão de publicar um artigo traçando as diferenças entre este e o “Ceará Socialista”. Sendo um órgão filiado à Igreja

Católica, o jornal operário utiliza-se, sempre que se refere ao mesmo, de passagens bíblicas para rebatê-lo. Os editores iniciam o referido artigo com uma passagem do evangelho, na qual Jesus adverte aqueles que parecem sepulcro. Em seguida, asseveram:

Esquecem-se os srs. redactores do ‘Correio do Ceará’ que o público consciente do Estado não leva a sério suas palavras, as suas doutrinas, ocas e incoerentes, ditadas tão somente para o regalo e para o egoísmo sórdido do seu proprietário, o sr. A. C. Mendes (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 5, p. 1, 10/08/1919).

No número sete do “Ceará Socialista”, os editores publicam outro artigo em resposta aos ataques do “Correio do Ceará”. Neste, noticiam que:

Nestes últimos meses tem o ‘Correio do Ceará’ desenvolvido uma campanha torpissima contra os directores do Partido Socialista Cearense, procurando por todos os meios **inquisitoriae** reduzi-los a pó. [...] Adeantamos desde já ao aventureiro e desbriado capacho Mendoff<sup>87</sup>, que estaremos de pé, firmes, onde nos collocaremos as circunstâncias do momento, e com os mesmos elementos de que se utilizarão os nossos inimigos (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 7, p. 2, 24/08/1919, grifo do autor).

Ademais, o “Ceará Socialista” faz menção às lutas internacionais dos trabalhadores, mormente referendando a Rússia, tentando a todo custo desmentir as notícias caluniosas publicadas constantemente pelos jornais burgueses:

Diariamente os jornais registram ‘os crimes do bolshevismo’, ‘as misérias do bolshevismo’, ‘as consequências funestas do bolshevismo’. Já não há mais um adjetivo que o satisfaça. [...] E os leitores, analphabetos na sua grande maioria, acreditam em tudo religiosamente, plenamente, enquanto os exploradores se enchem e a burguezia mata a sacra fome de ouro (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 10, p. 2, 14/09/1919).

Não obstante cuidadosamente deixem claro que não anseiam realizar aqui o que fizeram os trabalhadores daquele país:

---

<sup>87</sup> Chamou-nos a atenção esse epíteto de “Mendoff” dado pelos editores do “Ceará Socialista” ao Sr. A. C. Mendes, proprietário do “Correio do Ceará”, pois a grafia do mesmo nos remeteu de imediato a um personagem da peça teatral “Ex-homens” de Máximo Gorki (s/d, p. 79-143), o avarento e inescrupuloso negociante Petunicoff. Aqui arriscamos esta suposição, uma vez que as obras de Gorki tinham uma boa recepção entre os trabalhadores cearenses. Otacílio de Azevedo (1992, p. 37), por exemplo, conta que, em 1910, a pedido do poeta Raimundo Varão, foi por duas vezes à Livraria do Banco do Ceará “[...] comprar-lhe um livro de Máximo Gorki recentemente traduzido e intitulado *Os degenerados*. [...] Fui novamente lá, a mando de Varão, comprar um tinteiro de tinta ‘Sardinha’ [...] e, do mesmo autor, outro livro, desta vez *Os ex-homens*. [...]”. Posteriormente, encontramos nas páginas do “Trabalhador Graphico” (Fac-similar, Nº 24, 28/09/1930, p. 4) uma sugestiva descrição do Sr. A. C. Mendes presente no artigo anônimo intitulado “Ri melhor, quem ri por último...” que veio reforçar ainda mais nossa hipótese: “Dentre os que andam apavorados ante a onda proletária, que ameaça, dia a dia, destruir, abater, de uma vez por todas, o regime de oppressão em que vivemos, destaca-se em primeiro plano, nesta capital, a figura repugnante, antipática e indesejável do ‘seu’ Mendes, conhecidíssimo, em demasia, em nosso meio, como o mais ganancioso de todos os patrões. Espírito nullo, alma de lama, o ‘seu’ mendes bota a mão na cabeça, pula, grita, sente calafrios, quando as agências telegráficas [...] fazem chegar notícias de que as idéias novas criam vulto [...]”.

Não queremos o que transformou as sociedades na Rússia, isto é não aspiramos a igualdade de riquezas nem tão pouco desejamos pôr em prática a política da força que, como naquelle paiz, só nos poderá ser fatal ou, melhormente, prejudicial ás nossas reivindicações (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 5, p.2, 10/08/1919).

Como pudemos constatar, o “Ceará Socialista”, a exemplo de outros jornais operários, além de veículo de divulgação do Partido Socialista Cearense, desenvolveu o importante papel de denunciar as péssimas condições de trabalho e a carestia de vida, manter os trabalhadores informados das lutas internacionais, servindo ainda para enfrentar as contendidas políticas existentes entre o Partido e as entidades que contra este se levantaram.

Asseveram Souza e Oliveira (s/d) que de forma semelhante ao Partido Operário, o Partido Socialista também tomou como principal estratégia política a participação parlamentar, de modo que, na conjuntura da República oligárquica, num quadro cerrado de alijamento da participação dos trabalhadores, tornou-se praticamente impossível a viabilização de suas propostas.

Distando-se das práticas desses partidos, surge, conforme os autores, em 1921, sob a bandeira da defesa dos sindicatos de resistência e o enfrentamento da luta de classes, a Federação dos Trabalhadores do Ceará – que, em seu Estatuto, rezava ser formada “[...] pelas associações operárias organizadas em sindicatos de ofícios ou de indústrias, ou ligas operárias ou sindicatos de transportes e ofícios vários [...]”. Estas deveriam, dentre outras condições: “a) serem compostas exclusivamente de trabalhadores assalariados, b) basear-se na defesa dos interesses operários e resistir à exploração capitalista; e d) não tratar de religião nem política no seu seio [...]” (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CEARÁ apud O COMBATE, Nº 2, Fortaleza, 26/06/1921).

Nesse espírito, toma como fins:

**Promover o alevantamento moral e intelectual das suas federadas**, a união dos trabalhadores assalariados, estreitando seus laços de solidariedade, estudando e propagando os meios de ação mais práticos para, com força e coesão, reivindicarem os seus direitos, já econômico, já profissional, já moral e socialmente falando, e esforçando-se por sua completa emancipação (Id., ibid).

Nos Artigos 5º e 6º do referido Estatuto, a Federação apresenta como orientação sua total independência frente aos credos religiosos e aos partidos políticos, pregando, acima de tudo, a igualdade entre os trabalhadores:

Art. 5º - A Federação dos Trabalhadores do Ceará não pertence a nenhuma doutrina religiosa nem a nenhum partido político, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações religiosas ou políticas, nem tão

pouco qualquer representante seu poderá servir-se de um título, função ou nome da Federação para se manifestar.

Art. 6º - Sendo o ideal da Federação dos Trabalhadores do Ceará a igualdade, não permitirá em seu seio sorte alguma de distinções honoríficas (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CEARÁ apud O COMBATE, Nº 2, Fortaleza, 26/06/1921).

Souza e Oliveira (s/d) identificaram no Estatuto da Federação a influência hegemônica dos princípios anarquistas. Problematizamos, com base na historiografia do movimento operário em esfera nacional, particularmente através dos estudos de Batalha (2003) e Toledo (2004), a possibilidade de convivência de anarquistas com sindicalistas revolucionários no seio da Federação dos Trabalhadores do Ceará, uma vez que os princípios acima elencados estariam, a nosso ver, em sintonia com o pensamento dessa corrente sindical.

No bojo dessa suposição, vale conferir com Toledo (2004) que

Os trabalhadores inspirados pelo sindicalismo revolucionário procuravam demonstrar que os conflitos entre as diferentes ‘escolas’ políticas não deveriam resultar em conflito de interesses entre os operários, uma vez que eram todos igualmente sujeitos à exploração capitalista. [...]. Dentro do sindicato, todos eram operários; fora dele, cada um poderia ser o que bem entendesse. [...]. O critério para a participação no sindicato era ser trabalhador, e não anarquista, socialista ou outro (TOLEDO, 2004, p. 41-42).

A esse respeito, vale ainda conferir as constatações trazidas por Adelaide Gonçalves (2004), estudiosa da imprensa operária cearense, com base na análise dos jornais “O Regenerador”, “Voz do Graphico” e “O Combate”:

**Os jornais *O Regenerador* (1908), *Voz do Graphico* (1920-1922) e *O Combate* (1921) revelam no seu discurso valores e afinidades próximos do anarquismo e da estratégia sindicalista revolucionária que caracterizou a prática anarquista entre o operariado brasileiro até os anos 30 deste século. São eles os representantes no Ceará de uma imprensa que expressa uma visão de socialismo libertário constituída a partir do pensamento de Proudhon, Bakunin e Kropotkin, como também pelas idéias sindicalistas revolucionárias de Emille Pouget e Fernand Pelloutier (GONÇALVES, 2004, 285, grifos nossos).**

Estróbada na concepção do sindicato de resistência, a Federação dos Trabalhadores do Ceará empreendeu a crítica às associações benéficas, à época, bastante em voga no Ceará – fato que parecia obstar sua ação organizativa junto aos trabalhadores. Nesse aspecto, por diversas vezes, as páginas de “O Combate”, seu órgão de imprensa, estamparam a crítica à falta de solidariedade entre os trabalhadores, bem como lamentaram por estes não se encontrarem “radicalmente organizados”, explicando, ademais, que “[...] na longa prática dos centros operários do Sul do País e da Europa tem se constatado que só o sindicato de resistência

merece o apoio franco do operário como único sistema de associação capaz de não adulterar a política de ação [...]. (O COMBATE, 9/07/1921, p. 3 apud SOUZA e OLIVEIRA, s/d, p. 12).

Quanto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado nacionalmente em 1922, e no Ceará, em 1927, o Relatório da Pesquisa da FACED/UFC (1993, p. 14) destaca que “[...] não obstante os percalços que marcaram sua atuação desde o nascedouro, teve um papel expressivo na organização e luta dos trabalhadores”. Seu órgão de imprensa intitulava-se “O Operário”<sup>88</sup>, sob a responsabilidade do professor Teodoro Rodrigues.

Na análise de Francisco Moreira Ribeiro (1989, p. 26), estudioso do PCB no Ceará, para a devida compreensão da inserção das idéias comunistas no movimento operário cearense, faz-se necessário atentar para dois pontos de especial relevância, quais sejam: 1) “[o Estado] era dominado pelo tacão de ferro das oligarquias locais que não cediam um milímetro de seu espaço para o surgimento de novas formas de se fazer política”; e 2) “a posição assumida pela Igreja Católica frente a toda e qualquer inovação social ou política reafirmando sua posição tradicional na história brasileira”.

A investida da Igreja Católica junto aos trabalhadores do Ceará foi de tal monta que Ribeiro chegou a considerar que “este, sem dúvida, [foi] o Estado da Federação onde o clero exerceu com maior amplitude a doutrina da ordem, levada às últimas consequências. [...]” (RIBEIRO, 1989, p. 26).

Mesmo diante de um quadro nada propício ao avanço das idéias comunistas, detalha o referido autor que, no ano de 1927, o sindicalista José Joaquim de Lima, popularmente conhecido por Joaquim Pernambuco, seguiu viagem para o Rio de Janeiro para participar do Congresso da Confederação Geral do Trabalho (CGT), retornando incumbido de uma dupla e árdua tarefa: organizar em Fortaleza o Bloco Operário de Camponês (BOC) e a seção cearense do Partido Comunista. Segundo as informações de Ribeiro, foram seus companheiros nesta empreitada “José Borges da Silva, Antônio de Oliveira, Luís Gomes, Lúcio Sotero, João Francisco de Mendonça, Antônio Marcos Marrocos, Paulino de Moraes, Clóvis Barroso e Lafitte Barreto” (Id. Ibid., p. 33).

A primeira atuação do PCB no Ceará deu-se nas eleições de 1928 para o Conselho Municipal de Fortaleza, quando, na ocasião, lançou a candidatura de Joaquim Pernambuco, imprimindo,

---

<sup>88</sup> Vale observar com Souza (1992, informação verbal) que o jornal “O Democrata” foi seu porta-voz, constituindo-se um importante documento que expressa a efervescência do movimento operário no pós-1945.

conforme os termos de Ribeiro, “[...] uma certa unidade no movimento operário local.” (RIBEIRO, 1989, p. 33).

Nessa ocasião, informa a Pesquisa da FACED/UFC (1993), o Partido apresenta seu manifesto político dirigido ao operariado consciente do Ceará, no qual

[...] já apontava para a necessidade de ‘aproximação dos campesinos e do operário urbano; a emancipação política e social da mulher operária’, [...] Além disto, chama a atenção para a importância de que haja uma legislação operária, bem como para questões de ‘habitação, higiene – a regulamentação do trabalho – semana inglesa – férias a parturientes, antes e depois do parto – amparo à juventude operária – **instrução e educação**’ (O POVO, 24/03/1928 apud FACED/UFC, 1993, p. 14, grifo nosso).

Ribeiro (1989) historia que a partir do seu 3º Congresso, realizado entre o final de 1928 e início de 1929, o PCB, em consonância com as posições defendidas pelo seu congênero nacional, e a III Internacional, conforme vimos em momento anterior deste trabalho, arrefeceu sua bandeira em favor da conquista dos espaços políticos e das liberdades democráticas, passando a tomar como horizonte a revolução agrária e antiimperialista.

No caso específico do Ceará, explica Ribeiro, assentado sob as velhas bases oligárquicas e coronelísticas, era praticamente impossível estabelecer uma política de alianças com o campesinato. Contudo, os comunistas não cruzaram os braços, realizando entre os dias 21 e 23 de janeiro de 1930 o Primeiro Congresso do Bloco Operário e Camponês<sup>89</sup>, apresentando, ao final, seus próprios candidatos ao Senado e à Câmara: Lúcio Sotero e José Joaquim de Lima.

Tal atitude acirrou sobremaneira a ira dos grupos hegemônicos no poder, arrastando de maneira intensiva os comunistas para sua órbita de repressão. Nesse contexto, faz-se oportuno ilustrar com o mesmo autor a análise feita por Fernandes Távora, líder civil da Revolução de 30 e primeiro interventor no Ceará, acerca do movimento revolucionário pelo qual que passava o país:

‘O Brasil está, não há como negar, ante o dilema de duas revoluções, a dos homens patriotas e de responsabilidade e que desejam e podem salvar o País sem grandes abalos e a dos extremistas que o pretendem curar com a horrenda terapêutica bolchevista’. Uma de suas primeiras providências ao

---

<sup>89</sup> Conforme o relato de Montenegro (1980, p. 131), participaram do referido Congresso as seguintes entidades: “União Trabalhista Norte Cearense (Sobral), Bloco Operário e Camponês e Sindicato dos Pequenos Agricultores (Camocim), Comitê Eleitoral dos Carpinteiros, Comitê Eleitoral dos Metalúrgicos, Comitê dos Alfaiates, Comitê Eleitoral dos Gráficos, Comitê Eleitoral dos Sapateiros, Comitê Eleitoral Castro e Silva (todos de Fortaleza) e ainda a Confederação Geral do Trabalho do Brasil, Socorro Proletário, Partido Comunista do Brasil, Federação Juventude Comunista do Brasil”.

instalar-se na interventoria foi combater os comunistas (O POVO, 9/8/1930 apud RIBEIRO, 1989, p. 35).

Nesse sentido, seguindo a análise de Ribeiro, os militantes do PCB encontravam-se em uma posição extremamente complicada: de um lado a violenta repressão do Estado; de outro, os limites impostos pela desestruturação interna do próprio Partido, consequência das mudanças processadas em sua orientação política – de modo que as tentativas postas em prática “[...] pelo PCB local com a implantação de células nos municípios de Uruburetama, Camocim, Missão Velha e Aquiraz foram facilmente reprimidas pela polícia que apreendeu o material existente e as principais lideranças que estavam se formando” (RIBEIRO, 1989, p. 38).

Dentre as células criadas, tivemos a oportunidade de acessar informações sobre a experiência de Camocim – de modo que não podemos relegar ao esquecimento as páginas do movimento operário cearense escritas pelos “desassombrados” trabalhadores desta cidade, parafraseando Carlos Augusto P. Santos (2007), estudioso da atuação comunista em Camocim entre os anos de 1927 a 1950. Esses trabalhadores, antes mesmo da fundação do Partido Comunista na cidade, já contavam em seus registros a realização de uma greve, em 1914<sup>90</sup>, e a edição de um jornal: “O Operário”. Para tanto, um pequeno parêntese de contextualização histórica faz-se necessário.

O uso do porto natural de Camocim, conforme registra Santos, data de períodos mais remotos da história do Ceará: o século XVII, quando os franceses teriam desenvolvido uma atividade de troca com os índios Tabajaras da Serra da Ibiapaba. Posteriormente, as agruras trazidas pela “grande seca” ocorrida em 1877 teriam sensibilizado o Imperador a construir a estrada de ferro que ligou o Porto de Camocim ao município mais desenvolvido da zona norte do estado, Sobral – de modo que a integração das atividades portuária e ferroviária possibilitou à cidade de Camocim tornar-se um dos mais importantes pólos comerciais do Ceará, sobretudo entre as décadas de 1920 e 1950.

Nesse contexto, assomado aos trabalhadores portuários e ferroviários, categorias historicamente reconhecidas pela sua trajetória de luta, diversos profissionais instalaram-se em Camocim, dentre eles, “[...] salineiros, pescadores, trabalhadores da construção civil, agricultores, empregados do comércio e pequenas fábricas”. Diante de tão rica conjugação de tarefas, o solo parecia fecundar-se para a organização da classe, nos dizeres de Santos (2007,

<sup>90</sup> Conta Carlos Augusto P. Santos (2007) que tal greve foi deflagrada pelos trabalhadores ferroviários contra a “The South American Railway Construction Limited”, empresa arrendatária inglesa que administrava a Estrada de Ferro de Sobral, pela pretensão da mesma em pagar por uma semana de trabalho o equivalente a apenas três dias. Conforme o referido autor, a greve desfechou-se vitoriosa, sendo restabelecido o pagamento integral.

p. 16-17): “Nesse ambiente, a militância comunista encontrou um chão fértil na difusão de idéias socialistas e comunistas, encravando, aí, grande parte de seus quadros, principalmente quando o obreirismo se constituía na tendência mais forte do Partido Comunista do Brasil”.

Assim, o autor destaca a presença de “homens desassombrados”, que, já no ímpeto dessa “primeira hora”, foram capazes de urdir uma ideologia política diferente, pondo em confronto os valores oligárquicos locais, a saber: Francisco Theodoro Rodrigues, João Farias de Sousa, Sotero Lopes e Raimundo Ferreira de Sousa (Raimundo Vermelho)<sup>91</sup>.

Vale notar com Santos que Raimundo Vermelho e mais dois importantes líderes comunistas ligados ao PC de Camocim – Miguel Pereira Lima, conhecido como Amaral, e Luís Manuel dos Santos (Luís Pretinho) – foram vítimas do chamado “Massacre de Salgadinho”. Tal massacre teria ocorrido em 24 de junho de 1936 no local de nome homônimo, localizado na periferia de Camocim, onde, no contexto da intensa perseguição desferida contra os seguidores do “credo vermelho”, o capitão da força pública estadual, José Pio da Silva, no comando de uma volante de 12 soldados invadiu a casa do referido camponês, matando no local Amaral e Luís Pretinho, levando preso Raimundo Vermelho, que morreria três meses depois em consequência das torturas sofridas na Cadeia Pública de Fortaleza.

Um excerto do jornal “O Operário” recupera um pouco da trajetória de firme resistência dos comunistas de Camocim:

Camaradas! Povo de Camocim!

[...] Quantas vezes, alta noite, em companhia de amigos dedicados, fomos levar, por meio de boletins, os ensinamentos democráticos. E eu dizia: *Esta é a semente que não se perde. Demora, às vezes, a germinar, ficando em estado latente, mas, um dia, por um sopro vivificador, ela nasce, se torna árvore e dá frutos.* [...] Os inimigos, porém, receiosos de que a semente

<sup>91</sup> Francisco Theodoro Rodrigues ou Chico Theodoro, como era popularmente conhecido, era jornalista, editor de “O Operário”, diga-se de passagem, o primeiro jornal comunista impresso no interior do Ceará, e fundador do PCB em Camocim. Theodoro, conforme detalha Santos, “[...] atuando na defesa dos trabalhadores camocinenses e incentivando uma representação trabalhista na Câmara iria incomodar muita gente, principalmente os chefes políticos locais, pelo seu caráter desassombrado em denunciar os seus desmandos administrativos, além de fazer análise de conjuntura estadual e nacional”; João Farias de Sousa, o Caboclinho Farias, ferroviário foguista, “De Camocim a Crateús, de Ipu [...] a Fortaleza; onde os trilhos da ferrovia passavam, Caboclinho Farias tinha sempre um ‘camarada’ com quem trocava informações, recebia instruções, entregava encomendas. [...] era, portanto, um elo de ligação muito importante que procurava não deixar a chama apagar nas células do PCB na Zona Norte do estado do Ceará”; Sotero Lopes, conforme o autor, atuou, sobretudo, na defesa dos pescadores, dos portuários e dos operários da construção civil. Com efeito, “[...] por expressar suas preferências políticas, foi espancado pela polícia em momentos de repressão. Acabou sendo usado como símbolo pela polícia para mostrar o que ela era capaz de fazer com comunista, arrastando-o pelas ruas, surrado, com uma placa no peito e o indicativo de comunista, tal qual um ‘Cristo’, anunciado com Rei dos Judeus”; e Raimundo Ferreira de Sousa, agricultor, salineiro e estivador, foi vítima do chamado “Massacre de Salgadinho” (SANTOS, 2007, p. 17, 25).

germinasse, prenderam o seu semeador e, no porão de um navio, puseram-no barra à fora. [...] A *semeadura*, no entanto, não ficou abandonada. Houve quem a regasse. Caboclinho Farias, Pedro Rufino, Raimundo Vermelho e Joaquim Manso se encarregaram desse trabalho. A *semente não feneceu* apesar de um de seus regadores ter sucumbido. Foi ele o nosso dedicado companheiro Raimundo Vermelho. Deu a vida em holocausto à humanidade. Seu heroísmo, porém, não será esquecido do povo de Camocim. [...] Camocim tem os seus mártires. Além de Raimundo Vermelho mais dois companheiros aqui sucumbiram... Amaral e Luís Pretinho. [...]. O sangue desses dois lutadores regou as ruas de Camocim e as lages da cadeia. Os seus corpos foram profanados e sepultados debaixo de apupos dos integralistas, em vala comum (*O DEMOCRATA*, ano I, N. 28, 5/4/1946 apud SANTOS, 2007, p. 32, grifos do autor).

Destaca Santos (2007) o curto período entre a fundação do PCB no Ceará (em fins de 1927) e a instalação do seu Comitê Municipal em Camocim (no início de 1928), constituindo-se a primeira cidade do interior do Estado a dispor de uma célula comunista.

Faz-se oportuno lembrar com o mesmo que foi em Camocim que o Bloco Operário e Camponês chegou mais próximo de sua materialização enquanto representante dos trabalhadores da cidade e do campo, isto é, onde existiu de fato, ainda que de forma incipiente, uma organização de camponeses através da fundação do Sindicato dos Trabalhadores dos Pequenos Agricultores de Camocim, tendo como líderes “[...] o então professor e jornalista Francisco Theodoro Rodrigues, além de alguns outros que seriam figuras de proa do PCB em Camocim posteriormente, como Raimundo Vermelho, Pedro Rufino, Francisco Teixeira, dentre outros” (SANTOS, 2007, p. 37).

Em 1928, seguindo o registro de Santos, os comunistas de Camocim lançaram uma chapa representativa da aliança “campo-cidade” para concorrer às eleições municipais, causando ameaça ao poderio local, dominado pelas tradicionais famílias desde os idos do Império.

Voltando à atuação do PCB no Ceará, mormente à forte perseguição desencadeada pelas forças reacionárias do Estado sobre seus militantes, não podemos desconsiderar o importante papel desempenhado pela Igreja Católica.

Com seu mais que secular “espírito convertedor”, a igreja organizou no início do século XX os “Círculos Operários Católicos no Ceará”, entidades pioneiras na organização dos trabalhadores conforme as doutrinas sociais do catolicismo, os quais assumiram em âmbito nacional o segundo lugar em termos de quantidade, superados apenas pelo Rio Grande do Sul.

Explica Jovelina Silva Santos (2007), pesquisadora do circulismo no Ceará, que, para compreendermos as raízes deste movimento no Brasil, faz-se necessário situá-lo no conjunto

das primeiras investidas católicas de organização operária, situadas nas primeiras décadas do século XX.

As experiências daí advindas configuraram-se inicialmente de forma isolada pelo país. Entretanto, perseguiram objetivos comuns, quais sejam: pôr em prática os valores cristãos de harmonia e justiça social emanados da encíclica “*Rerum Novarum*”, escrita pelo Papa Leão XIII – “cujas matrizes teológicas apontavam para a premente exigência de pensar a problemática social à luz da doutrina cristã, definindo a propriedade como elemento constituinte do bem comum”, reunidas, posteriormente, sob o manto sagrado dos Círculos Operários Católicos (SILVA SANTOS, 2007, p. 15).

Assim, elucida a autora, a Igreja Católica, face aos problemas oriundos das novas relações sociais que se vinham processando no interior do mundo do trabalho, geradores da chamada “questão social”, concebida por esta como “[...] uma enfermidade que desordenava as relações de trabalho e punha em perigo a ordem social”, sentiu-se fortemente ameaçada pelas idéias liberais e, sobretudo, socialistas que começavam a disputar a preferência entre as massas, pondo em marcha uma verdadeira “Ação Católica” (Id., ibid., p. 15).

Daí, argumenta Silva Santos (ibid., p. 15), a premente necessidade de elaborar “[...] um projeto que pudesse refrear os ímpetos de uma massa que se achava despossuída, estatuidando mecanismos para sua disciplina e meios adequados ao seu controle”. Para tanto, o projeto circulista caiu como uma luva, tolhendo as possibilidades de um maior avanço das idéias progressistas no seio da jovem classe trabalhadora brasileira, mormente cearense.

Vale notar com a mesma que, conquanto combatesse a concepção do liberalismo no que diz respeito à função do Estado ou a incontrolável busca do lucro, o principal alvo da Igreja era, de fato, o socialismo ateu. Nos termos da “*Rerum Novarum*”:

[...] semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Outrossim, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social (LEÃO XIII, 1967, p. 11 apud SILVA SANTOS, 2007, p. 17).

À mesma idéia filia-se Raimundo Barroso Cordeiro Jr. (2004, p. 321), também pesquisador da “Ação Católica” no Ceará, para quem tal movimento deu-se a partir da preocupação da Igreja com a expansão do pensamento socialista entre os operários. Por isso, elaborou uma proposta de ação social com base “[...] nos princípios éticos de seus dogmas, com o propósito de afastar do mundo do trabalho a vaga de politização laica e atéia”.

Assim, nos anos de 1920, processou-se no interior da Igreja uma intensa preparação para os embates político-ideológicos dos anos vindouros. O fruto desse aquecimento expressou-se, sobretudo, na multiplicação dos Círculos Católicos e no surgimento do movimento de organização da juventude católica, resultando nos Círculos dos Moços Católicos.

Assevera Cordeiro Jr. que o principal alvo da Igreja era o comunismo, levando-se em conta os efeitos da Revolução Russa de 1917 e sua influência sobre os trabalhadores brasileiros, que a partir de 1922 passara a marchar de forma crescente sob a bandeira do Partido Comunista. Desse modo, atesta o autor:

Seguindo as orientações do pensamento corporativista, o movimento católico se opôs à interpretação classista elaborada pelo movimento sindical de orientação socialista, pregando invariavelmente a colaboração entre capital e trabalho e refutando incontumescienti a tese da luta de classes proposta pelos comunistas (CORDEIRO JR., 2004, p. 322).

Para tratar da organização circulista no Ceará Silva Santos (2007, p. 57) toma como ponto de partida a atuação do terceiro bispo, Dom Manuel da Silva Gomes, que passou a conduzir a Igreja deste Estado a partir de 1912. Detalha a autora que este ao chegar já encontrou o solo católico preparado conforme os moldes da “Reforma Tridentina”, isto é, “[...] com o clero fortalecido e ocupando os cargos de direção nas irmandades, confrarias e santuários” – de maneira que sua ação pastoral no campo social pautou-se nas orientações emanadas da encíclica de Leão XIII.

Assim, informa a autora que no ano imediato a sua chegada, 1913, Dom Manuel fundou o Círculo Católico de Fortaleza, cujos membros advinham das classes médias. Preocupado com a questão social, organizou em 14 de fevereiro de 1915 o Círculo de Trabalhadores Católicos São José<sup>92</sup>, tomando como principal objetivo a arregimentação dos trabalhadores nos moldes da doutrina conservadora cristã de harmonia social, oferecendo em troca assistência material e espiritual.

---

<sup>92</sup> Contrastando com a produção historiográfica do movimento circulista, Silva Santos considera o marco de surgimento dos Círculos Operários no Brasil o ano de 1915, com a fundação do referido Círculo em Fortaleza, ao invés de 1932 com a criação do Círculo Operário de Pelotas/Rio Grande do Sul: “Para os pesquisadores, o primeiro Círculo Operário nasce no Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas no ano de 1932. No entanto, a investigação de documentos sobre a organização circulista no Ceará nos levou a repensar esse marco já cristalizado [...]. Compreendo que essa experiência iniciada em 1915, embora não tenha transposto os limites geográficos do Estado, credenciou-se como projeto e demarcou um espaço significativo de atuação entre os trabalhadores cearenses. Nesse sentido, desloco o período que assinala o surgimento dos Círculos Operários no Brasil para o ano de 1915” (SILVA SANTOS, 2007, p. 43-44).

Para tal investida, Dom Manoel contou com a importante colaboração do Pe. Guilherme Waessen<sup>93</sup>, que se tornou o primeiro Assistente Eclesiástico do Círculo. Nesse sentido, observa Santos que a literatura especializada considera estes dois “discípulos de Cristo” como os elementos de proa do circulismo no Ceará.

Com relação à atuação dos Círculos Operários no Ceará, consideramos bastante ilustrativa a fala de Austregésilo de Athayde, citado por Silva Santos, publicada no Diário da Noite (27/10/1936 apud SILVA SANTOS, 2007, p. 59):

Dom Manoel trouxe para o Ceará a Ação Católica, num tempo em que os deveres eclesiásticos se limitavam, em nosso país, ao campo religioso e a sociedade vivia ao lado da Igreja, mas em simples regime de vizinhança. O bispo jovem [...] inspirado nas novas lições fundamentais de Leão XIII, lançou os seus olhos para a vida e, mais cedo do que muitos outros, preparou o Ceará para as tempestades, que somente depois haveriam de por em risco as bases do mundo cristão. Eis porque as comoções desta última década já encontraram o operariado cearense arregimentado e imune das seduções de doutrina contrária à fé católica.

No bojo desses acontecimentos, constata Silva Santos (2007, p. 67) que “os Círculos Operários cearenses ressaltam a preocupação com o propósito de recristianizar os trabalhadores, seguindo a orientação da Igreja em seu projeto de neocristianização. Com essa preocupação, combatem qualquer entidade que desfralde a bandeira de luta de classes”. O embate entre o movimento circulista e as entidades combativas do movimento operário cearense, lideradas por socialistas e anarquistas, foi veiculado tanto na imprensa católica, quanto na imprensa libertária. Detalha a autora que os referidos jornais destilavam ácidas críticas de ambos os lados. Aqui damos destaque às páginas operárias socialistas que, sarcasticamente, batizaram os circulistas com o epíteto de “carneirada do circo”<sup>94</sup>:

[...] obrigados a vir defender o nosso ideal que, neste momento, está sendo ridicularizado e combatido pela carneirada inconsciente do Circo de Operários e Trabalhadores São José, a qual não se peja de andar pelas ruas

<sup>93</sup> Silva Santos nos presenteia com uma breve biografia do Padre Guilherme Waessen. Nascido em Hoensbroek, Holanda, em 23 de maio de 1873, “Ordenou-se em junho de 1898 em seu país natal. Iniciou o noviciado na Congregação das Missões em julho de 1892. Fazia parte da Congregação dos Filhos de São Vicente. Veio para o Brasil em julho de 1898 e neste mesmo ano começou a lecionar no Seminário da Praína em Fortaleza. De 1901 a 1910 organizou missões nos sertões baianos, vales e montes mineiros e nas caatingas de Pernambuco. Retornou ao Ceará onde promoveu a Missão e assumiu o cargo de Reitor do Seminário da Praína, no período de 1914 a 1927. Em 1915 organizou os Serviços aos Flagelados e tornou-se o primeiro assistente eclesiástico do Círculo de Operários e Trabalhadores Cristãos de Fortaleza. Faleceu em 12 de janeiro de 1965 em Fortaleza. [...].” (SILVA SANTOS, 2007, p. 59).

<sup>94</sup> Identificamos entre os 20 exemplares do jornal “Voz do Graphico”, órgão de imprensa da Associação Gráfica do Ceará, no período de 6 de março de 1921 a 25 de fevereiro de 1922, três longos artigos em resposta às críticas desferidas pelo Círculo de Trabalhadores Católicos São José, os quais exibiam os seguintes títulos: “A revolta dos ‘confraeiros’ da confraria Círculo dos Operários e Trabalhadores Católicos São José” (ANO I, Nº. 14, 16/11/1921); “Para a carneirada do ‘circo’ dos Operários Católicos de São José” (ANO II, Nº. 18, 28/01/1922); “O aniversário do Círculo dos Operários e Trabalhadores Católicos São José” (ANO II, Nº. 20, 25/02/1922).

da cidade, conforme registramos em número anterior, cantando uma versalhada toda mal começada e mal acabada, sem beleza, sem arte, sem métrica e, pior que tudo isso, sem verdade! (VOZ DO GRAPHICO – Fac-similar, 28/01/1922).

Observa apropriadamente Silva Santos (2007, p. 35, grifo da autora) que, conquanto os Círculos Operários não encerrassem a única via de inserção da Igreja Católica no mundo do trabalho, essa organização conquistou a primazia da hierarquia eclesiástica, consubstanciando-se como uma das mais extraordinárias ferramentas da Ação Católica entre os trabalhadores. Para a autora, a singularidade do circulismo nessa empreitada de cristianização do mundo do trabalho refere-se ao fato de estatuir[em] em sua doutrina uma ação voltada para a assistência material, moral e espiritual: “instruindo, educando, orientando, moralizando”.

No final dos anos de 1920, faz-se importante registrar, volta à carga o movimento de resistência dos trabalhadores da “Cia. Ligth Power” contra as péssimas condições de trabalho e salários, deflagrando greve em agosto de 1929.

Constata Souza (2004) que o contexto político dessa greve expressará uma maior visibilidade devido à influência do PCB no movimento operário cearense<sup>95</sup>, confrontando-se de maneira direta com a orientação da Igreja Católica, através dos Círculos Operários, da União dos Moços Católicos e do jornal “O Nordeste”, órgão de imprensa da arquidiocese de Fortaleza.

Neste aspecto, são bastante expressivos os títulos dos artigos referentes a tal greve publicados no referido jornal: “A greve dos empregados da Ligth – o perigo comunista” (20/08/1929); “A greve da Ligth vai tomado aspecto anarquista – os grevistas pretendem voar pelos ares a usina elétrica” (23/08/1929); “Uma lição dolorosa para o operariado cearense – foram os agentes do bolchevismo os sacrificadores da greve da Ligth” (31/08/1929); “A orientação da parede da Ligth causou seu fracasso” (2/09/1929) (O NORDESTE apud SOUZA, 2004, p. 293).

Na análise da autora, a greve dos trabalhadores da “Ligth”, inserida no contexto de crise política e econômica da Primeira República, conquanto tenha terminado sem o atendimento

---

<sup>95</sup> Silva Santos (2007, p. 32) lembra o importante fato de que, em 1933, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) reconheceu os Círculos Operários como órgãos de utilidade pública. Assim sendo, através do Decreto-lei nº 7.164, de 12 de maio de 1941, tais entidades foram concebidas como órgãos consultivos do MTIC: “São colaboradores no processo de disciplina do trabalho, atuando como mediadores e apaziguadores de conflitos entre patrões e operários. Propagam e exaltam a política executada pelo Ministério do Trabalho e vêem-se como protagonizadores de primeira ordem na marcha empreendida para salvaguardar os operários das idéias perniciosas e encaminhá-las rumo ao processo material, espiritual e cultural”.

das suas reivindicações, superou os interesses puramente imediatos, alcançando vôos rumo a uma maior consciência dos interesses mediatos da classe trabalhadora:

A greve da Ligth [...] contribuiu para uma maior mobilização dos trabalhadores. As diversas associações operárias se mobilizam para os fundos de greve e apoio ao movimento grevista. A influência das idéias marxistas no movimento operário propicia denúncias mais contundentes, agora atacam as bases de dominação burguesas, é o nível da consciência operária que extrapola a imediaticidade das reivindicações econômicas. Nesta greve as associações das classes dominantes – Centro Exportador, Importadores e Associação Comercial manifestam sua preocupação pela possível desorganização da vida econômica da cidade [...] (SOUZA, 2004, p. 293-294).

Nesse contexto de embate político, o movimento operário cearense fundou em 13 de maio de 1930 a Federação Regional do Trabalho Cearense. O fato foi noticiado no jornal “Trabalhador Graphico” nos seguintes termos:

Com a presença de 16 representantes de associações e grande número de operários filiados às mesmas, foi fundada, terça-feira, 13 de maio, a ‘Federação Regional do Trabalho Cearense’, com sede em Fortaleza, á rua 24 de Maio, 90. [...] A ‘F. R. T. C.’ recebeu diversas adesões, de Fortaleza, Camocim, Aracaty, Missão Velha e Sobral (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Nº 5, 17/04/1930, p. 6).

Interessante notar que mesmo anteriormente à fundação oficial desta Federação, o referido jornal, através do artigo “Mystificadores!”, escrito por Zé dos Typos, já conclama os trabalhadores a participarem de comício organizada pela mesma em comemoração ao 1º de maio, em oposição aos festivais que a burguesia cearense iria promover:

Não cahirá nenhum operário na “teia de aranha” burguesa. Ao em vez de comparecer às festas promovidas por aquela e pelos seus lacaios, comparecerá, sim, ao comício a realizar-se às 4 ½ da tarde, na Praça de Pelotas promovido pela Federação Syndical Regional no Ceará. Organização centralizadora dos syndicatos que defendem verdadeiramente os interesses da classe obreira. Que ladrem sosinhos os mystificadores! (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Nº 2, 19/04/1930, p. 4).

Assevera, por fim, Souza (s/d) que no contexto pré-Revolução de 30 fez-se bastante notório o confronto entre as organizações orientadas pela Igreja Católica, com destaque para o circulismo, a as entidades lideradas pelos comunistas através, sobretudo, do BOC.

Na síntese de Parente (1995, p. 352), a atuação de Dom Manuel no Ceará antecipou a organização da “Ação Católica” que nacionalmente ocorreria apenas em meados dos anos 1930 – de modo que, com o desfecho da “Revolução de 30”, Dom Manuel apresentou-se como a figura chave para a organização da sociedade cearense, “[...] coordenando a Liga

Eleitoral Católica (LEC<sup>96</sup>) local e tendo como opositor a ascendente oligarquia tavorista que, na década anterior, participara do Círculo Católico de Fortaleza”.

Enfim, cabe-nos apenas noticiar, uma vez que se circunscreve em período posterior ao nosso recorte temporal, que, no Ceará do pós-1930, a Igreja ganhou uma forte aliada no controle ideológico da classe trabalhadora cearense, a saber, a Legião Cearense do Trabalho (LCT), fundada em Fortaleza no ano de 1931 pelo tenente Severino Sombra<sup>97</sup>, tendo como co-fundadores o também tenente Jeová Mota e o padre Helder Câmara<sup>98</sup>.

Informa Cordeiro Jr. (2004) que suas lideranças, hegemonicamente, advinham dos grupos organizados da Igreja, quais sejam: os Círculos Operários Católicos, a União dos Moços Católicos, as Ligas dos Professores Católicos e a Juventude Operária Católica – de modo que a LCT constituiu-se “[...] um movimento de natureza corporativista, integralista e católica de organização e mobilização dos trabalhadores”, a qual, nascida a partir da preocupação com o futuro social do país, também esteve ligada ao já mencionado projeto de recristianização levado a cabo pela Igreja Católica (CORDEIRO JR., 2004, p. 325).

Erigida na expressão de Cordeiro Jr. (2004), com o objetivo de representar os trabalhadores “desprotegidos e explorados”, a LCT passou a ser o veículo de atuação de Severino Sombra, o qual, tomando por base “[...] a tese da colaboração entre as classes sociais, visando construir uma sociedade sem conflitos, hierarquizada e disciplinada, tornou-se um obstáculo à propagação do ideário comunista nos meios trabalhistas cearenses” (CORDEIRO JR., 2004, p. 328).

---

<sup>96</sup> Explica Santos (2007) que a LEC surgiu em todo o Brasil ancorada na militância do laicato católico, configurando-se como braço político da Igreja na esfera eleitoral. No Ceará, todavia, constituiu-se mais que isso, atuando, sob as bênçãos da hierarquia religiosa, como um verdadeiro partido político, cujo objetivo referiu-se à ferrenha disputa das mentes dos trabalhadores, “assediados” pelos militantes do “credo vermelho”.

<sup>97</sup> Segundo Cordeiro Jr. (2004, p. 327), o intelectual do legionarismo, Severino Sombra, foi formado nos princípios do catolicismo, dedicando-se desde cedo aos ideais humanísticos. Desse modo, foi influenciado pela doutrina social da Igreja e seus pensadores católicos, sobretudo, através da “Rerum Novarum”. Como adepto convicto de tal teoria, “[...] colocou-se imediatamente contra o liberalismo proposto pelos ‘revolucionários de 1930’ [...] em consonância com o pensamento integralista, foi anticomunista e crítico da sociedade industrial, identificando no laicismo, no materialismo e no capitalismo, a fonte das desvirtudes do mundo moderno”.

<sup>98</sup> A propósito, faz-se importante destacar a controversa trajetória ideológica vivenciada pelo cearense Hélder Câmara: no ano de 1931, recém-ordenado, conforme aludimos acima, observamos sua presença entre os co-fundadores da entidade integralista, Legião Cearense do Trabalho (LCT), com uma marcante atuação no Ceará. Contudo, a partir dos anos de 1950 e, sobretudo, no período ditatorial, verificamos o importante papel desempenhado por esse sacerdote, desta vez já como Arcebispo de Olinda e Recife, entre aqueles poucos e destemidos religiosos que abraçaram a Teologia da Libertação e lutaram bravamente contra a Ditadura Militar no Brasil.

Assim, no afã de estimular a colaboração e promover, de fato, a formação ética do novo trabalhador, o sindicato é entendido pela Legião “[...] como o aparelho educativo necessário para que se desenvolva essa nova mentalidade social”. Ou seja,

[...] o sindicato e a sindicalização possuem de relevante na sua prática o fato de serem um programa de reabilitação ampla dos sujeitos sociais, especialmente aqueles que, devido ao despreparo intelectual e à exploração materialista, encontram-se na condição de desvalidos e desprotegidos (CORDEIRO JR., 2004, p. 333).

Desse modo, Severino Sombra, através da ação da Legião Cearense do Trabalho, buscou arregimentar as categorias profissionais organizadas do Ceará e, num momento posterior, do Brasil, com vistas ao desenvolvimento de “[...] um trabalho de cooptação de diversas lideranças classistas e sindicais das principais categorias mais combativas naquele período” (CORDEIRO JR., 2004, p. 326).

Nessa investida, deflagra Souza (1992, informação direta) que Sombra fez uma verdadeira peregrinação pelos sindicatos, objetivando persuadir e educar os trabalhadores no ideário da Legião, livrando-os da influência Comunista.

Por último, gostaríamos de reforçar com Cordeiro Jr. (2004) que a LCT, qual erva daninha, tornou-se em pouco tempo uma das entidades

[...] mais fortemente representadas devido à adesão de associações ligadas à tradição do mutualismo e do assistencialismo benéfico, representando os interesses de 71 associações e cerca de 20 mil trabalhadores assalariados e autônomos. [Dentre eles] [...] tecelões, bombeiros, trabalhadores portuários e gráficos, empregados da Light, automobilistas, ambulantes, padeiros, empregados em hotéis e cafés, engraxates, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, lavadeiras e pedreiros (CORDEIRO JR., 2004, p. 326).

Faz-se importante ainda observar com o mesmo que, não obstante a maioria dessas entidades adviesse das experiências mutualistas e assistencialistas, as mesmas representavam o que havia de mais organizado no movimento operário cearense da época. Podemos conjecturar o imenso prejuízo que significou para a organização e a elevação da consciência de classe dos trabalhadores cearenses a atuação em seu seio de forças tão retrógradas.

## CAPÍTULO – II

# A QUESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A intenção deste capítulo é recompor o quadro educacional vivido pelo Brasil da Primeira República, de modo a apresentar os principais elementos de compreensão do complexo educacional desse período, esboçando em traços largos as reformas e as principais correntes pedagógicas que permearam o campo educacional de então; por último, pôr em relevo a relação entre o Movimento Operário brasileiro e a questão escolar dos trabalhadores.

### 2.1 - Elementos de compreensão da educação brasileira na Primeira República

Para um esboço mais próximo possível do quadro da realidade educacional do Brasil em sua Primeira República, as obras de importantes pesquisadores da história da educação brasileira fizeram-se primaciais para este trabalho. Dentre estes autores<sup>99</sup>, agarramo-nos às análises de

<sup>99</sup> É notório que alguns dos autores aqui pesquisados não se filiam, na atualidade, à tradição marxista de análise da realidade, não obstante contribuam significativamente com o registro histórico que cerca nosso objeto de estudo. Sem desqualificar suas posições ideológicas, buscamos captar em suas elaborações exatamente esses elementos historiográficos, a nosso ver imprescindíveis à devida localização do objeto em seu tempo e espaço. Outrossim, é sabido que as pesquisas são estudos datados, por isso carregam a marca distintiva do “tempo” teórico-político de quem as desenvolve. Com a crise que há algumas décadas vem solapando a esquerda em âmbito mundial, arrastada dentre outros fatores pela decrepitude das experiências do leste europeu e pela crise estrutural do capital, tornou-se fato comum o fenômeno muito apropriadamente denominado por James Petras (1995) como “os intelectuais em retirada”, em que vários estudiosos ligados ao campo do marxismo romperam à direita, numa verdadeira deserção em favor do capital. No bojo desse movimento, próprio do mundo dos homens partidos em classes, portanto sempre em ebulição, é comum nos depararmos nos dias atuais com estudos datados órfãos de seus autores, isto é, a mudança de trajetória operada por seus escritores fazem com que as elaborações do passado não encontrem eco em suas produções do presente, tornando inclusive problemática a utilização de tais estudos. Este é o caso da obra de Paulo Ghiraldelli Júnior por nós largamente utilizada nesta Tese, de modo que cumpre esclarecermos que comungamos das análises do primeiro Ghiraldelli Jr., digamos assim, e não das suas produções da atualidade, pós-rompimento com o marxismo e total adesão ao neopragmatismo. Com bem contextualiza José Rômulo Soares (2007, 18-19): “Sua identificação [de Ghiraldelli Jr.] com o neopragmatismo deu-se após o rompimento com o marxismo, tradição à qual se filiava e que serviu de referência aos seus estudos de mestrado e doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, sob a orientação de Maria Luiza Santos Ribeiro e de Dermeval Saviani, respectivamente. Após afastar-se do marxismo, particularmente das orientações de Saviani, Ghiraldelli Jr. cursou novo mestrado (1995) e novo doutorado (1998), estes na Universidade de São Paulo - USP, quando recebeu orientação da professora Olgária Matos e tratou de temáticas voltadas para o pragmatismo” (SOARES, 2007, p. 18-19). Cabe ainda situar que o Ghiraldelli Jr. dos nossos dias, auto-intitulado o filósofo de São Paulo, é membro fundador e atual diretor do Centro de Estudos em Filosofia Americana (CEFA/Brasil) e coordena o Grupo de Trabalho Pragmatismo (GT Pragmatismo), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF).

Nesse esforço de recuperação histórica dos contornos do nosso objeto de análise, mesmo que algumas vezes guiados pelas mãos de autores não-marxistas, temos procurado com desvelo exercitar a coerência com o referencial teórico que norteia esta Tese, a saber, o materialismo histórico e dialético.

Jorge Nagle (1976), Vanilda P. Paiva (1973), Casemiro dos Reis Filho (1981), Dermeval Saviani (2002, 2007), Maria Luisa S. Ribeiro (1995) e Paulo Ghiraldelli Jr. (2001). De modo pontual, também nos referenciamos na pesquisa de Otaíza de Oliveira Romanelli (2006).

Para esta tarefa, alçamos vôo sobre o panorama educacional da Primeira República, direcionando nosso percurso de modo a visualizarmos bem de perto os principais movimentos educacionais desencadeados, as reformas operadas no ensino público e as principais correntes pedagógicas que disputaram espaço durante esse período.

Para dar início à nossa empreitada, nada mais propício que a consulta aos dados estatísticos dessa época. De antemão, vale registrar com Paiva (1973) que, nesse período, a situação da instrução popular era desanimadora. Conforme a autora, no último ano do Império, apresentando o Brasil uma população de 14 milhões de habitantes, a freqüência das escolas primárias era de apenas 250.000 alunos.

Ademais, observa Paiva, o crescimento quantitativo das escolas e das matrículas dava-se de forma bastante lenta, de modo que o desenvolvimento do ensino elementar na primeira metade da jovem República brasileira constituiu-se insignificante. Conforme os dados apresentados pela autora,

[...] o Boletim Comemorativo da exposição Nacional de 1908 anunciaava um total de pouco mais de 11 mil escolas elementares com matrícula de quase 600 mil alunos e freqüência inferior a 400 mil, em todo o país. [...]. Dados da Diretoria Geral de Estatística em 1909 confirmavam, *grosso modo*, os da Exposição Nacional, corrigindo alguns detalhes: com uma **população escolar** calculada em **4.643.676** o Brasil contava com **12.221 escolas primárias e 634.539 alunos matriculados**, atendendo portanto a **2,96% de sua população total (21.460.000 hab.)** e a menos de 15% de sua população escolar (se considerarmos a freqüência, ao invés da matrícula, o atendimento girava em torno dos 10%). **Trinta e um anos após a proclamação da República**, o censo de 1920 mostrava a existência de 1.030.752 alunos matriculados, com freqüência de 678.684, para uma população total do país de quase 30 milhões de habitantes, o que significa que – se considerarmos a população total do país – **o nível de atendimento escolar era quase o mesmo que em 1909** (PAIVA, 1973, p. 84, grifos nossos).

Constata-se, portanto, que a difusão do ensino não se constituiu uma preocupação para os governos republicanos durante toda a primeira metade da República Velha, de modo que se manteve constante “[...] o ritmo de crescimento da rede escolar elementar no final do Império e no início do período republicano” (Id., ibid., p. 84).

Para Paiva, o quadro político da República Velha somente veio a sofrer, de fato, uma alteração a partir da deflagração da Primeira Guerra Mundial, uma vez que o período anterior

à Guerra expressou a continuidade em relação ao Império – enquanto o período posterior apresentou uma conjuntura de contestação e luta em favor da recomposição do poder político, no sentido de alterar a configuração da estrutura política do país. Nesse contexto, explica a autora que, no campo da educação popular, os 25 anos iniciais da República brasileira não representaram qualquer diferenciação em relação às duas últimas décadas do Império.

Não obstante, em alguns momentos desse período, o apelo educacional tenha-se tornado mais intenso, conforme assinala Paiva, “[...] não existiu qualquer mobilização concreta mais ampla em favor da difusão do ensino; assistimos ao crescimento da demanda por educação popular, e seu precário atendimento, apenas nas cidades maiores”. Vale lembrar com a mesma autora que a população brasileira desse período residia majoritariamente no campo e, encontrando-se enleada nos laços paternalistas das oligarquias estaduais, acabava não vislumbrando a instrução como uma necessidade imediata e, como consequência, não pressionava por sua difusão (PAIVA, 1973, p. 79).

Assim, torna-se patente que o sistema de dominação política, expresso nos dizeres de Paiva “na política dos governadores, nas fraudes eleitorais, no sistema de reconhecimento dos eleitos, no próprio federalismo que possibilitava a preservação do domínio estadual das oligarquias rurais – em nada favorecia a difusão do ensino”. Ademais, mesmo nos meios citadinos, essas características rurais foram mantidas, uma vez que também o espaço urbano acabava por ser administrado pelos grandes latifundiários. No entanto, como de praxe, a União não descuidou da formação das elites e de parte das classes médias emergentes, tratando de reformar e alargar as oportunidades educacionais no âmbito dos ensinos médio e superior dos centros urbanos desenvolvidos (PAIVA, 1973, p. 79).

Como consequência desse dramático quadro em que se encontrava a educação popular no Brasil de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, os índices de analfabetismo constituíram-se assustadores. Conforme relato da referida autora,

O censo de 1890 informava da existência de 85,21% de iletrados na população total (82,63%, excluídos os menores de 5 anos); o de 1900 encontrou 75,78% para os 20 Estados, baixando para 74,59% com a inclusão do Distrito Federal (69,63%, excluindo-se os menores de 5 anos) (PAIVA, 1973, p. 84).

Tais índices passaram a incomodar sobremaneira a intelectualidade brasileira do início do século XX<sup>100</sup>, a qual se sentia envergonhada com o descalabro educacional e ansiava elevar o

---

<sup>100</sup> É importante registrar com Paiva que, a partir de então, desencadeia-se, tanto por parte dos políticos quanto dos chamados diletantes da educação, um processo de intensificação da defesa da difusão do ensino para as

país ao status de país culto, para tanto, “[...] o ensino seria o único ‘meio de vitalizar este povo’”. Conta Paiva que a comparação sistemática que se fazia na época entre a situação educacional do Brasil com a de países da América do Norte (EUA) e da América Latina (Argentina e Uruguai) acabava por estimular a luta em prol da difusão do ensino. Nesse sentido, ganharam bastante relevo as estatísticas divulgadas nos Estados Unidos acerca do analfabetismo no mundo, nas quais o Brasil figurava como país líder, apresentando o exorbitante índice de 85,2% de analfabetos (PAIVA, 1973, p. 84-85).

Referido episódio estimulou significativamente os esforços em favor da difusão e da melhoria do ensino elementar. Contudo, essa luta somente veio a se materializar de forma mais contundente no final do primeiro período republicano.

Desse modo, não obstante a essência dos movimentos educacionais esteja vinculada às condições sócio-econômicas e políticas da sociedade que lhe abriga, lembra Paiva que os fatores de ordem externa e, de forma específica, os de ordem interna, ou seja, de caráter educativo, não devem ser desconsiderados. No Brasil, um fator constante tem perpassado as justificativas dos apelos e das campanhas em prol de melhorias do sistema de ensino, qual seja: “[...] a importância atribuída à posição e ao prestígio do país no plano internacional, no ‘concerto das nações’, onde os brasileiros desejavam vê-lo colocado entre os ‘países cultos’”, fator cujo episódio acima é exemplar – bem como se fez bastante presente a preocupação em cumprir os compromissos firmados em encontros internacionais de cunho educacional<sup>101</sup> (PAIVA, 1973, p. 20).

Um outro fator apontado pela autora como fortemente decisivo para a expansão do sistema de ensino elementar no Brasil foi o nacionalismo, trazido à cena pelas Guerras Mundiais, que arregimentou movimentos em favor da nacionalização das escolas mantidas em regiões de colonização estrangeira. Outrossim, cada um por seu turno, os ideais democráticos e os

---

massas. Vale lembrar com a mesma que, nesse momento, a exemplo do que ocorreu em todo o período anterior da nossa história, não existia ainda – seja no sentido geral, seja no sentido do terreno estritamente pedagógico – a figura dos profissionais da educação. Afirma a autora que “Foram realmente os políticos e os elementos interessados por problemas educacionais que se encarregaram não somente de promover a luta em prol da ampliação das oportunidades de educação elementar para as massas, como de teorizar sobre o assunto” (PAIVA, 1973, p. 27).

<sup>101</sup> Nos dias atuais, assistimos à importância assumida por esses encontros, os quais auspiciados pelo Banco Mundial e seus congêneres objetivam manter o ferrenho controle sobre a educação, entendida dentre outras coisas como importante instrumento de segurança nacional. Para uma análise mais acurada sobre o assunto, faz-se importante conferir as teses de doutorado de Roberto Leher (USP/1998): “Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio da pobreza”; aqui já referida, e de Maria das Dores Mendes Segundo (UFC/2005): “O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: O FUNDEF no centro do debate”.

princípios socialistas também marcaram presença ao longo dos anos como fermentos impulsionadores dessa luta.

Todavia, considera Paiva, o fortalecimento do processo de industrialização dos anos 1910, seguidos do impulso inicial de urbanização e modernização, foi, efetivamente, o que impôs para a sociedade brasileira a premente necessidade de difusão do ensino elementar. Lembrando Marx, de fato, o momento predominante das relações sociais reside na estrutura material da sociedade.

Já para Nagle (1976), um dos principais resultados das transformações sociais processadas no seio da Primeira República foi o surgimento de um inopinado movimento no campo educacional que o autor chamou de “entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico”. Vale observar com o autor que esse movimento caracterizou tão fortemente esse período que a sociedade brasileira não poderia ser devidamente compreendida sem levá-lo em consideração.

O “entusiasmo pela educação”, conforme explicita o autor, estribou-se na concepção de que, através da ampliação das instituições de ensino e da difusão da educação escolar, far-se-ia a incorporação de expressivas camadas da população na direção do progresso nacional, firmando, ademais, o Brasil nos trilhos das nações cultas; já o “otimismo pedagógico” apóia-se na compreensão de que certas teorizações acerca do processo de escolarização sinalizam para a autêntica formação do novo homem brasileiro.

Paiva (1973), Ribeiro (1995) e Ghiraldelli Jr. (2001) seguem a trilha aberta por Nagle em direção à análise desse movimento educacional de face dupla, caracterizando-os respectivamente como um movimento de caráter quantitativo – expresso no ideal de expansão da rede escolar e na alfabetização da população – e qualitativo – voltado para a otimização do ensino, com vistas à melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede de ensino<sup>102</sup>.

Advoga Nagle que, a partir de determinado momento, as formulações subjacentes a esse movimento integram-se. Em suas palavras,

[...] da proclamação de que o Brasil, especialmente no decênio dos anos vinte, vive uma hora decisiva, que está a exigir outros padrões de relações e

---

<sup>102</sup> Vale observar com Ghiraldelli Jr. (2001) que o “otimismo pedagógico” ocorre posteriormente ao “entusiasmo pela educação”. Este surgiu no período de transição entre o Império e a República, mormente no percurso histórico compreendido entre os anos de 1887 e 1896, sofrendo em seguida um recuo entre os anos de 1896 e 1910, alcançando, por fim, seu apogeu nas décadas de 1910 e 1920. Aquele, por sua vez, erigiu-se em meados dos anos de 1920, chegando ao auge somente nos anos de 1930, já sob o sol da República Nova.

de convivências humanas, imediatamente decorre a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica (NAGLE, 1976, p. 90-100).

Desse modo, assevera o autor, a resposta mais lapidada aos desafios postos pelas transformações sociais ocorridas a partir dos anos de 1920 constituiu-se na edificação da escolarização como o motor da História, tendo como consequência o surgimento de amplas discussões e constantes reformas no campo educacional. Assim, a marca diferenciadora da última década da Primeira República em relação às que a antecederam consubstanciou-se na “[...] preocupação bastante vigorosa em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis. [...]” (NAGLE, 1976, p. 100).

Lembra Nagle que o “espírito republicano”, arregimentado no embate ideológico travado nos últimos suspiros do Império, arrefecera-se paulatinamente no percurso das três décadas iniciais do novo regime – de modo que a República construída idealmente precisou sofrer sérias amputações com vistas ao devido ajuste às condições materiais da realidade social brasileira, restando, por assim dizer, a República possível, efetivada sob os auspícios das forças sociais mais ponderáveis da situação histórico-social do período.

Na verdade, ao que parece, são os históricos desejos republicanos que voltam à baila nos corações dos republicanos já quase desiludidos, isto é, “[...] o sonho da República espargindo as luzes da instrução para todo o povo brasileiro e democratizando a sociedade”, ou, ainda, “[...] o sonho de, pela instrução, formar o cidadão cívica e moralmente, de maneira a colaborar para que o Brasil se transforme em uma nação à altura das mais progressivas civilizações do Século” (NAGLE, 1976, p. 100-101).

Outrossim, o “entusiasmo pela educação”, conforme Nagle, expressou ainda outro significado: “[...] uma tendência para reestruturar os padrões de educação e cultura existentes; portanto, não significava simplesmente a difusão do modelo predominante” (NAGLE, 1976, p. 111-112).

Observa Paiva (1973) que o surgimento do “entusiasmo pela educação”, exatamente no período de intensificação do processo de industrialização do país nos anos de 1910, parece sugerir sua vinculação com a questão do alargamento das bases eleitorais, via ampliação dos eleitores possibilitada pela difusão da oferta de instrução elementar para as massas.

Contudo, conta a autora, dentre os aspectos primordiais do “entusiasmo pela educação” está “[...] a supervalorização da educação como fator capaz de solucionar todos os demais problemas da nação”. Em outras palavras, a educação passa a ser encarada como o principal problema nacional, cujo “[...] corolário era a atribuição de todos os problemas à ignorância de nossa população, [associando a esta] posição o preconceito contra o analfabeto, como elemento incapaz responsável pelo escasso progresso do país”, impossibilitando-o, assim, de participar do convívio com as nações cultas (PAIVA, 1973, p. 27-28).

Limpando as incrustações superficiais da questão, comprehende Paiva que a ênfase na educação como panacéia de todos os males nacionais carregava dentro de si uma virtude e uma desvirtude, a saber: “[...] a virtude de chamar a atenção para a necessidade de universalizar a instrução elementar” e a desvirtude de “[...] mascarar a análise da realidade, deslocando da economia e da formação social a origem dos problemas mais relevantes” (PAIVA, 1973, p. 27-28).

Um outro motivo, segundo Paiva, responsável pela perpetuação do “entusiasmo pela educação” entre nós estaria ligado à concepção em voga, à época, de que não ser entusiasta da educação significava ser antinacional. Nesse espírito, nos termos da autora, “‘Entusiasmarse’ pela educação ligava-se, assim, à demonstração de sentimentos humanitários e à preocupação com o bem público”. Tal postura acabava por favorecer aqueles que cultivavam “[...] a esperança de obter um posto de direção nos quadros educacionais oficiais ou de justificarem sua presença nos mesmos” (PAIVA, 1973, p. 29).

Por fim, constata a referida autora que o “entusiasmo pela educação” em seu momento inicial penetrou não somente nos meios específicos, mas também nos meios políticos e militares – de modo que num segundo momento, não obstante muitos continuassem a engrossar o coro de entusiastas da educação, aqueles elementos vinculados aos interesses da conquista do poder político largaram pelo caminho suas preocupações educativas em favor do planejamento da tomada do poder pelas armas, uma vez que a via educacional constituía-se uma estratégia deveras problemática. Neste fato, vale notar, encontra-se o pólen fecundador das revoltas que marcaram a conturbada década de 1920.

Nesse sentido, processa-se o deslocamento do fenômeno “entusiasmo pela educação” do âmbito dos políticos para a seara dos diletantes da educação. Estes, nas palavras da autora, aliaram-se, na referida década, “[...] às lutas dos primeiros profissionais nesse campo, cujas reivindicações quantitativas [prenderam-se] aos ideais educativos de universalidade do ensino elementar” (PAIVA, 1973, p. 38-39).

Com o referido deslocamento, o “entusiasmo pela educação” reveste-se de uma dimensão marcadamente humanitarista, defendida pelos diletantes da educação, cuja referência mais acabada, informa Paiva, pode ser vislumbrada na figura do médico e membro da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Couto. Para este,

o analfabetismo não é só um fator considerável na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença, e das mais graves. Vencido na luta pela vida, nem necessidades nem ambições, o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebeldia a toda idéia de progresso, entrevendo sempre, na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma extorsão, uma injustiça. Tal a saúde da alma, assim a do corpo; sofre e faz sofrer; pela incúria contrai doenças e pelo abandono as contagia e perpetua. [...] (Miguel Couto in PRADO, 1922, p. 181-182 apud PAIVA, 1973, p. 99).

Tal concepção, conforme a autora, transformou-se em consenso para considerável parte da população, ou seja, o analfabeto era visto como uma doença grave que urge ser extirpada do organismo nacional.

No esforço de explicar o arrefecimento do “entusiasmo pela educação”, Ghiraldelli Jr. (2001) reporta-se à composição da sociedade política após o golpe militar de 15 de novembro de 1889, resultante da proclamação da República brasileira, e que, portanto, governou o país nos primeiros anos do novo regime através dos governos de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, a saber: 1) uma parcela do Exército; 2) fazendeiros de café do Oeste paulista; 3) intelectuais representantes das classes médias urbanas. Com efeito, uma vez estabilizada a nova situação, as oligarquias cafeeiras, reivindicando para si o absoluto controle sobre os aparelhos da sociedade política, não mediram esforços para alijar do poder seus correligionários militares e os intelectuais mais aguerridos. Essa nova fase teve início com a eleição do primeiro civil à presidência da República, o paulista Prudente de Moraes, no ano de 1924.

A partir desse momento, Ghiraldelli Jr. identifica o início do processo de arrefecimento do “entusiasmo pela educação”. Uma vez entronizadas no poder governamental, as oligarquias cafeeiras “[...] imprimiram à Nação um estilo de vida ruralístico, onde as questões sobre a democracia, federalismo, industrialização e também educação popular deixaram de ser prioritárias”. O interesse dos cafeicultores devotava-se tão somente ao comércio do café e à manutenção do poder, lançando mão, para tanto, dos mecanismos mais sordidos possíveis: voto de cabresto, corrupção, fraude eleitoral, voto não-secreto etc. (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 17).

Contudo, assegura Ghiraldelli Jr., com a deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ganhou vulto um intenso surto de nacionalismo e de patriotismo, trazendo uma considerável parcela de intelectuais para a discussão em torno do desenvolvimento do país e da questão da educação popular. Ademais, o crescimento industrial registrado no final dos anos de 1910 provocou um aceleramento no processo de urbanização da sociedade brasileira desdobrando-se em novas pressões em favor da escolarização.

No bojo desses acontecimentos, tais intelectuais, imbuídos, na expressão do mesmo autor, de um espírito de republicanização da República, reeditaram o “entusiasmo pela educação”. Vale observar que o principal veículo de divulgação dessa nova fase materializa-se nas diversas ligas contra o analfabetismo que se disseminaram pelo país, as quais, a exemplo da Liga de Defesa Nacional (1926) e da Liga Nacionalista do Brasil (1917), “[...] pregavam o civismo, o escotismo, um patriotismo exacerbado e, além disso, visavam desenvolver uma campanha de erradicação do analfabetismo” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 18).

Em linhas gerias, assinala Ghiraldelli Jr. que as Ligas entendiam o analfabetismo como importante instrumento de manutenção do poder das oligarquias no governo, de modo que o seu corolário, a alfabetização, serviria para alçar vôos rumo às transformações político-eleitorais. Em outros termos, as Ligas expressaram, em certo sentido, o anseio de parte da neófita burguesia urbana em contrapor-se ao poder oligárquico.

Nesse sentido, cumpre constatar com o mesmo que, enquanto o “entusiasmo pela educação” dos primeiros anos da República expressou o espírito dos intelectuais ligados à sociedade política, sua reedição nos anos de 1910 assentou-se sobre a base das entidades da sociedade civil, tendo como arautos aqueles intelectuais vinculados à parte da burguesia nascente e das classes médias urbanas que não se configuravam direta e exclusivamente ligadas ao governo.

O “otimismo pedagógico”, por sua vez, expressou como preocupação primordial o eficiente funcionamento e a qualidade do sistema educacional e dos movimentos educativos. Assim, observa Paiva (1973) que seus propagadores dedicaram-se às questões administrativas do ensino, à preparação dos docentes, à reformulação e ao aperfeiçoamento curricular e metodológico. Para os “otimistas pedagógicos”, ao contrário dos entusiastas da educação, o desafio não era o alargamento e a difusão da educação para a população, mas sim a devida preparação técnica para as tarefas sociais, uma vez que

Eles não [estavam] preocupados com as consequências políticas da preparação de um maior número de votantes; [eram] técnicos que defend[iam] o seu campo de trabalho de intervenção de políticos e

diletantes, isolando-se no tratamento de problemas concernentes ao aspecto pedagógico do ensino (PAIVA, 1973, p. 30).

Essa tecnificação do terreno pedagógico, segundo Paiva, gerou a perda da perspectiva externa assumida desde os anos de 1920, levando “[...] os pedagogos à abstração da realidade social como fator determinante da estrutura e da história de nossa educação”. Desse modo, a preocupação em modernizar o sistema educacional, tomando por base a perspectiva interna, abriu mão da “consciência de sua função como instrumento de conservação ou de transformação da sociedade [...]”, reforçando o caráter conservador das estruturas sócio-econômicas e políticas da sociedade. Nesse sentido, observa a autora que se desenvolveu a essencial característica do “otimismo pedagógico”, qual seja: “a desvinculação entre o pensamento pedagógico no Brasil e a reflexão sobre o social, traço que até a década dos 60 dominou de forma quase absoluta os nossos meios pedagógicos, [...]”(Id., ibid., p. 30-31).

Para Nagle, a passagem do “entusiasmo pela educação” para o “otimismo pedagógico” pode ser atribuída à importância conferida ao processo de escolarização, a qual acabou por preparar o terreno para que alguns intelectuais e os chamados “educadores profissionais”, surgidos nos anos de 1920, “[...] transformassem um programa mais amplo de ação social num restrito programa de formação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira” (NAGLE, 1976, p. 101).

Ghiraldelli Jr., por sua vez, aponta o final dos anos de 1920 como o período em que “[...] o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico se completaram e se chocaram, desdobrando-se pela sociedade civil através das Conferências Brasileiras de Educação, promovidas pela Sociedade Brasileira de Educação (ABE)”. A partir de então, no âmbito da sociedade política, o “entusiasmo pela educação” perdeu espaço na política educacional vigente para o “otimismo pedagógico”. Outrossim, no âmbito da sociedade civil, “[...] o nascimento da ABE (1924) retirou do Congresso Nacional o monopólio da discussão educacional, colaborando assim para o afloramento das contradições internas tanto do ‘entusiasmo’ quanto do ‘otimismo’” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 19).

Saviani (2002, p. 50-51), por seu turno, destaca o visível contraste entre as propostas do “entusiasmo pela educação” e do “otimismo pedagógico”. Em seu entendimento, “Passou-se do ‘entusiasmo pela educação’, quando se acreditava que a educação poderia ser instrumento de participação das massas no processo político, para o ‘otimismo pedagógico’, em que se acredita que as coisas vão bem e resolvem-se nesse plano interno das técnicas pedagógicas”. Em outros termos, se o “entusiasmo pela educação” adotou como principal bandeira de luta a

insígnia “escola para todos”, o “entusiasmo pedagógico” estribado nos princípios da Escola Nova transferiu a ênfase dos objetivos e dos conteúdos para os métodos, bem como da quantidade para a qualidade, voltando-se primordialmente para o plano técnico-profissional.

Além desse movimento educacional de dupla face consubstanciado no “entusiasmo pela educação” e no “otimismo pedagógico”, identificados por Nagle e, amplamente endossados pelos historiadores da educação brasileira, aqui citados, Paiva (1973) apontou um terceiro movimento, oposto aos anteriores, que, para ela, seria a conjugação das perspectivas externa e interna, o qual denominou de “realismo em educação”, explicando que os movimentos anteriores por se expressarem de forma unilateral constituíram-se pouco realistas. Em sua definição,

Denominamos como ‘realismo em educação’ a abordagem dos problemas educacionais sem unilateralidade, ou seja, do ponto de vista objetivo, tanto de uma perspectiva interna quanto de uma perspectiva externa; o tratamento das questões educativas sem perder de vista a importância da qualidade do ensino, mas levando também em consideração o papel desempenhado pelo sistema educacional e por outros movimentos educativos na sociedade como um todo, suas consequências sobre a ordem vigente nos planos político, social e econômico (PAIVA, 1973, p. 31).

Em linhas gerais, esta era a concepção partilhada pelos “realistas em educação” que, de antemão, vale elucidar com Paiva, constituíram-se em quatro grupos bastante heterogêneos, por vezes antagônicos do ponto de vista político, quais sejam: 1) os profissionais da educação, comprometidos com posições liberais; 2) os defensores de posições educativas ligados às esquerdas marxistas; 3) os defensores de posições educativas vinculados às esquerdas não marxistas; e 4) os tecnocratas da educação.

O primeiro e mais antigo grupo, formado pelos educadores profissionais de cunho liberal, dedicou sua atenção tanto aos problemas concernentes à qualidade do ensino e à reforma dos sistemas educativos, quanto às questões relativas à relação entre educação e democracia – de modo que, segundo a autora, conseguiram conjugar de forma bastante equilibrada as perspectivas interna e externa da educação, tendo como maior expoente Anísio Teixeira, participante da reforma educacional da Bahia em 1925.

O segundo grupo, emergido quase que concomitante ao primeiro, composto pelos educadores marxistas, ancorados na perspectiva da totalidade social engendrada pelo sistema do capital, articularam de forma dialética a preocupação em favor da difusão quantitativa e qualitativa do ensino. Nesse sentido, explica Paiva, tal concepção, por um lado, “[...] não poderia permitir às esquerdas marxistas a adoção do ‘entusiasmo pela educação’, pois, para estas, a

educação nunca poderia ser vista como ‘o principal problema nacional’, capaz de solucionar todos os demais. [...]”. Por outro lado, não obstante as preocupações relativas ao caráter qualitativo da educação “[...] estavam os marxistas imunizados contra o ‘otimismo pedagógico’ pela própria natureza de sua principal preocupação: aquela relativa à transformação social”. Desse grupo, conforme a autora, o nome mais expressivo é o de Paschoal Lemme<sup>103</sup>, que participou entre os anos de 1933 e 1935 da reforma educativa no Distrito Federal (PAIVA, 1973, p. 33-34).

Cumpre-nos atentar para a presença de Paschoal Lemme entre os 26 signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932”<sup>104</sup>. A esse respeito, faz-se bastante esclarecedor o comentário de Saviani (2007), para quem

De fato, ainda que Paschoal Lemme tenha expressado uma consciência clara da diferença que separava os marxistas dos escolanovistas, ele não via incompatibilidade na atuação conjunta de liberais e marxistas no campo da renovação educativa. Tanto assim que continuou a atuar no aparelho de Estado, mesmo durante o Estado Novo [...]. Esse entendimento de Paschoal

---

<sup>103</sup> Relata Paiva que Paschoal Leme foi “[...] o primeiro educador a publicar um trabalho especificamente dedicado ao ensino dos adultos e a assumir efetivamente a tarefa de organizar cursos para operários no Distrito Federal, nos primeiros anos da década de 30”. Ademais, como observa ainda a autora, quando se iniciou o período de redemocratização da sociedade brasileira, as esquerdas marxistas canalizaram o melhor de suas energias à organização das massas. Nessa tarefa, a educação dos adultos ganhou o status de instrumento privilegiado (PAIVA, 1973, p. 42-43).

<sup>104</sup> Conta Saviani (2007) que a Associação Brasileira de Educação (ABE) fundada em outubro de 1924 pelas mãos de 13 intelectuais cariocas – a qual daria guarida dentro de si à tensa convivência entre representantes da pedagogia tradicional (católicos) e da pedagogia nova (renovadores da educação) –, ao realizar sua IV Conferência Nacional de Educação nos idos de dezembro de 1931 foi prestigiada com a presença do governo provisório recém-instituído pela “Revolução de 30”, Getúlio Vargas, e o Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. Na ocasião, Vargas solicitou aos participantes da Conferência a tarefa de definirem naquele fórum as bases da política educacional que deveria orientar o governo “revolucionário”. Não constando tão magnâima tarefa na pauta do evento, Nóbrega da Cunha, representante dos reformadores da educação, mui astutamente sugeriu que aquela solicitação fosse atendida em estudos e deliberações posteriores, uma vez que os participantes da IV Conferência não haviam se preparado para tanto. A sugestão acabou sendo aceita pelo presidente da Conferência, Fernando de Magalhães (líder dos católicos), que, sem dar conta da arguta proposta formulada, solicitou de Nóbrega da Cunha que redigisse sumariamente uma proposta a ser apresentada na V Conferência. Investido de tal incumbência, Nóbrega da Cunha emite requerimento à comissão especial responsável de enviar seu trabalho à V Conferência Nacional de Educação, no qual apresenta Fernando de Azevedo como redator da proposta e solicita que não se espere um ano até que ocorra a referida Conferência, dada à urgência da tessitura de uma adequada política educacional para o país. E assim se fez, escolhendo-se, ao final, a dedo, os 26 subscreventes do texto que se intitulou “A Reconstrução Educacional no Brasil – ao Povo e ao Governo, Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Foram eles: Fernando de Azevedo, Júlio Afrânio Peixoto, Antônio de Sampaio Dória, Anísio Spícola Teixeira, Manoel Bergstrom Lourenço Filho, Edgar Roquette-Pinto, José Getúlio da Frota Pessoa, Júlio César Ferreira de Mesquita Filho, Raul Carlos Briquet, Mário Casasanta, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, J. P. Fontenelle, Carlos Roldão Lopes de Barros, Noemy Marques da Silveira Rudolfer, Hermes Lima, Atílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Benevides de Carvalho Meireles, Edgar Süsskind de Mendonça, Armando Álvaro Alberto, Sezefredo Garcia de Rezende, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Rodrigues Gomes. Dentre os citados signatários, damos relevo aos nomes da célebre, para uso da expressão de Saviani, “trindade cardinalícia do movimento da escola Nova”, protagonistas de importantes reformas do sistema educacional brasileiro: Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira (SAVIANI, 2007, p. 216, 235-239).

Lemme parece em consonância com a visão do PCB [partido ao qual nunca se filiou, mas se manteve muito próximo ideologicamente] que fazia convergir, ainda que por motivos e com objetivos distintos, marxistas e liberais em torno da necessidade de realização da evolução democrático-burguesa (SAVIANI, 2007, p. 274-275).

Vale observar que o terceiro e o quarto grupos situam-se para além do nosso campo de pesquisa. Con quanto, para uma cuidadosa contextualização, fez-se necessário realizar, igualmente, seu devido registro.

Assim, o terceiro grupo, composto pelas chamadas “esquerdas não marxistas” surgiu muito mais tarde, resultante, segundo Paiva (1973), das transformações processadas internamente no país, sobretudo nos anos de 1950, e do intercâmbio ideológico ocorrido entre cristãos e marxistas, expressão da evolução do pensamento social vivido pela Igreja Católica. Vale elucidar com a mesma que o enfoque adotado pelas “esquerdas não marxistas” se aproxima – contudo, não se confunde – com a proposta das “esquerdas marxistas”. Assim, “[...] à menor ênfase colocada sobre a base econômica [...] corresponde uma maior importância atribuída à cultura e à educação como fatores relevantes para a mudança social. [...]”. Na avaliação de Paiva, o teórico mais destacado dessa posição foi Paulo Freire (PAIVA, 1973, p. 34).

O quarto grupo, por fim, surgiu na década de 1960, formado pelos “tecnocratas da educação”, advindos, principalmente, do âmbito da economia como expressão da tecnificação do campo educacional no seu aspecto mais geral, isto é, não mais apenas no seu caráter puramente pedagógico. Desse modo, os “tecnocratas da educação” buscaram ajustar a oferta da educação à demanda de mão-de-obra qualificada, apontando num momento posterior os níveis e tipos de ensino onde o investimento educacional seria mais rentável, pois “interessa-lhes essencialmente saber até que ponto a educação contribui para o crescimento econômico e de que forma é possível maximizar os rendimentos da inversão educativa”. Interessa-lhe, ademais, “[...] saber de que modo podemos fazer do sistema ou dos movimentos educacionais instrumentos eficazes de modernização, de funcionamento adequado das estruturas sócio-econômicas vigentes e do fortalecimento dos grupos políticos dominantes”. Enfim, a preocupação dos “tecnocratas da educação” reside tanto no aspecto do alargamento das oportunidades educativas, quanto “[...] na melhoria qualitativa do ensino, na reformulação administrativa, curricular e metodológica das redes escolares em funcionamento, a fim de garantir sua maior eficácia e rentabilidade” (PAIVA, 1973, p. 35).

Podemos perceber claramente que, enquanto os três primeiros grupos apresentam uma preocupação humanista, compreendendo a educação como importante instrumento de

realização humana, adotando-a, portanto, como um serviço público que deve ser promovido pelo Estado de forma obrigatória e gratuita, a partir da participação popular mais ampla possível nas decisões políticas, o quarto grupo, a despeito dos demais, enfatiza única e exclusivamente a importância da educação como fator mercadológico, explicitando, dessa maneira, de forma escancarada, sua vinculação com a ordem vigente.

Por fim, corroboramos com a síntese de Paiva de que o final da Primeira República constituiu-se um dos mais importantes períodos da história da educação brasileira. Esse fator, vale ressaltar, reforçou sobremaneira a delimitação desta pesquisa, pois:

Nele se delineiam mais claramente muitas das características de nossa educação popular, das idéias pedagógicas que vão orientar essa evolução, da forma como buscamos soluções para os nossos problemas educativos. Nele adquire força a concepção de educação-panacéia, encobrindo os verdadeiros problemas da sociedade brasileira; nele se difunde ou fortalece uma concepção humanitarista da educação e a idéia do analfabeto como incapaz encontra sua formulação mais radical. Mas é nele, também, que essas concepções são contestadas pela versão primeira do ‘tecnicismo educacional’ sob a influência dos emergentes ‘profissionais da educação’ (PAIVA, 1973, p. 90).

Passemos, a seguir, a uma breve incursão pelas reformas educacionais operadas na Primeira República.

## **2.2 - As reformas educacionais da Primeira República: à guisa de contextualização**

Historicamente, registra Reis Filho (1981), a legislação do ensino tem-se configurado como importante instrumento de transplante de modelos, consubstanciando-se, dessa forma, mesmo nos países do velho mundo, como um imprescindível veículo de ação do Estado na educação. Assim, na fala do autor, é notório que “[...] em países de cultura retardatária e de evolução mais lenta das instituições de ensino, a legislação pode impor modelos pedagógicos e estimular experiências que de outro modo jamais seriam tentadas” (REIS FILHO, 1981, p. 37).

Nesse espírito, conta Reis Filho que, até aproximadamente o ano de 1870, a legislação educacional brasileira era fortemente influenciada pela França, chegando-se mesmo ao esdrúxulo ato de nacionalizar algumas leis francesas. Portanto, no Brasil, há uma forte tradição em fazer uso da legislação como instrumento de transplante de instituições educacionais:

Na realidade, já na situação de colônia a educação do jovem brasileiro consistia na cultura metropolitana que não era outra senão a educação humanista, então dominante na Europa. O fenômeno de transplante da educação continuou ocorrendo na fase colonial da história brasileira, por meio da legislação do ensino. Nesse sentido, a República manteve o procedimento já utilizado no Império (REIS FILHO, 1981, p. 37-38).

No bojo dessa tradição, animada pela conjuntura vivenciada pela Primeira República e sua influência sobre o campo da educação, especialmente dos movimentos educacionais supracitados, processaram-se em seu âmago amplas discussões e várias reformas educacionais – de modo que, conforme o registro de Nagle (1976), a marca distintiva da última década da Primeira República foi exatamente a intensa preocupação, conforme já assinalamos anteriormente, em refletir e transformar os modelos educacional e cultural das instituições escolares, tanto em suas diferentes modalidades quanto em seus diversos níveis.

Reforça o referido autor que não há antecedentes na história brasileira, até 1930, de um período “[...] de tão intensa e sistemática discussão, planejamento e execução de reformas da instrução pública”. Contudo, vale destacar com o mesmo que as objetivações dessas reformas não se materializaram de maneira uniforme em todo o país: de um lado, as desigualdades regionais foram responsáveis por diferentes níveis de realização, provendo, com efeito, maiores possibilidades àquelas regiões que gozavam de um maior nível de desenvolvimento; de outro lado, a marcante existência de imperativos constitucionais, definindo as competências da União e dos Estados de maneira não-concorrente (NAGLE, 1976, p. 125).

Na prática, deflagra Nagle, pouco valeu a passagem do Império para a República, uma vez que os princípios adotados por este foram totalmente herdados daquele, sobretudo o descaso com a educação popular – fato comprehensível na medida em que se observa que o novo regime não operou alterações profundas na estrutura da sociedade brasileira.

Para não nos alongar muito nesse pormenor, a doutrina que se institucionalizou na República brasileira, na expressão de Nagle pela força do hábito, rezava que às Províncias incumbia legislar sobre o ensino primário, da mesma forma que a elas cabiam os encargos nesse nível de ensino; ao Governo Imperial, exclusivamente, cabiam as tarefas e obrigações decorrentes da legislação sobre o ensino secundário e superior.

Desse modo, as normas constitucionais acabaram por se transformar em importantes obstáculos para aqueles que se esforçaram em firmar a educação brasileira nos trilhos do mundo moderno – o que não se constituiu nenhum mistério, seguindo a trilha do mesmo autor, pois se tornava imprescindível tanto ao Império quanto à República controlar com pulsos firmes as chamadas escolas de ‘formação de elite’, tão necessárias à manutenção da

ordem social e à permanência dos quadros intelectuais existentes. Por isso, “Ao predomínio político e econômico da aristocracia rural e burguesia urbana mercantil correspondia, no campo da instrução pública, a exigência de controle, sem competição, do ensino secundário e superior, de onde deveriam sair os futuros membros das ‘classes dirigentes’” (NAGLE, 1976, p. 278-281).

De fato, constata Ghiraldelli Jr. (2001), as elites brasileiras de então além de disporem de recursos para prover a educação dos seus filhos em colégios particulares, ainda faziam uso do poder do Estado para a criação de uma rede pública de ensino que zelasse, é claro, pela formação de seus herdeiros. Nesse sentido, as reformas processadas pela esfera federal na legislação do ensino davam total prioridade ao ensino secundário e superior.

Portanto, a chave para se compreender os entraves legais postos à educação durante os primeiros anos da República brasileira deve ser buscada na estrutura da sociedade imperial. Daí advém a constante luta entre os chamados “constitucionalistas ortodoxos” e os “constitucionalistas cismáticos”, que marcaram a Primeira Republica, na fala de Nagle, “entre aqueles que desejavam a harmoniosa conjugação dos esforços para a ampliação das oportunidades educacionais (a competência concorrente) e aqueles que se esforçavam por manter as prescrições estabelecidas (a competência exclusiva)” (NAGLE, 1976, p. 282).

Vale observar que não se constitui nosso objetivo entrar nas minúcias das várias reformas educacionais operadas durante a Primeira República. Gostaríamos apenas de situá-las a traços largos, à guisa de contextualização.

Dito isso, conforme o registro de Ghiraldelli Jr. (2001), a primeira reforma realizada pelo governo republicano aconteceu no ano de 1891, denominada de Reforma Benjamim Constant, e direcionou-se ao ensino do Distrito Federal. Dentre suas definições, o autor destaca a criação do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos; a tentativa de substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico com disciplinas científicas; a organização do ensino secundário, primário e normal; a criação do “Pedagogium”, um centro de aperfeiçoamento do Magistério.

Contudo, segundo o referido autor, a Reforma Benjamim Constant não conseguiu efetivar-se de fato, sendo suas intenções rapidamente sufocadas pela extinção do Ministério da Instrução em 1892 e pelo arrefecimento do “entusiasmo pela educação” após 1894.

Assim, conta Ghiraldelli Jr. que, em 1911, o governo federal inaugurou uma nova legislação, qual seja: a Lei Orgânica Rivadávia Correia. Tal Lei professava plena liberdade aos

estabelecimentos escolares, facultando a freqüência e desoficializando o ensino, chamando para si uma intensa reação materializada no ano de 1915 na Reforma Carlos Maximiano. Esta reoficializou o ensino, reformou o Colégio Pedro II e regularizou o acesso às escolas superiores.

Por último, conforme o aludido autor, processou-se a Reforma Luiz Alves/Rocha Vaz, que de forma inédita na história da legislação educacional brasileira buscou “[...] estabelecer uma legislação que permitisse ao Governo Federal uma ação conjunta com os Estados da federação no sentido do atendimento do ensino primário” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 27).

Desse modo, constata Ribeiro (1995, p. 74-75) que a principal característica do primeiro período republicano no campo da organização escolar consiste na oscilação entre as várias reformas: de um lado, a influência humanista clássica; de outro, a realista científica. Segundo o autor, “ora uma reforma pende para uma predominância, ora para outra, sem, contudo, progredir no sentido de conseguir-se um ensino secundário mais adequado às novas tendências sociais no Brasil”.

Vale, por fim, pontuar com Otaíza de O. Romanelli (2006), que a explicação para a permanência da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância atribuída à educação popular durante a Primeira República fundamentam-se na estrutura e na organização da sociedade, nos termos da autora:

Para uma economia de base agrícola, como era a nossa, sobre a qual se assentavam o latifúndio e a monocultura e para cuja produtividade não contribuía a modernização dos fatores de produção, mas tão-somente se contava com a existência de técnicas arcaicas de cultivo, a educação realmente não era considerada como fator necessário. Se a população se concentrava na zona rural e as técnicas de cultivo não exigiam nenhuma preparação, nem mesmo a alfabetização, está claro que, para essa população camponesa, a escola não tinha qualquer interesse. Enquanto as classes médias e operárias urbanas procuravam a escola, porque dela precisavam para, de um lado, ascender na escala social e, de outro, obter o mínimo de condições para consecução de emprego nas poucas fábricas, para a grande massa composta de populações trabalhadoras da zona rural, a escola não oferecia qualquer motivação. Essa foi a razão pela qual o índice de analfabetismo no período bastante alto e as reivindicações escolares das classes emergentes puderam ser, de alguma forma, atendidas. A I República teve, assim, um quadro de demanda educacional que caracterizou bem as necessidades sentidas pela população e, até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo (ROMANELLI, 2006, p. 45).

Em que pese os baixos índices de industrialização e, agregado a isso, a demanda por escolarização, veremos no terceiro capítulo deste trabalho que os trabalhadores

manifestaram, sim, um expressivo interesse pelo acesso ao conhecimento, fundando, inclusive, suas próprias escolas como forma de instruírem-se.

A propósito, aqui propomos uma necessária viagem no tempo, de modo a visualizarmos de forma breve a sociedade dos nossos dias, no intento de observar o tratamento conferido à educação contemporânea, a educação do século XXI, em termos de acesso ao conhecimento por parte dos trabalhadores.

A sociedade hodierna é marcada, conforme István Mészáros (2002), pela crise estrutural do capital, cujos aspectos fenomênicos, para uso dos termos de Ricardo Antunes (1997), expressam-se no intenso processo de refuncionamento do seu sistema organizativo-produtivo e político-ideológico, pondo em marcha uma corte de consequências nefastas para os trabalhadores e suas organizações, dentre os quais, merecem destaque a reestruturação produtiva em favor do capital, as políticas neoliberais e a intensificação do imperialismo internacional, mais comumente batizado por globalização.

Nesse sentido, o ataque às organizações operárias, alternando manipulação ideológica e repressão, assomada ainda à perversa cooptação das lideranças sindicais, tornou-se um imprescindível recurso de manutenção do sistema do capital. Nesse cenário, vale enfatizarmos com José Rômulo Soares (2007), a educação é chamada a intervir, exercendo a função reproduutora dos interesses neopragmáticos do capital. Em suas palavras,

[...] a constituição e o fortalecimento de um modelo educacional adequado aos objetivos do capital transfere, obviamente que de modo complexo e contraditório, a pedagogia da fábrica para o interior das escolas. Dessa maneira, a instituição escolar assume idealmente o formato do espaço fabril, incutindo nos discentes as ‘competências’ e ‘habilidades’, como também todo um aparato ideológico propício à aceitação das regras sociais e cidadãs (SOARES, 2007, p. 119).

Nesse aspecto, observa Newton Duarte (2003) as profundas reformulações que vêm sendo operadas pelas universidades brasileiras nos seus cursos de formação de professores, com vistas à devida acomodação às idéias centrais do que chamou de “Pedagogias do Aprender a Aprender”. Nesta categoria ampla, que agrupa correntes pedagógicas que, *a priori* podem parecer distintas, mas que, na realidade, constituem-se complementares, o autor inclui o “Construtivismo”, a “Pedagogia do Professor Reflexivo”, a “Pedagogia das Competências”, a “Pedagogia dos Projetos” e a “Pedagogia Multi-culturalista”. Todas estas pedagogias, vale notar, são compreendidas por Duarte como herdeiras da “Pedagogia Escolanovista”. Nos termos do autor,

Não foi obra do acaso o fato de que o construtivismo e a pedagogia do professor reflexivo tenham sido difundidos no Brasil, quase que simultaneamente. Esses ideários fazem parte de um universo pedagógico ao qual venho chamando de ‘As Pedagogias do aprender a aprender’. Neste sentido, do ponto de vista pedagógico, os estudos na linha do professor reflexivo surgiram na América do Norte e na Europa quase que como uma ramificação natural do tronco comum constituído pelo ideário escolanovista. [...] a disseminação, no Brasil, dos estudos na linha da ‘epistemologia da prática’ e do ‘professor reflexivo’ na década de 1990, foi impulsionada pela forte influência da epistemologia pós-moderna e do pragmatismo neoliberal, com as quais a epistemologia da prática guarda inequívocas relações (DUARTE, 2003, p. 6).

Para Duarte, a “Pedagogia do aprender a aprender” apóia-se, fundamentalmente, em quatro princípios centrais, quais sejam: **1)** do ponto de vista educativo, a aprendizagem espontânea dos alunos é mais valiosa do que a aprendizagem materializada através da transmissão educativa e intencional, ou seja, aprender sozinho é melhor do que aprender com o professor (o mesmo postulado também é válido para a formação de professores: os conhecimentos tácitos que os professores constroem na sua prática cotidiana são mais importantes do que as teorias que a universidade possa lhes transmitir); **2)** o método de apreensão do conhecimento é mais importante do que os conhecimentos elaborados pelos homens, em outras palavras, o processo, o modo de aprender, é superior ao conteúdo aprendido, pois o fundamental é fazer do aluno um pequeno pesquisador (do mesmo modo, no âmbito da formação dos professores, ao invés da preocupação com a aquisição de conhecimentos, deverá ser valorizada a formação de professores como investigadores, como profissionais que estão em constante busca daquilo que é válido, útil e prático para a solução de problemas); **3)** toda atividade educativa deve partir das necessidades e interesses dos alunos, do contrário tornam-se atividades autoritárias, ancoradas apenas na ação dos professores; e **4)** o processo educativo exitoso desenvolve nos indivíduos uma alta capacidade adaptativa, isto é, forma indivíduos aptos a acomodar-se às mais diversas situações e estar sempre sintonizado com os mais recentes modismos.

Tais princípios, no dizer do autor sobreditado, deixam patente que a preparação do professor do século XXI estriba-se num ensino pragmático, eclético, superficial e imediatista, diga-se de passagem, bem a gosto da formação das individualidades alienadas tão necessárias à manutenção da sociedade capitalista contemporânea, para a qual já não basta que o trabalhador despenda boa parte da sua energia física para executar aquilo que o capital lhe exige, mas faz-se imperioso que o homem do trabalho lhe entregue, igualmente, sua alma e seu coração, num total devotamento e conformação aos seus ditames desumanizadores.

Nesse contexto, asseveramos com Soares (2007) que o pragmatismo não só se apresenta como uma filosofia viva, como também se configura de modo deveras influente no mundo atual. Em suas palavras,

Sua presença é admirável desde seu aparecimento no século XIX, nos Estados Unidos e embora tenha enfrentado um período de recuo [...] o neopragmatismo ressurge como proposta (des)estruturante da concepção educacional, inspirando as reformas elaboradas pelos organismos internacionais e por diversos governos nacionais, especialmente do chamado ‘mundo pobre’, como dos ‘países em desenvolvimento’, a partir de 1990. Se, por um lado, o (neo)pragmatismo estrutura uma concepção educacional em acordo com os interesses do capital, por outro, ocorre essa desestruturação do setor educacional, do ponto de vida da emancipação dos trabalhadores (SOARES, 2007, p. 170, grifo nosso).

Para Jimenez e Mendes Segundo (2007), não restam dúvidas de que foi através do “Projeto de Educação para Todos”, lançado na Conferência Mundial de Jomtien, em 1990, que o Banco Mundial passou a assumir, de forma decisiva, o comando da educação, tomando a feição, parafraseando Roberto Leher (1998), de Ministério Mundial da Educação.

No entendimento de Mendes Segundo (2006), não obstante o Banco Mundial expresse em seus documentos o aparente interesse pelo desenvolvimento social e pela redução da pobreza, sugere promover o fortalecimento dos países sob os seus tentáculos via reformas. Na análise da autora,

[...] a preocupação maior dos países ricos nos acordos internacionais, coordenados principalmente pelo Banco Mundial, não parece se pôr a fim às injustiças e desigualdades provocadas pelo próprio capital, mas superar suas crises, acirradas, nas últimas décadas do século XX, em consequência da queda das taxas de juros.

Em suma, a ação do Banco Mundial torna-se vitoriosa na efetivação do seu *plano de Educação para Todos* na América Latina. Esta ação concretiza-se não apenas nos empréstimos diretos às instituições, mas também no aspecto ideológico, que se tornou decisivo na implantação das reformas institucionais, sobretudo nas políticas educacionais nas quais se recomenda a educação básica como essencial para a população pobre (MENDES SEGUNDO, 2006, p. 232).

Desse modo, asseveram Jimenez e Mendes Segundo (2007, p. 124) que, “para colocar-se o complexo da educação à altura de seus desafios globais, serão necessárias reformas profundas, capazes de modernizar o parque educacional dos países pobres e daqueles ditos em desenvolvimento”. Tais reformas, vale notar, há muito que foram postas em marcha, operacionalizadas via drástica contenção “[...] do financiamento ao sistema público, aligeirando, privatizando, empresariando e neo-pragmatizando o ensino”. Nesse espírito,

próprio do mundo dos negócios bancários, digamos assim, “a educação deverá contribuir para a erradicação da pobreza, melhor dizendo, para a redução pela metade, da pobreza extrema”.

Na síntese das referidas autoras, realizada com base no exaustivo exame de documentos resultantes dos diversos fóruns internacionais promovidos com apoio do Banco Mundial,

a educação é sistematicamente elencada como fator de excelência de erradicação (ou alívio) da pobreza. Ao mesmo tempo, o Banco urge que reformas sejam executadas pelos mesmos países assolados pela pobreza, as quais aprofundam o projeto de mercantilização da educação e de aligeiramento dos conteúdos do ensino em todos os níveis. Conclui-se que a relação traçada entre educação e pobreza traduz uma retórica mistificadora, representando um instrumento das dificuldades de acumulação do lucro postas pela crise estrutural contemporânea (JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2007, p. 119).

Enfim, o contexto educacional contemporâneo não parece diferir muito daquele da Primeira República em termos da promoção do acesso ao conhecimento sistematizado pela humanidade para os trabalhadores. Hoje – como ontem – persistem as velhas mistificações em torno da consagração da educação como panacéia de todos os males e dos homéricos esforços, ao longo da história, de se ofertar à classe explorada apenas “doses homeopáticas” de instrução, isto é, o saber na medida certa para as mãos, jamais para a cabeça, numa clara e criminosa negação do conhecimento aos trabalhadores. Nesse intento, reeditam-se com nova roupagem nos nossos dias as teorias educacionais pragmáticas, tão bem expressas no que Duarte chamou de “Pedagogias do aprender a aprender”. Estas, que praticamente vieram à tona nos estertores do Século XIX – demandadas pelo capital para curar a gravíssima doença da ignorância, expressa nos altos índices de analfabetismo dos países pobres no alvorecer do Século XX – na atualidade, novamente são chamadas para socorrer o novo milênio das mazelas da extrema pobreza. O curioso é que não se toca na raiz da ignorância e da miséria, tampouco na razão de ser da grotesca discrepância entre os países pobres e os países ricos, isto é, a origem das contradições estruturais presentes no seio de uma sociedade de classes basilada na exploração e no estranhamento do ser do trabalho.

## **2.3 – As correntes pedagógicas que dividiram espaço no seio da Primeira República**

Para Ghiraldelli Jr. (2001), foram três as correntes pedagógicas que conformaram o cenário das lutas político-pedagógicas da Primeira República, a saber: a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Libertária.

Advoga o autor que, em linhas gerais, essas três correntes pedagógicas associaram-se a três distintos setores sociais. Em suas palavras,

Pode-se dizer, esquematicamente, que a Pedagogia Tradicional associava-se às aspirações dos intelectuais ligados às oligarquias dirigentes e à Igreja. A Pedagogia Nova emergiu no interior de movimentos da burguesia e das classes médias que buscavam a modernização do Estado e da sociedade no Brasil. A Pedagogia Libertária, ao contrário das duas primeiras, não teve origem nas classes dominantes; **vinculou-se aos intelectuais ligados aos projetos dos movimentos sociais populares, principalmente aos desejos de transformação social contidos nas propostas do movimento operário de linha anarquista e anarco-sindicalista** (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 19-20, grifos nossos).

Faz-se mister elucidar com Ghiraldelli Jr. que as pedagogias erigidas do chão da República receberam como herança a perspectiva pedagógica constituída pela Pedagogia Jesuítica, tendo, portanto, como desafio, enfrentá-la ou assimilar seus preceitos.

A Pedagogia Tradicional, por exemplo, bebeu muito na fonte dos princípios jesuíticos, conquanto, segundo o aludido autor, seria incorreto projetar uma identidade entre ambas, uma vez que a Pedagogia Tradicional “compôs-se, na verdade, das teorias pedagógicas modernas americanas e alemãs, com substrato comum no herbatismo<sup>105</sup> [...]” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 21).

Tais teorias deram ênfase à apreensão de conteúdos científicos, literários e filosóficos na formação dos educandos, adotando como método de ensino o acima referido “cinco passos formais” – sendo um processo de fácil condução, sempre conforme o autor, disseminou-se rapidamente entre os professores, de modo que, “Acoplado ao culto do rigor, à disciplina e também à forma de organização curricular oriunda do positivismo, a pedagogia herbartiana forneceu o corpo principal da Pedagogia Tradicional no Brasil” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 22).

A Pedagogia Libertária, por sua vez, nasceu sob o signo da resistência imposta pelas primeiras organizações operárias brasileiras, veiculada, sobretudo, pela imprensa operária que

---

<sup>105</sup> Na definição de Ghiraldelli Jr., trata-se da pedagogia elaborada pelo filósofo alemão Johann Friedrich Herbart (1776-1841), a qual serviu de paradigma da pedagogia tradicional laica, surtindo profunda influência nos Estados Unidos em fins do século XIX e início do século XX. Herbart foi um dos incentivadores da tendência de psicologização da educação, concebendo-a como condição para tornar a pedagogia uma ciência, sendo, portanto, o autor da idéia da pedagogia como ciência da educação. Para tanto, tecê sua teoria da aprendizagem com base no que chama de cinco passos formais da instrução, que viria a se transformar, nos dizeres do referido autor, num dos mais poderosos métodos de ensino, o método expositivo, a saber: preparação, apresentação, associação, generalização e aplicação. Vale ressaltar com Ghiraldelli Jr. que a pedagogia herbartiana basilava-se na articulação entre educação e instrução, ou seja, “para Herbart o que existia era a instrução educativa [...] a formação do caráter e da mente pela instrução, pelo contato com modelos literários, artísticos, científicos e filosóficos que, uma vez no papel de conteúdos escolares, deveriam educar as novas gerações, colocando-as em contato com o patrimônio cultural das gerações passadas” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 21-22).

se proliferou entre os vários sindicatos de então. Tal imprensa, conforme Ghiraldelli Jr., foi a grande responsável pela divulgação de teorias pedagógicas advindas de pensadores europeus ligados tanto às idéias socialistas quanto aos ideais anarquistas. Conta, ademais, o autor que “[...] foram esses mesmos sindicatos responsáveis pela criação de ‘escolas operárias’, de ‘escolas modernas’, onde se tentavam experiências no sentido da Pedagogia Libertadora” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 23).

Dentre os educadores libertários, segundo o autor, o nome mais destacado entre as várias concepções de Pedagogia Libertária que chegaram ao Brasil foi o de Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), ganhando adeptos e conquistando mesmo os educadores das classes médias militantes do ensino oficial. Vale observar com Ghiraldelli Jr. que, não obstante Ferrer fosse um republicano radical e não um anarquista, suas idéias educacionais foram bem aceitas pelo movimento libertário.

Assim, segundo o mesmo autor, a Pedagogia Libertária comprometeu-se com a superação da ordem sócio-econômica vigente, dedicando suas energias à formação de um novo homem e de uma nova sociedade. Para o pensamento libertário, a tríade formada pelo capitalismo, o Estado e a Igreja expressava nada mais que a sociedade da exploração que urgia ser destruída para dar lugar à sociedade anarquista comunista, cujo brado “homem livre sobre a terra livre” refletia-se no ideal pedagógico de Ferrer: “a infância livre e feliz” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 23).

Para essa Pedagogia, assinala Ghiraldelli Jr., a educação oficial (laica ou religiosa) sustentava-se sobre os pilares do dogmatismo, constituindo-se, portanto, estéril no papel de formadora de homens críticos. Com base nesse pensamento, a Pedagogia Libertária travou um severo combate a tal sistema educativo, erigindo suas diretrizes a partir de quatro pontos, quais sejam:

[...] educação de ‘base científica e racional’ no sentido de ‘retirar da criança interpretações místicas ou sobrenaturais’; dicotomia entre instrução e educação, sendo que a educação deveria compreender, de um lado, a ‘formação da inteligência’ e, de outro, a preparação de um ser ‘moral e fisicamente equilibrado’; a ‘educação moral, menos teórica do que prática, deveria resultar do exemplo e da lei natural da solidariedade’; ‘adaptação do ensino ao nível psicológico das crianças’ (Id., ibid., 2001, p. 23).

No final dos anos de 1910, com a intensificação da repressão ao movimento operário desferida pelo governo oligárquico, a Pedagogia Libertária sofreu um forte impacto. Conquanto, observa Ghiraldelli Jr., se as teorias educacionais da Pedagogia Libertária não tiveram força suficiente para sequer arranhar a superfície das pilastras da Pedagogia

Tradicional – dado o cerceamento de suas forças pela reação da classe dominante –, a Pedagogia Nova, ao contrário, provocou profundos abalos em suas estruturas (Id., ibid., 2001, p. 24).

Lembra o mesmo autor que os anos de 1920 serviram de palco, dentre tantos outros acontecimentos, ao desencadear de uma expressiva transformação cultural no Brasil, quando, após a Primeira Guerra Mundial, intensificou-se, no país, a diversidade de relações comerciais e financeiras. Foi nesse período que os Estados Unidos ganharam espaço no cenário econômico internacional, sobrepondo-se à cambaleante Inglaterra recém-saída do conflito mundial. Sendo nosso país um velho cliente dos cofres ingleses, a partir de então preferiu as verdes notas norte-americanas, passando os EUA a exercer uma forte influência sobre a sociedade vigente. Com isso, tal país torna-se, em pouco tempo, o novo paradigma de considerável contingente dos intelectuais brasileiros, estendendo-se esse “fascínio”, é claro, ao campo educacional e pedagógico.

No lastro dessa influência, aponta Ghiraldelli Jr., aportam no Brasil os princípios escolanovistas de versão norte-americana, cujas principais expressões são os educadores John Dewey<sup>106</sup> e William Kilpatrick<sup>107</sup>, fazendo seus adeptos entre as gerações de jovens intelectuais preocupados com a questão educacional.

Na definição do autor, a Escola Nova “enfatizou os ‘métodos ativos’ de ensino-aprendizagem, deu importância substancial à liberdade da criança e ao interesse do educando,

---

<sup>106</sup> Manacorda apresenta o educador estadunidense, John Dewey (1859-1952), como o teórico máximo da escola ativa e progressista, considerando-o ainda como um dos mais geniais observadores das relações entre educação e sociedade, sendo sua fórmula pedagógica o “learning by doing”, o aprender fazendo, o centro da unidade de instrução e trabalho. Contudo, alerta o autor, não tratar-se da mesma unidade apontada por Marx: “é a adequação dinâmica da escola à vida produtiva real, dinâmica no sentido de que a escola pode ser chamada a colaborar para a mudança”. Outrossim, explica o mesmo autor: “Dewey, como Marx, baseia-se no desenvolvimento econômico e produtivo, mas falta-lhe aquela análise do real e de suas contradições, cujas explosões, segundo Marx, provocariam as mudanças, e aquela perspectiva, talvez utópica mas fortemente estimulante, de uma totalidade de indivíduos totalmente desenvolvidos; no lugar dessa análise, há nele a conclamada finalidade de educar o indivíduo para participar da mudança, concebida como a progressiva evolução de um estado de coisas em si positivo” (MANACORDA, 2001, p. 317-320).

<sup>107</sup> William Heard Kilpatrick (1871-1965) foi discípulo de John Dewey na Universidade de Colúmbia, onde teve a oportunidade de partilhar das idéias do pragmatismo de seu mestre. Não obstante este tenha dado os primeiros passos, em 1896, no sentido de uma sistematização do que se chamaria “Pedagogia de Projetos” – reabilitada com todo fervor pelos novos paradigmas educacionais da atualidade – através da sua escola experimental da Universidade de Chicago, a estruturação e a difusão do referido método é tributada a Kilpatrick, configurando-se assim, para uso da expressão de Costa (2005), como o realizador prático das idéias do seu mestre. Conforme Fernando Barbosa Ferrari (2006, p. 36), o método de projetos de Kilpatrick compreendia três fases, quais sejam: intenção, preparação, execução e avaliação. Na sua compreensão, conforme os termos de Francisca Vandilma Costa (2005, p. 26-27), “[...] o programa e o método de ensino precisavam ser colocados em uma base dinâmica, que substituísse a velha base estática. Em relação à escola, achava que ela precisava tornar-se um lugar onde se realizasse a vida verdadeira, a experiência real”.

adotou métodos de trabalho em grupo e incentivou a prática de trabalhos manuais nas escolas”. Ademais, o escolanovismo prezou bastante “os estudos de psicologia experimental e, finalmente, procurou colocar a criança (e não mais o professor) no centro do processo educacional” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 25).

Ghiraldelli Jr. chama a atenção para o duplo movimento de ação travado pela Pedagogia Nova, conquistando importante espaço tanto na sociedade civil como na sociedade política. Assim, de um lado, vigorou-se no movimento do “otimismo pedagógico”, ganhando nos anos de 1920 uma considerável parcela de integrantes da Associação Brasileira de Educação (ABE); de outro, nos mesmos anos de 1920, via governos estaduais, a Pedagogia Nova difundiu-se através das reformas estaduais.

Enfim, na síntese do referido autor, o escolanovismo materializou-se na forma de um completo pensamento educacional, estruturando-se com base em uma política educacional, uma teoria da educação e de organização escolar e uma metodologia própria. Desse modo, na análise de Ghiraldelli Jr., a Escola Nova erigiu-se como um forte paradigma orientador das reformas educacionais estaduais e, enquanto tal, “não só combateu a Pedagogia Tradicional como também colaborou para sufocar as possíveis transformações que estavam sendo defendidas pela Pedagogia Libertária associada às classes populares<sup>108</sup>,” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 26).

Para Nagle (1976), de fato, a história da instrução pública do Brasil dos anos vinte é, indiscutivelmente, a história da disseminação do ideário escolanovista nos sistemas escolares via movimento reformista (NAGLE, 1976, p. 191).

Tal fato, conforme o autor, definiu a primeira e mais profunda transformação operada na educação brasileira ao longo de sua história, a saber: “[...] a substituição de um ‘modelo político’ por um ‘modelo pedagógico’”. Assim, as principais consequências processadas pela reforma e pela remodelação do sistema escolar brasileiro expressaram-se numa restrição crescente da compreensão do campo educacional, quando se buscou “[...] segregá-lo de coordenadas histórico-sociais concretas, pela pregação da ‘pureza’ das instituições escolares,

---

<sup>108</sup> O movimento sindical atual, numa atitude de total desconsideração da história e acriticismo frente à realidade, faz vistas grossas a esse fato, utilizando-se do já surrado instrumental da Pedagogia Nova em sua formação. Nossa dissertação de mestrado apresenta um exame mais detalhado sobre esta questão, circunscrita à experiência da Política Nacional de Formação da CUT. (RIO, Cristiane Porfírio. **A política Nacional de Formação da CUT: análise crítica dos princípios e estratégias da Escola Nordeste**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza).

bem como a justificação da predominância do ‘técnico’ sobre o ‘político’, na discussão e solucionamento dos problemas” (NAGLE, 1976, p. 196-197).

Explica Nagle que, até 1920, não se fez outra coisa senão a preparação do terreno, uma vez que as condições sociais e pedagógicas existentes não haviam amadurecido o suficiente, a ponto de estimular o desenvolvimento da nova forma de compreensão da escolarização – pois sabe-se que, historicamente, a Escola Nova teve seu cordão umbilical preso à lógica liberal. Levando-se em conta que no Brasil o movimento liberal teria sido deflagrado, de maneira sólida, em meados da década dos vinte, conclui o autor ser a partir deste período o momento de criação das condições objetivas para a penetração dos ideais escolanovistas.

Em linhas gerais, atesta Nagle, o movimento efetivado pela Escola Nova traduziu-se num processo remodelador das instituições escolares, em consequência da revisão crítica da problemática educacional. Assim, num severo confronto com a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova fundamentou-se em uma nova concepção da infância, compreendendo esta “[...] como estado de finalidade intrínseca, de valor positivo, e não mais como condição transitória e inferior, negativa, de preparo para a vida adulta” (NAGLE, 1976, p. 249).

Essa nova forma de conceber a infância desencadeou transformações radicais no funcionamento interno das instituições escolares, fazendo repensar “[...] o papel do educador, a natureza do programa escolar, a noção de aprendizagem, os métodos e técnicas de ensinar-aprender”. Nos termos do autor, o interesse educativo a partir de então voltou-se para “[...] a realização das potencialidades contidas na personalidade integral da criança, em cada etapa do seu desenvolvimento, com o que se transforma a própria atmosfera do ambiente escolar” (Id. ibid., p. 249).

Nesse espírito, o papel do novo educador passou a ser o de simples mediador, aquele que proporciona os meios necessários para que a criança por si só – longe de constrangimentos e enquadramentos aplicados pelos adultos – desenvolva suas capacidades. Para tanto, a experiência torna-se um elemento chave da aprendizagem, de modo que “[...] o papel do novo educador e da nova escola é agir sobre o meio em que a criança se desenvolve naturalmente, nunca sobre a própria criança. Nesse sentido, a escolarização se transforma em processo endógeno” (Id. ibid., p. 250).

O escolanovismo, outrossim, reagiu duramente contra a rigidez dos programas e o conteúdo das disciplinas ministradas, provocando profundas mudanças no aspecto metodológico. Para a Pedagogia Nova, registra Nagle, o conteúdo da escolarização, a partir de então, deveria ser

selecionado de acordo com as características das fases de desenvolvimento do educando e não mais por meio de critérios exteriores. Da mesma forma, ao aspecto lógico das disciplinas contrapõe-se o aspecto psicológico, levando-se em conta os interesses e as necessidades da criança, no sentido de lhe proporcionar uma formação plena do espírito e do corpo. Enfim, na síntese do autor,

O novo conceito de aprendizagem, por sua vez, baseia-se tanto sobre o novo papel dos interesses e necessidades infantis quanto sobre o papel da atividade na aquisição de padrões de comportamento. Daí a noção do ‘aprender fazendo’ que implica, necessariamente, mudança profunda de metodologia educativa. Reage-se contra o ‘didatismo deformador’, pois o que importa não é aprender coisas, mas aprender a observar, a pesquisar, a pensar, enfim, aprender a aprender. Ensaiam-se novos métodos e técnicas, novos ‘sistemas’ de ensino, acompanhados de novas normas pedagógicas, como os centros de interesses, o sistema de projetos, o trabalho por equipes etc. (NAGLE, 1976, p. 250).

Assim, acredita Nagle que a experiência da Escola Nova representou na história da educação o esforço de crítica e contraposição aos padrões de educação e cultura existentes até a penúltima década do século XIX.

Saviani (2002, s/p), em seu célebre livro “Escola e Democracia”, traça uma contundente crítica à Escola Nova, sem, contudo, deixar de reconhecer seu caráter progressista contido, sobretudo, na formulação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”<sup>109</sup> que, na sua interpretação “[...] sob alguns aspectos, chegou mesmo a ultrapassar a concepção liberal burguesa de educação, incorporando propostas que se inserem na tradição pedagógica socialista”.

Ao traçar o retrato das teorias da educação e o problema da marginalidade, Saviani classifica a Pedagogia Nova como uma “teoria não crítica”, ou seja, aquela que concebendo a sociedade como um todo harmonioso visualiza a educação como um importante instrumento de equalização social.

Para o aludido autor, essa forma de compreensão da educação, tomando por referência a Pedagogia Tradicional, deslocou o eixo da “questão pedagógica do intelecto para o

---

<sup>109</sup> Assinala Saviani que o Manifesto de 1932, a rigor, superou os limites de puro instrumento de defesa da Escola Nova, constituindo-se num verdadeiro manifesto de defesa da escola pública. Em suas palavras esse Manifesto “[...] configurou-se como um programa de política educacional cujo vetor é a instituição de um sistema completo de educação pública destinado a abranger todas as crianças e jovens integrantes da população brasileira. Foi, pois, antes de tudo, um manifesto em defesa da escola pública, diferentemente da maioria das experiências de Escola Nova que, no contexto europeu, traziam a marca da iniciativa privada” (SAVIANI, 2002, s/p).

sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade". Desse modo, o que move tal pedagogia não é o aprender, mas sim o "aprender a aprender" (SAVIANI, 2002, p. 9).

Entremes não tenha logrado êxito expressivo no quadro organizacional dos sistemas escolares, dentre outros motivos, pelo fato de acarretar custos maiores do que aqueles despendidos com o funcionamento da "Escola Tradicional", observa Saviani que o ideário escolanovista ganhou as mentes dos educadores, atingindo amplas redes escolares oficiais, o que trouxe sérias consequências para a formação das camadas populares. Relata o autor que o afrouxamento da disciplina assomado à despreocupação com a transmissão de conhecimentos provocou um profundo rebaixamento "do nível de ensino destinado às camadas populares, as quais muito frequentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado. Em contrapartida, a 'Escola Nova' aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites" (SAVIANI, 2002, p. 10).

Tal rebaixamento, a nosso ver estratégico, caracteriza aquilo que Saviani bem apropriadamente chamou de "aligeiramento do ensino destinado às camadas populares", ou seja, a formação da classe trabalhadora "pode ser aligeirada até o nada, até se desfazer em mera formalidade" no sentido de cumprir a sagrada tarefa para o capital de "manter a expansão da escola em limites suportáveis pelos interesses dominantes e desenvolver um tipo de ensino adequado a esses interesses" (Id., ibid., p. 10, 54).

Enfim, conclui Saviani a análise da Escola Nova com uma intransigente defesa do conhecimento para a classe trabalhadora, com a qual concordamos plenamente, a saber:

[...] nós precisaríamos defender o aprimoramento exatamente do ensino destinado às camadas populares. Essa defesa implica a prioridade de conteúdo. Os conteúdos são fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se numa farsa. Parece-me, pois, fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, nós atuemos segundo essa máxima: a prioridade de conteúdos, que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. [...] o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (Id., ibid., p. 55).

Encerramos por aqui esse singelo esboço que empreendemos sobre a questão educacional brasileira na Primeira República, no sentido de melhor situar historicamente as propostas formativas formuladas pela classe operária nesse período.

## 2.4 – Movimento Operário e Educação no Brasil da Primeira República

Lembremos rapidamente com Ghiraldelli Jr. (1987) as várias investidas do movimento operário internacional em relação à educação dos trabalhadores: “Babeuf (1760-1796), em meio ao contexto desencadeado pela Revolução Francesa (1789), no *Manifesto dos Iguais*, bradava que 'ninguém poderia, pela acumulação de bens, privar outro ser humano da instrução necessária à felicidade"'; Marx e Engels, por seu turno, no “Manifesto Comunista” de 1848, empunharam a bandeira em defesa da educação pública e gratuita para todas as crianças, bem como conceberam a articulação entre a educação e a produção material (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 95-96).

O III Congresso da AIT, ocorrido no ano de 1868, em Bruxelas, aprovou, com a aquiescência de Marx, as teses “Paul Robin sobre Educação Integral”. Reproduzimos com Ghiraldelli Jr. o texto aprovado na ocasião:

O congresso, reconhecendo que é impossível no momento organizar uma educação racional, aconselha as diferentes seções da Internacional a estabelecerem cursos públicos, segundo um programa de ensino científico, profissional e produtivo, para remediar, tanto quanto seja possível, a insuficiência de instrução que os trabalhadores recebem atualmente [...]. (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 112).

Datam desse mesmo ano as “Instruções aos Delegados do Conselho Provisório da AIT”, em que Marx apresenta uma concepção de educação bastante próxima das teses de Robin:

Por instrução nós entendemos três coisas:

Primeira: instrução intelectual,

Segunda: educação física, assim como é ministrada nas escolas de ginástica e pelos exercícios militares,

Terceira: treinamento tecnológico, que transmite os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e que contemporaneamente introduza a criança e o adolescente no uso prático e na capacidade de manusear os instrumentos elementares de todos os ofícios (MANACORDA, 2001, 297).

Com base nessa compreensão de educação, uma formação omnilateral, Marx previa a elevação intelectual da classe operária acima das classes burguesa e aristocrática. Conta Ghiraldelli Jr. que a questão pedagógica e educacional continuou incendiando os debates no interior da AIT.

Duas oposições opostas se digladiaram no interior da entidade nos anos anteriores aos episódios da Comuna de Paris (1871). Proudhon (1809-1865) defendia o 'direito da família decidir sobre a educação dos filhos' e, portanto, se mostrava receoso quanto às teses de 'ensino público, obrigatório e gratuito'. Blanqui (1805-1881), por sua vez, via na 'liberdade de ensino' defendida por Proudhon um perigo. Achava ele que sem a

intervenção estatal, que provocasse a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, a Igreja assumiria facilmente o monopólio da educação (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 95-96).

Por fim, recupera o mesmo autor que na Comuna de Paris sendo os blanquistas hegemônicos, optou-se pela intervenção estatal, tornando o ensino gratuito e acessível a todos.

Voltando ao contexto nacional, para pintarmos o instigante quadro do Movimento Operário brasileiro, daremos destaque às experiências educacionais protagonizadas pelas correntes mais combativas, representadas aqui pelos socialistas, anarquistas e comunistas. Para tal tarefa, tomamos por base as pesquisas de Paulo Ghiraldelli Júnior (1987) e Regina Célia Mazoni Jomini (1990), bem como, de forma mais pontual, apoiamo-nos nos estudos de Carlo Romani (2002), Edgard Carone (1979), Edgar Rodrigues (1969, 2009), John W. Foster Dulles (1977) e Leônio Basbaum (1981). Trabalhos, vale notar, fartamente apoiados na imprensa operária do período em estudo.

A Primeira República brasileira foi marcada, dentre tantas outras “questões”, pela palpável problemática educacional, aqui fartamente mencionada, bastando-nos lembrar os números nada alentadores apresentados pelos censos de 1890 e 1900 (PAIVA, 1973, p. 84, grifos nossos), os quais, respectivamente, noticiavam a “[...] existência de **85,21% de iletrados na população total** (82,63%, excluídos os menores de 5 anos); e **75,78% para os 20 Estados**, baixando para 74,59% com a inclusão do Distrito Federal (69,63%, excluindo-se os menores de 5 anos)”. Foi deveras embaraçoso para o Brasil que ansiava ardente portar-se entre os países civilizados ostentar tamanho atraso, daí os vários movimentos desencadeados em favor da educação.

Contudo, entre o discurso e a concretude dos fatos muitas vezes reside um hiato abismal, de modo que as organizações operárias pertencentes a matrizes ideológicas diversas, atendendo aos históricos anseios em favor do acesso ao conhecimento e/ou como condição indispensável ao avanço da organização da classe empunharam firmemente a bandeira em favor da educação dos trabalhadores, seja cobrando do Estado o direito à escola pública e gratuita, seja tomando para si a responsabilidade de formar escolarmente e em alguns casos até profissionalmente.

Nesse contexto, nas exatas palavras de Edgard Carone (1979, p. 12-13), “[...] o operário é antes de mais nada um autodidata: ele aprende ouvindo seu companheiro discursar ou escutando-o ler. Daí a importância de publicações operárias, como jornais, panfletos e livros, ou do teatro e do sarau”.

Comecemos, pois, pelos socialistas. Conta Ghiraldelli Jr. (1987), estudioso das propostas educacionais formuladas pelo movimento operário brasileiro, que não tardou muito para que os militantes socialistas se vissem diante de um importante entrave para a divulgação das suas idéias de “justiça, igualdade e distribuição de riquezas”.

Lembra o autor, muito oportunamente, a indagação que Lenin fazia em 1921: “como fazer política sem o pré-requisito da alfabetização?”. Era este o empecilho que obstava o trabalho dos socialistas. Afinal, “como vender os jornais socialistas, divulgar panfletos, organizar os operários em sindicatos sem o respaldo mínimo de grupos alfabetizados?” (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 88)

Diante de tamanho desafio, os socialistas brasileiros viram-se obrigados a elaborar uma estratégia de formação das massas, a qual se compôs, fundamentalmente, de duas táticas, quais sejam:

Por um lado, **insistindo com as autoridades republicanas na tentativa de criação e manutenção das escolas públicas** – e nesse ponto as plataformas dos diversos partidos socialistas do período funcionaram como programas reivindicatórios. Por outro lado, os socialistas **passaram a fundar, eles próprios, 'escolas operárias' e bibliotecas populares**, alternando e mesclando recursos públicos com verbas provenientes de sindicatos para a manutenção de tais entidades (Id., ibid., 1987, p. 88, grifos nossos).

Em linhas gerias, o autor identifica três reivindicações recorrentes nos programas socialistas da Primeira República: “A luta constante pela gratuidade do ensino; a proposta de ensino laico; e, finalmente, a ênfase na necessidade do ensino técnico-profissional<sup>110</sup>”, reconhecendo as herdeiras da tradição educacional e pedagógica do Movimento Operário Europeu (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 93).

Desse modo, relata Ghiraldelli Jr., os socialistas enfrentaram de maneira entusiástica a batalha contra o analfabetismo, elegendo como reivindicação básica de suas plataformas partidárias o direito ao acesso à escola. Aqui o autor recupera um expressivo extrato do artigo “Pela Instrução”, publicado no jornal “Echo Operário” em 1897:

O socialismo [...] tem por principal base de suas reivindicações o direito de exigir escolas para os filhos dos operários e para os operários mesmos; direito que alguém pode contestar-lhes porque são eles mesmos que pagam o professorado e nada mais justo que reclamar os frutos de seu esforço. Dizem

---

<sup>110</sup> Explica Ghiraldelli Jr. que não obstante advogasse em favor do ensino técnico profissional, os socialistas pouco realizaram de concreto nesse sentido, por mais que em alguns momentos as escolas operárias tenham se esforçado em esboçar algo nesse sentido, quando a União Operária, por exemplo, abriu um curso de corte e costura em sua sede. Contudo, são experiências esparsas e de pouco fôlego.

todos os programas dos partidos socialistas, ainda os menos revolucionários: \_ 'Instrução laica e obrigatória'. E noutro artigo: \_ 'Instrução primária obrigatória, secundária e superior facultativa' (ECHO OPERÁRIO, Porto Alegre, Nº 57, 19/09/1897 apud GHIRALDELLI JR., 1987, p. 89).

Conquanto o inegável ranço liberal, aliada a uma considerável dose de utopismo e reformismo, afirma o autor que o movimento socialista de forma clara e inédita no país teceu as amarras entre educação e política. Nos seus dizeres, “Pela primeira vez a educação das massas esboçava-se como uma tarefa de instrumentação política do operariado na luta social. A educação surgia como parte integrante dessa luta dos trabalhadores pela direção da sociedade”.

De antemão, reforçamos com Ghiraldelli Jr. a diferença entre a bandeira educacional socialista e o movimento de “entusiasmo pela educação” liderado pelas elites da Primeira República, questão, inclusive, desmistificada com maestria por Eurico Pinto no artigo intitulado “A propósito da ‘Liga cearense Contra o Analphabetismo’”, publicado no jornal “Ceará Socialista”, órgão de imprensa do Partido Socialista Cearense:

Publica, há dias, a ‘Folha do Povo’ um artiguête, por conta da redacção, sob o título \_ 'Liga Cearense Contra o Analphabetismo'. Encerra essa publicação atributos para a ignorância e para a diffusão da instrucção; refere um pedido da 'Liga' a todas as intelligências esclarecidas; e traz os conceitos sobre instrucção: 'Sem instrucção não há liberdade, e sem liberdade não há civilização'; 'A ignorância é um dos piores males, porque é a causa da maior parte delles'. Muito bem! Mas as causas da ignorância não se dizem ali: a fome, proveniente dos mesquinhos ganhos e da monstruosa carestia dos gêneros de primeira necessidade; o depauperamento physico proveniente da immundície dos centros de trabalho e das casas de moradia; a falta de tempo sufficiente, proveniente do excesso de trabalho; e até a falta de roupa mais ou menos decente para o comparecimento ás aulas. Tudo isso concorre para a manutenção da ignorância, porque tudo isso desanima a esses milhares de victimas da burguesia gananciosa, deshumana, impatriótica (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-Similar, Fortaleza, nº. 3, ano I, 27/07/1919).

Vale observar com o referido autor que os socialistas dividiram-se quanto ao tipo de educação que deveria ser ofertada aos trabalhadores: de um lado, aqueles que defendiam a educação formal, ministradas nas escolas públicas e basiladas nos conteúdos científicos tradicionais; do outro, aqueles que apostavam na educação informal, de caráter politizante, implementada pelos sindicatos. Estes, por entenderem a impossibilidade de adaptação dos filhos dos trabalhadores à escola formal, sobretudo pela extensa jornada de trabalho, recomendavam a educação-politização.

Nesse aspecto, Ghiraldelli Jr. resgata um expressivo excerto do artigo “A instrução do povo”, publicado no jornal “Echo Operário”, o qual apresenta de maneira bastante nítida esta orientação:

[...] Nós, por educação do povo, nas circunstâncias atuais, imaginamos a divulgação dos princípios consagrados pelo socialismo, que nos habilitem a conhecer a degradante condição em que nos encontramos, e que nos torne fácil a compreensão do modo prático como podemos e devemos subtrair-nos a essa condição abjeta e deprimente; entendemos a precisão de fazer sentir a todos que trabalham, pelo raciocínio e pela persuasão, que a origem da miséria em que nos encontramos não está nos homens, mas nas coisas, no modo de ser da sociedade que fazemos parte [...] Um único meio vantajoso de educar o povo é pela exposição oral desses princípios. E isso não quer dizer que a escola, o livro e o jornal devem ser postos à parte; não quer dizer também que se deve deixar de reclamar o fiel cumprimento da lei que regulariza o trabalho dos menores; tampouco quer dizer que deixemos de pugnar pela fixação do dia normal de 8 horas de trabalho. Não: \_ o que pretendemos demonstrar é que a escola, o jornal e o livro, ainda que poderosos meios de propaganda, como dissemos, não são, todavia, e no momento atual, veículos suficientes para o derramamento da instrução, das classes populares (ECHO OPERÁRIO, Porto Alegre, nº. 112, ano III, 27/11/1898 apud GHIRALDELLI JR., 1987, p. 92).

Nota o autor que, por considerável tempo, os militantes socialistas brasileiros persistiram na concepção de que a instrução dos trabalhadores poderia ser processada por todos aqueles que de bom grado pudesse partilhar seus conhecimentos, fosse na associação, na oficina, no grupo de amigos, enfim, em todo e qualquer lugar onde houvesse o anseio pelo saber e a disponibilidade de ensinar.

Não obstante o enfático discurso em favor da educação-politização, atesta Ghiraldelli Jr. que os socialistas “[...] na prática atuaram como ardorosos fundadores de 'escolas operárias', empenhados na educação formal de crianças e adultos e preocupados com a democratização do saber científico universal” (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 92).

Para tanto, entraram na ciranda das disputas por verbas públicas destinadas à educação, concorrendo principalmente com os grupos religiosos. Detalha o referido autor que corriqueiramente podia-se observar na imprensa socialista denúncias e críticas ao poder público pela concessão de subsídios ao ensino religioso – entremesmo a discussão fosse animada em menor intensidade pelos princípios ideológicos do que pela real disputa pelas verbas, pois, na verdade, nos termos do mesmo, “[...] os socialistas lutavam desesperadamente por qualquer migalha cedida às suas entidades” (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 97)

O autor cita o caso das reclamações proferidas pelo Partido Socialista do Rio Grande do Sul quando este percebeu que iria haver uma redução das verbas destinadas às escolas mantidas pela União Operária do Rio Grande do Sul. Esta, vale registrar com Ghiraldelli Jr., foi uma das mais destacadas entidades na elaboração de uma “pedagogia socialista” no Brasil da Primeira República, sendo inclusive a organização que abrigou as mais expressivas escolas operárias de então, dirigidas pelos trabalhadores vinculados ao jornal “Echo Operário”.

Quanto ao aspecto metodológico adotado pelas escolas operárias, o autor avalia que os socialistas brasileiros esboçaram o que chama de projeto de construção de uma “pedagogia socialista”. Em seus termos,

De fato, ao contrário das escolas particulares ou das escolas públicas, as 'escolas operárias' optaram por um ensino totalmente laico. Dessa forma, o conteúdo pedagógico tendia a caminhar, cada vez mais, no sentido de agregar os conhecimentos científicos em detrimento das questões relativas à religiosidade e à fé. As 'escolas operárias', pelos registros que se encontram à disposição, não adotaram a co-educação dos sexos como regra geral; não raro, essas escolas mantinham aulas separadas para meninos e meninas. A disciplina era razoavelmente rígida no controle da freqüência e na rigorosidade dos exames. Aliás, diga-se de passagem, **a imprensa operária socialista fazia questão de expor os êxitos das 'escolas operárias' obtidos através de um trabalho sério e com normas didáticas preocupadas com a real formação e instrução dos alunos** (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 98, grifos nossos).

Por fim, assomado às escolas operárias, os socialistas apostaram também na construção de bibliotecas populares. Estas, atesta o autor, constituíram-se numa tarefa empreendida com grande apreço pelo Movimento Operário! Nesse espírito, os socialistas reivindicaram tanto a criação de bibliotecas públicas, mantidas pelo poder municipal ou estadual, como criaram e zelaram algumas bibliotecas.

Antes de apresentarmos as propostas formativas dos libertários, gostaríamos de dar relevo às deliberações dos congressos operários brasileiros em relação à educação dos trabalhadores.

Considerando os três congressos operários organizados legitimamente pela classe trabalhadora brasileira, gostaríamos de destacar a preocupação registrada em seus documentos com a questão educacional dos trabalhadores e de seus filhos. No Primeiro Congresso Operário (1906), pergunta-se a respeito da “Conveniência de que cada associação operária sustente uma escola laica para os sócios e seus filhos, e quais os meios de que deve lançar mão para esse fim [...]”. Os congressistas deliberaram positivamente tal iniciativa. Nos termos do documento,

Considerando que o ensino oficial tem por fim incutir nos educandos idéias e sentimentos tendentes a fortificar as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais do que os próprios operários interessam-se em formar livremente a consciência dos seus filhos;

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro ‘aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber, sempre que tal seja possível; quando os sindicatos não puderem sustentar escolas, deve a Federação local assumir o encargo’ (RODRIGUES, 1979, p. 109).

Faz-se mister observar que não é a primeira vez que essa questão ganha destaque nas páginas dos congressos operários brasileiros. Nos documentos da Primeira Conferência Operária Estadual de São Paulo, por exemplo, realizada em 1908, encontramos reflexões e encaminhamentos muito semelhantes, por exemplo, O Sindicato dos Metalúrgicos e União dos Pedreiros indaga aos companheiros congressistas: “É útil a fundação de escolas suburbanas e a organização de conferências literárias, etc.”? O Congresso responde: “[...] é deveras significativo. Mais do que uma iniciativa, é uma preocupação da família proletária. A burguesia, além de usufruir dos privilégios do dinheiro que amontoava sobre a miséria do trabalhador, gozava e abusava do direito de estudar nas escolas do Estado”. Para o proletariado, além de não poder sustentar os seus filhos na escola por falta de recursos, não sobravam vagas, por isso viam-se na contingência de fundar e sustentar escolas com seus parcós salários, junto às sedes das associações de classe. Foi, diga-se sem paixões, uma obra da maior grandeza operária, em confronto com os gestos dos aprovadores de verbas para expulsar e deportar ‘agitadores’ subversivos, quando estes trabalhadores buscavam instrução e bem-estar para seus filhos. Os congressistas indagaram ainda:

Não será de utilidade a criação de uma Universidade Operária para ilustração e educação do proletariado? Aprovado: ‘O Congresso aceitando por princípio a utilidade de uma Universidade Operária, opina que os sindicatos operários procurem auxiliar o desenvolvimento intelectual do operariado aproveitando os meios ao seu alcance, organizando, nos limites do possível, um ciclo de conferências científicas’ (Documentos da Primeira Conferência Operária Estadual de São Paulo apud RODRIGUES, 1979, p. 26-29).

Nas resoluções do Segundo Congresso Operário (1913), a preocupação com a questão da educação e da instrução da classe operária é reafirmada, os congressistas fazem uma série de considerações sobre os perigos que a educação ministrada pela burguesia representa aos trabalhadores, deliberando positivamente a criação de escolas racionais.

Considerando que a instrução foi, até uma época recente, evitada pelas castas aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, que visavam manter o

povo na mais absoluta ignorância, próxima a bestialidade; para melhor explorá-lo e governá-lo.

Considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas doutrinas positivistas e nas teorias materialistas sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses, os quais metamorfosem a ciência segundo os convencionalismos da sociedade atual; centralizando a instrução, tratando de ilustrar o operariado sobre artificiosas concepções que enlouquecem os cérebros dos que freqüentam as suas escolas, desequilibrando-os com os deletérios sofismas que formam o civismo ou a religião do Estado;

Considerando que esta instrução é ministrada juntamente com a educação prática de modalidades que estão em harmonia com a instrução aplicada;

Considerando que esta instrução e educação causam males incalculavelmente maiores do que a mais ampla ignorância; e que consolidam, com mais firmeza, todas as escravizações, impossibilitando a emancipação sentimental, intelectual, econômica e social do proletariado e da humanidade;

Considerando que este ensino baseia-se no sofisma afirmando-se no misticismo e na resignação;

O ‘Segundo Congresso Operário Brasileiro’, aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípios o método racional e científico, em contraposição ao ensino místico e autoritário, promovam a criação e a divulgação de escolas racionalistas, ateneus, cursos profissionais de educação técnica e artística, revistas, jornais; criando conferências e preleções, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros e folhetos (Resoluções e temas discutidos no 2º Congresso apud RODRIGUES, 1979, p. 139).

Por fim, o Terceiro Congresso Operário (1920) ratifica a preocupação com a questão educacional presente nos congressos anteriores, figurando como segundo ponto dos “temas e ordem do dia” do evento.

Além das resoluções dos três congressos supracitados, constatamos, em outros documentos operários, também publicados por Rodrigues, a recorrente presença da formação dos trabalhadores. Na “Moção dos Operários ao Comitê das Forças Revolucionárias”, redigido em 1924, localizamos as seguintes considerações e encaminhamento:

[...] considerando-se que no ponto de vista educativo o proletariado sente a falta de instrução, não só pelo impedimento que existe aos seus sindicatos de abrir escolas capazes de fazer do trabalhador um homem de consciência livre e independente dos preconceitos que entorpecem e degeneram a sua mentalidade circundada na esfera viciosa da educação burguesa-capitalista, como dever que tem de reconhecer o seu papel e valor no seio da sociedade em que vive;

Considerando que um dos meios para facilitar a instrução e educação do trabalhador é a redução das horas de trabalho;

Resolve, por bem, apresentar os alvitres seguintes:

5.º - o direito de fundar escolas de instrução e educação, cingidas aos métodos que lhes pareçam mais práticos e venham ao encontro das suas aspirações de liberdade e justiça (O proletariado e a revolução paulista de 1924 apud RODRIGUES, 1979, p. 333).

O documento intitulado “Bases de acordo da Federação Operária de São Paulo” (s/d), por sua vez, define como um de seus fins:

Desenvolver constante propaganda contra todos os vícios e maus hábitos que prejudicam moral e fisicamente os trabalhadores, sustentando, ao mesmo tempo, uma permanente instrução em todos os meios obreiros, procurando elevar o nível dos conhecimentos intelectuais, profissionais e sociais da classe trabalhadora (Bases de acordo da Federação Operária de São Paulo apud RODRIGUES, 1979, p. 351).

Passemos, pois, às propostas educativas dos libertários. Estes, vale lembrar, compostos por um considerável número de trabalhadores imigrantes, legaram um importante componente ao movimento operário brasileiro: o internacionalismo proletário. Quanto à questão educacional, segundo Ghiraldelli Jr., as interrogações dos anarquistas assemelhavam-se às inquietações dos socialistas: “O questionamento girava em torno da necessidade ou não de centralização dos esforços numa campanha de alfabetização” (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 101).

Contudo, aos semeadores do anarquismo, para uso da expressão de Edgar Rodrigues, não restava dúvida quanto ao significado do atraso conferido pelo analfabetismo para os trabalhadores, expresso na sua miséria econômica e na sua pobreza de raciocínio. Tal atraso, explica o autor,

Tinha raízes muito profundas, seculares, com efeitos negativos na formação e desenvolvimento das personalidades operárias, no povo humilde em geral, sobre quem recaíam todas as desgraças, inclusive a de não saber ler. Atrasados intencionalmente por condicionamentos físicos e psíquicos, tinham dificuldades em perceber as mentiras patronais e eclesiásticas, governamentais e divinas!

Boa parte aceitava com naturalidade a sua própria miséria e sua ignorância ([Disponível em http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/educa/04cultura/libertaria.htm](http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/educa/04cultura/libertaria.htm); acesso: 05/02/09).

Partindo desse quadro de miséria espiritual, “[...] desse atraso mental transformado em praga de efeitos anestésicos”, os militantes libertários encetaram o movimento de fundação de escolas livres, “[...] com vistas a alfabetizar e despertar o raciocínio do aluno, oferecendo-lhe um Mundo Novo que não podia conhecer, confinado como estava dentro dos estreitos limites das convivências da burguesia reinante”. (Id., ibid.).

Nesse sentido, assegura Ghiraldelli Jr. (1987), o projeto educativo dos anarquistas não guardava nenhuma pretensão de ascensão social, e a “ratio essendi” da educação libertária consistia na necessidade de constituí-la enquanto instrumento de atuação social:

Para os libertários, a luta pela instrução não se enquadrava numa estratégia paliativa, forjada no sentido de criar ilusões aos trabalhadores, que passariam a sonhar com a possibilidade de um mundo melhor a partir do

desenvolvimento individual através do estudo. Pelo contrário, a luta por educação popular se inseria no contexto das demais batalhas que se desenrolavam no sentido de recuperar instrumentos de atuação social historicamente monopolizados pelas classes dirigentes. Intuitivamente, os operários percebiam que o 'saber escolar', apesar de patrimônio da humanidade, era monopolizado por grupos dominantes (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 102-103).

Nesse sentido, buscou costurar uma estratégia em que a luta em defesa da educação popular casava-se com seu horizonte de transformação social, de modo que “[...] em nenhum momento, a bandeira desfraldada em prol da educação começasse a andar com suas próprias pernas [...]. Assim, fazia-se necessário a instrução para poder melhor reivindicar, ao mesmo tempo que era necessário reivindicar, para poder estudar mais [...]”(GHIRALDELLI JR., 1987, p. 103-104).

À exemplo dos militantes socialistas, os libertários apresentaram uma firme oposição ao ensino religioso. Aliás, como bem apropriadamente lembra Ghiraldelli Jr., os anarquistas odiaram a Igreja Católica mais do que qualquer outra força política do movimento operário. A diferença em relação aos socialistas desponta no tocante ao Estado: enquanto aqueles não objetaram o ensino oferecido por este, “[...] os libertários, em direção oposta, seguindo a velha tradição dos militantes ácratas europeus, enxergavam o Estado como aliado da Igreja e ambos como sustentáculos da burguesia, portanto, condenavam o ensino público-estatal” (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 104).

Partindo dessa concepção, ao passo que se tornavam hegemônicos no meio operário, os anarquistas foram recolhendo as bandeiras desfraldadas em favor do ensino público, causando, desse modo, nos anos de 1910, o arrefecimento da luta dos trabalhadores em prol do ensino público e gratuito.

Entretanto, a condenação do ensino público não se constituiu tarefa fácil para os libertários:

As massas, independentemente das vanguardas, queriam escolas para seus filhos e, intuitivamente, viam no governo uma espécie de responsável pela situação de descaso em que se encontrava o ensino popular. A imprensa operária de linha libertária se via na obrigação de catalisar o sentimento de frustração da população em relação à falta de escolas. Assim, ao tecer críticas à política educacional do governo, a imprensa operária acabava deixando transparecer, mesmo nas entrelinhas, um certo desejo de responsabilizar o Estado pela educação dos trabalhadores (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 105).

Se, por um lado, os libertários recolheram as velhas bandeiras de defesa da escola pública e gratuita, por outro, concretizaram, nas duas primeiras décadas do século XX, um intenso e

diversificado quadro de experiências educacionais, dentre eles, vale destacar, os Centros de Estudos Sociais, a Universidade Popular e as Escolas Modernas.

Informa Ghiraldelli Jr. que, a partir do início do século XX, os Centros de Estudos Sociais consubstanciaram-se em iniciativa comum de diversos grupos libertários, proliferaram-se rapidamente por todo o país, com destaque para as grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, onde chegaram mesmo a espalhar-se pelos bairros. Os Centros, na definição do autor,

[...] nada mais eram do que pequenas associações de libertários, cujo objetivo central era reunir trabalhadores para a discussão das idéias anarquistas. A criação dos Centros era rápida e não requeria grandes empreendimentos. Uma sala e alguns móveis para abrigar a ‘biblioteca central’ da entidade era o suficiente. Os sócios eram arrebanhados entre trabalhadores urbanos e elementos das camadas médias. Através do ‘ensino mútuo’, os membros do Centro educavam-se dentro das teorias libertárias; os militantes mais experientes, normalmente os estrangeiros, frequentemente dirigiam as discussões e se incumbiam de contatar com editoras libertárias da Europa para a obtenção de periódicos e livros para o Centro (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 117-118).

A efervescente vida dos Centros acabou dando origem a jornais ou revistas com editorial vinculado ao Movimento Operário. Do mesmo modo, diversos grupos vinculados à imprensa anarquista se constituírem em Centros de Estudos, como foi o caso do grupo editorial de “O Amigo do Povo”, que, segundo o mesmo autor, “[...] fundaram um Centro de Estudos Sociais com finalidade exclusiva de aprofundarem-se em temas sociais através do ‘ensino mútuo’” (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 118).

Vale acentuar com Ghiraldelli Jr. o importante papel de integração entre os trabalhadores brasileiros e imigrantes operado por esses Centros, materializando, na maioria das vezes, uma experiência pedagógica – tendo em conta o passado de lutas sindicais travadas na Europa que alguns daqueles operários forasteiros traziam em sua reduzida bagagem material. Importante ainda notar que vários desses Centros de Estudos foram criados pelas mãos dos trabalhadores imigrantes.

Assomado aos grupos libertários imigrantes, registra o autor que despontaram os núcleos feministas, estes, uma vez formados, também direcionaram suas energias para a criação de Centros de Estudos. Assim, discorre o autor que

Em 1920, quando o Movimento Feminista despontou nas ruas dos grandes centros, jovens mulheres, muitas vezes parentes, amigas ou mesmo esposas dos conhecidos militantes do Movimento Operário, empenharam-se em acompanhar as iniciativas dos libertários. Daí para a fundação de Centros as

coisas correram naturalmente. O ‘Órgão da Liga Operária de Construção Civil’ serviu como porta-voz dos grupos feministas-libertários, publicando seus manifestos e as atividades do Centro. (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 119).

No relato de Ghiraldelli Jr., alguns Centros cumpriram, de fato, o papel de formadores de quadros políticos para o movimento socialista libertário. Para termos uma idéia mais clara do programa de funcionamento dos Centros de Estudos, recuperamos com o autor o “Programa do Centro de Estudos Sociais Jovens Libertários”, do Rio de Janeiro, publicado no jornal “Novo Rumo”, com o título “Centros de Estudos Sociais”:

1. O Centro de Estudos Sociais, fundado em 30 de agosto, será composto de número ilimitado de sócios de ambos os sexos, que pagarão a quota mensal de 2\$ (provisoriamente), enquanto seus membros assim o julgarem, e tem por fim:
  - a) **propagar as idéias de emancipação humana pelos seguintes meios: pela criação de uma biblioteca contendo obras de sociologia, ciências e arte, assim como escolas para o ensino racional;**
  - b) realizando conferências sociológicas, literárias e representações teatrais, por todos os meios ao seu alcance.
2. O Centro é solidário com todos os movimentos operários de caráter reivindicador.
3. A administração do Centro compor-se-á de um secretário, um tesoureiro e dois bibliotecários aclamados em assembleia.
4. Todos os assuntos concernentes ao Centro serão discutidos entre os associados, e resolvidos em comum acordo, conforme as circunstâncias. O expediente do Centro será das 7 às 10 horas da noite, em sua sede, à Rua da Constituição, n. 54, 1º andar, para onde podem se dirigir todos que a ele queiram pertencer ou oferecer obras à sua biblioteca.  
**Aulas noturnas: aritmética: segundas e quartas-feiras, das 7:30 às 8:30. Português e Geografia: terças e sextas-feiras, às mesmas horas. Palestras às quintas-feiras** (NOVO RUMO, Rio de Janeiro, 18/10/1906 apud GHIRALDELLI JR., 1987, p. 120, grifos nossos).

Devemos lembrar que, por mais que os Centros concentrassem suas atividades pedagógico-culturais no período noturno, os trabalhadores enfrentavam sérias dificuldades em dispor de tempo para participar da sua programação, uma vez que a extenuante jornada de trabalho lhes exauria as energias físicas e espirituais.

A esse respeito, Edgard Carone (1979) apresenta um expressivo extrato de um artigo publicado pelo jornal “Avanti”, em 1908:

Portanto, deve desejar a redução das horas de trabalhos: só esta reforma fará com que o trabalhador possa e queira se instruir. Não se pode pretender que indivíduos exaustos, aturdidos pelas longas horas passadas na fábrica, atordoados pelo longo e prolongado [manuseio] das máquinas – tenham disposição para passar horas estudando ou escrevendo. Para que isso seja possível é preciso diminuir as horas de trabalho. A classe operária deve também querer um aumento de salário a fim de dar aos filhos a

possibilidade de freqüentar escolas com real proveito a assim poderem melhorar de vida. Isto se forem inteligente e quiserem estudar.

Os trabalhadores têm o dever de conquistar o direito à instrução, direito que lhes dê todas as garantias acima descritas (AVANTI, S. Paulo, 03/09/1908 apud CARONE, 1979, p. 220).

Outro empreendimento educacional também bastante disseminado no meio operário foi a criação das chamadas “escolas livres”, também denominadas de “escolas racionalistas” e “escolas modernas”. Informa Carlo Romani (2002), estudioso do anarquismo no Brasil, que o movimento de fundação de escolas libertárias surgiu quase concomitante ao nascimento do século XX, quando imigrantes italianos, tendo à frente Ângelo Bandoni, com o apoio do jornal “O Amigo do Povo”, criaram em 1902 no bairro do Bom Retiro (de ocupação predominantemente italiana), em São Paulo, a Escola Libertária Germinal, apontada por Ghiraldelli Jr. (1987) como um dos bem sucedidos empreendimentos libertários. A imprensa operária noticiou nos seguintes termos o nascimento da referida Escola:

Trabalhadores! [...] Há 15 meses que funciona com êxito verdadeiramente surpreendente no Bairro do Bom Retiro (Rua Sólon, 138) uma escola elementar racionalista, para ambos os sexos. A praticabilidade e a rapidez dos métodos aplicados nesta escola souberam despertar tantos interesses e tantas simpatias que, hoje, um bom núcleo sempre crescente de homens de boa vontade assegura-lhe o material escolar para distribuir, gratuitamente, todo ano, aos alunos e – com cota mensal de 500 réis a título de incitamento – permite reduzir o pagamento mensal de cada criança a 2\$500 réis. Quem duvide da superioridade do ensino libertário sobre qualquer outros métodos, é convidado a conhecer a nossa escola, das 9 horas ao meio-dia e da 1 às 3 da tarde. Trabalhadores! Pensai no futuro de vossos filhos!(O AMIGO DO POVO, n. 63, ano III, 16/11/1904 apud GHIRALDELLI JR., 1987, p. 123-124).

Detalha Romani (2002) que a Escola Libertária Germinal funcionou até junho de 1905, fechando suas portas por conta da exigüidade de recursos financeiros.

O ano de 1904 marcou a fundação de mais um projeto educativo de grande envergadura empreendido pelos libertários no Brasil: a Universidade Popular de Ensino Livre. Conforme o relato de Ghiraldelli Jr.,

A Universidade Popular foi fundada em 20 de março de 1904 no Rio de Janeiro. Portanto, alguns anos antes do anarco-sindicalismo<sup>111</sup> obter

---

<sup>111</sup> Para Ghiraldelli Jr. (1987, p. 67), há uma diferença substancial entre o anarco-sindicalismo e o anarquismo. Em sua síntese, “O anarco-sindicalismo, muito influenciado pela prática do sindicalismo revolucionário francês, enfatizava a importância dos sindicatos não só na derrubada do Estado e da sociedade capitalista, mas também na construção da nova sociedade. O anarco-sindicalismo opunha-se às sociedades de mútuo-socorro e às cooperativas, porém condenava igualmente os partidos políticos. O sindicato e as federações de sindicatos eram a base de tudo. As greves por questões econômicas eram preferidas às greves políticas. O inimigo comum, no entanto, permanecia o mesmo que o do anarquismo, ou seja, a tríade composta por Igreja, Estado e Capitalismo. Não só no Brasil, mas muito provavelmente também na Europa, o anarco-sindicalismo foi a única corrente libertária com apoio de massa”. Lembramos, aqui, as análises inferidas por Edilene Toledo (2004, p. 49), para

influência decisiva no Movimento Operário. Na verdade, se por um lado a Universidade Popular era dirigida para trabalhadores, por outro, não se pode afirmar que era dirigida por trabalhadores. Ao contrário dos Centros de Estudos, a Universidade Popular não era uma iniciativa ligada exclusiva e diretamente ao Movimento Operário. Era, sim, uma obra de literatos e intelectuais anarquistas em sua maioria, mas também contou com apoio de alguns socialistas (caso de Vicente de Souza). Talvez seja o caso de dizer que a Universidade Popular ligava-se mais ao pensamento anarquista e menos às tendências anarco-sindicalistas (GHIRALDELLI JR. 1987, p. 120-121).

A propositura da Universidade Popular previa objetivos largos: ministrar o ensino superior e tornar-se um centro de lazer e cultura aberto aos trabalhadores. Ghiraldelli Jr. resgata do jornal “O Amigo do Povo”, de São Paulo, um extrato do artigo “Universidade Popular”, em que tal proposta apresenta-se de forma bastante clara:

A Universidade Popular, que se dirige a todos os homens de boa vontade, sem distinção de crença ou de partido, tem por fim: fundar um ensino superior metódico para o povo, organizar conferências periódicas sobre todos os assuntos suscetíveis de interessar os trabalhadores, fundar um museu social e uma biblioteca, realizar representações de arte social, saraus musicais, festas libertárias, excursões científicas, artísticas e expansivas, publicar um boletim que seja órgão da associação, estabelecendo, enfim, um centro popular tendo por fim às vezes o prazer e a instrução – e a união moral entre os cooperadores (O AMIGO DO POVO, São Paulo, n. 48, ano II, 02/04/1904 apud GHIRALDELLI JR., 1987, p. 121).

Contudo, relata o autor que a Universidade Popular teve vida efêmera, começando a dar sinais de esgotamento após os primeiros meses de funcionamento, fechando suas portas em outubro de 1904. O autor levanta a hipótese de que o fracasso da Universidade esteja vinculado “[...] com a provável erudição dos mestres, em contraste com a vida cultural do proletariado. De fato, os professores da Universidade Popular eram doutores e literatos, alguns deles completamente alheios ao Movimento Operário” (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 122).

Analizando sob o prisma dos nossos dias, faz-se mister enfatizar que o fato de os professores possuírem uma alta qualificação não justificaria uma postura contrastante com a pobre vida cultural dos operários. Também entendemos não ser esta a concepção do autor. O destaque é para a possível forma “erudita” de ministrar as aulas, não se fazendo compreensível aos ouvidos de quem ainda não dispunha dos elementos necessários ao entendimento de temas mais complexos. Contudo analisando com as lentes dos primeiros anos do século XX, quando

---

quem a historiografia brasileira, na maioria das vezes, negligenciou o devido tratamento ao “sindicalismo revolucionário”, e quando o fez, considerou-o apenas como parte da história do anarquismo no Brasil, de modo que o termo “sindicalismo revolucionário” somente é utilizado como sinônimo de anarco-sindicalismo.

reinava o pensamento ilustrado e o bacharelismo<sup>112</sup>, esse argumento torna-se bem plausível. A bem da verdade, faz-se forçoso reconhecermos, com honrosas exceções, que essa “prática erudita” tem sobrevivido ao longo dos tempos.

Todavia, os anarquistas não se renderam com o apagar das luzes da Universidade Popular, persistiram preocupados não apenas com a formação do trabalhador, mas também com a educação dos seus filhos.

Assim, em 1907, Ângelo Bandoni anuncia sua disposição em retomar o projeto de organização de escolas. Nesse intento, conforme Romani (2002), em outubro do referido ano, a comunidade italiana de Bom Retiro/SP festejava a reinauguração da Escola Libertária Germinal, reestruturada nos mesmos moldes da anterior. O diferencial dessa reinvestida libertária referia-se à saída do isolamento dessa experiência, pois, a partir daquele ano, começaram a proliferar-se pelo interior de São Paulo diversos empreendimentos educacionais chamados de “escolas livres”, em sua maioria resultantes da ação de grêmios e círculos operários libertários.

O relato de Jaime Cubero, anarquista histórico, exibido por Romani, apresenta-se bastante ilustrativo da dimensão assumida pela rede de articulação entre grêmios operários e escolas libertárias:

Eles se propunham, quase todas as organizações, a fundar escolas, fundar centros de estudos. Cada entidade por ramo de atividade tinha seu centro de cultura, seu ateneu de estudos, suas bibliotecas [...]. Aqui no Brasil se desenvolveram centenas de escolas porque quase todas as associações de trabalhadores se esforçaram em criar escolas para os operários, para os filhos dos operários que não tinham condição de ir às escolas do Governo (CUBEIRO, s/d apud ROMANI, 2002, p. 178).

Em Porto Alegre, por exemplo, foi criado o Grêmio Instrutivo Eliseu Réclus, segundo Ghiraldelli Jr. (1987), com o fim único de ocupar-se da “educação operária”. Desse modo,

---

<sup>112</sup> Para explicar o significado do bacharelismo não poderíamos eleger ninguém melhor do que Leôncio Basbaum (1981, p. 196), que com sua inigualável sagacidade desmistifica com maestria essa verdadeira “mania” que acometeu a classe média nos primeiros anos do século XX, repercutindo seus ranços até nossos dias. Com a palavra, Basbaum: “O fato mais digno de significação do ponto de vista cultural nesse período é o que se chamou de *bacharelismo*, no pior sentido, significando a *mania* generalizada entre os respectivos pais, de *formar* o filho, dar-lhe de qualquer modo um título de doutor. Um pai que não formasse pelo menos um filho sentia-se envergonhado, significava que já estava no último degrau inferior da respeitabilidade econômica e financeira. Essa *mania* era característica das classes médias e representava no fundo a *luta contra a proletarização crescente*, pois ser *doutor* era, senão um meio de enriquecer, certamente uma forma de ascender socialmente. Ao *doutor* abriam-se todas as portas, e, principalmente, os melhores cargos no funcionalismo. Éramos um país de doutores e analfabetos. E esse ‘bacharelismo’, espécie de cultura eterna, imutável, acabada, estandardizou as inteligências, emperrou o espírito criador e o desenvolvimento cultural por algumas gerações. Ainda hoje sofremos as consequências”.

entre os anos de 1907 e 1911, numa ação conjunta com o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e o Clube Instrutivo e Recreativo 1º de Maio, os anarquistas investiram na construção de escolas nos bairros industriais da referida capital.

Seguindo o registro de Romani, em fevereiro de 1909, realizava-se mais uma festa libertária em prol da fundação de uma nova escola, a qual seria fundada em Água Branca, com a participação do Grupo Gioventù Libertária. Tal escola foi mantida pelos operários vidreiros da Fábrica Santa Marina, tendo como um dos principais professores/coordenadores Edmondo Rossoni<sup>113</sup>. Todavia, a Escola Racionalista de Água Branca teve vida breve, sucumbindo ao cerco armado pelas autoridades, em meio ao qual Rossoni seria deportado de volta para a Itália, acusado pela Lei Adolfo Gordo de ter cometido o terrível crime de militância em favor da organização operária.

Vale realçar com Regina Célia M. Jomini (1990), estudiosa da educação libertária no Brasil, que os operários vidreiros empreenderam a criação dessa escola, apesar de a Vitraria Santa Marina oferecer aulas a seus empregados – o que demonstra o anseio dos trabalhadores em ter acesso ao ensino “desinteressado”, para uso da expressão gramsciana.

Entrementes, se por um lado não era fácil escapar do cerco da repressão policial do Estado, por outro, também não se constitui nada simplório fazer os libertários desistirem de suas tarefas formativas, o que viria a intensificar-se sobremaneira após a morte do educador espanhol Francisco Ferrer y Guardia<sup>114</sup>. Vale recuperar que o II Congresso Operário

---

<sup>113</sup> O italiano Edmondo Rossoni (1884-1965) traçou uma intrigante trajetória: cedo se filiou ao Partido Socialista Italiano (primeiros anos do século XX), militante ativo, participou de várias greves, abraçando as premissas do sindicalismo revolucionário, sobretudo da sua ala mais radical. Sua atividade de militância e as constantes perseguições da polícia fizeram-no imigrar para países como França, Brasil, Estados Unidos e Inglaterra, operando no meio desse percurso uma drástica mudança de rota ao aderir ao fascismo de Mussolini. Para uma análise aprofundada da trajetória de Rossoni, conferir o trabalho “Travessias revolucionárias”, de Edilene Toledo (2004).

<sup>114</sup> Curioso notar que os anarquistas preferiram a concepção pedagógica de um republicano radical a de um militante anarquista. Em outros termos, adotaram as idéias de Francisco Ferrer y Guardia em detrimento das idéias de Paul Robin, não obstante tenham sido os grandes responsáveis pela propagação das idéias de ambos no Brasil. Robin foi integrante da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), rompendo com a entidade por ocasião do confronto entre Marx e Bakunin, retirando-se em favor dos anarquistas. Conforme Ghiraldelli Jr. (1987, p. 113-114), “A idéia central contida na proposta de Educação Integral, e desenvolvida nas experiências pedagógicas de Robin, era a da máxima importância à atividade e ao trabalho; pois o trabalho era encarado como o fundamental princípio educativo. A produção era a própria vida do homem, portanto, uma educação ligada à vida deveria, naturalmente, levar em conta a atividade produtiva do homem”. Já a concepção de Ferrer diferia, em vários pontos, da proposta de Robin. Atesta o referido autor que o educador espanhol “fundamentalmente, compreendia o conceito de co-educação de forma original. Para além da simples convivência entre os sexos opostos, Ferrer entendia a co-educação enquanto fórmula capaz de abrigar numa mesma sala de aula na mesma escola, crianças de classes sociais diferentes. Para Ferrer, uma escola exclusiva para uma ou outra classe social teria, forçosamente, que optar por incutir nas crianças os sentimentos de ódio, próprios aos adultos, ódio resultante da luta de classes, o que só serviria para atrapalhar a educação infantil. O Ensino Racionalista deveria se preocupar com a formação dos meninos primeiramente, depois, quando tais alunos se tornassem homens, ‘que

Brasileiro, ocorrido em 1913, refutou totalmente o ensino oficial, ou seja, aquele promovido pelo Estado e pela Igreja Católica, orientando que os sindicatos assumissem a educação das crianças proletárias.

Ferrer havia fundado, no ano de 1901, em Barcelona a Escola Moderna, a qual se organizava sob os fundamentos do método racionalista de ensino. Tal feito, diga-se de passagem, custar-lhe-ia a vida poucos anos depois (1909), vítima da reação criminosa da burguesia.

Para o educador espanhol, citado por Rodrigues (1979, p. 309), o ensino direcionado aos trabalhadores não pode “[...] aceitar nem os dogmas nem os preconceitos, pois são formas que encarceram a vitalidade mental nos limites impostos pelas exigências das fases transitórias da evolução social” – acrescentando que “[...] o objetivo do nosso ensino é que o cérebro do indivíduo deve ser o instrumento da sua vontade. Queremos que a ciência brilhe com seu fulgor próprio e ilumine todas as inteligências de modo que, praticadas, possam dar a felicidade ao ser humano”.

Para Ferrer, a escola não deve configurar-se “[...] como o lugar de tortura física ou moral para as crianças, mas um lugar de prazer e de recreio [...] onde o ensino lhes seja oferecido como uma diversão, procurando aproveitar a sua natureza irrequieta e alegre, as suas faculdades e sentimentos”, de modo que se desenvolva a inteligência e não só a memória “[...] esforçando-se por desenvolver harmônica e integralmente os seus órgãos” (RODRIGUES, 1979, p. 311).

Assim, conforme Ghiraldelli Jr. (1987), no decorrer da Primeira República, diversas escolas libertárias foram sendo fundadas, de modo que quase todas as cidades do país sediaram algum tipo de manifestação escolar. Para tanto, a tática utilizada era sempre a mesma:

Os militantes davam o primeiro passo, organizando uma festa para angariar fundos. Em seguida passavam a aceitar a colaboração de pessoas não necessariamente ligadas às correntes libertárias. Pequenos comerciantes, intelectuais da baixa classe média, jornalistas da imprensa operária etc., muitas vezes, comungavam de certos pontos de vista defendidos pelos libertários, como o anticlericalismo e a defesa de um ensino científico, o que incentivava em colaborar com suas escolas (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 124).

Atesta o autor que, em Campinas, importante centro operário do estado de São Paulo, foi criado pela Liga Operária local outro grande e duradouro empreendimento educativo: a

---

se rebelassem contra as injustiças sociais na hora certa”. Conquanto, observa Ghiraldelli Jr. que os grupos anarco-sindicalistas brasileiros que aderiram ao pensamento de Ferrer deram preferência aos princípios combativos em favor do proletariado, deixando de lado suas teses liberais. Para o autor, a explicação dessa escolha reside no fato de os escritos de Robin já fazerem parte do passado, enquanto as elaborações de Ferrer “[...] chegavam 'ainda quentes' às mãos dos anarquistas e anarco-sindicalistas brasileiros”.

Escola Social, cujo educador responsável foi o aguerrido anarquista português Adelino Tavares de Pinho<sup>115</sup>. Ghiraldelli Jr. aventa a possibilidade de que este tenha se transferido de São Paulo para Campinas somente para dirigir a Escola Social, tamanho era seu comprometimento com a educação popular.

Para Adelino de Pinho, o processo de aprendizagem deveria ser preterido aos resultados, pondo fim a prêmios e castigos. Em suas palavras,

Cada criança deve ser julgada segundo seu próprio tipo, educada para seu próprio dever, recompensada por seu justo elogio. O esforço é o que unicamente merece elogios, não o resultado. É uma questão que não depende do estudante ter sua habilidade maior ou menor do que a doutro indivíduo: trata-se de saber se faz tudo o que pode com suas aptidões naturais. Cada membro nasce com uma capacidade mental determinada e absolutamente limitada: por sua natureza é apto para umas coisas e inapto para outras. Toda beleza, felicidade e poder de uma vida dependerão de seu contentamento, fazendo devidamente tudo o que pode, desempenhando tranquilamente seu papel [...] (PINHO, 1909, s/p apud GHIRALDELLI JR., 1987, p. 126-127).

Partindo dessa concepção, prega o educador português que a Escola Social deveria voltar-se em primeira instância para o ensino do alfabeto e, em seguida, para a preparação para o trabalho. Mas, atenção, não devemos confundir preparação para o trabalho com preparação para o mercado. A preocupação de Adelino de Pinho é com a formação do “ser trabalhador”, advertindo contra os riscos das sedutoras profissões burocráticas, numa ardente defesa do trabalho manual:

Mas, retorquir-me-ão, o diploma dá vantagem, oferece probabilidades de se poder alcançar um emprego, de se poder deixar o trabalho manual, a oficina, a fábrica, a viver com menos esforços, com mais conforto, mais bem acomodado.

Sim, o diploma é a condição para concorrer a tudo isso, mas os trabalhadores devem cogitar em não fazer de seus filhos burocratas. Os trabalhadores devem esforçar-se sim. Mas em fazer de seus filhos bons trabalhadores manuais, bem sabeis nos seus misteres, bem aptos em seus ofícios, capazes de viver trabalhando e lutando. [...]

Talvez vos admireis que eu faça a apologia do trabalho manual, hoje, quando o trabalho é considerado um estigma, como uma condenação vibrante para aquele que o exerce. Sim; o trabalho, como atualmente está organizado, é um verdadeiro estigma, uma verdadeira condenação. Mas não se pode por isso condenar o trabalho [...].

---

<sup>115</sup> Conforme o registro de Jomini (1990, p. 81), Adelino de Pinho, como era mais conhecido, foi militante libertário em São Paulo e em Campinas, onde teria participado da greve da Companhia Paulista em 1906. Anteriormente, “Foi motormeiro e analfabeto até adulto, mas tornou-se autodidata no contato com os círculos anarquistas. Colaborou em vários jornais e, depois de uma vida agitada, mudou-se para Poços de Caldas onde foi professor de uma escolinha para filhos de trabalhadores. Parece ter voltado para Portugal para morrer”.

O trabalho é uma fonte perene, inexaurível de vida. [...]. Ele é a mola propulsora de todo o progresso, de toda a civilização, de toda a felicidade. (PINHO, 1909, s/p apud GHIRALDELLI JR., 1987, p. 127).

Convém aclarar com Romani (2002) que nem todas as ações educacionais empreendidas nesse período recebiam a chancela dos libertários. Estes não estavam imunes à ação de aproveitadores e estelionatários que muitas vezes tentaram burlar sua boa fé em proveito próprio, roubando o dinheiro arrecadado nos festivais para o funcionamento das escolas, ou travestidos de militantes para se infiltrar no movimento a serviço da repressão, como foi o caso de Elycio de Carvalho, fundador da Universidade Popular do Rio de Janeiro:

Encampando a idéia da Universidade, estiveram os intelectuais Fábio Luz e Neno Vasco, que abriu as páginas do seu Amigo do Povo para publicar notícias e transcrever as conferências de carvalho. [...] em outubro do mesmo ano [1904] a Universidade fechava as portas e seu diretor desapareceria do convívio com os libertários. Anos mais tarde, os mesmos anarquistas que se empolgaram com suas idéias, desmascararam a fraude. Elycio de Cravinho seria um policial enrustido cuja função, após ganhar a confiança dos anarquistas, teria sido a de identificar os grupos libertários e vigiar suas lideranças (ROMANI, 2002, p. 180).

Em 1909, o fuzilamento de Ferrer pelas mãos da repressão espanhola causa uma forte comoção mundial, desencadeando, no Brasil, uma série de protestos através dos comícios libertários, os quais, para Ghiraldelli Jr., teriam servido de estopim para o início de uma intensa campanha em favor da criação de uma instituição escolar que desse continuidade à obra do grande educador espanhol.

Historia Jomini (1990) que, logo após a onda de manifestações em protesto pela morte de Ferrer, o movimento operário encetou uma longa coleta de fundos com vistas à criação de uma entidade educacional que desse continuidade ao trabalho do educador espanhol no Brasil. Com este intuito, criou-se uma Comissão Pró-Escola Moderna em São Paulo e, posteriormente, no Rio de Janeiro, com subcomitês espalhados em diversos bairros da capital paulista, cidades do interior do estado e na capital carioca, centralizando os trabalhos na Comissão de São Paulo:

A Comissão Pró-Escola Moderna do Rio de Janeiro foi criada no intuito de arrecadar fundos na cidade e região para enviá-los a São Paulo. A idéia era fortalecer financeiramente o núcleo paulista para que a primeira Escola Moderna brasileira não se dedicasse apenas ao ensino de crianças, mas fosse um centro de formação de professores e de edição de livros, necessários ao ensino racionalista. Segundo seus promotores, a Escola Moderna n. 1 cumpriria, no Brasil, o mesmo papel desempenhado pela Escola Moderna criada por Ferrer em Barcelona. A partir dela, brotariam várias escolas racionalistas em todo país (JOMINI, 1990, p. 75).

Noticia Jomini (1990) que ainda em 1909 foi fundada a Liga Operária da Instrução Escolar, a qual tinha suas instalações no bairro do Encantado, localizado na periferia do Rio de Janeiro – de modo que os anos de 1910, conforme Ghiraldelli Jr. (1987), colheriam os frutos dessa agitação com a criação de inúmeras “Escolas Modernas” nas grandes cidades brasileiras, de forma mais intensa no Estado de São Paulo, onde mesmo as pequenas cidades interioranas fundavam suas escolas racionalistas:

Após quatro anos de duros esforços, finalmente, em 13 de maio de 1912, foi fundada [em São Paulo] a tão almejada instituição de ensino, composta de duas unidades. À Rua Saldanha Marinho, 66, no bairro do Belenzinho, situou-se a Escola Moderna n. 1; na Rua Muller, e posteriormente na Rua Oriente funcionou a Escola Moderna n. 2. A Comissão Pró-Fundaçāo da Escola Moderna entregou o estabelecimento n. 1 a João Penteado e o n. 2 a Adelino de Pinho (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 133).

João Penteado<sup>116</sup>, conforme Ghiraldelli Jr., era um dedicado militante e estudioso da pedagogia de Ferrer, de sorte que se empenhou de corpo e alma no projeto educacional libertário. Por aquele tempo, o movimento operário brasileiro concebia a imprensa dos trabalhadores como uma atividade pedagógica. Nesse espírito, João Penteado, inspirado na prática de Ferrer, tentou fazer da imprensa um recurso didático-pedagógico.

A Escola Moderna possui dois jornais; o primeiro deles tinha caráter nitidamente pedagógico, chamava-se *O Início*, e trazia redações de alunos e atividades correspondentes ao cotidiano escolar. O segundo jornal apareceu posteriormente, chamava-se *Boletim da Escola Moderna n. 1*; dedicava-se a artigos sobre o Ensino Racionalista, relatórios e estatísticas internas da Escola Moderna, comemorações de datas importantes ao Movimento Operário etc (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 134).

Conta Jomini (1990) que no ano de 1914 duas Escolas Modernas foram criadas no interior paulista: uma em Cândido Rodrigues, tendo como professor responsável Élvio Nervi; e a outra em Bauru, cujo responsável chamava-se Joseph. Em dezembro de 1918, mais uma Escola Moderna foi inaugurada. Desta vez, em São Caetano/SP, a qual teve como responsável José Alves.

Ao longo da investigação bibliográfica acerca da história do movimento operário brasileiro, conseguimos mapear várias pistas de experiências educativas: Edgar Rodrigues, por exemplo, noticia que, no ano de 1911, os trabalhadores fundaram escolas para seus filhos:

---

<sup>116</sup> Jomini (1990, p. 80) tece um rápido comentário sobre a biografia de João Penteado (1877-1965): “[...] professor que iniciara seu trabalho no magistério de Jaú, sua cidade natal. Em 1905, foi redator do ‘O Operário’, jornal do Centro Operário de Jaú. Colaborou em vários jornais libertários entre os quais ‘A Vida’ e ‘A Voz do Trabalhador’. Era, portanto, elemento ligado às manifestações operárias e continuou vinculado ao movimento dos trabalhadores de Jaú mesmo quando já era responsável pela Escola Moderna de São Paulo”.

[...] o grupo libertário de ‘Estudos Sociais’, do Ceará, com sede à rua Senador Pompeu, 241 – Fortaleza, inicia uma série de ilustrativas palestras e conferências e coloca a disposição dos visitantes, publicações anarquistas e sindicalistas, mais tarde ‘desviadas’ pela polícia. Mas os trabalhadores não se rendem e a União Operária de Franca (São Paulo) inaugura a sua primeira escola com quarenta e seis alunos, tendo como professor Teófilo Pereira. Isto ocorria a 7 de setembro e logo a 15 a Liga Operária de Sorocaba (São Paulo), que havia sido fechada pela polícia, inaugura a sua escola noturna com grande freqüência de alunos, e nos dias 21 de novembro, em Livramento (Rio Grande do Sul), a União Operária inicia os preparativos para fundar também uma escola. **Os trabalhadores tinham não apenas de reivindicar melhorias salariais, mas organizar meios de ilustrar-se e aos seus filhos, enquanto os governantes elaboravam leis para prender, condenar e expulsar os trabalhadores** (RODRIGUES, 1969, p. 305-306, grifos nossos).

Alguns dos episódios narrados chegam quase a ser cômicos, como foi o caso da escola planejada por Antônio Bernardo Canellas, registrada por John W. Foster Dulles (1977, p. 81, grifo nosso):

[...] Canellas, que esperava representar a Federação [de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco] em uma conferência sindicalista na Europa, procurou em 1919 a ajuda do Chefe de Polícia de Pernambuco. O Chefe de Polícia considerava perigosas as idéias de Canellas, como **a criação de uma escola de orientação anarquista para os filhos dos operários**; louco para se ver livre de Canellas, conseguiu-lhe passaporte para embarque imediato como tripulante de um cargueiro – numa época em que este tipo de passagem era quase impossível de se obter.

Dulles aponta mais uma pista de funcionamento de escola operária no Estado de Pernambuco:

Nos três dias em que ficou no Recife, Dias foi homenageado em reuniões de sindicato, onde falaram Antônio Bernardo Canellas, o Prof. Joaquim Pimenta e Cristiano Cordeiro. Passou as noites na casa deste último, **diretor de uma escola do sindicato de resistência dos trabalhadores**. Nesta escola nada convencional Cordeiro dava aulas de educação primária e de **idéias políticas aos operários**, [...] (DULLES, 1977, p. 105, grifo nosso).

O método de ensino adotado pelas Escolas Modernas mesclava exercícios em sala de aula com excursões educativas. Conta Ghiraldelli Jr. (1987) que o Professor Penteado costumava levar os alunos para passeios pela cidade de São Paulo:

Tais caminhadas eram, na verdade, pretexto para ‘aulas ao ar livre’, o encontro com um animal provocava uma discussão sobre zoologia, a visita a locais históricos ilustrava uma explicação sobre geografia e história etc. As caminhadas também serviam para a entonação de cantos e hinos enaltecedo a paz, a mulher e a criança. Uma vez de volta à escola, os alunos se dedicavam a fazer descrições e redações sobre o ocorrido no passeio. O jornal *O Início* publicava esses trabalhos dos alunos (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 135).

Faz-se importante destacar com Jomini (1990) alguns traços da pedagogia adotada nas escolas libertárias que aproximavam as experiências educacionais das lutas operárias, uma vez que para os anarquistas a educação era concebida como um importante instrumento no processo de transformação social.

Um exemplo, que ilustra como essas preocupações adentravam a escola, foi demonstrado na atitude da Escola Social em decretar feriado 1º de dezembro de 1908 seguindo a orientação da Confederação Operária Brasileira. A COB conclamava as entidades trabalhadoras a considerar tal dia como símbolo de protesto contra uma possível guerra entre Brasil e Argentina. [...].

No referido dia, os alunos da Escola Social foram dispensados das aulas, mas não antes de ouvirem um discurso de seu professor expondo as razões do feriado. Na sua fala, Adelino de Pinho explicou que apenas os fabricantes de armas e os políticos tirariam proveito da destruição causada pela guerra, enquanto a maioria da população sofreria ou morreria nos campos de batalha. Ressaltou ainda que, no empenho de aumentar a solidariedade entre os povos, a COB propôs esse dia de protesto ao qual a escola aderiu no intuito de levar seus pupilos a tomarem contato e a participarem da luta dos trabalhadores contra a guerra (JOMINI, 1990, p. 65).

Outro exemplo foi dado pela Escola Livre 1º de Maio, que funcionava na Vila Isabel/Rio de Janeiro, em 1909. Conta a autora que neste ano os alunos participaram das manifestações do Dia do Trabalho organizadas pela Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), quando, na ocasião, teriam cantado o hino “A Internacional”. Detalha Jomini que a FORJ explicou em artigo publicado no jornal “A Voz do Trabalhador”, “[...] que, em vista das dificuldades financeiras, não pôde contratar uma banda de música, decidiu então aceitar a proposta feita pelo professor da escola, Pedro Matera, para que as crianças viessem animar a festa”. (JOMINI, 1990, p. 69).

Assim, segundo Jomini, na visão dos militantes libertários, a instituição educacional deveria extrapolar as funções escolares, promovendo conferências, editando jornais, enfim, transformando-se num verdadeiro centro irradiador da educação racionalista no Brasil, uma vez que, na prática libertária, educação e política mantinham vínculos estreitos.

Observa a autora que o vínculo mantido entre as escolas libertárias e o movimento operário muitas vezes atraiu para si os olhos da repressão:

Há indícios de que a Escola Primeiro de Maio experimentou as agruras da repressão que se seguiu à ameaça de greve de uma tecelagem do bairro onde se localizava. Em artigo aparecido no “A Voz do Trabalhador” em outubro de 1909, Pedro Matera afirmava que sua instituição estava sofrendo ‘ataques da burguesia’ de Vila Isabel, mas que, apesar disso, continuava sua obra de preparação dos operários (JOMINI, 1990, p. 70).

Assevera Ghiraldelli Jr. (1987) que as Escolas Modernas de São Paulo constituíram-se verdadeiros paradigmas de Ensino Racionalista no Brasil. Contudo, em outubro de 1919, um acidente ocorrido numa casa no Brás, onde uma bomba explodiu matando quatro anarquistas – dentre eles José Alves, responsável pela Escola Moderna de São Caetano –, gerou o pretexto necessário para que a polícia e o governo desencadeassem uma intensa repressão aos libertários. Desse modo, quase que de forma instantânea, o Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo fechou os estabelecimentos educacionais, argumentando que as Escolas Modernas não preenchiam as normas legais de funcionamento. Na análise do mesmo autor, esse fato apresentou uma dupla revelação:

[...] se por um lado esse episódio representou uma fragorosa derrota ao movimento libertário, por outro, contribuiu para que, de uma vez por todas, ficasse claro ao Movimento Operário os interesses divergentes entre o seu projeto pedagógico e as bandeiras embutidas no ‘entusiasmo pela educação’ e no ‘otimismo pedagógico’ propostos pelas elites dirigentes (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 139, grifo nosso).

Para o autor, não é incorreto inferir que o discurso das vanguardas libertárias refletia de forma significativa as diretrizes presentes no pensamento dos intelectuais ligados às elites dirigentes, as quais seriam estampadas nos anos de 1910 e 1920 nos tão propalados movimentos de “entusiasmo pela educação” e de “otimismo pedagógico”. Contudo, Ghiraldelli Jr. chama a atenção para as devidas diferenças entre esses dois projetos pedagógicos:

Respeitadas as reelaborações confeccionadas pelo Movimento Operário, é possível acompanhar um discurso educacional e pedagógico cujos parâmetros gerais tangenciavam o pensamento das elites intelectuais. Como o ‘entusiasmo pela educação’, também o pensamento das vanguardas operárias dos anos 10 acreditava profundamente no poder da educação e na necessidade de disseminação da escola básica por todo o território nacional. Semelhantemente ao ‘otimismo pedagógico’, o pensamento pedagógico operário-libertário, tocado pelos horrores da Guerra, desejava a construção de uma nova escola, com novos métodos que fossem capazes de forjar uma juventude desvincilhada dos antigos preconceitos. É preciso captar as semelhanças e as diferenças entre o que proponham as elites e o que desejavam os trabalhadores. Enquanto Olavo Bilac desencadeava sua campanha pelo serviço militar obrigatório, e as ‘ligas nacionalistas ou anti-analfabetismo’ divulgaram uma proposta pedagógica acoplada ao militarismo e ao xenofobismo, os libertários, ao contrário, optavam por proposta distinta. Só como exemplo, pode-se citar o ‘órgão do sindicato de construção civil’ de Bagé, que publicava, constantemente, o *slogan*: ‘quartéis não! Escolas sim!’. O que revelava não só uma distinção entre as propostas dos libertários e das elites, como também encarnava uma resposta direta às campanhas da Liga de Defesa Nacional e da Liga Nacionalista de São Paulo.

[...] Analogamente aos socialistas, a ênfase na questão da educação popular, dada pelos libertários, diferia do movimento caracterizado pelo ‘entusiasmo pela educação’, desenvolvido pelas elites nacionais durante a Primeira

República. Se, por um lado, os liberais procuravam, pelo menos ao nível do discurso, demonstrar a importância da educação no combate à criminalidade, na solução dos problemas sociais etc., esse não era o caso da diretriz assumida nas falas dos militantes libertários. Pelo contrário, o Movimento Operário, nas mãos de anarquistas e anarco-sindicalistas, prosseguiu o caminho aberto pelos socialistas no sentido de estabelecer causas reais para os problemas sociais do país. Se, em alguns momentos os libertários embarcaram na fraseologia liberal que tendia a imputar à educação o papel de 'redentora da humanidade', em outros momentos as vanguardas operárias conseguiam se desvincilar da ideologia dominante com certa facilidade. Com idéias simples, porém contundentes, os libertários atacaram os fundamentos da ideologia dominante (cf. SOLIDARIEDADE OBREIRA, Bagé, n. 42, 1921 apud GHIRALDELLI JR., 1987, p. 111-102).

Para Jomini (1990, p. 123-124), o fato de a educação anarquista ter valorizado o interesse e o ritmo de aprendizagem do aluno, parece aproxima-la dos princípios do escolanovismo, que vinha sendo introduzido no Brasil desde o final do século XIX. Con quanto, elucida a autora a necessidade de apurar suas diferenças: “[...] o escolanovismo buscava a integração, a aceitação da criança pelo grupo e, através dele, pela sociedade [...]. Já a pedagogia libertária, visava sensibilizar o educando para o bem-estar social, para a tarefa de construção da sociedade fraterna”.

Imerso na mais severa repressão, o movimento operário brasileiro viveu momentos difíceis. Como estratégia de sobrevivência, os militantes começaram a migrar de São Paulo e do Rio de Janeiro, locais de concentração das perseguições, para os estados do Norte e do Sul do país.

Nesse contexto, conforme Ghiraldelli Jr. (1987), entre o final dos anos 1910 e início dos anos 1920, os libertários ainda conseguiram arregimentar algumas mobilizações em favor do ensino racionalista no Pará e no Rio Grande do Sul. Todavia, relata o autor:

No final dos anos 20 o movimento educacional libertário já havia arrefecido. Numa ou outra iniciativa libertária tentava salvar as aparências, mas pouco conseguia. Em 1927, por exemplo, o Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo insistia na fundação de um Atheneu de Cultura Popular. Mas tudo isso não tinha mais o sabor do entusiasmo das décadas anteriores (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 130).

Para esse período, também identificamos algumas pistas durante as “nossas andanças” pela história do movimento operário: Dulles (1977), ao tratar do declínio da imprensa operário no início de 1921, faz referência ao diário “A Vanguarda”, fundado em 25 de fevereiro do referido ano no Rio de Janeiro, o qual, em meio à apatia do seu público, viu-se obrigado a tornar-se semanário. Comenta o autor que “A Vanguarda” teria investido “[...] contra o Ministro da Justiça por ter indeferido um ofício da Federação dos Trabalhadores do Rio

**pleiteando a reabertura da sede da União dos Operários em Construção Civil, com o propósito de se criar no local uma ‘escola de ensino primário’”.** [...] (A VANGUARDA I, Rio de Janeiro, nº 45, 23 jun. 1921 apud DULLES, 1977, p. 124).

Posteriormente, ao referir-se à Revolta de 5 de junho de 1924, ocorrida em São Paulo, informa que, no dia 15 de julho do citado ano, o grupo anarquista desse estado, mesmo reconhecendo que o levante militar não fora realizado pelo povo, resolveu enviar uma moção às Forças Revolucionárias, na qual propunha o atendimento de uma série de reivindicações em benefício dos trabalhadores:

Pedro A. Mota, Antônio Rodrigues, Rodolfo Felipe, Pedro Zanela, José Righetti e 23 outros enviaram uma ‘Moção aos Militantes Operários ao Comitê das Forças Revolucionárias’. Propunham a fixação de um salário mínimo e de uma tabela de preços máximos, **o direito de fundar escolas**, o direito de associação para todas as classes trabalhadoras, a liberdade de imprensa operária, a generalização da jornada de oito horas de trabalho e a revogação da lei de expulsão relativa às questões político-sociais (DULLES, 1977, p. 198, grifo nosso).

Por fim, convém ressaltar com Jomini (1990) que a não gratuidade dos cursos oferecidos pelas escolas libertárias e o constante apelo à ajuda financeira por parte da comunidade certamente decorriam da necessidade de obter recursos próprios para a manutenção das escolas, mantendo-se longe do auxílio dos cofres estatais. Não obstante, as taxas escolares deveriam ser as mais baixas possíveis, de modo a facilitar o acesso aos trabalhadores e aos seus filhos. Nesse contexto, explica a autora, os problemas financeiros de manutenção das escolas resolviam-se através do envolvimento das crianças, de suas famílias e dos simpatizantes dos empreendimentos educacionais libertários.

Observa ademais a autora, que a preocupação libertária com a transformação social imprimiu o tratamento conferido pelos militantes anarquistas ao ensino moral: “Os libertários entendiam que a educação do homem de amanhã deveria acontecer também através do exemplo. As crianças deveriam receber das pessoas que as cercavam, modelos de conduta condizentes com os ideais de liberdade e de solidariedade” – daí o fato de que os professores das várias escolas fundadas pelo movimento ácrata eram militantes, assim “[...] envolveram-se em atividades sindicais, greves e propaganda. Essa educação política pelo exemplo foi chamada pelos anarquistas de ‘educação moral’” (JOMINI, 1990, p. 110).

Nesse aspecto, um excerto de um artigo publicado pelo jornal operário “A Terra Livre”, citado por Carone (1979), ilustra muito apropriadamente a preocupação dos militantes ácratas com o ensino racional e a educação moral dos trabalhadores:

A Escola Moderna propôs-se liberar a criança do progressivo envenenamento moral que por meio de um ensino baseado no misticismo e na bajulação política, lhe comunica hoje a escola religiosa ou do governo; provocar junto com o desenvolvimento da inteligência a formação de caráter, apoiando toda concepção moral sobre a lei de solidariedade; fazer do mestre um vulgarizador de verdades adquiridas e livrá-lo das peias das congregações ou do Estado, para que sem modo e sem restrições lhe seja possível ensinar honestamente, não falseando a história e não escondendo as descobertas científicas (A TERRA LIVRE, São Paulo, 01/01/1910 apud CARONE, 1979, p. 45).

Desse modo, caberia aos pais uma importante participação na formação dos seus filhos:

Os pedagogos anarquistas esperavam que a educação escolar e familiar se completassem. Adelino de Pinho, por exemplo, considerava inevitável a reversão daquilo que foi aprendido na escola, se não houvesse concurso da família.

Aos pais caberia, de um lado, educar as crianças segundo os princípios de 'justiça, de bondade, de eqüidade' e, assim, colaborar decisivamente para a formação do homem e do futuro, do homem da sociedade igualitária pretendida pelos libertários.

Por outro lado, era preciso que a família estivesse apta a fornecer respostas científicas, não religiosas, às questões colocadas pelos filhos. Isto porque, as explicações recebidas na infância, deixavam 'impressões para toda ... vida' e, se não fossem científicas, não conduziriam à liberdade [...] (JOMINI, 1990, p. 118).

Faz-se oportuno ainda observar que tanto os militantes socialistas quanto os libertários apresentaram uma constante preocupação com a criação de bibliotecas populares. Enquanto os primeiros lutaram pela criação de bibliotecas públicas, mantidas pelo poder municipal e estadual, ou ainda criadas por eles próprios, os segundos fundaram bibliotecas nas sedes de seus jornais e Centros de Estudos. Ambos com o mesmo desejo: instruir as massas trabalhadoras.

Por fim, na síntese de Ghiraldelli Jr. (1987), pode-se afirmar que as vanguardas libertárias foram herdeiras das mesmas preocupações dos socialistas no tocante às questões da educação popular. Todavia, esclarece o autor:

[...] se os socialistas acabaram forjando uma espécie de concepção pedagógica a partir da atuação prática, exigida pelos desafios impostos pelo contexto social, esse não foi o caso dos militantes libertários. Anarquistas e anarco-sindicalistas não foram mobilizados a pensarem sobre as questões pedagógicas instigados somente pela realidade nacional. O que mobilizava os militantes libertários era o próprio pensamento anarquista internacional que, de uma certa forma, possuía uma tradição na reflexão dos assuntos educacionais e pedagógicos. Assim, se a prática e a realidade cotidiana e imediata alimentou os possíveis germes de uma 'pedagogia socialista', com os libertários, todo o pensar pedagógico se nutria do arcabouço teórico já esboçado por pensadores ácratas ligados ao movimento operário internacional (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 105-106).

No tocante à postura dos militantes comunistas face à formação educacional dos trabalhadores, pontua Ghiraldelli Jr. (1987, p. 145) que nos dois primeiros anos de vida do Partido Comunista Brasileiro (PCB) deu-se prosseguimento à tarefa de propagação da renovação pedagógica que se processava na Rússia, atividade que já vinha se desenvolvendo desde 1918. Assim, nos dizeres do autor, “[...] mais importante do que a reflexão sobre as condições da educação brasileira, se impôs a tarefa de divulgação das realizações culturais e pedagógicas da revolução de Outubro”.

A esse respeito, inclusive, cita o referido autor um trecho bastante ilustrativa do artigo “Universidade dos Povos do Oriente”, publicado pela revista “Movimento Comunista”, o qual faz menção à nova direção do ensino na Rússia sob o governo de Lenin:

A primeira Universidade Comunista dos povos do Oriente tem mais de um ano de existência, 700 estudantes originários de todos os pontos do Oriente e falando 57 línguas diferentes faziam ali seus estudos. Os organizadores tiraram proveito dessa diversidade de origem e de línguas, agrupando estudantes, em suas moradias e nos circuitos de estudos, por nacionalidades destinadas a se conhecer e a colaborar fraternalmente. O programa dos cursos foi adaptado às necessidades particulares dos auditórios. Os cursos duram de 8 a 10 meses. Os alunos realizam em seguida um período de 4 a 5 meses de trabalhos práticos na qualidade de propagandistas, agitadores ou de organizadores em seus países comunistas nas línguas indígenas [...] (MOVIMENTO COMUNISTA, São Paulo, n. 16, fev. 1923). (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 145).

Na análise de Ghiraldelli Jr., os comunistas brasileiros não cruzaram os braços diante da questão educacional, desfraldando a bandeira em prol da expansão do ensino escolar, outrossim, foram sensíveis às reformas pedagógico-didáticas. Adverte o autor, de antemão, que as prováveis comparações entre a posição assumida pelos militantes do PCB e a plataforma liberal advogada pelos movimentos de “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” oferecem limites bastante nítidos. “O arcabouço teórico norteador da ação do PCB tornava os comunistas relativamente imunes à pregação liberal que conferia um poder hipervalorizado à educação formal” (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 148).

Nesse sentido, o PCB teria passado a fazer uma distinção entre o campo da política educacional e o âmbito pedagógico-didático, o que na práxis dos comunistas se refletia da seguinte forma:

Os planos de política educacional eram apresentados nas ruas, nas campanhas eleitorais do Partido. As idéias e concepções referentes ao pedagógico-didático diziam respeito ao modelo de escola desenvolvido na

Rússia pela Revolução, e eram apresentados nas publicações teóricas do Partido (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 148-149).

Faz-se interessante observar a proposta educacional defendida pelo Bloco Operário e Camponês (BOC):

Ensino e Educação – Nas questões referentes ao ensino público os candidatos do Bloco Operário bater-se-ão não só pela extensão e obrigatoriedade do ensino primário, como ainda, complementarmente: a) pela ajuda econômica às crianças pobres em idade escolar, fornecendo-lhes, além de material escolar, roupa, comida e meios de transporte; b) pela multiplicação das escolas profissionais de ambos os sexos como uma continuação necessária e natural das escolas primárias de letras; c) pela melhoria nas condições de vida do professorado primário, cuja dedicação à causa do ensino público deve ser melhor compreendida e compensada; d) pela subvenção às bibliotecas populares e operárias' (PEREIRA, 1976, p. 122 apud GHIRALDELLI JR., 1987, p. 150).

Vale destacar que a primeira ação apresentada pela plataforma do BOC é a retomada da defesa da escola pública, bandeira anteriormente recolhida pelos anarquistas em prol de uma formação educacional independente do Estado e da Igreja para os trabalhadores.

O segundo destaque refere-se ao ensino profissional. Observa Ghiraldelli Jr. que o governo republicano não dispunha de uma política clara no tocante às escolas profissionalizantes, imperando a concepção que vislumbrava a escola profissional como sinônimo de asilo destinado aos “necessitados da misericórdia pública”. Nesse sentido, o PCB rompe de forma inédita na história do país com essa concepção de formação profissional assistencialista: “[...] não se tratava de uma rede paralela de ensino, destinada ‘aos pobres’, mas sim da introdução da ‘escola única’. Além disso, não se tratava de um ensino voltado para as ‘artes manuais’, mas sim a introdução do modelo soviético que propunha ‘educação politécnica’” (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 151).

O terceiro destaque punha em relevo a valorização do trabalho do professor. Também aqui, conforme o referido autor, ocorre uma ruptura. Desta vez, com um ideário até então enfatizado pelo próprio movimento operário, a saber: a concepção do magistério como sacerdócio. Nos dizeres de Ghiraldelli Jr., “[...] O PCB adotou uma visão moderna, integrando o professorado na categoria de trabalhador assalariado, levantando a bandeira da significação da profissão do magistério através da melhoria salarial” (Id., ibid., p. 152).

Entrementes, parece-nos que a contribuição fundamental dos militantes comunistas com relação à questão educacional residiu na formação de quadros políticos, isto é, na firme formação de seus membros. Convém lembrar a histórica necessidade de solidificação do PCB

no seio da sociedade brasileira, o que demandava a formação de quadros. Para tanto, fazia-se urgente “[...] educar os operários e os futuros dirigentes do Partido ‘dentro dos princípios do marxismo-leninismo’” (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 152).

Assim, se, para os libertários, a defesa da educação racionalista constituiu-se tarefa tão cara, para os comunistas, a educação político-partidária pautou-se como pedagogia precípua. Na síntese de Ghiraldelli Jr.: “Os membros do PCB não descartavam que, de fato, era necessária a instrução popular ao nível dos rudimentos do saber universal; todavia, para os objetivos do partido, esse saber era apenas pré-requisito; o importante era a educação do militante ‘para torná-lo revolucionário, comunista’ (Id., ibid., p. 153).

Ghiraldelli Jr. recupera um extrato do artigo “O dever revolucionário”, publicado na revista “Movimento Comunista”, em 1922, pelo militante comunista Rodolfo Coutinho, no qual, informa o autor, esboça a concepção de educação que nortearia a ação do PCB durante boa parte dos anos 20:

Como conseguir a ação? Educando, refazendo corações e mentes. Esse trabalho deve ser feito por nós mesmos, **com os nossos próprios recursos**. Os mais capazes não se devem negar [...].

A educação é o ponto central da política revolucionária entre nós. Ou se faz educação, ou não se fará revolução. Esse movimento pró-educação deve tanto quanto possível compreender a alfabetização dos trabalhadores e de seus filhos. O principal, no entanto, é a educação no verdadeiro sentido. Nesse ponto há tudo a fazer. Grande parte da população obreira tem a mesma mentalidade que os escravos seus pais e avós [...].

É essa situação moral do proletariado em Pernambuco, no Nordeste, no Brasil inteiro. É uma situação, no entanto, francamente curável, mas que se não cura com palavras. **Apoiemos sem desfalecimento as iniciativas pró-educação revolucionária**; cuidemos de abrir em cada bairro operário pelo menos uma escola para ensinar a ler e a escrever; constituamos um corpo de propagandistas sinceros, conhecedores e simples, para passar ao povo em suas casas miseráveis, ruas imundas das suas tristes aldeias [...].

Sem consciência não pode haver dever revolucionário (COUTINHO, Rodolfo. *Movimento Comunista*, Rio de Janeiro, n. 4, abr. 1922, p. 109-11 apud GHIRALDELLI JR., 1987, p. 153, grifos nossos).

Relata o mesmo autor que Octávio Brandão era um dos militantes que compreendia a atividade do Partido como tarefa educativa. Brandão, inclusive, constata Ghiraldelli Jr. (1987, p. 154), foi possivelmente um dos únicos militantes do PCB a elaborar, na década de 1920, material referente à questão educacional e à pedagogia: “Em 1923 ele publicou um folheto intitulado *Educação*, onde combatia o ensino religioso, tanto católico como protestante. Também combatia o ensino laico, considerando que esse tipo de educação visava apenas à formação do funcionário público, ao qual considerava a ‘nabiça humana’”.

Desse modo, assevera o referido autor que a necessidade de arregimentar quadros teria levado os comunistas “[...] a elaborarem um paradigma de homem, um modelo de militante que a educação partidária deveria ser capaz de produzir”, embora nem sempre tenham alcançado êxito nessa investida (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 154).

Gostaríamos de dar relevo a algumas pistas por nós situadas durante a incursão pela história do movimento operário. Carone (1979) reproduz um trecho das deliberações do 1º Congresso Nacional de Operários em Fábricas de Tecidos, ocorrido em 1923, no Rio de Janeiro, as quais foram publicadas no jornal “O Brasil”:

4º - comissão formada pelos srs.: Antonio Dias da Costa, José Martins Neves, Carlos G. de Almeida e Abel Penteado ofereceu parecer sobre o assunto, **opinando que as associações de classe, estabelecida a participação de lucros com uma parte deste e uma quota de sócios mantenham o ensino técnico e profissional.**

A 5ª comissão pelos membros: Antonio Alves de Souza, Oscar Pimentel, Deoclécio Tubbs e Eduardo Reis Junior, **resolveu que as empresas com operários em número maior do que 500 deverão manter escolas diurnas e noturnas, sob a fiscalização oficial** (O BRASIL, Rio de Janeiro, 7 a 15/07/1923 apud CARONE, 1979, p. 266, grifos nossos).

Dulles (1977), por seu turno, registra que, no início de junho de 1926, a ilha de Bom Jesus, situada nas proximidades do Rio de Janeiro, teria recebido cerca de 100 novos presos provenientes dos sertões do norte do país, todos em condições lastimáveis. Seguindo o relato do autor:

Embora um superintendente da prisão entendesse que os recém-chegados lá estivessem ‘para ficar presos; não foi para aprender a ler!’, **Everardo Dias e Ataliba Martins Crespo, suboficial da Marinha de Guerra, com a ajuda de material escolar fornecido por Oiticica e outros, ensinaram a ler, a escrever e a contar, a uns 50 sertanejos** (DULLES, 1977, p. 210).

A pista seguinte também foi indicada por Dulles ao referir-se à severa perseguição desferida pela polícia contra os militantes do “credo vermelho” no contexto da campanha eleitoral de 1930:

A PERSEGUIÇÃO AOS COMUNISTAS não cessou com o fim da greve dos gráficos de São Paulo. Sadi Garibaldi foi preso no dia 15 de junho de 1929. Cinco dias mais tarde, no Rio de Janeiro, a polícia varreu o prédio da Rua Senador Pompeu onde funcionavam a CGTB, o Centro dos Jovens Proletários e o Comitê das Mulheres trabalhadoras, além de outras associações, prendendo cerca de 69 pessoas, na maioria filhos de **operários que assistiam às aulas de uma escola organizada pela União dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas [...] de orientação comunista** (O JORNAL, 21/01/1929 apud DULLES, 1977, p. 331-332).

Por último, acentua Ghiraldelli Jr. Que, ao final dos anos de 1920, a atividade educativa do PCB teria sofrido um refluxo: a influência obreirista que marcou a década de 1930 jogou no

limbo praticamente toda a geração de militantes intelectuais que vinham desde a cepa fundadora do Partido, empobrecendo sobremaneira tanto a profusão das idéias políticas, quanto as reflexões acerca da formação da classe trabalhadora.

Diante do exposto, à guisa de uma síntese da postura adotada pelas três concepções ideológicas aqui esboçadas frente à formação dos trabalhadores, podemos apresentar, com base nos resultados da pesquisa bibliográfica empreendida, as seguintes inferências: os socialistas estamparam em suas plataformas políticas a preocupação tanto com o que denominaram de educação popular, ou seja, a oferta de instrução primária para adultos e crianças, quanto com o ensino técnico-profissional – configurando-se este mais em termos de discurso do que na prática efetiva. Para tanto, tendo em conta sua estratégia parlamentar, recorreram constantemente aos recursos públicos para a manutenção de suas entidades escolares, reforçando, outrossim, a bandeira em favor da escola pública e gratuita. Os militantes libertários, por sua vez, proporcionaram – para uso da expressão de Ghiraldelli Jr. – um redirecionamento de intenções e, até mesmo, uma elevação do ponto de vista da discussão pedagógica, através da propagação das idéias de Robin e Ferrer. Conquanto, se, por um lado, o esforço de concretização dessas idéias proporcionou valiosas experiências e o amadurecimento do jovem movimento operário brasileiro, por outro, faz-se justo enfatizar, a hegemonia dos libertários, em termos educacionais, traduziu-se, em última instância, no arrefecimento da luta pela ampliação da escola pública, gratuita e obrigatória. Já os comunistas resgataram em novo patamar a defesa da educação pública, inovando em termos da concepção de formação profissional e da valorização do profissional do magistério, conquanto devotaram o melhor de suas energias à formação de quadros políticos.

Cumpre-nos, por fim, assinalar que a educação dos trabalhadores, de fato, constituiu-se para o movimento operário brasileiro tão importante quanto suas históricas bandeiras em prol da jornada de 8 horas de trabalho e de melhorias salariais. Neste aspecto, faz-se oportuno lembrar a famosa insígnia do movimento operário internacional, impressa na iconografia dos “três oitos”: 8 horas de trabalho, oito estudo de estudo e oito horas de lazer.

Por último, a pesquisa bibliográfica ainda nos apresentou uma importantíssima constatação que, a nosso ver, soa como uma grande lição do neófito, mas já combativo movimento operário brasileiro da Primeira República para o já vivido, porém arrefecido, movimento operário dos nossos dias:

[...] as vanguardas do proletariado nascente não enveredaram pelos caminhos tortuosos da ideologia dominante, que lhes aconselhava a

educação através da leitura do evangelho ou das páginas dos jornais conservadores. Em enorme capacidade de resistência, o proletariado urbano da Primeira República forjou seus próprios meios educativos, na busca de uma ponte entre o saber vulgar ligado ao senso comum e o universo filosófico acolhedor do saber erudito. [Contrária a isso] toda documentação existente parece insistir na tese que afirma que a disseminação do regrário metodológico-didático da Pedagogia Nova no Brasil agiu como causa e efeito no sentido de barrar o pensamento pedagógico das esquerdas (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 158-159).

Portanto, em que pese o imenso interesse dos trabalhadores pelo acesso ao conhecimento, aqui demonstrado pelas três vertentes ideológicas pesquisadas, o movimento operário combativo brasileiro da Primeira República mostrou-se refratário ao canto de sereia liberal do “entusiasmo pela educação” e do “otimismo pedagógico”, forjando seus próprios projetos educacionais com base nas matrizes teóricas do pensamento revolucionário internacional.

## CAPÍTULO III

### O MOVIMENTO OPERÁRIO CEARENSE FACE À QUESTÃO EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Este capítulo comprehende uma abrangente recuperação histórica do panorama educacional do Ceará na Primeira República, de modo a reconstituir as reais condições de oferta do ensino público, urdindo, em seguida, as tramas das ligações traçadas entre o Movimento Operário Cearense e a questão educacional dos trabalhadores, destacando, ao final, suas propostas educativas.

#### **3.1 - A questão educacional no Ceará da Primeira República**

Veremos, a seguir, a particularidade da questão educacional no Ceará da Primeira República. Para bem contextualizarmos a promoção de instrução pública no Ceará, tomamos por base as análises clássicas de Sousa Pinto (1939), Joaquim Alves (1954), Moreira de Sousa (s/d) e Plácido A. Castelo (1970), bem como os estudos contemporâneos de Sofia L. Vieira (2002), Maria Goretti L. P. Silva (2002), Ercília Maria B. Olinda (2005), José Arimatea B. Bezerra (2006), Francisco Ari de Andrade (2006), Sebastião Rogério Ponte (2004), Francisco Régis L. Ramos (2004) e Adelaide Gonçalves (2001b), dentre outras referências citadas de modo mais pontual.

Quase dois séculos já nos distanciam do Ceará da Primeira República. Contudo, atestam os pesquisadores contemporâneos que a história da educação nesse Estado “[...] ainda é um universo pouco conhecido [...]”, haja vista que, somente a partir de 1995, ganha impulso um processo de pesquisas de forma sistemática, resultando em relatórios de pesquisas, dissertações e teses” (BEZERRA et al., p. 9 apud Revista do Arquivo Público do Ceará, 2006).

Com efeito, não obstante a jovem atuação da pesquisa no campo educacional cearense, conseguimos arrolar um quadro significativo de informações acerca do material até aqui produzido, permitindo-nos reconstituir, a nosso ver de forma satisfatória, a história que deu vida ao nosso objeto de investigação.

Para melhor situar-nos no tempo e no espaço do Ceará ainda provinciano da Primeira República, pensamos que uma rápida caracterização demográfica e geográfica da sua capital, Fortaleza, traçada pelas mãos de Joaquim Alves (1954, p. 130, grifo do autor), far-nos-ia uma boa ilustração. É, pois, o que se segue:

Ao terminar o século XIX, o Ceará contava com uma população de 849.118 habitantes e Fortaleza, 48.369. Era uma pequena cidade, com uma área urbana que se estendia, para leste, até a atual Praça Cristo Rei, a oeste, à Avenida do Imperador, ao sul, não ia além da Avenida Duque de Caxias. Os subúrbios se iniciavam logo depois das artérias referidas, onde começavam as areias. Toda a Aldeota era constituída por sítios de mandioca, com plantações de milho. O calçamento de Messejana, atual Joaquim Távora, estava dentro da área suburbana e rural, com sítios de mangueiras e outras fruteiras. O Alagadiço fornecia cana para as engenhocas do mercado e fabricava farinha de mandioca nos seus aviamentos. Os 48 mil habitantes distribuíam-se irregularmente pela área do município, que contava, naqueles tempos, com a grande mata do Cocó, que o povo chamava as *matas do Capitão Moura*, que abastecia a cidade de lenha e de madeira para as construções de taipa e tijolo. Toda a área praieira, do Mucuripe à Barra do Ceará, era habitada por pescadores que praticavam uma pequena agricultura de milho, feijão e mandioca. Os terrenos de marinha não eram disputados como atualmente.

Tendo em mente este Ceará, conta o referido autor que o ensino primário representava um verdadeiro imperativo no início da República, pois aqui também se alimentava a crença de que o novo regime só alcançaria êxito se houvesse uma preparação intelectual do homem.

A esse respeito, historiadora Gonçalves (2001b, p. 369) que o debate acerca da educação no Ceará teve início em meados do século XIX, intensificando-se ao final do mesmo como reflexo do ideário republicano. Desse modo, assevera que a referida discussão, eivada pelo viés liberal,

[...] acentuava o entusiasmo pela educação, decorrendo daí a tônica na educação como panacéia, na ignorância como responsável pelos males do país, na instrução popular como chave de solução para todos os problemas sociais, na instrução para homens úteis. Era este o legado retórico que a República repercutiria nos primeiros anos, via intelectuais, imprensa e medidas governamentais.

Vale lembrar com Sousa Pinto (1939, p. 73, grifo do autor), que toma por base as informações contidas nos vários relatórios dos presidentes da província, que: “No regime monárquico [...] a instrução pública primária, no Ceará, era indicada pelo seguinte mote: TUDO ESTÁ POR FAZER, DESDE A ESCOLA AOS MÉTODOS DE ENSINO”.

De fato, no quinquênio que compreende os anos de **1885 a 1889**, ou seja, exatamente entre o crepúsculo da monarquia e o alvorecer da República, o quadro da educação no Ceará esboçado pelo referido autor é bastante expressivo em termos da necessidade de desenvolvimento do sistema escolar:

ANOS	ESCOLAS	MATRÍCULA PELO SEXO			ALUNOS POR ESCOLAS
		MASC.	FEM.	TOTAL	
1885	226	4.603	4.100	8.703	32,7 %
1886	266	5.184	3.965	9.149	34,3 %
1887	266	4.170	4.034	8.204	30,8 %
1888	260	4.160	3.703	7.872	30,2 %
1889	267	5.780	6.127	11.907	44,6 %
<b>MÉDIA</b>	<b>265,0</b>	<b>4.781,2</b>	<b>4.386,0</b>	<b>9.167,0</b>	<b>34,5 %</b>

Fonte: PINTO, 1939, p. 78.

Em face desta realidade, a República recebeu da Monarquia uma pesada herança no aspecto educacional – de modo que aquela crença na preparação intelectual do homem como prerrogativa para o êxito do novo regime, verdadeiro brado do movimento de “entusiasmo pela educação”, figurou por muito tempo apenas no discurso, e o progresso da escola primária nos sertões brasileiros fez-se de forma bastante lenta. O Ceará, particularmente, enfrentou por diversas vezes um sério obstáculo:

[...] as secas, totais ou parciais, que apagavam o entusiasmo do homem e limitavam as possibilidades dos governos; mesmo assim, cresceu o número de escolas distribuídas pelas cidades, vilas e povoações sertanejas. Aumentando em anos prósperos, reduzindo seu número nos anos calamitosos, para, novamente, subir, quando a bonança voltava à terra cearense. À proporção que crescia a população cearense, aumentava o número de estabelecimentos de ensino primário (ALVES, 1954, p. 129).

Nesse sentido, ao apagar das luzes do século XIX, informa Alves (*Id., ibid.*) que os mapas estatísticos do Ceará atestavam a existência de 336 escolas no Estado, registrando a matrícula de 11.305 alunos (5.340 do sexo masculino e 5.965 do sexo feminino) e uma freqüência na ordem de 8.821. Os recursos destinados pelo Estado ao ensino contabilizavam a quantia de Cr\$ 417.560,30, considerada pelo autor “uma soma vultosa para aqueles tempos difíceis”.

Argumenta o autor que as rendas arrecadadas na última década do século XIX não atendiam às despesas reais de manutenção do Estado cearense, de modo que oscilavam ano após ano, numa quase frenética dança da instabilidade, impedindo – conforme sua acepção –, dentre outras coisas, os melhoramentos no setor do ensino.

A despeito do número já bastante inferior de escolas, a administração pública, já sob a tutela do presidente Pedro Augusto Borges (1900-1908), alegando despesas vultosas, orçamento instável em face da queda das rendas e a ocorrência de calamitosas secas, acha por bem sancionar a lei nº 587, de 07/07/1900, suprimindo 77 escolas de nível primário. Em 1901,

através de um ato legislativo, desativa mais 13 escolas. As que restaram ficaram distribuídas da seguinte forma: 21 na capital, 75 nas cidades, 82 nas vilas e 70 nas povoações<sup>117</sup>. (ALVES, 1958 p. 129-130).

No caso particular da insuficiência de recursos do Estado do Ceará para investir na educação, a argumentação de Pinto (1929) detecta, ou melhor, denuncia outra ordem de problemas. Em seus próprios termos,

Tem-se sempre apresentado, como sendo o principal entrave do desenvolvimento do ensino, as condições vexatórias do erário público; mas quem se der ao cuidado de pesquisar, com minúcias, as nossas leis dos meios, constatará que de todo assim não é.

Nelas encontrará gastos supérfluos, com serviço de existência duvidosa, ou cuja única razão de ser é o dar pensão a protegidos da política.

Verdade dura, mas verdade verdadeira, que toda gente sabe, porém, que só se comenta à surdina, por que ninguém quer ver o seu nome inscrito no index fatídico do pachá do momento.

A verdade precisa ser dita e a história tem de ser escrita como os fatos se passam. Eu me dispus a tal e, por isso, neste trabalho uso de toda a franqueza (PINTO, 1939, p. 79).

Em 1905, informa Alves (1954, p. 131) que o Ceará contava com 272 escolas primárias distribuídas da seguinte forma: 24 em Fortaleza, 74 nas cidades interioranas, 84 nas vilas e 90 distribuídas pelas difusas povoações. Conforme os registros do autor, a matrícula elevou-se a 11.896 (5.514 do sexo masculino e 6.382 do sexo feminino), com uma freqüência de 9.534. Em seguida, o autor faz uma importante observação: “Começa, de então, a se registrar na matrícula das escolas primárias o aumento do número de crianças de sexo feminino e o declínio dos do sexo masculino”. Em Fortaleza, por exemplo, as 24 escolas exibiam a

---

<sup>117</sup> A historiografia pesquisada diverge quanto a esse fato. Para Pinto, por exemplo, a supressão das cadeiras foi uma questão de justiça. Vejamos seus argumentos: “Substituindo o Dr. Nogueira Acioli na presidência do Estado, o Dr. Pedro Borges nada fez. Favoreceu, é verdade, os cofres públicos suprimindo NOVENTA cadeiras, porque elas se achavam localizadas, pelo *favoritismo político*, em sítios, fazendas e outros lugares, para o fim exclusivo de *dar emprego às protegidas de chefes políticos*. Fez bem. Muitas das cadeiras suprimidas foram anteriormente transferidas do interior para as *ruas mais centrais da capital* e eram batizadas com o nome de *cadeiras de arraial*, para servir de emprego a filhas de políticos em evidência” (PINTO, 1939, p. 81, grifos nossos). Já Airton de Farias (1997), citado por Sofia Lerche Vieira (2002), vincula o fechamento das escolas à criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará, sob os auspícios, sobretudo, do “clã Acioli”: “Embora as primeiras idéias no sentido de criar uma instituição de ensino superior já fossem ventiladas em 1891, a Faculdade Livre de Direito do Ceará seria criada somente em 1903. Participaram ativamente deste movimento Thomás Pompeo de Sousa Brasil, Antônio Augusto, Farias Brito e integrantes do clã Accioly. Seu primeiro diretor, a propósito, foi Antônio Pinto Nogueira Accioly, então, senador. A esse respeito é oportuno lembrar que a construção da referida faculdade, ‘cujos membros em sua maioria, pertenciam à família de Accioly, do diretor aos estudantes’, segundo Farias, implicou na extinção de 90 escolas primárias” (FARIAS, 1997, p. 126 apud VIEIRA, 2002, p.145, grifos nossos).

matrícula de 2.015 alunos. Destes, 763 eram do sexo masculino e 1.252 do sexo feminino, apresentando uma freqüência da ordem de 1.614.

Vale registrar com o mesmo autor que o Ceará nesse período mantinha 77 escolas destinadas aos homens e 79 às mulheres, respectivamente distribuídas da seguinte maneira: 8 em Fortaleza, 35 nas Cidades, 30 nas Vilas e 4 nas Povoações; 12 em Fortaleza, 35 nas Cidades, 30 nas Vilas e 2 nas Povoações.

Convém lembrar que a criminosa prática política arraigada no poder das oligarquias e do velho coronelismo há muito vinham controlando com mãos de ferro as rédeas administrativas do Estado do Ceará, uma verdadeira fábrica de violência e miséria que crescia incomensuravelmente, tendo como principal representante o presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly (1896-1900; 1904-1908; 1908-1912) que governou o estado por três vezes, tendo seu partido se mantido no poder por longos 20 anos.

Nesse contexto, os discursos do governante do Estado esbanjavam literatura, para uso da expressão de Pinto, e esvaziava-se de conteúdo real. Para melhor ilustrar tal situação, reproduzimos *ipsis litteris* a fala do velho oligarca em mensagens proferidas nos anos de 1898 e 1900. O referido presidente assim se pronunciava:

‘no ensino primário nota-se uma mais eqüitativa distribuição de escolas, ao alcance, presentemente, de todas as povoações que não sejam de insignificante número de fogos’; ‘o ensino primário não tem ficado estacionário; com o aumento de cadeiras, que presentemente se elevou a 335, tem-se assinalado um proporcional aumento de matrículas, que no ano próximo findo atingiram ao total de 12.390, com a freqüência de 10.642’ (ACCIOLY, s/d apud PINTO, 1939, p. 80).

Em contraponto ao discurso demagógico de Accioly, apresentamos o relato de seu inspetor escolar, Valdemiro Cavalcante, referente ao período supracitado, o qual deixa cair a máscara e transparecer a concretude da realidade educacional cearense de então.

A impressão recebida foi quase a mesma em quase todas as escolas visitadas.

Raras foram as que concorreram para diminuir a *desoladora impressão* do conjunto. As escolas públicas do Estado *não correspondem ao sacrifício orçamentário nem ao seu fim institucional*. Os regulamentos, as leis de ensino, são desconhecidos pela maioria das professoras e pela totalidade dos inspetores escolares, que exercem a função de atestar, *nem sempre com critério*, a freqüência de alunos e a assiduidade do professor na aula, para o *fim de receber este o ordenado do mês*.

Métodos e processos pedagógicos não existem para os professores, e a rotina triunfante mantém a escola *num atraso de um século, com a férula, a máscara, o piparote e outros castigos aviltantes*, que a lei do ensino aboliu há mais de 20 anos. [...]’ (PINTO, 1939, p. 80-81, grifos do autor).

Conta Pinto que, quando retornou à presidência, em substituição ao médico Pedro Borges (1904-1908), Nogueira Accioly, no quadriênio de **1908 a 1912**, deu continuidade às suas mensagens ocas acerca do ensino público cearense, sem jamais ocupar-se, de fato, em efetuar as devidas providências para o seu desenvolvimento real.

A propósito, a negligência do Governo Accioly não se restringiu apenas ao campo educacional, lembremos rapidamente o sangrento episódio da sua deposição em 1912.

Conta Francisco Ari de Andrade (2002) que os últimos anos do governo Accioly (1908-1912) foram marcados por uma rígida postura do oligarca perante a sociedade – atitude contrária, diga-se de passagem, aos ventos do poder central, que, por aquele tempo, respirava os ares da constitucionalidade – ferindo frontalmente os interesses dos grandes comerciantes locais através da criação de sindicatos que passaram a controlar a venda dos gêneros alimentícios na capital e, posteriormente, com a tentativa de silenciamento da imprensa de oposição, porta-voz das denúncias dos comerciantes, via aparato policial.

Percebe-se, portanto, que a política aciolina foi útil à dinâmica da vida econômica cearense durante certo tempo, perdendo o vigor na medida em que os anseios de certos setores da sociedade mudaram em detrimento de novas exigências sociais e políticas. Na fala do autor, “O grupo de oposição esperava alguém que modificasse a estratégia governamental existente e não deixasse de atender aos interesses da classe mercantil, dentre eles, a livre concorrência e a diminuição da carga tributária, que onerava o preço final do produto” (ANDRADE, 2002, p. 98).

Gera-se um profundo mal-estar no Governo, que passa a assumir uma postura cada vez mais truculenta frente aos opositores, tomando medidas repressivas que vão desde a demissão de funcionários públicos, como forma de calar a voz dos discordantes até o uso do poder miliciano para espancar e, até matar, caso necessário, os oponentes. Essa atitude, típica do modo oligárquico de governar, cria-se, segundo Andrade, “[...] uma indignação crescente na camada social esclarecida, que se vê limitada a expor seu pensamento sob a ação conservadora do algoz” (ANDRADE, 2002, p. 100).

Assim, impedidos de exercer livremente as relações mercantis, devido à intervenção do governo estadual na economia, os comerciantes organizados através da Associação Comercial de Fortaleza declararam guerra ao governo aciolino, cuja tática investida para conquistar o governo empreendeu, em primeira instância, a articulação com a imprensa oposicionista, a aliança com setores do Exército e com dissidentes do partido aciolista. Em última instância,

como comumente ocorre na história da luta política, buscou-se construir uma aproximação com as massas populares. Diante desse quadro de efervescência social, relata o autor que

A Praça do Ferreira, coração da dinâmica capitalista comercial da cidade, onde circulavam modas e comportamentos, moedas e mercadorias, pessoas e idéias, veio a ser o palco das discussões e das articulações políticas engendradas pelos comerciantes ambiciosos pelo domínio das rédeas administrativas do Estado, na campanha eleitoral de 1912 (ANDRADE, 2002, p. 98).

A tática repressora utilizada pelo governo para dispersar as passeatas e os comícios na Praça do Ferreira findou desencadeando uma série de violentos choques entre as tropas milicianas e o povo. No seio deste, daremos relevo à Passeata das Crianças, ocorrida em 21 de janeiro de 1912. Conforme o relato de Sebastião Rogério Ponte (2004, p. 182),

O desfile infantil prenunciou-se tenso, uma vez que no seu trajeto da praça Marquês de Herbal [atual praça José de Alencar] até a Praça do Ferreira, dois policiais à paisana, identificados em meio à passeata, foram surrados por populares.

Um grande paredão de policiais armados e montados a cavalo aguardava na Praça do Ferreira. No final da tarde, a passeata chegou, concentrou-se e aplaudiu os diversos comícios. Quando dois terços da multidão já havia retirado-se do logradouro, ouviu-se disparos vindos não se sabe de onde, o que bastou para a polícia montada investir sobre o restante de centenas de pessoas e crianças, pisoteando-os, provocando grande correria e, a seguir, embates corpo-a-corpo e troca de tiroteios.

Daquela noite em diante principiou uma revolta armada e popular que transformou a capital em palco de guerra, só terminando três dias depois (24.01.1912) com a deposição de Accioly.

A sangrenta atuação das forças repressivas de Accioly, segundo a análise de Andrade (2002, p. 105), enfraqueceu sobremaneira seu poder, fortalecendo a oposição, que conquistou “estatuto ‘revolucionário’ e sua ação um ‘caráter educativo’ ao promover o envolvimento de toda a cidade nessa causa”.

Otacílio de Azevedo<sup>118</sup> (1992) presenteia-nos com seu depoimento vivo de partícipe da passeata organizada em repúdio ao episódio acima descrito, quando a polícia aciolina investira contra a população, nos seus dizeres, “esmagando-a sob as patas de seus cavalos”:

---

<sup>118</sup> Otacílio de Azevedo (1992, p. 13), filho de Redenção, poeta autodidata, pintor e fotógrafo do tempo em que Fortaleza ainda “andava descalça”, também se fez operário da empresa “”. Em seus versos, pinta seu auto-retrato da seguinte forma:

“Nunca transpus as portas de uma escola,  
O pouco que aprendi só a mim devo. [...].  
De oito anos aos catorze – funileiro,  
De catorze aos dezoito – copiador  
De retratos e, agora, por terceiro,  
Sou fotógrafo, poeta e pintor.  
Empreguei-me da Ligh o amargo espaço  
De três anos brutais, consecutivos

[...] Ao dobrar a Rua General Sampaio rumo à Praça do Ferreira, fomos atacados pela Cavalaria. O povo reagiu: estavam todos armados e municiados. Das cornijas dos prédios partiam balas de todas as direções. Toda a província virou praça de guerra. O povo assaltou as casas de vendas de armas. [...] Era um verdadeiro delírio. Todos alimentados pelo mesmo espírito de revolta, de justiça e de vingança. [...] Todas as casas da família do velho Acióli foram incendiadas, incluindo-se a sua grande fábrica de tecidos, a maior do Estado. [...]. Era uma avalanche de homens, mulheres e até crianças (os nossos Gavroches<sup>119</sup>...) que avançavam numa onda compacta, derrubando tudo à sua passagem, avançando sempre para a frente, não importando os obstáculos. Vi um sujeito arrancar, sozinho, um combustor de luz carbônica da Praça do Ferreira! [...] Três dias e três noites as balas sibilaram. Durante todo esse tempo, eu andava no meio dos revoltosos, entusiasmado, julgando-me um personagem de Victor Hugo. [...] (AZEVEDO, 1992, p. 75-76).

Com a cidade transformada em praça de guerra, a chapa liberal representante dos interesses da Associação Comercial de Fortaleza, encabeçada pelo coronel Marcos Franco Rabelo<sup>120</sup>, ganhou um peso significativo no pleito em questão – tanto assim que, suspensos “os fornecimentos de água e gás e, sob a mira dos rifles da milícia popular, que apontavam para o

---

As forças diminuindo o cansaço,  
Ante um grupo integral de homens cativos”.

<sup>119</sup> Aqui, Azevedo refere-se muito apropriadamente a um caro personagem da magistral obra “Os miseráveis”, de Victor Hugo, publicada em 1862 na França e em vários outros países. O pequeno e zombeteiro Gavroche é o destemido garoto abandonado pelos pais e acolhido, na expressão do autor, pela “boa mãe”: as ruas de Paris, integrando-se de corpo e alma na Insurreição Democrática ou Revolução de 1830, deflagrada em 5 de junho de 1832 em Paris, sob o reinado de Luís Filipe I. Pensamos ser oportuno dar uma rápida espiada na personalidade peralta e corajosa desse pequeno-grande guerreiro. Para tanto, damos a palavra a Victor Hugo que descreve o momento final de Gavroche na barricada da Insurreição: “O espetáculo era aterrorizante e encantador. Gavroche, fuzilado, arreliava os disparos. Parecia estar se divertindo muito. Era o pardal bicando os caçadores. [...]. A barricada estremecia; mas ele cantava. Não era uma criança, não era um homem; era um estranho moleque encantado. [...]. Brincava não se sabe de que assustador esconde-esconde com a morte; cada vez que a face camarada do espectro se aproximava, o moleque lhe dava uma palmada. No entanto, uma bala mais certeira ou mais traiçoeira do que as outras acabou alcançando o menino fogo-fátuo. Viram Gavroche oscilar, depois caiu. Toda a barricada gritou; mas havia algo de Anteu nesse pigmeu; para o garoto, tocar o chão é como, para um gigante, tocar a terra; Gavroche caíra somente para voltar a erguer-se; permaneceu sentado, um longo filete de sangue riscava seu rosto, ergueu os dois braços no ar, olhou para o lado de onde partira o golpe, e pôs-se a cantar [...] Não concluiu. Uma segunda bala do mesmo atirador o interrompeu. [...]. Essa pequena grande alma acabava de levantar vôo” (HUGO, 2007, p. 386-387).

<sup>120</sup> Especula Andrade (2002, p. 104-105) que a escolha do coronel Rabelo para candidato de oposição ao poderio aciolino talvez tenha sido uma revanche política, uma vez que seu sogro, o general Clarindo de Queiroz, fora deposto em 1892, do Palácio da Luz, por um levante armado liderado pelas forças de Accioly. Assim, com a ascensão do general Bezerril Fontenelli (1892-1896), tinha início o domínio da oligarquia Accioly, deposta apenas pelo aludido levante de sucessão presidencial de 1912. Argumenta ainda o autor que, uma vez questionada a moralidade do governo Accioly e exigida a renovação do quadro executivo, fez-se necessário um nome externo ao contexto cearense, o que facilitaria as alianças em torno desse candidato e asseguraria a não cooptação do mesmo pelo velho oligarca. Além do mais, explica Andrade que “A presença de um coronel do exército na disputa pelo governo cearense demonstra a idéia de ordem, que nutria o pensamento político liberal sobre o governo. Tal militar impunha a espada, mediante a qual a ordem seria estabelecida, garantindo-se o controle do poder, tecido do sertão à capital. Pairava no imaginário social, a idéia do respeito às armas e, ao mesmo tempo, a certeza de que um político assim teria o apoio das tropas federais para sufocar, quando houvesse, levantes contra-revolucionários”.

Palácio, [...] o presidente, constrangido, viu-se sem outra saída, a não ser a sua renúncia e aceitação, consequentemente, da chapa de oposição” (ANDRADE, 2002, p. 106).

Voltando à questão escolar, diferentemente do Governo Accioly, não foram poucos os presidentes estaduais que reconheceram as deficiências da instrução pública cearense e se propuseram a fazer avançá-la. Seu sucessor, por exemplo, fez o seguinte pronunciamento:

Urge uma remodelação completa no serviço de instrução. O que existe é uma *imperfeição* lamentável. Espero oferecer à consideração dessa assembléia um projeto de reforma, que consulta as principais exigências do ensino público [...]. Por ora vos direi apenas que o Estado não tem cumprido *seriamente* o seu dever de disseminar a instrução. [...].

O encargo de dar instrução a todos os cidadãos é o mais *oneroso*, e o *mais complicado* de quantos pesam sobre o Estado.

Penso que em nenhuma parte do mundo ele está plenamente resolvido, *mas no Ceará* nunca se procurou dar-lhe uma solução sensata e racional (RABELO, 1913 apud PINTO, 1939, p. 81-82, grifos do autor).

As profícias intenções de reforma educacional do presidente Franco Rabelo foram interditadas, em 1914, quando fora deposto do cargo pelo governo federal, Hermes da Fonseca, a propósito dos eventos que marcaram o episódio que entrou para a história com o nome de “Sedição de Juazeiro”.

Necessitamos recuperar alguns elementos históricos para compreender esse episódio. Nesse sentido, ressaltamos com Francisco Régis L. Ramos (2004) que a eleição de Franco Rabelo não representou, de fato, uma ruptura com as práticas oligárquicas e coronelísticas de então, operando tão somente a troca de grupos políticos no poder estatal. Lembra o autor, inclusive, que Franco Rabelo assumiu a presidência do Ceará, contraditoriamente, mediante um acordo celebrado com o velho oligarca:

Em 1912, Franco Rabelo foi eleito com grande quantidade de votos. Mas, na legislação em vigor, isso não era suficiente. Para ser empossado, necessitava da aprovação de 16 dos 30 deputados da Assembléia Legislativa, que estava dominada por homens ligados a Nogueira Accioly. Para ter nas mãos o número suficiente de votantes, decidiu negociar com o velho oligarca. Receberia, na votação, o apoio de 16 deputados e, em troca, daria alguns cargos públicos aos ‘acciolyistas’. Entretanto, o acordo foi cumprido de modo parcial. Apenas 12 deputados votaram a favor de Franco Rabelo, pois alguns homens fiéis a Nogueira Accioly não aceitaram a negociação. Mesmo ferindo a legalidade, Rabelo foi empossado (RAMOS, 2004, p. 359-360).

No entanto, como era de se esperar, tal acordo diluiu-se rapidamente e um forte movimento oposicionista liderado por Accioly foi desferido contra Franco Rabelo. Este, em represália,

decide levar a chamada “Política da Salvação”<sup>121</sup> para o núcleo mais organizado de apoio ao aciolismo, o Cariri, que tinha como principais líderes Padre Cícero e Floro Bartolomeu<sup>122</sup>.

A estratégia de Franco Rabelo era clara, contudo suicida: desmontar o aciolismo no Cariri. Desse modo, segundo Ramos, invocando o combate ao banditismo, as forças rabelistas invadiram a cidade de Crato, depondo o prefeito Antônio Luiz Alves Pequeno, primo de Accioly, substituindo-o por José André, correligionário de Rabelo. Tal ato colocava a cidade vizinha, Juazeiro, a “terra santa” do Padre Cícero, sob ameaça de invasão, atraindo para si a presença de muitos sertanejos que chegavam com o objetivo de defender, a qualquer custo, o lugar sagrado, pois o conflito político a essas alturas havia assumido uma outra faceta, qual seja: a encarnação do duelo entre Deus e o Diabo<sup>123</sup> (leia-se: entre Padre Cícero e Franco Rabelo<sup>124</sup>).

---

<sup>121</sup> Conforme Ramos (2004, p. 359), a “Política das Salvações” objetivava combater as práticas oligarcas nos estados. No Ceará, como é notório, tal plano instalou-se com o ímpeto, para uso dos termos do autor, de “[...] depor a oligarquia de Nogueira Accioly, que, desde os finais do séc. XIX, manipulava a máquina do Estado, por meio de fraudes eleitorais e toda sorte de falcatruas”.

<sup>122</sup> Padre Cícero, esta figura contraditória que recendia a poder e respeito junto aos coronéis e oligarcas e exalava misticismo e santidade junto aos devotos parece-nos dispensar comentários. Quanto a Floro Bartolomeu, Ramos fornece-nos concisas informações acerca de sua biografia: “trabalhara como médico e jornalista pelos sertões da Bahia e Pernambuco, chegou a Juazeiro em maio de 1908. Dessa época até o ano de sua morte, em 1926, Floro assumiu a condição de grande aliado do Padre Cícero. Com o apoio do sacerdote, foi eleito deputado estadual e posteriormente federal. Além disso, ocupou o cargo de principal comandante da ‘Sedição de Juazeiro’, que derrubou o governo de Franco Rabelo em 1914” (RAMOS, 2004, p. 359).

<sup>123</sup> A literatura cearense mais uma vez brinda-nos com uma obra a esse respeito. Referimo-nos à peça teatral publicada por Rachel de Queiroz, no ano de 1958, chamada “A beata Maria do Egito”, permitindo-nos reconstruir um pouco da atmosfera político-social da época. Inspirada no episódio da vida de Santa Maria Egípcia – que, não dispondo de recursos para pagar ao barqueiro pela travessia de um rio, entrega-se a este como paga pelo serviço – Queiroz cria uma peça com três atos e quatro personagens: o Tenente-Delegado de polícia João, o Cabo Lucas, o Coronel Chico Lopes e a Beata Maria do Egito. A obra retrata a história de uma Beata e seus seguidores que foram impedidos de seguir sua marcha para salvar Juazeiro do cerco armado pelas forças estaduais contra o Padre Cícero. A fala da penitente, ao ser inquirida pelo Coronel Chico Lopes na delegacia, é clara: “Nós vamos acudir o santo de Juazeiro, que está cercado pelos hereges rabelistas”, à qual o Tenente-Delegado João reage com veemência: “Bem, uma coisa é ser santa, rezar e até fazer milagres, outra coisa é andar com jagunço e ajudar revolução. Por isso é que tenho de impedir a sua saída da cidade”. E prossegue o interrogatório com a Beata Maria do Egito negando que seus seguidores sejam cangaceiros, pelo contrário, “Cangaceiro é quem se arma para matar e roubar e fazer o mal. Estes são homens direitos, pais de família, devotos daquele santo que os rabelistas querem matar”. Mas o Tenente-Delegado não se deixa influenciar: “O Juazeiro é muito grande; e, se é assim como diz, já deve haver gente de sobra por lá”. A Beata com as informações que dispõe dos fatos argumenta que não, “porque do lado de fora do valado os soldados do Anrticristo são tantos que a terra parece amarela, com a cor das fardas deles. Até um canhão trouxeram! E querem beber o sangue do Santo, e dizem que vão degolar todos os romeiros. Velhos e mulheres serão sangrados; até menino novo será arrancado do peito de sua mãe! E, no fim, ainda juram que hão de arrasar e salgar a terra do Juazeiro, tal como fizeram em Canudos. Admira que Deus me chame para acudir?”. Enfim, a Beata fica presa e seus seguidores aguardam do lado de fora da delegacia a sua soltura [...]. Durante a noite, acontece um episódio inusitado: o Tenenete-Delegado completamente apaixonado pela Beata a possui sem que a mesma oponha a menor resistência. No dia seguinte, achando que tudo mudaria e que a Beata fugiria com ele para um lugar distante onde pudessem viver em paz seu amor, o Tenenete-Delegado encontra-a beata igual ao dia anterior, como se nada houvesse acontecido entre os dois. Estarrecido, pergunta o que houve, e a Beata responde à queima-roupa: “Esta noite, você me cobrou um preço e eu paguei. Como se pagasse uma passagem

Um passo realmente sem volta para o governo de Rabelo! Mediante a nova conjuntura política, o deputado Floro Bartolomeu trama junto ao governo federal – à época, já rompido com o presidente do Ceará, pelo fato de este ter apoiado o “Bloco do Norte”, coligação de governadores sob o comando do pernambucano Dantas Barreto, em contraposição à candidatura do herdeiro de Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado, ao cargo de presidente da República – um plano de interdição à ação rabelista no Cariri. Nas palavras de Ramos, o plano consistia no seguinte:

[...] em Juazeiro, Floro deveria convocar outra Assembléia do Estado do Ceará, em contraposição à Assembléia que legalmente funcionava em Fortaleza; com 16 deputados, Floro deveria ser eleito o presidente dessa câmara; em seguida, seria decretada a constitucionalidade do governo de Franco Rabelo, pois sua eleição havia sido homologada por 12 deputados e não por 16, como a lei exigia; feito isso, era só aguardar a chegada de tropas federais, para depor Franco Rabelo, em nome da ilegalidade decretada pela Assembléia de Juazeiro (RAMOS, 2004, p. 361).

Assim, conforme o registro do autor, em fins de 1913, ante a ameaça de invasão da cidade do Padre Cícero, efetivou-se o plano de Floro Bartolomeu, constituindo-se a Assembléia em Juazeiro com apenas seis deputados.

O tão anunciado ataque das forças rabelistas à cidade de Juazeiro foi deflagrado em 20 de dezembro de 1913. Conforme o registro de Ramos, “[...] a defesa foi realizada com a ajuda do ‘Círculo da Mãe das Dores’, ou seja, um conjunto de grandes trincheiras que os romeiros haviam construído ao redor da cidade”. Faz-se importante enfatizar com o mesmo autor que o corpo de combatentes que salvaguardou Juazeiro não se compõe apenas de devotos, incluindo em seu seio cangaceiros e capangas ligados aos poderosos coronéis do Cariri. Para estes, na expressão de Ramos, “[...] o conflito significava mais uma luta entre potentados, na qual deveriam exercer suas profissões, manifestando habilidades para atirar no inimigo e defender-se do pipocar das balas”. Nesse sentido, cumpre-nos concordar com o autor que para a história política do Ceará, esse episódio, batizado pela história por “Sedição de Juazeiro” configurou-se como “mais um conflito entre as classes dominantes, mais uma luta pelo poder, constituída

---

de trem – ou como se pagasse a carceragem! Pensei que, se lhe desse tudo que você queria, em troca você me soltava, deixava que eu fosse cumprir a minha missão [...]. E agora – depois de tudo – pensa que estou diferente? Não me tocou. Foi como o sol passando pela vidraça”. Enfurecido, o Tenente-Delegado encarcela novamente a Beata, entremedes chega o Coronel Chico Lopes que tem o plano de se livrar da beata deportando-a para Iguatu às escondidas, mas é rechaçado pelo Tenente-Delegado. Por fim, o cerco se fecha e a trama encerra-se com o Cabo Lucas matando o Tenente para libertar a Beata Maria do Egito (QUEIROZ, 1979, p. 35-64).

<sup>124</sup> Um detalhe interessante apontado por Andrade é que o Padre Cícero figurou na chapa de candidatura de Franco Rabelo como terceiro vice-presidente, símbolo da aliança estabelecida no momento da campanha com as forças conservadoras do Cariri (ANDRADE, 2002, p. 107).

por interesses particulares e de grupos políticos ou econômicos [...]” (RAMOS, 2004, p. 361-362).

Derrotadas as forças rabelistas, conta Ramos que seguiu para Fortaleza, sob a batuta de Floro Bartolomeu, um significativo contingente de sertanejos armados, que, pelo meio do caminho, invadiram cidades como Crato, Miguel Calmon, Baturité e Quixeramobim, saqueando e destruindo os bens inimigos – de modo que, em 14 de março de 1914, o presidente da República, Hermes da Fonseca, decreta intervenção federal no Ceará, depondo Franco Rabelo e nomeando o general Setembrino de Carvalho como Interventor do Estado.

Substituiu o presidente deposto o coronel Benjamim Liberato Barroso (1914-1916), o qual, segundo Pinto (1939, p. 82), “[...] nada fez também em benefício do ensino [...]”, conquanto tenha reconhecido a ineficiência da escola cearense. Em seus termos,

[...] com uma população superior a um milhão de habitantes, o Estado dispõe atualmente de 403 escolas, quando, pela necessidade do ensino, devia possuir cerca de 4.000 para instruírem 200.000 crianças, aproximadamente, de idade escolar!

Penso que o governo deve ser dotado de fundos para a construção pelo menos de um prédio anualmente nesta capital, disposto no centro da cidade, onde a população for mais densa, destinado a grupo escolar. É certo que há professores que *moram no prédio onde dão aulas* e estas têm lugar *nos corredores* ou na *alpendrada das casas*.

A ignorância do povo é notável e desperta a atenção dos que viajam pelo interior, como já o fiz, e dos que observam as massas humanas que se deslocam nas secas. E tudo se explica pela exigüidade das escolas. Estas representam de 10 a 15 % do número que devia ser; a matrícula é de 15% do total da população infantil, de idade escolar, e a freqüência é pouco acima de 10% desse número, o que corresponde a 66% da matrícula (BARROSO apud PINTO, 1939, p. 83, grifos do autor).

Em substituição ao Coronel Liberato Barroso, assumiu a presidência do Estado o Engenheiro João Tomé de Sabóia e Silva (1916-1923), em cujo governo, na expressão de Pinto, “[...] o ensino primário mereceu esmerado cuidado”, posicionando-se sobre o tema já na sua primeira mensagem à Assembléia Legislativa, pronunciada em 1º de julho de 1916:

Este assunto, que não pode deixar de preocupar a atenção de todos os governos, tem merecido de minha parte especial cuidado e desvelo, constituindo objeto principal de minhas cogitações, pela indiscutível influência que exerce nos costumes e progresso da população [...].

De uma reforma se ressente, por certo, a instrução primária, da qual um dos pontos principais é o que diz respeito a nomeação de professores primários, base sobre a qual assenta o ensino público (SILVA, 1916 apud PINTO, 1939, p. 84).

A preocupação do referido presidente com a questão educacional revelou-se também na sua última mensagem proferida:

[...] limitei-me a deplorar perante vós, qual igualmente agora o faço, que a nossa sempre angustiosa situação financeira não nos tenha permitido ainda realizar os melhoramentos indispensáveis à difusão, que deve ser pródiga, pelos poderes públicos, do ensino elementar. Nunca, entretanto, é ocioso *insistir* no dever do estado em promover o desenvolvimento intelectual. O problema do ensino público é dos que mais devem ocupar a atenção dos governantes interessados no preparo das fortes bases da futura grandeza da pátria (SILVA apud PINTO, 1939, p. 85, grifo do autor).

Não obstante o “esmerado cuidado” dedicado à educação pelo presidente João Tomé de Sabóia e Silva, observa Pinto que não foi possível a este efetuar uma reforma radical da instrução primária, tarefa que veio a ser assumida por seu sucessor, o advogado Justiniano de Serpa (1920-1923), “[...] no segundo ano de seu governo, em 1922, quando *excelentes* eram as condições financeiras do Estado e *prometedoras* as condições econômicas” (PINTO, 1939, p. 85-86, grifos do autor).

Cumpre-nos enfatizar com Alves que o Ceará do primeiro quinquênio do século XX vivenciou o flagelo de duas secas, uma, ao terminar os anos oitocentos, e outra, ao iniciar os novecentos<sup>125</sup>, que serviram para esgotar ainda mais as energias dos trabalhadores cearenses,

---

<sup>125</sup> Sobre esta questão, a literatura cearense oferece-nos verdadeiras pérolas! São obras que conseguem expressar com tamanho realismo as agruras trazidas pelas terríveis secas que castigaram o Ceará no final do século XIX e inicio do século XX que se assemelham, se isso fosse possível, a uma fotografia viva da época. Referimo-nos, é claro, aos romances de Adolfo Caminha (2007), “A normalista”, publicado em 1893, que, a bem da verdade, não centra sua trama exclusivamente sobre a questão da seca, mas toma como pano de fundo o desenrolar desse flagelo na vida de uma família de sertanejos, pais da protagonista do romance, e de Rachel de Queiroz, “O quinze”, publicado em 1930. Caminha esboça um interessante quadro do Ceará de então, com seus costumes provincianos e sua Rua do Trilho, onde se passa a infeliz história de Maria do Carmo, a normalista, filha de sertanejos retirantes, expulsos de suas terras pela “grande seca” de 1877. A sorte da família não é das melhores, o que não a diferiu das demais. Ocorre que a mãe falece logo após a chegada a Fortaleza, quando o pai e o irmão resolvem buscar novos horizontes no Norte do país, na ilusão de fazer a vida nos seringais do Pará, deixando a filha sob os cuidados, melhor dizendo, sob as garras, do padrinho: o amanuense João da Mata, que, sem qualquer escrúpulo, deflora a afilhada, deixando-a grávida, o que interdita definitivamente seu projeto de contrair casamento com Zuza, o quintanista de Direito, filho do imponente Coronel Sousa Nunes (CAMINHA, 2007). Queiroz, por seu turno, entre as tintas gastas para pintar o esmaecido romance de Conceição e Vicente, urde a trama da amarga saga dos retirantes da seca de 1915, centrando o foco na numerosa família de Chico Bento, um vaqueiro iguatuense que trabalhava na fazenda de Dona Maroca, em Quixadá. Com a incisiva chegada da seca de 1915, a velha impiedosamente resolve abrir as porteiras e soltar seu gado para que morra de fome e de sede, largado a sua própria desgraça. Com esse ato, a fazendeira também abriu as porteiras para seu vaqueiro e família seguirem a mesma sinal. Vendendo o pouco que tinha, Chico Bento tenta conseguir junto ao governo municipal passagens de trem para Fortaleza, com o intuito de seguir para o Norte. Contudo, o pobre sertanejo não consegue o “benefício” e premido pela necessidade de fugir do flagelo põe-se a caminho por terra com sua família rumo à Capital. No decorrer do percurso, alguns vão ficando pela estrada: primeiro foi a cunhada Mocinha, que arrumando uma ocupação em um dos lugarejos, separou-se do bando; depois foi o filho Josias, que, desesperado de fome, comeu mandioca crua, morrendo envenenado; por último, foi a vez de Pedro, filho mais velho, que fugiu ou se perdeu dos pais quando já chegavam às imediações de Acarape. Enfim, o casal consegue chegar a duras penas em Fortaleza, onde são despejados no Campo de Concentração – local miserável que existiu de fato, construído pelo poder público para isolar os retirantes dos moradores da cidade – junto com milhares de outras famílias, vivendo sob condições subumanas. Chico Bento consegue contato com a professora Conceição,

refugiando-se em grande medida nas perigosas promessas de trabalho advindas da Região da Amazônia<sup>126</sup>, enquanto que o Presidente da República, segundo o desabafo do autor, sequer tomou conhecimento do flagelo<sup>127</sup>.

---

madrinha do filho caçula, Duquinha, a qual os encontrou durante o trabalho que desempenhava no auxílio às pessoas que faziam a entrega de socorros no Campo de Concentração. Pouco depois, a moça lhe consegue trabalho na obra do açude do Tauape, resolve criar o afilhado e, posteriormente, ajuda aos compadres a conseguirem as passagens subvencionadas pelo governo estadual, embarcando o que restou daquela pobre família (os pais e dois filhos) para São Paulo, por julgar ser o destino menos cruel, uma vez que a Amazônia e o Maranhão já apareciam como horizontes de maiores misérias (QUEIROZ, 1975).

<sup>126</sup> Fausto Brito (2004), com base em Bassanezi (2001), aponta expressivos dados sobre a emigração de cearenses no período das secas: “Estima-se que entre 1869 e 1900 houve uma emigração para outras províncias de 300.902 pessoas, das quais somente 38% retornaram ao Ceará. **A grande maioria, 85%, deslocou-se para a Amazônia** e o restante, para a região Sudeste” – de modo que o destino, por excelência, dos cearenses ‘retirantes’ era a região da Amazônia, constituindo o imenso contingente de trabalhadores da economia da borracha (BASSANEZI, 2001, p. 14 apud BRITO, 2004, p.11, grifo nosso).

Para falar das condições subumanas de trabalho a que foram submetidos esses emigrados ninguém melhor que aquele que observou de perto o “paraíso diabólico dos seringais”, Euclides da Cunha, através da obra inacabada – dada sua morte prematura em consequência de um crime passional – que deveria chamar-se “Paraíso perdido”, publicada postumamente com o título “À margem da história”, resultante da viagem que empreendeu ao Acre, em 1904, como Chefe da Comissão de Reconhecimento das Nascentes do Rio Purus. Permita-nos o leitor o uso de um longo, quanto impescindível extrato dessa obra. Com a palavra, Cunha:

**“De efeito, o seringueiro – e não designamos o patrão opulento, senão o freguês jungido à gleba das ‘estradas’ –, o seringueiro realiza uma grande anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se.** Vêde esta conta de venda de um homem:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num ‘gaiola’ qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um refle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem do ‘barracão’ senhoril, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um ‘brabo’, isto é, ainda não aprendeu o ‘corte da madeira’ e já deve 1: 135\$000. Segue para o posto solitário encalçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 paneiros de farinha de água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. **Ainda não deu talho de machadinha, ainda é o ‘brabo’ canhestro, de quem chasqueia o ‘manso’ experimentado, e já tem o compromisso sério de 2: 090\$000.**

Adicionai a isto o desastroso contrato unilateral, que lhe impõe o patrão. [...]. O patrão inflexível decreta, num emperramento gramatical estupendo, coisas assombrosas. Por exemplo; a pesada multa de 100\$000 combina-se a estes crimes abomináveis: a) ‘fazer na árvore um corte inferior ao gume do machado’; b) ‘levantar o tampo da madeira na ocasião de ser cortada’; c) ‘sangrar com machadinhas de cabo maior de quatro palmo. Além disto o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão, ‘não podendo comprar a qualquer outro, sob pena de passar pela multa de 50% sobre a importância comprada’.

Esta resenha comportaria alguns exemplos bem dolorosos. Fora inútil apontá-los. **Dela ressalta impressionadoramente a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada; uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer do homestead que o consorde definitivamente à terra”.** (CUNHA, À margem da história, p. 9-10, grifos nossos. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br>; acesso em 19/08/08). O intenso e revelador depoimento do célebre escritor dispensa qualquer comentário.

<sup>127</sup> Como o autor refere-se de maneira genérica ao quinquênio, torna-se difícil precisar qual presidente estava à frente da República nesse período. A historiografia cearense arrola uma sucessão de secas que atingiram o estado no período que se estende de 1877-1879 (“grande seca”), 1888-1889, 1900 a 1915. Caso refira-se à seca de 1900, tínhamos como presidente o advogado Manuel Ferraz de Campos Sales, que governou de 1898 a 1902. Caso faça menção à seca total de 1915, presidia a República do Brasil o também advogado Venceslau Brás Pereira Gomes, cumprindo seu mandato de 15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918. Para mais informações

Concluída a **primeira década do século XX**, conforme Alves, o Ceará exibia uma estatística de 344 escolas, com 12.857 alunos matriculados, contando Fortaleza com 35 dessas instituições de ensino.

Assevera o mesmo autor que o período que se estende de **1911 a 1920** constituiu-se particularmente conturbado para o Ceará: primeiro, pelo fato de ter sido duplamente atingido pelo flagelo da seca, a primeira total, em 1915, e a segunda parcial, em 1919; segundo, por sentir os abalos provocados pelo movimento revolucionário dos libertadores em contraposição às chamadas oligarquias dominantes, que ganhou força de Alagoas ao Amazonas; terceiro, por conta das agitações populares ocorridas em 1911, quando se desencadeou o movimento contra o governo Accioly, vindo a ser deposto em 24 de janeiro de 1912, no momento em que assumiu a presidência do estado Marcos Franco Rabelo, deposto, por sua vez, em março de 1914, por Intervenção federal do presidente Hermes da Fonseca, em decorrência da já referida contra-revolução iniciada na região sul do estado, a Sedição de Juazeiro.

Desse modo, conta Alves que o ensino primário foi deveras prejudicado “com a situação anormal criada pelas lutas políticas, que não deixaram um traço de progresso em sua atuação. O sofrimento das populações foi aumentado com a seca de 1915, que destruiu mais de 75% da riqueza particular [...]” (ALVES, 1954, p. 133).

Nesse contexto, as escolas públicas viram-se reduzidas, enquanto que as escolas particulares<sup>128</sup> começaram a ganhar espaço nas searas do ensino no Ceará – de modo que, em **1916**, as instituições privadas abocanharam 40% dos alunos matriculados nas escolas estaduais e a este seleto ensino não precisa muita imaginação para concluir que tiveram

---

acerca das crises climáticas que assolaram as terras cearenses nesse período e o consequente flagelo trazido às famílias, ver os estudos de José Weyne de Freitas Sousa “A família cearense sob o signo das secas: domicílio, trabalho e imigração” (Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiiisimposio/anais/textos/> acesso em 24/07/08) e de Frederico de Castro Neves “A seca na história do ceará” (In: SOUZA et al. Uma nova história do Ceará. 3ª Edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004) trazem importantes contribuições.

<sup>128</sup> Apresentamos, aqui, com Plácido A. Castelo (1970, p. 262, grifos nossos), uma relação das principais escolas particulares existentes no Ceará desse período: Ateneu Cearense (1863), Colégio da Imaculada Conceição (1865), Panteon Cearense (1870), Colégio São José (s/d), Instituto Cearense de Humanidades (s/d), **Escola Popular ou Escola Noturna (1874)**, para pobres e operários, iniciativa da Academia Francesa, Colégio Universal (1875), Instituto do Padre Bruno (1879), Colégio Santa Rosa de Lima (s/d), Instituto de Humanidades (1892), **Escola Humanidade Nova** (1911), fundada conforme os termos do autor “visando à educação integral do indivíduo, baseado em métodos experimentais da Pedagogia Moderna”, e o Colégio Cearense (1913). Faz-se importante destacar com Gonçalves (2001b) que já em 1905 registram-se iniciativas do poder público no sentido de subsidiar as instituições de ensino particular, ilustrando tal fato com o caso do Colégio da Imaculada Conceição, o qual já funcionava num prédio doado pelo Estado e no referido ano recebeu do mesmo um auxílio da ordem de 6: 000\$000 para promover a educação de 12 órfãs, já abrigando 90 delas em regime de internato.

acesso apenas e tão somente os filhos das classes abastadas. Conforme registra Alves, a freqüência escolar girou em torno dos seguintes números: Fortaleza apresentou uma freqüência de 4.831 nas escolas públicas e 3.973 nas escolas particulares; o interior do estado compareceu com uma freqüência de 7.844 nas escolas públicas e 1.136 nas escolas particulares, contabilizando, em todo o estado (compreendidas as instituições públicas e privadas), uma freqüência na ordem de 17.334. Assim, conta Alves que

A matrícula total nas escolas primárias do Estado eleva-se a 12.225 e nos particulares a 5.109. Existiam, então, 17 estabelecimentos particulares que ministravam o ensino primário, os quais, em um decênio, apresentaram um aumento de 3.326 alunos, enquanto o Estado teve o ridículo aumento de 252 matrículas em suas escolas primárias, pois em 1906 as escolas do Estado tinham 11.973 alunos, sendo em Fortaleza 1.100. Enquanto o ensino particular se desenvolvia, o do Estado restringia-se, reduzia-se ao mínimo. A falta de aparelhamento das escolas, desprovidas de material didático, localizadas segundo os interesses políticos, com um professorado percebendo ordenados de fome, inferiores a Cr\$ 150,00 mensais, foram fatores que contribuíram para a decadência do ensino primário estadual no decênio referido (ALVES, 1954, p. 134, grifos nossos).

Detalha Pinto que, em 1916, na capital do Ceará, Fortaleza, funcionaram 65 escolas. Observa o mesmo que a matrícula, que deveria ter atingido 3.900 alunos, foi apenas de 2.879; da mesma forma, a freqüência média, que deveria ter sido de 2.600 alunos, efetivou-se no total de apenas 1.807. Outrossim, funcionaram ainda 4 grupos escolares, contendo cada um 5 classes, os quais apresentaram uma matrícula de 514 alunos, quando a expectativa apontava 1.200, com freqüência média de 372 alunos, quando deveria ter chegado a 800.

O Interior do Estado, por sua vez, contava com 358 escolas, distribuídas 81 nas cidades, chamadas de escolas de segunda categoria; 88 nas vilas, escolas de terceira categoria; 189 nas povoações e arraiais, escolas de quarta categoria. Conforme Pinto, tais instituições deveriam ter apresentado o número de 21.480 alunos matriculados, atingindo uma freqüência média de 14.320 alunos. Contudo, acabaram apresentando um resultado bastante vergonhoso, para uso de sua expressão.

De acordo com a estatística organizada pelo autor, verifica-se que das 358 escolas existentes, apenas 196 funcionaram, exibindo o resultado seguinte: 7.844 alunos matriculados; freqüência média de 4.451; média de freqüência por escola em torno de 22,4.

No ano de 1917, seguindo os dados de Pinto, a capital exibiu o número de 64 escolas em funcionamento – uma a menos em relação ao ano anterior, com uma matrícula de 3.330 alunos, o que registrou um aumento de 451 novas matrículas levando-se em conta o ano

passado – e uma freqüência média de 1.858, uma elevação de 51 em relação a 1916. Conquanto, a estimativa era que a matrícula atingisse 3.786 e a freqüência média alcançasse a casa de 2.520.

Os 4 grupos escolares com 5 classes continuaram em funcionamento, apresentando, conforme o mesmo, um significativo aumento de 280 alunos em relação à matrícula do ano anterior, contabilizando um total de 794 alunos na matrícula geral. Todavia, a freqüência atingiu apenas 451. Não obstante a elevação de matrículas, observamos que a expectativa de 1.200 alunos matriculados, com freqüência de 800, mais uma vez não foi alcançada pelos grupos escolares de Fortaleza.

Nesse mesmo ano, registrou-se um pequeno aumento no número de escolas no interior, subindo de 358 para 391, assim distribuídas: 82 nas cidades, 86 nas vilas e 223 nas povoações e nos arraiais. Conforme Pinto, a matrícula dessas instituições deveria ter sido da ordem de 23.460 alunos, com uma freqüência média de 14.892. Entretanto, o perfil escolar desse ano foi o seguinte: das 391 escolas existentes, apenas 242 funcionaram de fato, apresentando 14.991 alunos matriculados, com freqüência média de 5.999 e média de freqüência por escola na ordem de 34,5.

Em **1918**, sempre segundo Pinto, funcionaram, na capital, 65 escolas, acusando um total de 3.277 alunos matriculados, o que aponta para a diminuição de 53 matrículas, mesmo pondo em funcionamento 1 escola a mais em relação a 1917, com freqüência média de 1.915 (aqui observamos o aumento de 57 alunos em referência ao número registrado no ano anterior). Entretanto, a expectativa apontava para 3.900 matrículas com freqüência média de 2.600 alunos.

Permaneceram em funcionamento os 4 grupos escolares que, de acordo com dados apurados pelo autor, contabilizam nesse ano a matrícula de 654 alunos (140 a menos em relação a 1917), com freqüência média de 475 (24 a mais com relação ao referido ano), quando esperava-se para atingir o funcionamento normal a matrícula de 1.200 alunos, com freqüência média de 800 (PINTO, 1939, p. 88-89).

O número de escolas do interior cearense, seguindo as estatísticas de Pinto, elevou-se novamente em 1918. Desta vez, subiu de 391 para 423, um aumento de 32 escolas, que se distribuíram da seguinte forma: 89 nas cidades, 84 nas vilas e 250 nas povoações e arraiais. Mais uma vez, observou-se um contraste entre o número de escolas existentes e aquelas que realmente funcionaram, de modo que, ao invés de 423 escolas com 25.380 alunos

matriculados, com freqüência média de 16.920, funcionaram tão somente, e ainda de modo irregular, 313 escolas, computando ao final o perfil de 15.293 alunos matriculados, com freqüência média de 10.824 e média de freqüência por escola de 34,5%, a mesma do ano anterior.

No ano de **1919**, conforme o aludido autor, a capital cearense registrou o funcionamento de 52 escolas, com matrícula de 2.211 e freqüência média de 1.169 alunos, o que resultou, tomando por base o ano de 1918, na desativação de 13 instituições de ensino, na diminuição de 1.066 matrículas e na conseqüente redução de 746 crianças na freqüência média. Todavia, a expectativa apontava para 3.120 matrículas com freqüência média de 2.020 alunos.

Os grupos escolares, atesta Pinto, acusaram um aumento de 2 instituições, pondo em funcionamento 6, com uma matrícula geral de 1.236, ou seja, uma elevação na ordem de 582 alunos matriculados, com freqüência média de 827, equivalente a 352 crianças a mais em relação a 1918. Ainda assim, estimava-se a matrícula de 1.800 alunos e uma freqüência média em torno 1.200.

O ano de 1919, segundo o mesmo, computou mais uma vez o aumento de escolas no interior, quando 54 novas cadeiras foram criadas, atingindo o total de 477: sendo 90 nas cidades, 88 nas vilas e 299 nas povoações e arraiais. Mais uma vez, o fenômeno se repete: das 477 escolas existentes, somente 314 funcionaram. A matrícula, que deveria constituir-se de 28.620, com freqüência média de 19.080 alunos, configurou-se assim: 13.105 alunos matriculados, freqüência média de 8.909 e média de freqüência por escola de 28,8%, isto é, a quantidade de escolas elevou-se, mas o número real de escolas em funcionamento permaneceu praticamente o mesmo, com o aumento de apenas uma escola, e a média de freqüência por escola caiu abaixo dos dois anos anteriores.

O que estaria na base de tal fenômeno? Pinto não arriscou palpite sobre o assunto, quiçá o argumento do “imperativo econômico” utilizado por Alves (1954) seja contundente: o autor refere-se à grande evasão escolar registrada na época, quando mais de 50% abandonavam a escola antes de concluir o ensino primário, como conseqüência do imperativo econômico, isto é, os pais, no campo e na cidade, retiravam seus filhos da escola para que pudessem contribuir com a reduzida renda familiar, seja ajudando o pai no roçado ou nas oficinas, seja ajudando a mãe nas atividades domésticas.

À mesma tese filia-se Olinda, para quem a questão da evasão “expunha tanto a inadequação dos processos pedagógicos à clientela, quanto, e principalmente, a situação de miséria das

populações que não podiam prescindir de mão-de-obra infantil [...]. Aponta ademais a autora um outro aspecto definidor dessa situação, qual seja: “o êxodo rural provocado pela seca e pelas cercas. O grande latifundiário mantinha seus agregados em regime de semi-escravidão e sem o menor amparo nos períodos da seca [...]” (OLINDA, 2005, p. 155-156).

A década que compreende os anos de **1921 a 1930**, conforme Alves (1954), foi marcada pela grande reforma do ensino primário e normal<sup>129</sup>, sobretudo normal, iniciada pelo professor paulista Lourenço Filho, em 1922, sob os auspícios do governo de Justiniano de Serpa (1920-1923), tendo continuidade no governo de Matos Peixoto (1928 -1930), através da ação da Diretoria Geral de InSTRUÇÃO, na pessoa do professor Joaquim Moreira de Souza, e no governo do período dito “revolucionário”, na Interventoria do Capitão Carneiro de Mendonça (1931-1934), o qual manteve o mesmo professor na referida Diretoria.

A reforma compreendeu uma série de ações, dentre elas, vale destacar com Pinto (1939), a **criação da Inspetoria de InSTRUÇÃO**, nos dizeres do autor, até aquele momento acéfala e desorganizada; a **reorganização da Escola Normal**<sup>130</sup>, considerada pelo pedagogo paulista

---

<sup>129</sup> Conta Pinto (1939) que o presidente do Ceará, Justiniano de Serpa, solicitou ao presidente de São Paulo, Washington Luís, um técnico que se deslocasse ao nosso estado com o objetivo de efetuar a reforma do ensino primário e secundário. Para tal tarefa, foi incumbido o professor catedrático de pedagogia da Escola Normal de Piracicaba, Manoel Bergströn Lourenço Filho, naquele momento, no alto dos seus verdes 23 anos de idade.

<sup>130</sup> Observa Olinda (2005, p. 24) que as discussões travadas em todo o país acerca da criação da Escola Normal brasileira acabaram envolvendo num mesmo projeto membros da situação e da oposição, ligados aos conceitos, tão em voga na época, de soberania popular, nacionalidade, progresso, civilização e luzes. Contudo, tais idéias não ganharam vida material, consubstanciando-se em instrução primária para toda a população – de modo que, “Nesses debates, todas as reformas eram bem-vindas desde que não ferissem as estruturas da sociedade. No momento mais marcante da vida nacional, os modernizadores do Estado sempre buscaram a conciliação pelo alto para evitar a organização popular e suas rupturas”.

Conforme Maria Goretti L. P. Silva (2002, p. 59) a Escola Normal do Ceará foi fundada em 1884, orientada pelo Regulamento da InSTRUÇÃO Pública de 1881, até que em 26 de junho de 1885 teve expedido seu primeiro Regulamento. Vale salientar com a mesma que, contrastando com a situação nacional, a Escola Normal cearense nasce com prédio próprio.

O fato de ter vindo ao mundo em sua própria casa, digamos assim, não a isentou de nascer anexa a uma escola que já somava anos de experiência, o Liceu do Ceará. Assim, conforme Olinda (2005, p. 24), não obstante o longo percurso de dificuldades, abriu suas portas para ofertar duas escolas primárias anexas: uma masculina e outra feminina.

Silva (2002, p. 60-61) chama-nos a atenção para o fato de a Escola Normal cearense ter-se mantido em funcionamento desde sua fundação, mais uma vez contrastando com a realidade nacional, “[...] muito embora o afã reformista de seus instituidores tenha lhe proporcionado inúmeras mudanças. Estas vão desde a estrutura curricular, passando por alterações na duração do curso e de seu nome, até à construção de um novo prédio em 1923”.

A propósito, Castelo (1970, p. 194) apresenta um conciso histórico de algumas dessas alterações processadas ao longo dos anos nessa importante instituição do ensino secundário do Ceará. Vejamos: “Conhecida inicialmente por Escola Normal Pedro II, em homenagem ao Imperador, o educandário, adquirindo maior importância com a reforma educacional operada no Governo do Presidente Justiniano de Serpa, recebeu depois o nome deste notável cearense que fizera construir moderno e amplo edifício para abrigar as atividades de formação do magistério primário do Estado e em que funciona hoje o Colégio Justiniano de Serpa, visto como, na administração do Governador Paulo Sarasate, a Escola Normal, convertida em Instituto de Educação, porém com

como o núcleo de toda reforma, com vistas, em seus termos, a “corrigir a orientação literária ou formalística do programa que, composto mais de ciências abstratas ou descriptivas, orna o espírito, mas não forma” (LOURENÇO FILHO apud PINTO, 1939, p. 91); a **realização do cadastro escolar**<sup>131</sup>, traçando um verdadeiro perfil do ensino no Ceará; a **introdução de novas práticas escolares**, através da fundação da Escola Modelo, anexa à Escola Normal, objetivando constituir-se como instituição padrão da nova escola primária do estado; o **curso de férias**, destinado à formação dos professores do interior do estado, reunindo no Teatro José de Alencar 362 docentes dos mais longínquos rincões do Ceará; e a **construção de prédios escolares modernos**, uma vez que “[...] os prédios escolares existentes no Ceará eram um verdadeiro atentado, não só às boas regras pedagógicas, mas, principalmente, à higiene e à civilização”<sup>132</sup>, (PINTO, 1939, p. 96).

Aqui merece destaque a tessitura do cadastro escolar, o qual, nos dizeres de Pinto, surtiu um prodigioso efeito moral. Pois bem, partindo o Professor Lourenço Filho da compreensão de que uma reforma do ensino é uma “reforma de costumes” e que, enquanto tal, só poderá ser fruto de uma tarefa coletiva, jamais operada por um só homem ou por um governo, iniciou os

---

as mesmas finalidades, foi transferida para o bairro de Nossa Senhora de Fátima. Durante vários anos, até 23 de dezembro de 1923, quando se passou para o novo prédio da Praça Figueira de Melo, ocupara a escola o pavimento térreo do Palacete da Fênix Caixeiral, inaugurado em fins do século XIX”.

<sup>131</sup> Detalha Pinto que o cadastro escolar efetivou-se com base nos seguintes passos: “1) pelo recenseamento de todas as crianças, analfabetas ou não, de idade de 6 a 12 anos completos; 2) pela inscrição dos auxílios prestados, não só pelas prefeituras como por particulares, à localização das escolas já instaladas e de outras por instalar; 3) pelo inventário do material escolar existente nas sedes dos estabelecimentos de ensino e organização da estatística geral do ensino; 4) pela consulta entre os chefes de família, referente ao horário, férias e outras pesquisas locais” (PINTO, 1939, p. 92).

<sup>132</sup> A esse respeito, faz-se oportuno reproduzir um longo extrato do artigo publicado pela “Revista Phenix”, publicação mensal mantida pela Sociedade Phenix Caxeiral, editada por caixeiros-estudantes em março de 1912:

“E se é esta a situação das nossas escolas, relativamente ao ensino, quanto à instalação [estão] em inteira oposição aos mais generalizados preceitos da pedagogia moderna; é uma lástima, uma vergonha que nos deprime e deve cessar o quanto antes, sob pena de conquistarmos os foros pouco invejáveis, de estado mais atrasado do mundo.

A verba destinada ao aluguel das casas para escolas da capital é mesquinha [...] é um ninharia – supomos que 8 ou dez mil reais [...] [as professoras] dão suas aulas em saletas e corredores apertados, no mais das vezes infectos, enfim em compartimentos sem higiene [...].

Na rua Senador Pompeu [...] há uma escola de arraial funcionando na apertada salinha de um velho prédio, úmido, onde a higiene não é observada e onde faltam as mais exígues acomodações escolares.

E como essa, com evidente prejuízo para a saúde das pobres criancinhas, funcionam também escolas da capital, e de uma sabemos, cujas aulas se realizam a portas fechadas, para que não se veja a freqüência diminuta ou o pouco asseio que ali se oculta.

[...] de todas essas falhas que nos envergonham e deprimem, que um governo honesto não pode consentir [...] é que o analfabetismo tanto progride entre nós, com as escolas públicas abandonadas e sem freqüência, ao passo que os colégios particulares abarrotam e prestam assinalados serviços [...]” (Revista Phenix, ano I, nº 2, mar/1912 apud GONÇALVES, 2001b, pp. 376-377).

trabalhos com uma intensa ação de propaganda geral, com vistas a envolver todas as forças sociais na realização do cadastro, de modo que,

Obtida a adesão das prefeituras, no Congresso de Prefeitos, realizado em maio de 1922, na Capital, obteve as adesões do Exmo. Sr. Arcebispo de Fortaleza e dos Exmos. Srs. Bispos de Sobral e do Crato, da Inspetoria de Obras Contra as Secas, da Administração dos Correios, da Repartição dos Telégrafos e da Associação Comercial do Ceará, cujos subordinados, em toda parte, receberam ordens de auxiliar os funcionários da Direção da Instrução.

A reforma, por isso, pode dizer-se, foi ventilada por todo o público. Durante dias, era o assunto das conversas e discussões em todo o território do estado, desde as cidades mais adiantadas, até os lugares mais obscuros. Se desse edificante movimento de patriotismo não houvessem resultado os extraordinários benefícios materiais do cadastro, os benefícios morais que dele advieram compensariam todos os esforços e as insignificantes despesas por parte do Estado (PINTO, 1939, p. 93-94).

Ainda a este respeito, faz-se importante reproduzirmos, com Pinto, um excerto de Newton Craveiro sobre os efeitos do cadastro escolar:

O cadastro produziu efeitos dinamogênicos. Levantou em toda parte o nível do interesse, incorporou à psicologia pública alguma coisa de novo e salutar. Segundo os cálculos do professor Lourenço Filho, **fez, por si, metade da reforma**; elevou rapidamente a matrícula nas escolas, porque muitos **pais tomaram o recenseamento como matrícula compulsória**. Acordou as próprias corporações municipais que, aterradas com as cifras de analfabetos que lhes foram postas diante dos olhos, criaram numerosas classes primárias, à sua custa<sup>133</sup>. Foi um vibrante toque de reunir (CRAVEIRO apud PINTO, 1939, p. 94, grifos do autor).

Vale destacar com Nagle o pioneirismo da reforma educacional cearense no tocante à penetração do ideário escolanovista nos sistemas escolares estaduais e do Distrito Federal. Com efeito, revela o autor a dificuldade em identificar a efetivação desse ideário, levando-se em conta, para uso de sua expressão, “[...] as condições negativas do sistema escolar cearense, apontadas pelo reformador, **e dado o fato de que a remodelação deve-se contar, quase que exclusivamente, com as influências de seu esforço pessoal** (NAGLE, 1976, p. 250-251, grifos nossos).

---

<sup>133</sup> Aproveitamos esta súbita preocupação das corporações municipais do Ceará com o alto índice de analfabetos para lembrar com Nagle a análise feita por Lourenço Filho acerca da ilusão gerada pela urgente necessidade de alfabetização. Em suas palavras, “No cap. XV da obra [Revista Nacional/entrevista concedida por Lourenço Filho – Diretor Geral da Instrução Pública do Estado do Ceará], que tem o título ‘Conclusões’, o autor analisa a ‘ilusão’ que tem sobre a necessidade e urgência da alfabetização, e mostra a existência, nos Estados nordestinos, desta situação ‘paradoxal’: **o povo ignorante trabalha e produz riqueza, enquanto a população letrada ‘faz estéril burocracia, quando não criminosa politicagem’; quando vem o flagelo, o letrado faz sonetos enquanto o ignorante continua sua luta**” (LOURENÇO FILHO, s/d, p. 265-277 apud NAGLE, 1976, p. 253, grifos nossos).

Estudos contemporâneos puderam recuperar fatos importantes da história da educação no Ceará que contradizem essa argumentação bastante sedimentada na historiografia brasileira de que a reforma cearense foi fruto “quase exclusivo” do renovador, no caso, Lourenço Filho. Em reação a essa personificação da reforma em torno de seu nome, o educador paulista fez o seguinte comentário: “sempre considerei a reforma de 22 como reforma cearense, feita pelos cearenses, mais do que por mim” (LOURENÇO FILHO apud CAVALCANTE, 2000, p. 149).

Silva, por exemplo, localiza nos anos de 1866, 1880 e 1881 os esforços dos professores José de Barcellos e Amaro Cavalcanti no sentido de uma renovação dos métodos de ensino no Ceará:

Vale ressaltar que ao longo das discussões acerca da necessidade de criação de uma escola normal, ações também foram sendo desenvolvidas no sentido de consolidar esse objetivo. Assim é que, em 1880, o professor Amaro Cavalcanti, em viagem aos EUA, foi comissionado para estudar o ‘systema de instrução elementar’, daquele país apresentando amplo e diversificado relatório abrangendo o ensino desde o nível elementar até a formação de educadores no Curso Normal. (SILVA, 2002, p. 59).

A seguir, em 1881, o professor José de Barcellos, que já estivera na Bahia, em 1866, para estudar a organização da Escola Normal daquela Província, foi enviado à Europa, onde iria ‘estudar os métodos e processos do ensino primário aplicáveis à Província’ (VALDEZ, 1952, p. 170-175 apud SILVA, 2002, p. 59).

Olinda, por seu turno, lamenta que a historiografia educacional cearense, não obstante os consideráveis depoimentos e documentos disponíveis, tenha desconsiderado o percurso renovador encetado pela geração de Barcellos e Cavalcanti, bem como de outros educadores anônimos que deram continuidade a esta obra pioneira de renovação no Estado, para atribuir única e exclusivamente ao Professor Lourenço Filho o mérito de renovador do ensino no Ceará. Para a autora, “Se a face da escola não mudava, isso não decorria da falta de compreensão teórica, mas de uma série de fatores muito mais ligados às condições econômicas do estado e das populações” (OLINDA, 2005, p. 110).

Olinda oferece-nos ainda um importante excerto extraído do Relatório de 1922 da Diretoria da Escola Normal, que esclarece a base do convite feito ao professor Lourenço Filho. O Relatório é redigido pelo então diretor da Escola Normal, Dr. João Hyppolyto de Azevedo e Sá, que após informar a aposentadoria do senhor José Pompeu Pinto Accioly, professor da cadeira de Pedagogia,

[...] comentar sobre o modo arcaico como essa área vinha sendo trabalhada, solicita que não seja realizado concurso público para ocupar a vaga, pois: [...] a melhor solução para o caso seria pedir ao governo do Estado de São

Paulo um dos seus professores que, entendendo criteriosamente desses assuntos, aqui viesse por dois anos leccionar a matéria, o que acarretava com toda certeza uma remodelação por sua vez na instrução primária, formando esta uma nova feição mais adequada com modernos processos de ensino que o culto estado do sul, há muito vem praticando vantajosamente' (SÁ, 1922, apud OLINDA, 2005, p. 106).

Conquanto, Olinda não nega a importante obra realizada pelo professor paulista, asseverando que a Reforma de 1922 criou um suporte técnico, legal e organizacional, com significativos desdobramentos até o final da década de 1940. Em sua concepção, a partir de então as iniciativas antes isoladas e descontínuas dos pioneiros renovadores foram substituídas por ações de âmbito globais e orgânicas que contaram com a dedicação de muitos educadores<sup>134</sup> no sentido de consolidar o espírito da reforma – de modo que, na dedução da autora, “[...] a Reforma de 1922 trouxe um novo impulso ao ideal renovador, ao pretender, pela via legal e institucional, uniformizar os métodos de ensino e aproximar a escola primária e normal da realidade local” (OLINDA, 2005, p. 113).

No tocante ao ideário escolanovista, Olinda assegura a força do ideário positivista e do anseio disciplinador da escola<sup>135</sup>. Nesse sentido, a ciência, apreendida de forma inseparável da questão moral, criou a ambiência favorável à aceitação de postulados escolanovistas vinculados à vertente científica da escola funcional de Claparéde<sup>136</sup>, de forma que, seguindo a autora,

---

<sup>134</sup> Não poderíamos deixar de destacar com Olinda (2005, p. 113) os nomes destes muitos educadores que se comprometeram com a efetivação da Reforma: “[...] o nome de Dr. Hippolyto e de grande parte dos professores da Escola Normal, com destaque para Joaquim Alves, Djacir Menezes, Edite Braga e Filgueiras Lima. Na Escola de Aplicação, destacou-se como entusiasta da reforma, a Professora Letícia Ferreira Lima que, sendo membro da Liga dos Professores Católicos, tentou articular os preceitos escolanovistas com a doutrina cristã. Essa lista ficaria seriamente comprometida se deixasse de mencionar os esforços de Zilda Martins Rodrigues, fundadora do Recreatório infantil (1924) e da Cidade das Crianças (1935). Outro nome fundamental [...] é o de Joaquim Moreira de Sousa que assumiu entre os anos de 1930 e 1932 o cargo de diretor da Instrução Pública, no qual pretendeu generalizar os preceitos e métodos da escola ativa [...].”

<sup>135</sup> Aqui pedimos a compreensão do leitor para acompanhar uma longa, mas importante nota feita por Olinda acerca do Regulamento de 1889 que regia a educação, o qual, no artigo 80, rezava que “**cabe tanto ao diretor quanto aos professores fiscalizar os alunos fora da escola para aquilatar a capacidade moral deles.** Mesmo fora da escola, os educadores podiam admoestar e repreender os alunos. A **formação moral das normalistas tinha tanta importância quanto o preparo técnico-profissional.** Thomaz Pompeu chegou a afirmar, no calor da polêmica em torno da Reforma de 1918, ser preferível desenvolver e formar o caráter e o espírito dos futuros professores das escolas públicas do povo a alargar sua instrução”. Para a autora, a explicação para essa frenética preocupação moralizante com a preparação dos professores das escolas públicas encontrava-se no fato de que “[...] a educação primária era tida como instrumento de regeneração moral das massas, sempre representada como grupo com tendências ao vício e à depravação. A formação moral era completada com uma boa dose de civismo, cujos ingredientes principais eram obediência, trabalho, perseverança e respeito aos símbolos e autoridades nacionais”. (OLINDA, 2005, p. 71, grifos nossos).

<sup>136</sup> Édouard Claparède (1873-1940), médico e psicólogo suíço, configurou-se como um dos mais célebres expoentes da escola de psicologia funcionalista da Europa. Outrossim, suas pesquisas experimentais no âmbito da psicologia infantil surtiu forte influência no processo de criação da pedagogia moderna, desenvolvendo a tese

A dimensão utópica dos naturalistas perdeu-se no horizonte das experimentações laboratoriais e o pragmatismo de John Dewey e dos seus colaboradores não chegaram a repercutir na escola cearense, graças à reação espiritualista comandada pelos católicos organizados na Liga Cearense dos Professores Católicos, fundada em 1924 e presidida pelo padre Hélder Câmara<sup>137</sup>. Os intelectuais paulistas que aderiram ao movimento renovador e serviram de modelo ao Ceará o fizeram pela vertente de ordem positivista e experimentalista<sup>138</sup> (OLINDA, 2005, p. 107).

Observa Olinda, ademais, que “[...] a prática do favorecimento político jamais foi abolida no Ceará”, não obstante as intenções moralizantes do governo dito “revolucionário” e das medidas que objetivavam corrigir privilégios e apadrinhamentos no serviço público: “Basta dizer que todos os depoimentos que colhi mostram episódios nos quais a interferência de um político influente foi decisiva para se conseguir vagas em escolas, bolsas de estudo e cadeiras de professora substituta [...]” (Id., ibid., p. 172).

Desse modo, a convivência entre o renovado e o tradicional fez-se constante no discurso e na prática pedagógica, explicitando-se no cotidiano da Escola de Aplicação e na fala de suas professoras, entrevistadas por Olinda, demonstrando, nos dizeres da autora, “[...] a fragilidade de um projeto formativo humano que se pretendia integral, mas permanecia preso a uma resistente tradição intelectualista e verbalista”<sup>139</sup> (Id., ibid., p. 175).

---

da escola ativa, a qual “estimula a independência intelectual da criança, fazendo-a atuar sobre o que aprende, em oposição e de grande impacto sobre a educação tradicional da época: a psicologia mecanicista”. Nesse sentido, o trabalho de Claparède assumiu um caráter renovador e pioneiro na educação moderna, sendo seus estudos retomados posteriormente por Jean Piaget (Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EdouardCl.html>; acesso em 28/08/08).

<sup>137</sup> Conforme constata Olinda, no Ceará, ocorreu uma profunda relação entre escolanovistas e Igreja Católica, com destaque para a Semana Pedagógica ocorrida em novembro de 1932, a qual contou com a presença do Padre Hélder Câmara como um forte elemento aglutinador dos educadores católicos: “Nos dois últimos dias da referida Semana Pedagógica, a Liga dos Professores Católicos realizou no Instituto Epitácio Pessoa reuniões com professores primários para traçar a linha de ação dos educadores católicos. Na ocasião, o padre Hélder Câmara procurou demonstrar que a doutrina católica coincidia com muitos pontos da Pedagogia Moderna e que cabia ao professor católico o trabalho de depuração, filtração do que contrariasse os princípios cristãos e que caberia à liga ser um núcleo de estudo e orientação sobre estas questões” (Revista Educação Nova, n° 4, p. 92-95, apud OLINDA, 2005, p. 160).

<sup>138</sup> Explica Olinda (2005, p. 107-108) que os avanços da Psicologia Experimental conquistaram “[...] as mentes ávidas por quantificação, medição e busca de equilíbrio permanente” e que foi neste contexto cultural que se formou Lourenço Filho, outrossim, foram estas influências que o trouxeram para o Ceará de 1922, o que, segundo a autora, não significou nenhuma novidade, reforçando uma vez mais que os reformadores pioneiros, Barcellos e Cavalcanti, há muito que conheciam e disseminaram essas idéias.

<sup>139</sup> Convém esclarecer com Ivo Tonet (2003, p. 213-214) a impossibilidade de realização de uma educação integral – independente de a prática educativa ter permanecido presa “a uma resistente tradição intelectualista e verbalista” ou do fato de estarmos inseridos conjunturalmente numa sociedade autoritária ou democrática – sob a sociabilidade do capital. Em suas palavras, “[...] a educação é uma mediação para a reprodução do capital. [...] numa sociedade de classes, ela, necessariamente, contribuirá predominantemente para a reprodução dos interesses das classes dominantes. Daí a impossibilidade de estruturar a educação, no seu conjunto, de modo a estar voltada para a emancipação humana. É por isso que entendemos não ser possível ‘uma educação emancipadora’, mas apenas a realização de ‘atividades educativas emancipadoras’. [...]. O conjunto da educação

Contrariando, nesse ponto, as avaliações de Olinda, entendemos que os impedimentos efetivados à plena incorporação do escolanovismo à educação cearense podem, contraditoriamente, revelar um ganho nesse período, uma vez que os professores, apesar do discurso então vigente em favor da escola nova, permaneceram preocupados com o correto aprendizado da leitura e da escrita por parte dos seus alunos.

Como admite a própria autora,

[...] A Literatura Portuguesa e Nacional conquistaram espaço próprio, destacando-se da cadeira de Língua Portuguesa. Esta última sempre teve um peso muito importante [...].

[...] Na verdade o que ocorria era um esforço centralizado para que a criança aprendesse a ler, escrever e contar com segurança. [O que] se dava num longo percurso que envolvia o contato da criança com o mundo letrado e o treino desde a família. A escola consolidava os processos de leitura e escrita, enfatizando o domínio da língua pátria [...]. **Desde a escola primária se primava pela escrita correta e com estilo e esta atribuição era dividida entre todos os professores que, independentemente da área de atuação, mantinham cerrada [atenção] em relação ao vernáculo.**

[...] Após essa conquista, havia uma flexibilização e as áreas curriculares voltadas para outras dimensões humanas que não a cognitiva, eram trabalhadas. Essa fase correspondia ao 2º e 3º ano primário. No 4º ano, todas as atenções se voltavam para preparação do temido exame de admissão ao curso complementar.

**Nenhuma atividade tinha maior importância na escola do que ler e escrever corretamente (OLINDA, 2005, p. 52, 180, 186, grifos nossos).**

Antes de seguirmos caminho nessa incursão pelas estradas da educação no Ceará dos primeiros anos do século XX, pensamos valer a pena uma pequena parada, a nosso juízo, obrigatória, para observar o tratamento conferido pela direção da Escola Normal aos filhos dos trabalhadores.

Olinda (2005, p. 46-47) assegura que as primeiras janelas abertas no sentido de uma democratização do acesso à Escola Normal foram fechadas por Thomaz Pompeu, em nome da moralização do estabelecimento. Tal atitude, infelizmente, não se restringiu a esse diretor, repetindo-se na ação dos demais, de modo que “só as melhores, só as bem preparadas deveriam entrar na Escola Normal. Essa prática não tinha apenas um sentido meritocrático, mas de seleção social”. As melhores, nesse caso, somente poderiam ser aquelas que haviam recebido uma primorosa educação familiar e advinharam do Colégio da Imaculada Conceição ou da própria Escola de Aplicação. Esta, por exemplo, quando a Lei 2322, de 26 de outubro

---

só poderá adquirir um caráter predominantemente emancipador na medida em que a matriz da sociabilidade emancipada – o trabalho associado – fizer pender a balança para o lado da efetiva superação da sociabilidade do capital.

de 1925, dispôs sobre a taxa cobrada na matrícula das escolas públicas. Enquanto as escolas reunidas e grupos escolares cobravam uma taxa anual de 24.000\$00, pagos de uma vez ou em duas parcelas, na Escola de Aplicação, a taxa era de 30.000\$00.

Não obstante houvesse a orientação de que os alunos reconhecidamente pobres, filhos de funcionários públicos e operários com renda mensal equivalente a 250 mil réis desvessem solicitar isenção junto à diretoria da escola, a decisão cabia unicamente ao diretor. Desse modo, na síntese de Olinda,

Durante toda a década de 1920 e parte da década de 1930 a Escola de Aplicação manteve quase exclusivamente alunos ricos no seu quadro.

Algumas raras exceções recaíam sobre antigas famílias abastadas que tinham perdido suas posses ou sobre crianças pobres com padrinhos influentes nos mais altos escalões do poder. Mesmo nesse caso tinha que ter a simpatia do diretor. A dificuldade para se conseguir uma vaga na Escola de Aplicação era conhecida. Famílias pobres nem ousavam tentar. [...].

[...] Havia um verdadeiro funil até se conseguir chegar ao curso normal. O acesso à Escola de Aplicação era definido pelo diretor que notoriamente barrava a entrada de pobres e, sobretudo, de mulatos e negros.

Nesse ambiente de elite, a discriminação contra os negros e os pobres continuou: '**Não me lembro de nenhum negro. Na Escola Modelo era selecionado...** Não sei como se fazia a seleção. Devia passar pelo Dr. Hippolyto. **Eu sei que eram umas meninas bonitas. Meninas brancas. Meninas bem educadas.** Era uma seleção. **Bem arrumadas** (Maria Ângela, egressa da Escola Normal, apud OLINDA, 2005, p. 130-132, 205, grifos nossos).

Seguindo nosso percurso, observamos que, nesse novo contexto de bonança, vivenciado pelo Estado, no ano de aniversário do centenário da Independência (1922), sopraram bons ventos sobre o campo educacional cearense, registrando um apreciável aumento das atividades de ensino, concorrendo, para tanto, à mencionada reforma do ensino primário e normal: “O número de prédios aumentou, apesar de não atenderem às necessidades do momento. A matrícula cresceu animadoramente. O professorado melhorou, culturalmente”<sup>140</sup>. Toda essa bonança, nos dizeres de Alves, deveu-se ao maior desenvolvimento econômico alcançado pelo Estado, que, beneficiado com a ação de obras contra as secas promovidas pelo governo federal de Epitácio Pessoa, proporcionou um maior poder aquisitivo ao homem dos sertões (ALVES, 1954, p. 135).

---

<sup>140</sup> Conforme revela Alves (1954, p. 136), a reforma Lourenço Filho implantou “[...] novos métodos de ensino e novos livros didáticos foram introduzidos e novos conhecimentos adquiridos pelas professoras, pelo que o ensino primário cearense experimentou uma fase de acentuado progresso, para o que contribuiu a atitude do governo, destinando verbas mais avultadas para a Instrução Pública”.

Vale observar com o referido autor que tal prosperidade econômica também foi responsável, no decênio que compreende os anos de **1921 a 1930**, pelo desenvolvimento do ensino secundário particular, quando foram criados e instalados na Capital e no interior do estado diversos colégios.

Seguindo os dados apresentados por Alves, no ano de **1925**, o Ceará registrava um total de 29.240 (13.131 meninos e 16.109 meninas) alunos matriculados nas escolas públicas e 2.516 alunos matriculados nas instituições particulares, perfazendo um total de 31.756 em todo o estado. Destes, 8.173 locavam-se nas escolas de Fortaleza. Ademais, informa o autor que o governo estadual subvencionava 85 escolas no interior, as quais contabilizavam uma matrícula em torno de 3.482 crianças matriculadas (1.618 meninos e 1.854 meninas). No tocante à freqüência geral apresentada pela capital e pelo interior, os dados exibem respectivamente 3.022 (1.148 meninos e 1.874 meninas) e 13.681 (6.052 meninos e 7.629 meninas).

Diferentemente do movimento ocorrido no decênio **1911-1920**, as estatísticas mencionadas asseveram que no decênio de 1916-1925 processou-se um acentuado declínio no número de matrículas dos estabelecimentos escolares privados. Observemos com Alves que “passou de 5.109, para 2.516, correspondente a mais de 100%, enquanto a matrícula das escolas estaduais elevou-se de 12.225 a 29.230, aumentando 17.005 alunos, correspondentes a menos de 140%” (ALVES, 1954, p. 135-136).

A explicação do autor para o acelerado crescimento do ensino primário estadual reporta-se ao aumento demográfico exibido nos recenseamentos de 1900 e 1920, de modo que, na sua leitura, desencadeou uma elevação populacional da ordem de “[...] 470.101 habitantes, apesar das grandes migrações registradas em 1901, 1903, 1915 e 1919, resultantes das crises climáticas que, somadas dão um total de 109.021 cearenses que abandonaram a terra, descontados 50% que regressaram nos anos referidos” (ALVES, 1954, p. 135-136).

Por fim, de **1925 a 1930**, conta Alves que o desenvolvimento educacional no Ceará acelerou-se mais ainda, tendo em vista os frutos trazidos pela reforma iniciada em 1922 e que acabou desenrolando-se até o final do decênio. Nesse contexto, diante da difusão das idéias renovadoras irradiadas pela propaganda das caravanas políticas que adentraram os sertões, a sociedade cearense viu-se despertada para as questões educacionais.

Contudo, pondera Pinto que o ensino cearense, de fato, experimentou uma significativa evolução desde os governos de Justiniano de Serpa (1920-1923) e Idelfonso Albano (1923-

1924), mas sofreu uma considerável involução no governo de José Moreira da Rocha (1924-1928). O autor referenda sua afirmação citando um pequeno trecho da última mensagem proferida por este presidente, quando o mesmo menciona a atuação de sua administração no campo educacional, apresentando em seguida suas argumentações contrárias:

‘[...] Na minha administração, o problema do ensino avultou como um dos problemas centrais. *Não poupei esforços para o funcionamento regular e a máxima produção das escolas*’.

Os belos períodos acima foram da última mensagem do presidente José Moreira da Rocha. O último deles, porém, que assinalei com grifos, não é verdadeiro ou, melhor, não exprime a realidade dos fatos. Não pode dizer que *não poupou esforços para o funcionamento regular das escolas* quem sovinou, durante quatro anos, móveis e utensílios, de cuja falta se ressentia a maioria de nossas escolas, e chegando, mesmo, a suspender o pedido desses materiais, feito pelo seu honrado antecessor, presidente Idelfonso Albano. Também não pode dizer *que não poupou esforços para a máxima produção das escolas* quem, durante uma gestão de 4 anos, fez baixar o índice de freqüência escolar (PINTO, 1939, p. 98, grifos do autor).

Cotejando os dados referentes ao ensino cearense nos períodos que compreenderam os anos de 1918 a 1921, de 1922 a 1924 e de 1925 a 1927, Pinto faz as seguintes constatações: 1) queda do número de instituições em funcionamento; 2) evolução da freqüência dos alunos matriculados no ensino primário na fase que se estende de 1922 a 1924, período da reforma, quando se alcançou, respectivamente, 62,7%, 66,9% e 75, 9%, enquanto anos anteriores de 1918 a 1921 apresentou uma freqüência de 69,6%; 65,8%; 54,0 e 64,4%; e 4) após passar à outra direção a instrução retrogradou, atingindo percentagens de freqüência inferiores àquelas verificadas no período anterior a reforma, ou seja, 57,1%, 57,3% e 58,8%.

Em **1928**, assumiu a presidência do Estado do Ceará José Carlos de Matos Peixoto (1928-1930), nomeando para o cargo de diretor geral da instrução pública o Dr. Joaquim Moreira de Sousa, o qual, conforme Pinto, seguindo a orientação pedagógica deixada por Lourenço Filho, fez evoluir novamente o índice de aproveitamento do ensino primário. Vejamos os dados:

ENSINO NOS ANOS 1928-1930

ANOS	ESTABEL.	MATRÍCULA GERAL	FREQ. MÉDIA	PER. FREQ. SOBRE A MATRÍCULA	FREQ. ESTABEL.
1928	414	30.752	18.533	60,2	44
1929	434	31.421	19.332	64,7	44
1930	499	48.024	31.784	66,1	63

Fonte: PINTO, 1939, p. 100-101

Nesse contexto, na expressão de Alves, “em **1930**, a escola cearense encontrava-se em plena fase de renovação, procurando aplicar os métodos modernos do ensino”, apresentando uma matrícula nas escolas primárias estaduais e municipais na ordem de 47.754 alunos, distribuídos entre capital e interior da seguinte forma: em Fortaleza, contabilizava-se 6.189 escolas estaduais e 853 escolas municipais; no interior, somava-se 27. 250 escolas estaduais e 13.462 escolas municipais. A freqüência média geral elevou-se a 14.610 para o sexo masculino e 17.784 para o sexo feminino. Note-se que a partir de então surgiram as escolas municipais<sup>141</sup>, contribuindo para a ampliação do atendimento das atividades escolares. (ALVES, 1954, p. 136-137).

Por fim, como já tivemos a oportunidade de observar anteriormente neste trabalho, 1930 marca o fechamento da cortina do período em estudo, motivada por complexos fatores políticos e econômicos que se processaram no interior do seu sistema político ao longo praticamente de todo tenso período que cobre a Primeira República, muito apropriadamente também denominada de República da Espada e República Oligarca. Portanto, aqui encerramos nosso ensaio sobre a questão educacional no Ceará. A seguir, partindo desse panorama traçado, trataremos das propostas formativas formuladas pelo movimento operário cearense nesse período.

### **3.2 – As propostas educacionais formuladas pelo Movimento Operário Cearense na Primeira República**

Nossa tarefa, nesse momento, será destacar em traços largos as experiências efetivadas pelo Movimento Operário Cearense (urbano) no que diz respeito à formação escolar. Cumpre informar que a “escritura” deste texto tomou por base os estudos de Adelaide Gonçalves (2000, 2001b), Simone de Souza e Francisco de Assis S. Oliveira (s/d), Marcos José D. Silva

---

<sup>141</sup> Historia Pinto que já no primeiro semestre de sua interventoria, Carneiro de Mendonça, com base na exposição feita pelo diretor da instrução, Moreira de Souza, acerca da necessidade de unificação integral do ensino primário – devendo este a partir de então “obedecer a uma orientação sistemática, pedagógica e administrativa, da Diretoria Geral da Instrução, que ainda não fora adotada no Estado, pois as municipalidades mantinham escolas que, de regra, não satisfaziam as exigências do ensino e eram privadas, muitas, por professores sem preparo técnico e sem tirocínio” – resolveu decretar a transferência de todas as escolas municipais para o Estado. Em seus termos, “[...] baixou a Interventoria o decreto-lei n. 343, de 31 de dezembro de 1931, que transferiu para o Estado todas as escolas municipais, que desde então passaram a ser providas por professoras diplomadas, na forma do regulamento e das mais leis em vigor. Para auxiliar o custeio desses serviços, sendo consideravelmente aumentados os municípios, de conformidade com o art. 22 do decreto federal n. 20.348, de 29 de agosto de 1931, ficaram eles obrigados a concorrer com 10% de sua renda, importância que passou a ser recolhidas aos cofres do Estado” (PINTO, 1939, p. 101-102).

(2007), Carlos Augusto P. dos Santos (2007), Jovelina Silva Santos (2007) e os valorosos registros da imprensa operária cearense por nós pesquisada, através das versões fac-similares dos jornais “Ceará Socialista” (1919), “Voz do Graphico” (1920-1922) e “Trabalhador Graphico” (1930), assomados aos dados apontados pelo Relatório da Pesquisa da FACED/UFC (1993).

Comecemos com a bela frase de um operário da Estrada de Ferro de Sobral: “Quem só enxerga à roda de si não acredita que ninguém enxergue ao longe” (VOZ DO GRAPHICO – Fac-similar, Nº 12, Fortaleza, 29/10/1921).

Vimos ao longo deste estudo que desde muito cedo a falta de instrução dos trabalhadores ocupou lugar de destaque entre as preocupações e bandeiras do Movimento Operário Brasileiro, no mais das vezes percebida como um entrave aos processos de suas lutas emancipatórias. No Ceará, esse devotamento dos trabalhadores pelo conhecimento não ocorreu de forma diferente, sendo também disputada pelos diversos e até contraditórios grupos que dividiram o seio do Movimento Operário Cearense na Primeira República.

Cumpre-nos, portanto, nesse momento, destacar em traços largos as experiências efetivadas pelo Movimento Operário Cearense no que diz respeito à formação escolar. Para tanto, tomamos por base os estudos de Adelaide Gonçalves (2001b), Marcos José D. Silva (2007), Carlos Augusto P. dos Santos (2007), Jovelina Silva Santos (2007), os valorosos registros da imprensa operária cearense por nós pesquisada, através das versões fac-similares dos jornais “Ceará Socialista” (1919), “Voz do Graphico” (1920-1922) e “Trabalhador Graphico” (1930) e os dados apontados pelo Relatório da Pesquisa da FACED/UFC (1993).

No Ceará, a imprensa considerada oposicionista noticia no ano de 1890, através do jornal “O Cearense”, o descaso com a instrução, tecendo severas críticas ao governo de Luís Antônio Ferraz (1889 - 1991):

A Instrução Pública, o mais instante cuidado de todos os governos democráticos e livres, ainda não mereceu de nossos governantes a mínima atenção, o mais pequeno cuidado. E se dela já se tem ocupado é para rebaixá-la, levá-la ainda mais baixo na degradação em que a deixou o regime monárquico. A instrução primária, que [...] exigia reforma radical e pronta jaz em completo abandono, só servindo para mesquinhos arranjos eleitorais, para dar azo às promoções de professores; [...] Quanto à instrução secundária, maior é o descalabro, a degradação a que tem descido o nosso primeiro estabelecimento de instrução, o Liceu [...] (O CEARENSE 28/10/1890 apud GONÇALVES, 2001b, p. 370).

A esse respeito vale a pena reproduzir um longo extrato do artigo publicado pela “Revista Phenix”, publicação mensal mantida pela Sociedade Phenix Caxeiral, editada por caixeiros-estudantes em março de 1912:

E se é esta a situação das nossas escolas, relativamente ao ensino, quanto a instalação [estão] em inteira oposição aos mais generalizados preceitos da pedagogia moderna; é uma lástima, uma vergonha que nos deprime e deve cessar o quanto antes, sob pena de conquistarmos os foros pouco invejáveis de estado mais atrasado do mundo.

A verba destinada ao aluguel das casas para escolas da capital é mesquinha, [...] é um ninharia – supomos que 8 ou dez mil reais, [...] [as professoras] dão suas aulas em saletas e corredores apertados, no mais das vezes infectos, enfim em compartimentos sem higiene [...].

Na rua Senador Pompeu, [...] há uma escola de arraial funcionando na apertada salinha de um velho prédio, úmido, onde a higiene não é observada e onde faltam as mais exíguas acomodações escolares.

E como essa, com evidente prejuízo para a saúde das pobres criancinhas, funcionam também escolas da capital, e de uma sabemos, cujas aulas se realizam a portas fechadas, para que não se veja a freqüência diminuta ou o pouco asseio que ali se oculta.

[...] de todas essas falhas que nos envergonham e deprimem, que um governo honesto não pode consentir [...] é que o analfabetismo tanto progrida entre nós, com as escolas públicas abandonadas e sem freqüência, ao passo que os colégios particulares abarrotam e prestam assinalados serviços [...] (REVISTA PHENIX, ano I, nº 2, mar/1912 apud GONÇALVES, 2001b, p. 376-377).

Faz-se notório que a questão educacional constituiu-se tema bastante candente ao longo da história dos trabalhadores, a quem o saber tem sido peremptoriamente negado. Com os operários cearenses não poderia ocorrer de forma diferente, levando-os através de suas organizações a tomar para si a tarefa de formar escolarmente os trabalhadores a si filiados, num firme propósito de acesso ao conhecimento.

É, portanto, a partir do caos em que está submersa a instrução pública no Ceará da Primeira República que se assistirá a várias iniciativas do Movimento Operário Cearense no sentido de promover com suas próprias mãos a educação dos trabalhadores, guardados os diferentes e significativos matizes político-ideológicos adotados pelas instituições de resistência e as instituições benficiaentes, com destaque para aquelas ligadas à Igreja Católica.

Vale esclarecer que não obstante esta Tese tenha tomado como foco central a apresentação das propostas formativas protagonizadas, sobretudo, pelos militantes socialistas, anarquistas e comunistas, a particularidade do Movimento Operário Cearense indicou-nos a necessidade de igualmente esboçar as propostas de cunho conservador.

As práticas formativas levadas a cabo pelo Movimento Operário Cearense não são homogêneas quanto ao horizonte político vislumbrado e, em alguns casos, conforme adverte

Gonçalves (2001b), conflitantes, fazendo emergir na arena da disputa por educação entre os trabalhadores no Ceará, fundamentalmente, três concepções distintas, quais sejam: 1) aquela que tomado para si valores burgueses pensa a educação como sinônimo de distinção e ascensão social; 2) aquela que comprehende a educação como importante instrumento para a superação da sociedade de classes e construção de uma nova sociabilidade; e 3) aquela que pactua com o Estado e a Igreja, inserindo-se em seus projetos educacionais oficiais, compreendendo, portanto, a educação como um importante elemento de controle social.

A pesquisa bibliográfica realizada permite-nos inferir, em linhas gerais, que integram o primeiro grupo a atuação das sociedades beneméritas; no segundo, encontram-se as práticas formativas dos socialistas, anarquistas e comunistas; e, no terceiro, as experiências efetivadas pelos grupos de orientação católica. Vale esclarecer que esta não pretende ser uma configuração estática. Em determinados momentos, algumas dessas práticas possivelmente se fundiram ou se distanciaram, movidas pelo ritmo ditado pelas condições objetivas a que estavam inseridos os trabalhadores no Ceará.

A apreciação que as lideranças da Sociedade Phenix Caixeiral – benemérita associação dos empregados do comércio de Fortaleza – fazem da situação de exploração a que estão submetidos, sendo tratados pelos seus patrões, na maioria das vezes, como criados, não lhes atribuindo sequer o caráter de assalariados, leva-os a identificar a falta de instrução como responsável pelo seu estado de penúria. A partir daí, as reivindicações em torno das lutas imediatas sedem lugar para a necessidade de educação, entendida como solução para os demais problemas. Um excerto do artigo, citado por Gonçalves, publicado por ocasião do centenário da referida instituição é bastante elucidativo dessa concepção:

[...] Como objetivos principais [da entidade] figuravam a defesa dos legítimos interesses de seus associados, perante as autoridades e os patrões; **pugnar pelolevantamento moral e material da classe e dar-lhe instrução, para que, por esse meio, conseguisse melhor padrão de vida e trabalho.** Eis um dos aspectos que merece realce. [...]. Não se limitava a lutar por melhores salários e obtenção de certas prerrogativas. **Havia a consciência de que só com o estudo seriam asseguradas superiores condições de existência** (LYONS, Martins 1999, p. 190 apud GONÇALVES, 2001b, p. 331, grifos nossos).

Já na solenidade de inauguração da Phenix Caixeiral, em 24 de junho de 1891, torna-se claro o lema da Sociedade, pautando sua atuação junto à categoria em torno da educação e do trabalho, aspiração patente no depoimento do seu primeiro presidente publicado no jornal “O Ceará”:

[...] A Educação, único caminho da civilização, é o aperfeiçoamento moral e inato da confraternização social, é finalmente o conceito regenerador da vida do homem. Sem a educação o homem não passa de um ser abjeto na sociedade.

O Trabalho é o futuro, e por conseguinte o dever de todas as classes. [...] Como a Phenix (o pássaro fabuloso divinizado pelos egípcios) renasceu no Ceará a Phenix Caixeiral para resgatar das cinzas da ignorância e do atrofiamento o caixeiro cearense, a fim de torná-lo capaz de compreender o porque das coisas, proporcionando-lhes a luz da sabedoria e a dedicação pelo labor [...] (O CEARÁ, ano IV, 05/08/1928. Fortaleza apud GONÇALVES, 2001b, p. 333).

No ano de 1913, conforme dados oficiais publicados na Revista Phenix<sup>142</sup>, a Escola mantida pela Sociedade Caixeiral registrou a matrícula de 136 alunos. A mesma estava organizada com base no ensino integral, o qual abrangia seis anos: o primeiro batizado por curso anexo dedicava-se ao ensino primário, contemplando o ensino de português, história do Brasil, geografia, desenho linear e exercícios de caligrafia, leitura e ditado. Os demais correspondiam à formação profissionalizante, oferecendo o ensino de português, francês, inglês, aritmética, geografia, escrituração mercantil, direito comercial e noções de economia política.

Relata Gonçalves que a Revista Phenix publica inúmeros artigos realçando a importância da Escola do Comércio. Alguns articulistas chegam a veicular o discurso de isenção do poder público no provimento da educação, desviando a responsabilidade da falta de instrução para “[...] supostas ‘más características do povo’”, tomado, assim, a ignorância como raiz do males sociais (REVISTA FENIX, ano II, nº 13, mar./1913 apud GONÇALVES, 2001b, p. 345).

Mesmo não apresentando perigo ideológico algum para a ordem vigente, a Escola do Comércio enfrentava a resistência dos comerciantes que só liberavam seus empregados depois das oito da noite, deixando bem claro que não queriam caixeiros doutores. O depoimento de um caixeiro publicado no jornal “A Centelha” expressa bem essa situação:

É com grande pesar que registramos a obstinação de alguns comerciantes desta praça, quanto ao fechamento de portas.

Alguns desses senhores há que, sem a mínima necessidade, conservam seus estabelecimentos abertos até às oito e meia e nove horas da noite, roubando, deste modo, ao pobre empregado, as poucas horas de que dispõe

---

<sup>142</sup> Conforme Gonçalves, a Revista mantida pela Sociedade Phenix Caixeiral, fundada em 1911 por iniciativa de José Augusto Lopes Filho e outros caixeiros estudantes da Escola do Comércio, exibia publicação mensal e tinha como propósito garantir “[...] um espaço onde os fenixas pudessem manifestar o grau de instrução adquirido nos curtos intervalos de lazer ‘de que a vida do comércio é tão avara’, que servisse de incentivo ‘aos retardatários e retraídos’, e que infundisse, finalmente, gosto pelas letras, tornando-se o ‘sublime recreio nas breves tréguas desta vida prosaica e egoísta’” (2001b, p. 339).

para descansar de sua luta, assaz extenuante, de doze e mais horas de fatigante trabalho.

Muitos dos nossos colegas que freqüentavam as aulas da Phenix foram [...] obrigados a abandoná-las [...]. Para evitar uma deserção quase completa dos bancos escolares, a Diretoria da Phenix, dirigiu, por intermédio de uma comissão especial, um pedido a muitos comerciantes para darem liberdade aos seus empregados pelo menos ás sete horas da noite, quando eles ainda poderiam alcançar as aulas; infelizmente, porém, o pedido foi indeferido pela maioria e alguns que o satisfizeram foi apenas por alguns dias, voltando depois à faina costumeira (A CENTELHA, ano I, nº 2, 21/08/1909 apud GONÇALVES, 2001b, p. 338-339).

Não obstante a resistência dos patrões, a experiência caixeiral contou com as bênçãos do então presidente da República Afonso Pena, que visitou, no ano de 1906, a sede da entidade e, tendo uma favorável impressão de sua atuação, enviou “[...] mensagem ao Congresso recomendando apoio institucional à escola da Phenix e outras do mesmo feitio espalhadas nos estados” (ARARIPE, s/d, p. 42 apud GONÇALVES, 2001b, p. 331).

A atividade associativa dos caixeiros não se reduziu à Fortaleza, realizando-se também nas cidades de Crato, Iguatu e Sobral. Na primeira, foi fundada em 18 de agosto de 1918 a Associação dos Empregados do Comércio, sendo instalada em outubro do mesmo ano sua Escola Prática de Comércio, a qual oferecia cursos noturnos com aulas de português, matemática, história e geografia; na segunda, foi fundada em 1924 o Gabinete de Leitura Gustavo Barroso e a Associação dos Auxiliares do Comércio (através desta “[...] realizam trabalho de instrução em escola própria e divulgam em sua folha, *O Caixeiral*, ‘os elevados propósitos’ de lutar pelo ‘adiantamento do meio’”); na terceira, a Associação dos Empregados do Comércio, partindo do princípio de que “todo caixeiro deve procurar instruir-se”, colocando como o pior dos males o analfabetismo, põe em funcionamento em 1921 sua Escola Noturna, ministrando cursos de português, escrituração mercantil e datilografia (O TRABALHO, ano II, nº 5, 30/10/1929. Sobral in GONÇALVES, 2001b, p. 352).

Enfim, a experiência dos trabalhadores caixeiros é emblemática da concepção que comprehende a educação como passaporte para a distinção e a ascensão social. Nesse sentido, nos termos de Gonçalves, “[...] defender os interesses da classe para os caixeiros significa pugnar por prestígio, garantias sociais e independência [...]”, pois, parafraseando o articulista do jornal “A Centelha”, “O ardor dessa luta só cessará quando pudermos levantar um estandarte [...] em cuja bandeira [...] leia-se prestígio, garantia, independência” (A CENTELHA, ano I, nº 1, 24/06/1909. Fortaleza apud GONÇALVES, 2001b, p. 337).

Uma outra entidade benemérita a desenvolver atividade educativa foi o Centro Artístico Cearense, o qual partia do pressuposto de que a educação era a via fundamental para a

conquista de direitos, concebendo-a também como meio de ascensão social. Nas palavras do seu órgão de divulgação, jornal “Primeiro de Maio”, “É mister que o operário estude muito para poder conquistar o seu verdadeiro lugar, que lhe é, por direito, concedido na sociedade, do que ainda não se empossou, tão somente pela deficiência do estudo” (PRIMEIRO DE MAIO, ano XIII, nº 69, 01/05/1918. Fortaleza apud GONÇALVES, 2001b, p. 385).

Partindo dessa compreensão, com base no registro de Gonçalves, foi fundada em 7 de janeiro de 1906 a Escola Pinto Machado. Seu nome prestava homenagem a Augusto Pinto Machado, presidente da instituição carioca União Operária do Engenho de Dentro, com quem o Centro mantinha relações desde o 1º Congresso Operário Brasileiro, ocorrido em 1906. A Escola, instalada inicialmente à Rua Major Facundo (a partir de 1908, instalou-se na Rua Formosa), funcionava no turno noturno para alunos do sexo masculino, passando, em 1922, a acolher ambos os sexos, apresentando matrícula de 110 alunos.

Em 1º de maio de 1906, foi fundada a Escola Elisa Scheid, cujo nome homenageava a presidente do Partido Operário Independente, também do Rio de Janeiro, a qual foi correligionária de Pinto Machado. A Escola funcionou à Rua Dr. Pedro Borges, ofereceu aulas noturnas para o público feminino, apresentando matrícula inicial de 68 alunas. Informa Gonçalves que a mesma funcionou até o ano de 1909, encerrando suas atividades por falta de recursos para seu provimento.

Além das escolas, o Centro Artístico Cearense manteve uma biblioteca pública, a qual tinha catalogado em 1918 cerca de 250 títulos, afora jornais e revistas recebidos de outros estados.

Vale observar, com a mesma autora, que o Centro manteve suas escolas com recursos financeiros advindos das suas relações com o poder público – assomados à ação legislativa de Theophilo Cordeiro e da contribuição dos seus sócios honorários e beneméritos.

Faz-se oportuno lembrar as refregas políticas travadas entre o Partido Socialista Cearense e o referido Centro Artístico, publicizadas através das colunas do seu órgão de imprensa, mesmo sendo aquele um partido marcadamente reformista – de maneira que o Partido acusava o Centro de se manter calado diante das explorações a que estavam submetidos os trabalhadores, questionando, inclusive, se esse era, de fato, um representante legítimo dos mesmos ou o seu pior inimigo. Outrossim, teceu severas críticas às suas práticas instrutivas realizadas no seio do movimento operário, quando, associando-se aos patrões e ao Estado, fez dessa prática o núcleo central de sua ação.

Eurico Pinto, por exemplo, através das páginas do referido jornal, expressou uma contundente crítica à Liga Cearense contra o Analfabetismo<sup>143</sup> que tinha como lema “Sem instrução não há liberdade, e sem liberdade não há civilização”. Posicionando-se firmemente contra a formulação da referida Liga de que “Diffundir a instrução pelo povo é o máximo dever dos poderes públicos e de cada cidadão”. Retruca o articulista do jornal operário que:

O dever máximo dos poderes públicos é encurtar já e já a liberdade de exploração de que abusam os patrões e a liberdade de açambarcar os gêneros, da qual se servem os comerciantes insaciáveis para trazerem sempre recheadas de milhões as suas burras vorazes. O dever máximo de cada cidadão é combater pelo termo de tão desesperador estado de cousas (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 3, p. 1, 27/07/1919).

Por último, desfecha sua argumentação, atestando que:

Ao lado da ‘Liga Contra o Analphabetismo’ devia estar activa uma ‘Liga Contra a Carestia da Vida’. [...] ‘Sem instrução não há Liberdade e sem Liberdade não há Civilização’; mas sem barriga cheia, sem roupa limpa, sem saúde, sem tempo suficiente, não podem freqüentar a escola as victimas dos murcêgos burgueses (CEARÁ SOCIALISTA – Fac-similar, ano I, nº 3, p. 2, 27/07/1919).

Ainda no campo das instituições beneméritas de cunho artístico, Gonçalves cita duas entidades que desenvolveram atividades educativas, quais sejam: a Sociedade Artística Beneficente e a Aliança Artística e Proletária de Quixadá (AAPQ). A primeira, fundada em 9 de novembro de 1902, definia-se como associação promotora de benefícios e auxílio mútuo para seus associados. Após dez anos de sua criação, passou a manter uma escola primária para operários, a qual funcionou em instalações próprias à Rua Barão do Rio Branco, apresentando matrícula superior a cem alunos. A mesma Sociedade manteve também uma Biblioteca. A segunda, fundada em junho de 1921, em Quixadá, identificava-se como beneficiante e de resistência. Manteve uma escola que foi instalada em 15 de novembro de 1921, destinada “[...] à instrução dos desprotegido da sorte” (Ata da AAPQ, 15/11/1921 apud SILVA, 2007, p. 96), a qual se chamou Escola Noturna Sólon de Magalhães, com matrícula inicial de 26 alunos, mantendo, igualmente, uma Biblioteca com aproximadamente 306 volumes, além de jornais de diversas localidades do Brasil (GONÇALVES, 2001b, p. 392-394).

A fundação da referida escola operária foi saudada com festa nas páginas do jornal “Voz do Graphico”, destacando o feito como um grande empreendimento. Todavia, chama a atenção da Direção da Aliança quanto à escolha dos professores:

---

<sup>143</sup> Segundo Gonçalves (2001b), instituição fundada em decorrência da propaganda da Liga Brasileira, a qual direcionava sua atuação aos pobres dos subúrbios de Fortaleza.

Saibam escolher professores idôneos capazes de ministrarem uma educação sadia e proveitosa aos seus alunos, sem jamais os deixarem entre as quatro paredes do catecismo, que, só serve para inutilizar o espírito destes rebentos em quem esperamos um mundo de fagueiras esperanças no dia de amanhã (VOZ DO GRÁFICO – Fac-similar, ano I, nº 18, 28/01/1922. Fortaleza).

Conforme registra Marcos José D. Silva (2007, p. 96), a Escola Noturna começou a funcionar a partir de janeiro de 1922, “com constantes apelos da Diretoria aos associados analfabetos e aos seus filhos, para nela se matricularem”. Quanto aos recursos, a prefeitura Municipal de Quixadá repassava anualmente a quantia de 360\$000 para a manutenção da Escola e da Biblioteca.

Convém destacar com o mesmo que a Aliança Artística e Proletária foi fiel ao seu projeto de proporcionar uma educação laica para os trabalhadores e seus filhos, quando, no início da década de 1930, “responde negativamente às investidas do clero católico para a introdução de aulas de catecismo na Escola Sólón de Magalhães” (Id., ibid., p. 97).

Não obstante, a Aliança Artística Proletária, a exemplo de grande parte das entidades operárias cearenses, não foi capaz de resistir aos apelos integralistas, aderindo, na década de 1930, ao reacionário movimento legionário de Severino Sombra, com as bênçãos da Igreja Católica.

É mister lembrar que essas instituições atuaram marcadamente sob a influência da Maçonaria, para quem a aquisição do conhecimento constituía-se condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma moralidade civilizada. Para tanto, o movimento maçônico pregava a realização prática do socialismo, de modo que caberia então incentivar as experiências associacionistas, entendidas como a essência do socialismo. Na análise de Silva (2007, p. 55),

Essa concepção de socialismo que priorizava a transformação do homem tornava imprescindível uma atuação educacional entendida como ilustração. A idéia de oferecer ‘luz’ aos ‘cegos’ do mundo constitui uma das bases da filosofia maçônica. Constata-se, nas últimas décadas do século XIX, essa preocupação da Maçonaria com a instrução pública das classes populares (SILVA, 2007, p. 35).

Registra o autor que entre os anos de 1904 e 1916 o político e Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, Lauro Sodré, baixou o Decreto 513 (Art. 2º), determinando obrigatoriedade a fundação de escolas populares, por parte da Maçonaria:

Em todos os orientes onde não houver escolas gratuitas mantidas pelo governo do país, ou por associação leiga de qualquer natureza, as Lojas e os maçons ali residentes, são obrigados a suprir essa falta, e a essa missão de preferência dedicar todos os sacrifícios de que forem susceptíveis, coletiva e pessoalmente (BARATA, 1922, p. 176 apud SILVA, 2007, p. 36).

No Ceará, conforme registram Adelaide Gonçalves e Jorge E. Silva (2000), diferentemente da experiência de outros estados brasileiros, não veio a público, na última década do século XIX, uma imprensa nomeadamente anarquista, o que não significa dizer que não tenha havido uma influência dessa corrente no meio operário cearense. Desse modo, os autores atestam a existência do que denominam de “imprensa libertária”<sup>144</sup>, através da identificação dos discursos e das afinidades presentes em alguns jornais operários de uma clara aproximação com os princípios do anarquismo e do sindicalismo revolucionário.

A “impressa libertária” no Ceará seria composta pelos jornais “O Regenerador” (1908), “Voz do Graphico” (1920-1922) e “O Combate” (1921). Destes, tivemos a oportunidade de analisar de forma mais detida alguns números da versão fac-similar do segundo jornal, organizados pelos referidos autores. Apresentamos, a seguir, os principais “achados” em termos do objeto pesquisado.

O jornal “O Regenerador”, editado por Moacir Caminha<sup>145</sup>, nasceu no bojo do processo de criação do “Clube Socialista Máximo Gorki”. Gonçalves e Silva enfatizam sua singularidade em relação aos outros jornais da época, que nasciam como porta-vozes de partido, associação operária ou mesmo de uma categoria profissional. Na avaliação dos mesmos, o próprio projeto de formação de um “clube socialista” constituía-se um indicador de que o ponto de partida de Caminha apontava para a difusão do pensamento socialista, o que se faria pelas mãos de “O Regenerador” e do “Clube Máximo Gorki”.

---

<sup>144</sup> Vale lembrar com os autores sobreditos que o termo “libertário” teria sido cunhado, no final do século XIX, pelos próprios anarquistas, no intuito de se distinguir de outras vertentes do socialismo.

<sup>145</sup> Gonçalves e Silva (2000, p. 40) apresentam uma concisa biografia de Moacir Caminha, a qual reproduzimos na íntegra: “Professor de língua portuguesa, diretor e professor do educandário Cearense, jornalista, conferencista nos salões das associações operárias, dedicado divulgador do Esperanto, polemista, panfletário, multifacetado em sua trajetória – assim é Moacir Caminha, que elegeu um conteúdo ético para sua vida de militante e que bem poderia usar a feliz expressão de Simone Weil: ‘Eu amo a beleza do compromisso’. Jornalista ou professor, era um homem atento às idéias que circulavam mundo afora, deixando-se seduzir por aquelas que combatiam as opressões de todos os feitos e tamanhos”. De porte desse perfil, assinalam os mesmos autores, no Ceará do começo do século XX, Moacir Caminha é quem parece melhor encarnar a condição de primeiro socialista libertário, expressando de forma aberta através de sua militância “[...] seu apego à idéia de liberdade, solidariedade e justiça; e, sobretudo, [...] sua recusa ao capitalismo como forma de organização da vida social. Uma imensa recusa, cujo lado positivo afirmava a necessidade de uma sociedade livre e igualitária”. Com base no conteúdo e na forma de seus escritos, bem como das informações colhidas através das memórias de seus contemporâneos, os autores arriscam compor uma “biblioteca imaginária” do pensamento que teria contribuído com a formação do militante Caminha, a saber: Gorki, Tolstoi, Zola, Bakunin, Proudhon, Kropotkin, Faure, Réclus, entre outros. Além da leitura de autores clássicos do pensamento ácrata, convém destacar a sua correspondência “[...] com os principais jornais anarquistas do Brasil e de Portugal à cata de literatura que atualizasse sua formação socialista libertária” (Id., ibid., p. 28).

Vale notar, com os autores, que o pensamento de Caminha é matizado por diversas influências, buscando, inclusive, inspiração na tradição da Revolução Francesa. Assim, na expressão dos autores: “*O Regenerador* [...] pode também ser lido como um ‘eco óbvio do jacobinismo’ e o seu Clube Socialista Máximo Gorki está evidentemente ancorado na memória dos *clubs* que proliferaram na Paris revolucionária. [...]” (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 29-30).

A criação, por Caminha, desses dois empreendimentos libertários, por assim dizer, situam-se no movimento mais amplo da imprensa operária no Brasil e, de modo específico, da imprensa anarquista. Nesse contexto, das páginas de “*O Regenerador*” e da atuação do “Clube Socialista”, emanavam manifestos, notas, boletins e panfletos, o que, na análise de Gonçalves e Silva, expressavam sua militância social, originando uma pequena, conquanto significativa corrente socialista libertária no Ceará.

Tanta agitação, como era de se esperar – sobretudo num período tão marcadamente coercitivo das forças de esquerda no estado – não poderia passar impune aos olhos vigilantes da “ordem” local. No depoimento dos autores,

Nessa fase de agitação política, o Clube Socialista Máximo Gorki fazia sua parte, tratando de ampliar seu público em torno das idéias libertárias distribuindo panfletos, convocações para comícios, ajudando a organizar passeatas de protesto contra os desmandos da oligarquia aciolina. A resposta foi a repressão. Como em tantas partes, a adesão às idéias libertárias e ao pensamento de conhecidos teóricos anarquistas motiva a perseguição e o tratamento pejorativo. Aqui e ali recolho as certas passagens de alguns memorialistas a referência a Moacir Caminha, como o ‘anarquista’, com as aspas que explicitam a criminalização do termo (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 34).

Todavia, Caminha não se deixou vencer e, de algum modo, fez compensar a *vita brevis* do “Clube Socialista Máximo Gorki” e articulou a criação de duas novas entidades: o “Grupo Libertário de Estudos Sociais”, fundado em Fortaleza no ano de 1911, e a instalação de uma “Agência Libertária de Estudos Sociais”, funcionando na Rua Senador Pompeu, 241. Como asseguram Gonçalves e Silva (2000, p. 34-35), a propositura de ambos era clara:

[...] distribuir livros, opúsculos e jornais de e para diversas partes do país, sempre com o significativo anúncio: ‘Dos periódicos de propaganda revolucionária não se aceita nenhuma remuneração’. Tanto a Agência quanto o Grupo Libertário têm como tarefa fundamental a difusão das idéias, e seu modelo é certamente o dos Círculos de Cultura Social, com suas salas de leitura, bibliotecas e palestras para trabalhadores. Caminha busca contatos com os grupos espalhados pelo país e não descuida da necessidade de estreitar laços internacionais. É exemplo disto a divulgação na revista anarquista *A Sementeira*, de Lisboa. Em 1912, a revista anuncia que o Grupo Libertário de Estudos Sociais do Ceará pede a todos os

periódicos anarquistas de Portugal a remessa permanente de um exemplar de cada número, para sua biblioteca. Caminha empreendeu uma aventura intelectual independente, no melhor emprego que se faça do termo aventura, que por esquecida no Ceará, cumpre recordar.

O órgão de imprensa da Associação Graphica do Ceará, o jornal “Voz do Graphico”, por seu turno, foi fruto de um esforço coletivo em favor da construção de uma importante ferramenta organizativa para o movimento operário cearense: a sustentação de uma imprensa sindical e a propagação de “[...] panfletos, folhetos, manifestos, traduções, reproduções de obras consideradas seminais, bem como [...] a formação de bibliotecas básicas do pensamento socialista, vendas de livros e periódicos” (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 43).

Enfatizam os autores que a existência dos jornais “Voz do Graphico” e “O Combate” seriam incompreensíveis sem a devida referência à iniciativa militante de Pedro Augusto Motta, figura de proa do movimento operário de corte libertário no Ceará de então. Em seus termos,

[...] atuando intensamente em Fortaleza, seja com redator dos citados jornais, como conferencista nas entidades operárias, ajudando a construir a União Geral dos Trabalhadores e depois a Federação dos Trabalhadores do Ceará, escrevendo seus artigos e panfletos, polemizando com os dirigentes de orientação católica, combatendo o que considerava desvios eleitorais, dando a conhecer ao público sua veia poética, cuja matéria é a luta pela emancipação do proletariado, Pedro Augusto Motta é o dedicado militante que, do Ceará, tece sua rede de contatos com o movimento libertário em âmbito nacional (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 49).

Historiam Gonçalves e Silva que o militante ácrata teria fundado – em companhia de João Gonçalves do Nascimento, Raymundo Ramos, Frederico Salles e Manoel Paulino de Moraes –, no dia 1º de maio de 1920, em Fortaleza, a União Geral dos Trabalhadores, a qual reunia em torno de si um número aproximado de 300 sócios. Ademais, em 12 de setembro do corrente ano, criou a Associação Graphica do Ceará, compondo o quadro de sua diretoria com “[...] José Moraes (secretário), Raymundo Bessa Pereira (tesoureiro), Francisco Falcão e Pedro Ferreira (delegados)” (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 50).

Relatam os referidos autores que a atividade militante de Pedro Augusto Motta, a exemplo de tantos outros, atraiu para si a ira da classe patronal, recebendo destes a pecha de “perigoso anarquista”. Assim sendo, ilustre membro da “lista negra” dos patrões dessa praça, Pedro Augusto Motta transferiu-se para São Paulo, fazendo-se editor de um dos mais destacados diários anarquistas do período, “A Plebe”. Tempos mais tarde, por ocasião do movimento de 1924, em São Paulo, pelo fato de haver subscrito juntamente com outros anarquistas um memorial de reivindicações populares entregue ao Comitê Dirigente da Revolução Paulista, a repressão voltou à carga com mais veemência, sendo preso e deportado para o campo de

concentração da Clevelândia, no Oiapoque. Nesse lugar de onde poucos voltavam, teria tombado esse desassombrado libertário cearense.

Cumpre-nos realçar com Gonçalves e Silva (2000) que a militância de Pedro Augusto Motta e de tantos outros operários e intelectuais que se aproximaram do universo anarquista insere-se no contexto “em que os operários mais combativos tentam romper, por um lado, com as sociedades benéficas, de colaboração patronal, remanescentes do período anterior [...], e, por outro, contra a orientação católica que se torna hegemônica no movimento operário cearense [...]” (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 54-55).

Assomado à divulgação e disseminação de uma imprensa operária, algumas organizações<sup>146</sup> e grupos anarquistas cearenses promoveram regularmente, conforme Gonçalves e Silva, outras atividades igualmente perpassadas pelo mesmo espírito de então, que tinha como brado “instruir para redimir”. Tais atividades materializaram-se na forma de iniciativas culturais diversas: palestras, conferências, cursos e teatro social<sup>147</sup>.

Por último, cabe ainda dar voz aos autores sobreditos para esclarecer que, conquanto o anarquismo não tenha se manifestado, no Ceará, com a mesma expressão de vitalidade de estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, sua presença fez-se sentir desde os primórdios do século XX, através da “literatura libertária, do ativismo sindical e do associativismo, bem como da criação dos diversos grupos libertários: Clube Socialista Máximo Gorki, Centro de Estudos Libertários, Grupo Libertário Amigos d’A Plebe, Comitê de Solidariedade aos Flagelados Russos e a Escola Operária Racional”. Outrossim, avaliam Gonçalves e Silva (2000, p. 59-60) que:

---

<sup>146</sup> Gonçalves e Silva (2000, p. 47) destacam algumas dessas entidades operárias promotoras de eventos culturais: “Associação Gráfica do Ceará, União dos Ferroviários Cearenses, Escola Operária Secundária, Sociedade Beneficente Centro dos Carroceiros, Federação dos Trabalhadores do Ceará, Sindicato dos Carpinteiros, Sindicato dos Operários Ferroviários de Sobral, Aliança Artística e Proletária de Quixadá”. Os autores apresentam ainda uma preciosa lista contendo os nomes dos principais conferencistas da época, estes, vales notar com os mesmos, considerados os principais responsáveis pela difusão das idéias anarquistas e socialistas elaboradas no século XIX: “Pedro Augusto Mota, Luis Araújo, Joaquim Alves, Gastão Justa, Raimundo Ramos, Francisco Falcão, José Mathias, Paula Achilles, Newton Craveiro, Moacir Caminha, Eurico Pinto, Mercenes Dantas, Paulino Moraes, entre vários”.

<sup>147</sup> O depoimento de Edgar Rodrigues a respeito do teatro social é assaz interessante, apontando este – com sua “multiplicidade de poderes” – como um importante instrumento de envolvimento e articulação da família operária, bem como uma das mais fecundas fontes de recursos financeiros e disseminação de cultura junto aos trabalhadores: proporcionar alegria e divertimento, disseminação da cultura pela imagem e pelo diálogo das idéias a quem assiste e a quem trabalha como ator e, sobretudo, como fonte de solidariedade humana e apoio mútuo. Foi, pode-se dizer, o teatro social no Brasil, o mais fértil meio operário de obtenção de recursos para socorrer doentes, presos, desempregados, financiando suas publicações, mantendo sedes dos centros de cultura social, fonte onde o proletariado ia beber ensinamentos e idéias, numa tentativa de emancipar-se, o desejo incontrôlável de tornar-se gente! (RODRIGUES, s/d, p. 85).

[...] no Ceará tudo aponta para que a presença anarquista se tenha dado de forma endógena, e não a partir da ação inicial de imigrantes, como aconteceu em outras regiões. Aqui, essa militância anarquista nasceu a partir da aproximação de intelectuais e trabalhadores do socialismo libertário, influenciados que foram por essas idéias que chegavam através de livros e outras publicações e, como não podia deixar de ser, através do eco da ação e agitação que o anarquismo e o anarco-sindicalismo desenvolviam em outras regiões do país.

Esboçado em traços largos o terreno da militância anarquista no Ceará, passemos às suas propostas educacionais propriamente ditas, ancoradas nos “achados” por nós localizados na pesquisa empírica, a qual contemplou a análise das edições do jornal “Voz do Graphico”, circunscrito ao período de dezembro de 1920 a fevereiro de 1922, estes, vale lembrar, publicados em formato fac-similar por Gonçalves e Silva (2000).

Em contraposição às instituições assistencialistas/mutualistas, as entidades operárias de resistência, sobretudo aquelas ligadas aos ideais anarquistas, portaram uma concepção ampliada de educação, nesse sentido identificam o sindicato como escola. A esse respeito, é emblemático um excerto do artigo de José Mathias de Azevedo, publicado já no primeiro número do jornal “Voz do Graphico”:

O sindicato é a ESCOLA e o recreio do operário e de sua família; ali ele aprende a ler e ensina aos companheiros que desejam aprender; ali ele aprende a estimar seu semelhante e irmão, dando assim um passo em prol do sentimento de igualdade; ali ele conhece que o interesse do trabalhador é um só em toda parte; ali ele aprende a ser homem de verdade [...] ali ele aprende a organizar, a produzir e distribuir equitativamente o bem comum segundo as necessidades de cada um (VOZ DO GRAPHICO – Fac-similar, Fortaleza, ano I, nº 1, 25/12/1920).

A princípio, gostaríamos de dar relevo ao extrato do artigo intitulado “O nosso dever”, de autoria de L. Maxixe, o qual, a partir da análise da conjuntura de então, denuncia as péssimas condições de vida e de trabalho dos operários no Ceará, apontando claramente para a construção do horizonte socialista. A análise do articulista operário traz à tona o lamento pela incapacidade de educar os filhos:

E é por estas injustiças que o velho edifício social já não pode mais suportar o formidável vendaval que faz estremecer os seus carcomidos alicerces, feitos com suor daqueles que trabalham, e às custas das lágrimas e das dores das nossas companheiras de infortúnio, **e da miséria dos nossos filhos que não podemos educar, pois ainda bem não têm cinco anos e idade, são obrigados a viver dentro de uma oficina infecta e imunda para ganharem o mesquinho e miserável salário de 500 réis** e, muitas vezes, trabalharem um ano, como acontece na maioria das oficinas deste Estado, onde o aprendiz para ganhar 500 réis tem que trabalhar um ano de graça (VOZ DO GRAPHICO, Nº 4, Fortaleza, 05/02/1921, grifos nossos).

Numa edição posterior, localizamos uma verdadeira pérola! Um artigo assinado por Dofreal (certamente um pseudônimo), intitulado “A miséria que o operariado sente presentemente é motivada pela ignorância e pela desunião”, num claro discurso, que aqui denominamos de “a defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância”. Vejamos:

Segundo o dizer popular – que homem desinteligente e ignorante nunca poderá sair da miséria – a sua felicidade consiste em ser inteligente e consciente, unido e organizado.

Logo, é preciso que todos nós operários procuremos desde já instruir-nos, sem perda de tempo, a fim de expulsarmos da nosso meio a ignorância reinante, este elemento pernicioso que asfixia a classe trabalhadora e único causador da miséria.

Nada mais triste e vergonhoso do que um operário ignorante. Senão vejamos: sou operário, pertenço a uma sociedade, adoeço, preciso fazer uma carta certificando-a do meu estado de saúde; mas acontece que eu não sei ler – sou portanto ignorante – e tenho que recorrer a estranhos – é triste e vergonhoso, não achas, camaradas?

Na sociedade presente existem duas coisas que dominam o mundo: uma – é o ouro, outra – a inteligência. E já que não possuímos o ouro presentemente, é preciso cultivarmos a inteligência, porque o resultado desta imbecilidade é ficarmos reduzidos a um estado de demência tal que nos há de causar dó, e com o espírito culto, iluminado pela instrução, saberemos lutar, saberemos vencer.

**InSTRUAMO-NOS, SIM, PORQUE INSTRUÍDOS SABEREMOS REPELIR OS MALES QUE NOS AFETAM, CONSEQUÊNCIA DIRETA DA IGNORÂNCIA REINANTE NO NOSSO MEIO E QUE NOS ASSOBERBA E NOS ASFIXIA! UNAMO-NOS, SIM, PORQUE UNIDOS PODEMOS EXIGIR OS NOSSOS DIREITOS, CONQUISTAR NOSSAS REIVINDICAÇÕES!**

A Escola, à Sociedade, pois, camaradas (VOZ DO GRAPHICO, Nº 7, Fortaleza, 12/03/1921, grifo nosso).

No número seguinte, Dofreal retoma o tema, desta vez com o artigo sob o título “Com o ‘modernismo’ apareceu a exploração”:

[...] o que desvaloriza o operário é a inconsciência, a ignorância, é o não compreender do seu valor, da sua força, da sua necessidade no conjunto da Sociedade e do progresso.

**EDUQUE-SE, POIS, O HOMEM DO TRABALHO, VALORIZE A SUA PRODUÇÃO E LOGO, IMEDIATAMENTE, NATURALMENTE, INEVITAVELMENTE, SERÁ VALORIZADO, SERÁ RESPEITADO, SERÁ TIDO ENFIM COMO A VERDADEIRA ALAVANCA DO PROGRESSO HUMANO. ISTO PORQUE, ELE EDUCADO SABERÁ LUTAR, E, CERTAMENTE, SABERÁ VENCER** (VOZ DO GRAPHICO, Nº 8, Fortaleza, 26/03/1921, grifo nosso).

No terceiro número subsequente, desta vez numa matéria anônima (mas ao que tudo indica do mesmo autor), intitulada “Males da desorganização operária”, a bigorna voltou a bater insistentemente:

Não é de hoje que afirmamos ser a desorganização existente no seio das classes trabalhadoras a causa direta da premente situação e miséria em que se debatem.

**NÃO SOMENTE A DESORGANIZAÇÃO, MAS TAMBÉM A DESUNIÃO E IGNORÂNCIA QUE, INFELIZMENTE, SUPLATAM E CONCORREM BASTANTE PARA O**

**indiferentismo em que aquela se encontra dentro mesmo das classes, que já têm as suas organizações.**

E a verdade deste cruel abandono em que vivemos como que selecionados por incontrastáveis caracteres, **temos no meio da nossa própria classe, considerada, talvez, a mais culta dentre todas as outras genuinamente operárias** (VOZ DO GRAPHICO, Nº 11, Fortaleza, 16/10/1921, grifos nossos).

Aqui aparece um dado interessante: os trabalhadores gráficos, por lidarem com as “palavras”, digamos assim, consideravam-se dentre as demais categorias profissionais de então, os “mais cultos”. Desse modo, a ignorância nos meios gráficos assumia um caráter ainda mais desonroso.

Enfim, o contexto educacional cearense da época, amplamente apresentado no capítulo anterior, permite-nos inferir que, de fato, o clarim da impressa socialista libertária no Ceará não soou à toa – daí sua apostila na proposta de uma educação integral para os operários como forma de humanizá-los. Nesse aspecto, Pedro Augusto Mota, no ano de 1920, fez uma emblemática exortação na sessão da União Geral dos Trabalhadores Cearenses:

[...] caros colegas, procuremos nos instruir, nos arregimentar, para que, unidos e fortes, possamos vencer esses tiranos, sanguessugas do nosso tão maltratado corpo. [...] O homem que não luta pela conquista dos seus direitos e não sabe defender, já pela ignorância, já pela covardia, é mais bruto e servil que o próprio irracional (VOZ DO GRAPHICO – Fac-similar, Fortaleza, ano I, nº 14, 26/11/1921).

Não obstante o forte acento dado à educação, à semelhança do “entusiasmo pela educação”, o horizonte é frontalmente oposto: aos anarquistas, conforme nos referimos anteriormente, interessava “instruir para redimir”, numa clara convocação à organização e à luta classista, ao passo que o discurso da “educação panacéia” dos políticos e dos diletantes da educação ganhava contornos de um apelo humanitarista, no sentido de expurgar do seio da humanidade a doença do analfabetismo.

Outrossim, o discurso da “defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância” tão presente na fala dos libertários, a nosso ver, pinta com todas as tintas o quadro de absoluto pavor da ignorância sentida pelos operários, considerada, de fato, como um estado de trevas, isto é, de total escuridão das suas consciências embrutecidas, motivo de ofensa e de vergonha para o ser do trabalho.

Passemos, nesse momento, aos anúncios de fundações de escolas operárias localizados nas páginas do jornal “Voz do Graphico”:

Escola Operária Secundária  
Continua aberta a matrícula desta casa de ensino.

Pedimos aos camaradas, queiram freqüentar esta escola, que tanto tem trabalhado pela educação do operariado cearense e que muito trabalhará ainda, caso tenha boa freqüência, como tem tido até hoje.

À escola, camaradas!

Aproximai-vos da luz! (VOZ DO GRAPHICO, Nº 3, Fortaleza, 06/01/1921)

No seu sexto número, a folha operária noticiou com euforia que a União dos Ferroviários Cearenses fundou, para educação sua e de seus filhos, uma escola noturna. Aqui o articulista reforça mais uma vez a “defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância”, informando, ademais, o modelo de escola que interessa dos trabalhadores: a escola racionalista do educador espanhol Francisco Ferrer:

Participa-nos os camaradas da União dos Ferroviários Cearenses haverem fundado às 19 horas do dia 11 de fevereiro último, para educação sua e dos seus filhos uma Escola noturna, cuja solenidade se revestiu de simples mas deslumbrante entusiasmo manifestado pelo homem do trabalho na rudeza própria dos seus hábitos modestos.

Este acontecimento, para nós de suma relevância, vem patentear mais uma vez que o homem do trabalho já se convenceu de que só pelo estudo, só pela educação moral, intelectual e social poderá chegar ao pináculo da posição que lhe assiste no seio da sociedade; só aperfeiçoando o seu espírito científico e racionalmente, tendo por norma a base de ensino da Escola Moderna, de Ferrer, poderemos chegar ao ponto de desfrutar sobre a terra o que aspiramos para a humanidade: liberdade, igualdade e fraternidade. Enquanto não, viveremos sempre escravos, porque a ignorância é uma espécie de escravidão para o nosso espírito, e a liberdade quer luz, quer expansão, quer gênio (VOZ DO GRAPHICO, Nº 6, Fortaleza, 06/03/1921, grifos nossos).

Além das escolas noturnas, ganhou destaque no jornal gráfico os comunicados a respeito de cursos gratuitos de línguas, bem como convites para participação de conferências.

#### Os amantes dos estudos

Temos o prazer de levar ao conhecimento dos nossos camaradas e quem mais for amigo do estudo que o Sr. Professor Moacyr Caminha leciona Esperanto e Português, gratuitamente, em sua residência, à rua General Sampaio, 330, nos dias de segunda, quarta e sexta-feira, das 7 às 9 horas da noite.

O Esperanto, como se sabe, é a língua do futuro, isto é, a língua internacional por intermédio da qual os povos de todo o mundo comunicar-se-ão facilmente.

(VOZ DO GRAPHICO, Nº 19, Fortaleza, 11/02/1922).

Assim, a União dos Ferroviários Cearenses fez registrar a conferência que promoveu, tendo como conferencista o Professor Paula Achilles, que versou sobre a candente questão do “Socialismo contemporâneo”:

Falou-nos da revolução russa como consequência lógica da guerra européia e mostrou que a nossa ação não poderá nunca ser igual a do grande território moscovita. Lembrou em seguida a necessidade da educação

operária, para que a consciência de todos e a união de vistos entre todos sejam os meios de ação dos trabalhadores, e nunca a dinamite e o incêndio. Salientou ainda as bravuras de um socialista alemão, que lutou heroicamente na grande guerra, não com sede de derramar o sangue dos seus irmãos, mas para apressar, o mais possível, o fim da guerra, e com ele o advento do ideal socialista (VOZ DO GRAPHICO, nº 4, Fortaleza, 05/02/1921).

Por fim, o jornal publicou sob o título “Alerta!!” O artigo assinado por Zé Mathias, o qual revela um chamado aos trabalhadores à educação:

**Devemos nos aprestar, unindo-nos e instruindo-nos, na biblioteca de livros produzidos por trabalhadores e sábios sociólogos, nossos amigos de fato, para arrebatar o nosso lugar, que deve ser de destaque, na administração da nação, destes que nos desprezam e nos exploram sem piedade e sem compostura.** A vida como vivemos atualmente não é vida de um povo forte e liberto como dizem, por engano, sermos. A nossa vida é a mesma que levava o antigo escravo da gleba, pior ainda porque hoje temos a responsabilidade desta pseudo liberdade que nos avulta muito mais ainda, porque nos demonstra o nosso mesmo atraso antigo, neste ponto (VOZ DO GRAPHICO, nº 12, Fortaleza, 29/10/1921, grifo nosso).

A necessidade de instrução aqui exposta, diferentemente daquela ansiada pelas instituições benficiaentes, não objetivava apenas alfabetizar ou promover a ascensão social dos trabalhadores, mas sim possibilitá-los a compreender a sociabilidade na qual estavam inseridos, com vistas à construção de projetos emancipatórios. Assim, tomam o lema, aqui já mencionado, “instruir para redimir”, tão bem expresso no depoimento de José Bernardo publicado no jornal “Voz do Graphico”:

Para mim, trabalhador manual e sujeito ás (sic) vicissitudes estafantes do ofício, nada maior como obstáculo à compreensão dos ideais libertários pela massa escravizada ao salário e ao patrão, do que a falta de instrução.

[...] Sem instrução não pode haver compreensão nítida do ideal libertário.

Abraçar uma idéia sem conhecê-la a fundo é afirmar uma cousa que não se sabe o efeito.

Para que se saiba compreender a origem dos nossos sofrimentos e seus efeitos, necessário se faz que tenhamos instrução clara, racional.

[...] Urge, pois, que criemos as nossas escolas para salvaguardarmos a parte maior do proletariado adulto e a totalidade dos pequenos operários, se quisermos triunfar futuramente.

Instrução! Deve ser o nosso brado, a nossa divisa, INSTRUIR PARA REDIMIR! (VOZ DO GRAPHICO – Fac-similar, Fortaleza, ano I, nº 3, 30/01/1921).

Partindo desse “brado”, adotam uma diversificada tática formativa, que se apoiará na leitura clássica do pensamento anarquista, nas traduções de obras ligadas ao pensamento social, na adaptação ao teatro da literatura social produzida no meio operário, no apego às memórias de militantes exemplares, no rastreamento de estudos que venham a compor um pioneiro índice da história do movimento operário e dos movimentos sociais no Brasil, na criação de círculos

de cultura, na organização de bibliotecas, nas palestras, nas conferências, nos cursos, e, por fim, nas escolas.

Não é demais, lembra com Gonçalves (2001), que os movimentos anarquista e anarco-sindicalista foram os responsáveis pela divulgação no Brasil das idéias elaboradas por Francisco Ferrer, anteriormente citado, acerca da Escola Racional, da Escola Moderna de Barcelona, as quais se materializavam nas escolas populares, adotando como princípios a liberdade, o livre pensamento, a solidariedade e a co-educação.

Ao pensamento de Ferrer, segundo a mesma autora, foram articuladas as idéias difundidas pela Liga Internacional para a Educação Racional da Infância, criada no ano de 1908, cujo programa basilado em quatro pontos foi sintetizado por Gonçalves (2001b, p. 479) da seguinte forma:

1º - A educação dada a infância deve apoiar-se numa base científica e racional, consequentemente deve-se retirar dela toda noção mística ou sobrenatural;

2º - A instrução é apenas uma parte dessa educação. A educação deve compreender, também, junto com a formação da inteligência, o desenvolvimento do caráter, o cultivo da vontade, a preparação de um ser moral e cívico bem equilibrado, cujas faculdades se associem harmonicamente e sejam elevadas a sua máxima potência;

3º - A educação moral, muito menos teórica do que prática, deve resultar, sobretudo, do exemplo e apoiar-se na grande lei natural da solidariedade;

4º - É necessário, sobretudo no ensino da primeira infância, que os programas e os métodos estejam adaptados tão precisamente quanto for possível à psicologia da criança, o que não acontece em parte alguma, quer no ensino público quer no privado.

Assim, sob a inspiração das idéias supracitadas, além das iniciativas noticiadas no jornal “Voz do Graphico”, foram criadas em Fortaleza, a partir da liderança dos anarquistas, duas instituições escolares: A Escola Humanidade Nova, que se definia voltada à formação integral do indivíduo, embasando-se nos métodos da Pedagogia Moderna, e a Escola Renascença, criada no início dos anos de 1920 sob a direção da União Geral dos Trabalhadores Cearenses, a qual, conforme nos aponta o Relatório da Pesquisa da Faced/UFC (1993, p.18), congregava aproximadamente 300 sócios compostos por trabalhadores assalariados, jornaleiros e artífices, tendo como objetivo, precisamente, “[...] propagar a instrução literária científica e o aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores”.

No ano seguinte, 1921, foi criada a Federação dos Trabalhadores do Ceará, que, dentre as ações prioritárias, aponta em seu estatuto, a previsão de criação de “[...] ‘bibliotecas sociológicas’ e cursos de formação geral, primária e secundária, e profissional para seus

associados, e ‘palestras relacionadas com o progresso das classes trabalhadoras’” (FACED/UFC, 1993, p. 19). Tal acontecimento mereceu destaque nas colunas do jornal gráfico:

Conforme havíamos noticiado, realizou-se, terça-feira, 1º de fevereiro presente, a soleníssima sessão de fundação da Federação dos Trabalhadores do Ceará, assistida por numerosos representantes das sociedades União Geral dos Trabalhadores, Associação Graphica do Ceará, União dos Tecelões, Centro dos Carroceiros, União dos Ferroviários Cearenses em cuja sede teve lugar a grande reunião e as quais foram fundadoras da Federação, e elementos representativos, sociedades ‘Deus e trabalho’, ‘Deus e Mar’, ‘União dos Pedreiros’ e ‘União dos Sapateiros’ que, infelizmente, não foram fundadores deste importantíssimo centro das forças trabalhadoras em geral (VOZ DO GRAPHICO, Nº 4, Fortaleza, 05/02/1921).

Conforme os termos da Pesquisa FACED, a proposta política dessa Federação entendia que “[...] o sindicato tem um caráter educativo, criando inclusive escolas de ler e escrever com o objetivo de melhorar o nível de participação dos trabalhadores, bem como desenvolver o sentimento de igualdade e solidariedade entre os mesmos”. (Id., ibid., p. 19, grifo nosso).

Também do mesmo período foi a iniciativa da Sociedade Deus e Mar, associação dos trabalhadores do mar que se identificava como entidade de benefício, de instrução e defensora dos interesses dos seus filiados. A mesma fundou uma escola noturna que funcionou em sua sede, instalada à Rua do Seminário, em Fortaleza.

No âmbito da concepção reformista, destacamos a proposta educacional do Partido Operário Cearense, o qual priorizava como estratégia a participação político-eleitoral. Conforme vimos em momento anterior deste trabalho, entendia ser fundamental a freqüência dos trabalhadores à escola, fundando inclusive um Conselho de Instrução com vistas ao combate ao analfabetismo e ao estímulo pelo gosto literário. Nesse espírito, Souza e Oliveira (s/d, p. 4) nos brindaram com um precioso excerto do jornal “O Cearense”, que recupera um pouco dessa discussão:

[...] a fim de elevar o seu nível de consciência social para participar do processo eleitoral e, mesmo, dos cargos eletivos. O Presidente do Partido Operário Cearense [...] fez passar em assembléia geral do Partido a proposta de que ‘Não fossem admitidos nas fábricas e oficinas o aprendiz que não sabendo ler e escrever se obrigasse a freqüentar aulas noturnas’ (O CEARENSE, 5/8/1890, p.1 apud SOUZA e OLIVEIRA, s/d, p. 4).

Nesse empenho, conta Gonçalves (2004, 277) que o Partido Operário definiu estatutariamente o funcionamento regular do Conselho de Instrução, de modo a instalar e dirigir uma Escola Noturna, defendida pelo Partido como a única compatível com a população pobre. A autora

informa que a ocorrência de matrícula na Escola Noturna atingiu 194 alunos, com uma freqüência média de 87 a 126 alunos. Destaca, ademais, que Theodomiro de Castro e Cândido Brazil foram dedicados professores dessa escola operária.

O fato de “criar uma escola compatível com a população pobre” nos remeteu ao artigo de um colunista de “O Cearense”, J.M. Ibiapina, no qual pinta com todas as tintas o quadro de miséria material e espiritual a que estavam submetidos os trabalhadores no Ceará:

**Instituição pública entre nós não interessa às classes pobres, não por ser insignificante o número de escolas como porque os filhos dos proletários não dispõem de roupas e calçados para freqüentarem os estabelecimentos oficiais...** O filho do plantador de algodão, do vaqueiro, do batedor de cera de carnaúba, do pequeno operário, este continua hoje, relativamente, no mesmo obscurantismo dos tempos da monarquia... o filho do pobre continua a sofrer os efeitos da buba, do impaludismo, das verminoses, do tracoma, da miséria orgânica (IBIAPINA, J.M, O CEARENSE, Fortaleza, 6/1/1928 apud MONTENEGRO, 1965, p. 55, grifo nosso).

Notemos que os filhos dos operários não tinham sequer vestimentas adequadas para freqüentar a escola! Quão sentimento de desonra deveriam amargar aqueles pais trabalhadores, vendo seus filhos crescendo sem nenhuma perspectiva de formação, seguindo sua mesma sina de operário ignorante e miserável!

O diagnóstico de Ibiapina foi por demais comprovado nos diversos depoimentos por nós localizados nas páginas do jornal “Trabalhador Graphico”, órgão de imprensa do “Syndicato dos Trabalhadores Graficos do Ceará”, no ano de 1930. Neste, o operário Lucas do Carmo (certamente um cognome), por exemplo, publicou uma série de artigos sob o título “Cartas sem sello”, endereçados a um suposto “amigo Fortunato” pertencente à classe exploradora, com o objetivo de provar que a sociedade compõe-se de duas classes antagônicas, traça um paralelo entre o seu dia-a-dia miserável e a rotina faustosa do tal Fortunato. Nesse interessante relato, Lucas do Carmo imprimiu com maestria o cotidiano dos trabalhadores cearenses de então:

[...] as cinco e meia desperto pelo apito estridente da fábrica.  
Banco o rosto á moda gato, engulo uma tigela de café ‘Portinho’ com um pedaço de pão sem manteiga, e de blusa e de calça de algodãozinho galópo em direção á fábrica, vexado para não perder o horário.  
Ali meto-me na luta até honze horas. Vexado galópo pra caza, onde os meninos já choramingam com fome.  
Então com a mulher e filhos na feijoada com tripa e sobremeza de rapadura com farinha. Torno a tomar café ‘Portinho’ e volto pelo mesmo caminho.  
Retorno a trabalhar até as cinco da tarde, sahindo d’ali exhausto pra caza, onde torno a comer feijão e torno a tomar café com pão sem manteiga.

**Mas, ainda, não está terminada a lida. Ainda vou ensinar o a b c a trez filhitos pequenos que não freqüentam a escola primaria por falta de roupa e por falta de dinheiro para a matricula.**

Terminado o ensino do a b c aos garotos vou tratar do rheumatismo e deitar-me numa tipóia ao lado da mulher e dos dois filhos pequenos, porque a casa que você me aluga por 90\$ mensaes, sem luz, é demais acanhada para cada pessoa possui um apartamento.

Ganho de 6\$ a 9\$ diários e, por isso, não posso freqüentar cinemas, theatros, pensões alegres ou ‘clubs’ de luxo. [...] (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Nº 2, 19/04/1930, p. 4, grifo nosso).

João dos Typos, assíduo colaborador das colunas do “Trabalhador Graphico”, em artigo intitulado “A nossa única taboa de salvação”, em que traça um pequeno balanço da atuação do “Syndicato dos Graphicos”, apontando a organização como única alternativa de alcance dos interesses da categoria, também deixa registrado no seu depoimento as agruras vivenciadas nesse período:

**Os nossos filhos, por muito esforço de nossa parte, não passam da instrução primária e se vêem obrigados a irem para a officina antes da idade regulamentar.** Moramos em casebres dos subúrbios, em ruas cujo futuro calçamento será o symbolo da dureza do regime burguez. Desses fins de cidade é que nos transportamos diariamente, para as masmorras onde trabalhamos, sob o pino do meio-dia ou por entre as trevas ameaçadoras da meia-noite (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Nº 18, 16/09/1930, p. 4, grifos nossos).

Conquanto, o panorama mais soturno sobre a situação da classe trabalhadora cearense de 1930 e sua impossibilidade de acesso à educação saiu da pena de Argus (pseudônimo de Pedro Augusto Mota), em sua coluna endereçada aos “Companheiros Campesinos”, exibindo aqui, vale ressaltar, a influência do Bloco Operário e Camponês:

Que temos a perder? Nada.

Se trabalhamos passamos fome, andamos nus e vemos os nossos filhinhos morrerem de inanição; quando por acaso se criam são verminosos, rachíticos, parecidos com a morte, a trocar as pernas esqueléticas pela estrada da vida.

**São verdadeiros phantasmas horripilantes, trazendo ainda por cima de tudo isto, a ignorância, pois nós, miseráveis como somos, não lhes podemos dar instrucção.**

Sendo assim, a morte para nós é um alívio.

Mas... enquanto ella não chega, procuremos tomar posição na frente única proletária e lugar na barricada que breve haveremos de erguer contra este regime canalha e tyranno que nos opribe e asphyxia.

A nossa trincheira, companheiros rurais, reside dentro dos nossos syndicatos. (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Nº 21, 06/09/1930, p. 4, grifos nossos).

Por último, localizamos um curioso artigo escrito pelo operário A. Freitas, intitulado “O caminho a seguir”, endereçado ao seu “innocente filho Francisquinho”:

**[...] Porventura, meu filho, se não tiveres uma educação regular (que certamente não poderá ter), necessária, aliás, a todos os homens, a culpa não cabe a teu pae.**

Este, como os demais operários, é vítima dos exploradores, que trazem a sua classe na mais intolerável ignorância. Negam, até mesmo, o direito sagrado a que nos assiste – de aprender a lêr.

**Escola superior, faculdade, academia, bons empregos, enfim, tudo que offerece uma vida fácil, são privilégios dos filhos dos senhores burguezes.**

Aos teus irmãos pobres, nada disto é permitido. No entretanto são filhos dos que trabalham...

**Portanto meu filho, deverás criar ódio e despreso á classe que asphixia milhões de martyres, em cujo meio se encontra o teu pae.**  
(TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Nº 7, 31/05/1930, p. 2, grifos nossos).

Podemos imaginar os motivos que levariam um pai trabalhador a publicar tais linhas em um jornal operário. A nosso ver, aqui se expressa com todas as letras a repulsa e a abominação que sentiam da ignorância, da falta de instrução para si e seus filhos.

Localizamos no “Trabalhador Graphico” a notícia de uma escola promovida pelo “Syndicato das Trabalhadoras Domésticas”: “[...] se acha em pleno funcionamento uma escola para a educação dos associados daquelle Syndicato. Referida escola funciona todos os dias, de 7 às 9 horas da noite”. (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Fortaleza, Nº 1, 12/04/1930).

Além das iniciativas escolares promovidas pelas organizações dos trabalhadores cearenses, são dignas de nota as diversas bibliotecas operárias fundadas pelos mesmos. O “Syndicato dos Trabalhadores Graphicos”, por exemplo, deixou expresso na sua folha de impressa o intenso esforço despendido para montagem de sua Biblioteca, o que vem mais uma vez reforçar a imensa importância que os trabalhadores atribuíam ao acesso ao conhecimento:

Aos nossos companheiros graphicos do Ceará, do sul e no norte do paiz [...], lançamos um forte e sincero apello, no sentido de nos auxiliarem nessa cruzada, remettendo-nos collaborações para o nosso pequeno orgam de defesa da classe, e outrossim pedimos, encarecidamente a contribuição de um volume para a biblioteca do nosso Syndicato (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Fortaleza, nº 1, 12/04/1930, p. 4).

Para tanto, as campanhas financeiras constituíram-se uma constante: “Realizar-se amanhã nos Salões do ‘Sem Rival Sport Club’ [...], um animado festival dançante, promovido e patrocinado pelo ‘Syndicato dos Trabalhadores Ghaphicos’, cujo produto reverterá em beneficio de sua bibliotheca, recentemente creada” (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Fortaleza, nº 4, 10/05/1930, p. 4).

A propósito, constata-se claramente pelo conteúdo veiculado em seu órgão de imprensa que o referido Sindicato marchou, em 1930, marcadamente sob a influência do Partido Comunista.

Nesse aspecto, citamos dois emblemáticos excertos de artigos publicados respectivamente no “Trabalhador Graphico” por Octávio Brandão, membro do Comitê Central do PCB/Nacional e Laffitte B. Brasil, diretor do jornal e membro da direção do “Syndicato dos Graphicos”:

Para a luta no terreno propriamente econômico, no terreno dos salários, há o syndicato, a associação. E para a luta no terreno propriamente político, no terreno da defesa dos velhos direitos e da conquista de novos direitos, há o Partido Communista. (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Nº 3, 1/05/1930, p. 9 apud GONÇALVES; BRUNO, 2002); Penso que o único programma que nos serve, é o mesmo que transformou a despudorada e prostituida Rússia dos Tzars, num paiz onde reina o trabalho, a igualdade e o amôr.

EU QUERO, PARA O BRASIL, A DICTADURA PROLETARIA, DENTRO DOS PRINCIPIOS COMMUNISTAS (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Fortaleza, nº 9, 14/05/1930).

Feita esta devida referência devemos enfatizar a ausência de qualquer registro de funcionamento de escola mantida pelo mesmo, não obstante os vários artigos denunciadores da situação de miséria da classe trabalhadora e da impossibilidade de formação escolar dos seus filhos, conforme expressamos anteriormente. Aliás, sobre este assunto, localizamos apenas uma rápida passagem num artigo de Octávio Brandão, intitulado “Abre teus olhos, trabalhador”, em que faz a seguinte orientação: “A corporação tem muitos analfabetos? É preciso crear um grupo que funde uma escola de primeiras letras” (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Fortaleza, Nº 2, 19/04/1930, p. 6).

Afora isto, localizamos a publicação do hino da Escola Racional (TRABALHADOR GRAPHICO – Fac-similar, Fortaleza, Nº 25, 04/10/1930, p. 2):

Hyamno da ‘Escola Racional’  
(Musica da ‘A Internacional’)

Amae as meigas creancinhas,  
Minosas flores do prazer;  
São juvenis innocentinhas  
Que a odos faz enternecer.  
Ensinae tudo quanto é bello,  
Á juvenil e meiga infânciam;  
A todos livrae do flagelo  
Que é derivado da ignorânciam.

#### Côro

Educar toda a infânciam,  
É dever natural;  
Banir toda ignorânciam  
É dever racional

Votar amor ás creancinhas,  
Amor sincero, acrisolado;  
Alegre como andorinhas,

De nós, carecem de cuidado.  
Diffundi todo o ensinamento  
Racionalista redemptor,  
Gracae Ferrer no penamento,  
O grande martyr precursor

Prestae, ó dignos altruístas,  
Auxílio á Escola Racional;  
De ensinamentos optimistas  
Para o convívio fraternal,  
Dedicae toda a actividade  
Ao movimento de instrucção,  
Em prol de toda a humanidade,  
Brilhae, ó bella educação!

Por último, apresentamos as iniciativas educativas vinculadas aos grupos operários liderados pela Igreja Católica, para os quais, nos termos de Gonçalves (2001b, p. 494), “As práticas junto ao operariado têm nas escolas, sociedades benéficas e círculos os veículos de difusão dos conteúdos de obediência, submissão ao poder instituído, aplaudindo os conflitos e combatendo as ideias socialistas e as práticas de contestação”. Assevera, ademais a autora, que as análises acerca do movimento circulista identificam como eixo de sua ideologia “[...] a intenção cristianizadora, o propósito assistencialista e educacional do operariado, a doutrina social da Igreja Católica e o anticomunismo”.

Faz-se oportuno lembrar que as três primeiras décadas do século XX são marcadas pelo movimento de recristianização desencadeado pela Igreja Católica como forma de afirmar-se através da criação de diversas organizações sociais, como forma de reaproximar-se dos setores, como é o caso especial da educação, que, por razão da dissolução dos laços com o poder temporal, foi afastada.

O Ceará, conforme já mencionamos em outro momento, foi o pioneiro da prática circulista no Brasil. Desse modo, em 1915, foi fundado por Dom Manoel da Silva Gomes o Círculo dos Operários e Trabalhadores Católicos São José, tendo como mentor espiritual o Padre Guilherme Vaessen. Tal Círculo foi considerado por vários estudiosos do tema como o empreendimento de maior envergadura da Igreja Católica com vistas à sua inserção e influência no movimento operário cearense. Registra Gonçalves que a direção do referido Padre

[...] adota a estratégia de sindicalização ou disputa dos sindicatos e entidades operárias existentes, donde resulta a criação, em 1925, de uma Federação Operária Cearense, sob a hegemonia da orientação católica, um caminho aberto à criação, no início da década de 1930, da Legião Cearense do Trabalho, de orientação integralista (GONÇALVES, 2001b, p. 498).

Informa a mesma que, desde seu nascidouro, o Círculo mantém uma escola noturna para os seus sócios e uma escola noturna para os meninos pobres, apresentando, no ano de 1919, respectivamente, a matrícula de 60 e 80 alunos, as quais funcionaram em sua sede própria instalada na Praça da Praínha e Travessa São José. Além das escolas, o Círculo dispunha, ainda, de um cinema e de uma banda de música para animação dos sócios.

Em fevereiro de 1925, por ocasião da posse de uma nova diretoria, o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José apresentou um balanço de suas atividades, nas quais, nos termos de Silva Santos (2007), destacavam as seguintes ações:

[...] a manutenção de Caixa de Socorro sustentando nove pessoas inválidas; Caixa de Sinistro e Mutuaria; **Escola Noturna para os filhos dos operários, no bairro do Outeiro, com matrícula de 59 alunos neste mesmo ano, sendo que os professores eram os próprios operários, pois aqueles que já haviam recebido instrução escolar ocupavam-se da alfabetização dos demais;** a manutenção de uma banda de música com aulas teóricas e práticas, pelo menos três vezes por semana e para um grupo de 20 pessoas; no ensino profissional, **o Círculo oferecia duas escola-oficina: a de carpintaria e sapataria, ambas inauguradas em 24 de julho de 1922. As oficinas recebiam subvenções federais para custeio de despesas com equipamentos e matéria-prima** (SILVA SANTOS, 2007, p. 69, grifos nossos).

Assomado a esses empreendimentos educacionais, o Círculo Operário de Fortaleza manteve ainda a Escola Profissional Pe. Guilherme Waessen, a qual, segundo o registro de Silva Santos, promovia cursos de arte culinária, corte e costura, pintura e bordado, bem como montou “[...] um curso especial com duração de três anos, sob a orientação das Irmãs Missionárias Jesus Crucificado, para uma Turma de Futuras Donas-de-Casa. Neste curso, as moças teriam ‘educação doméstica’ e profissional, além de aprenderem a costurar, bordar e cozinhar” (Id. ibid., p. 126).

A autora identifica a proposta educativo-pedagógica dos Círculos Operários como uma das principais colunas de sustentação do circulismo. Esta não se limitou à promoção de cursos de alfabetização e formação profissional, ampliando seu raio de atuação em outros espaços estratégicos, dentre eles, os ritos, as celebrações místicas, a construção de símbolos, festas, campanhas e outras tantas atividades de cunho doutrinário.

Todo esse arsenal de atividades “pedagógicas”, perseguia uma única proposição: “[...] estatuir uma identidade cristã católica, instruída nos ideais do catolicismo conservador e capaz de se sobrepor à identidade classista”. Afinal de contas, conforme rezavam os padres, “[...] o bom circulista era trabalhador ordeiro, pacífico, que assumia sua condição sem fraquejar, porque se

inspirava na sagrada família, no labor incansável de São José operário e no sofrimento resignado de Cristo” (Id. ibid., 2007, p. 70,121).

Destaca Gonçalves (2001b, p. 499) que a hierarquia católica observa em suas cartas pastorais que se o analfabetismo é um mal, igualmente maléfica é a difusão dos conteúdos da “instrução moderna”, que não levassem em conta os preceitos religiosos. Nos termos das referidas cartas, “o analfabetismo, a que falte o conhecimento [...] dos princípios da religião, é infinitamente preferível à instrução que desvia de Deus, que nos assemelha aos brutos, e reduz todo o bem e toda a felicidade aos gozos da vida presente”.

Ainda conforme a mesma autora, a ação católica espalhou-se por várias cidades do Ceará, criando, em 1920, o Círculo dos Operários e Trabalhadores Católicos São José, em Aracati, constituído como entidade filiada ao Círculo de Fortaleza. Este contou com o expressivo número de 514 sócios, sob a direção eclesial do Monsenhor Bruno Rodrigues da Silva. O Círculo também manteve, instalada à Rua do Comércio, uma Escola Noturna para os meninos pobres, a qual registrou, no ano 1924, a matrícula de 66 alunos, bem como dispunha de uma biblioteca com 125 volumes catalogados.

## À GUIA DE CONSIDERAÇÕES

A questão fundamental que perpassou todo o processo de elaboração desta Tese pautou-se na recuperação da história do Movimento Operário Brasileiro (particularmente em sua configuração urbana) do ponto de vista das vinculações traçadas entre formação escolar e formação política, tomando como particularidade a prática efetivada pelo Movimento Operário Cearense no contexto da Primeira República.

O caminho trilhado na elaboração deste trabalho constituiu-se extremamente rico em aprendizado, sobretudo pelo esforço de captura de um objeto encravado na interseção de três importantes áreas do conhecimento: a História, a Educação e a Sociologia do Trabalho, das quais não tínhamos posse do domínio dos seus conteúdos. Portanto, a tarefa constituiu-se deveras complexa e desafiadora, exigindo de nós a concretização de um verdadeiro salto genuinamente cultural, no sentido primeiro da superação dos limites de nossa deficitária formação básica, que, a exemplo do processo de escolarização de tantos outros filhos de trabalhadores, foi construída nos bancos de uma escola pública esvaziada do conhecimento referente às diversas dimensões da realidade, como a melhor forma de expressá-las.

Assim, à luz do referencial marxista e de posse dos elementos onto-históricos que permitem desvelar a particularidade da sociedade de classes, percebemos a subordinação estrutural do trabalho ao capital, gerador de uma sociabilidade marcadamente estranhada que impõe severos limites ao desenvolvimento do gênero humano em suas múltiplas possibilidades.

No processo tensional e contraditório de estruturação desse perverso complexo da alienação em que se transformou o mundo dos homens, erigiu-se de forma dialética a luta de classes, fazendo escrever as primeiras páginas da história, até aqui inglória, do Movimento Operário, o que não significa dizer ausência de luta e de conquistas imediatas arrancadas a ferro e a fogo das garras do capital.

Vale destacar ser essa a primeira grande lição que aprendemos com a história da classe trabalhadora, ou seja, a necessidade premente da organização com vistas à difícil – porém não impossível – tarefa de transição da condição de classe “em si” à classe “para si”, no caminho cada vez mais desafiante de elevação das consciências.

Neste particular, gostaríamos de enfatizar a bravura e o desprendimento daqueles homens e mulheres “desassombrados” que urdiram as primeiras tramas da organização dos

trabalhadores, não só destes como dos demais militantes aguerridos, que, talhados, por assim dizer, numa severa existência, vêm ao longo da história vertendo seu sangue e sua vida em favor da emancipação humana.

Desse modo, assomado ao sujeito revolucionário, a classe trabalhadora, damos relevo à teoria revolucionária encarnada no construto do materialismo histórico-dialético, vale notar única perspectiva teórica identificada com o ponto de vista da classe trabalhadora, portanto, a “teoria de melhor qualidade” para o desvelamento da complexidade do real.

Da efervescente diversidade de concepções – que, desde os primórdios da história do movimento operário, dividem o seu campo, com destaque para a caleidoscópica perspectiva socialista, que abrigou dentro de si desde as manifestações de anarquistas e sindicalistas revolucionários, passando pelas expressões de reformistas, revisionistas e oportunistas/possibilistas, até desaguar nos militantes comunistas – fica-nos o testemunho da história de seus acertos e equívocos. Estes, vale notar, fez-nos pagar – só para citar os exemplos mais vultosos – o altíssimo preço do fascismo, do nazismo e do stalinismo, de modo que o presente estudo deixa-nos a impressão, melhor dizendo, a apreensão de que a maioria das vertentes políticas, que constroem o movimento operário, consciente ou inconscientemente, não faz a devida auto-avaliação das suas trajetórias, reproduzindo as mesmas falhas ao longo dos tempos (diga-se de passagem, cada vez mais duros para o ser do trabalho), o que tem se prestado muito bem ao trabalho de retardar *ad infinitum* o processo revolucionário.

No bojo do embate capital *versus* trabalho, assistimos de forma contínua ao espetáculo das retóricas em favor da manutenção da ordem estabelecida, editadas e reeditadas com a outorga de novo, bem ao gosto dos modismos de cada época, ditadas ao sabor do movimento das relações de produção, numa macabra dança de mistificações. Tendo presente o estudo aqui realizado, identificamos como exemplo emblemático desse claro recurso ideológico utilizado tanto no período de estudo desta Tese quanto nos dias atuais, os quais se referem aos já surrados discursos em favor da democracia e da cidadania, a educação tomada como panacéia de todos os males da humanidade.

As análises empreendidas nos permitem afirmar com tranqüilidade que o uso do discurso “democrático-cidadão” vai ao encontro da reprodução da ordem societal vigente – não obstante tenha significado uma importante conquista no processo de autoconstrução humana –, de modo que ao assentar-se na desigualdade social, por sua própria natureza, encontra-se impossibilitado de garantir a igualdade, não podendo jamais assumir o estatuto de liberdade

plena. Em outros termos, como já mencionamos anteriormente neste trabalho, nenhuma “reforma cidadã” será capaz de eliminar a raiz sustentadora dessa forma legítima de expressão do capital, de modo que somente uma estratégia revolucionária que aponte para a radical superação do sistema sociometabólico do capital, expresso no tripé capital, trabalho alienado e Estado, será capaz de construir uma sociabilidade omnilateral.

Já a decantada “merchandising” em favor da educação como remédio para todas as mazelas da sociedade, digo melhor, da constante situação de miséria da classe trabalhadora, sistematicamente culpabilizada por sua má sorte e ignorância, fatores responsáveis pelas terríveis máculas das santas estatísticas dos países “em desenvolvimento”, guarda profundas relações com a histórica negação do conhecimento aos trabalhadores.

É interessante observar que este parece constituir-se a “peça publicitária”<sup>148</sup> preferida dos propagandistas do capital em tempos de transição de séculos, pois, como pudemos verificar, foi amplamente propagada na passagem do século XIX para o século XX no Brasil, ocasião da proclamação e efetivação da sua Primeira República, quando pretensamente inaugurar-se-iam, digamos assim, formas mais elevadas e/ou “civilizadas” nas relações sociais, encampadas sobretudo pelo movimento de “entusiasmo pela educação” e de “otimismo pedagógico” no bojo da indigesta divulgação no Concerto das Nações do altíssimo índice de analfabetismo do país. Da mesma maneira, foi recentemente reeditado na transição do século XX para o século XXI para saudar o novo milênio, só que, desta vez, com uma importante diferença: se, na Primeira República, as teses da “educação panacéia” estribavam-se em autênticas versões dos teóricos norte-americanos e europeus da educação pragmática, as edições dos dias atuais derivam de verdadeiros plágios piorados dessas produções, hoje fartamente disseminadas pelo movimento de “Educação para Todos” sob a batuta do Ministério Mundial da Educação (conforme define Leher o Banco Mundial), através das teorias do “aprender a aprender”.

Aqui, parece-nos oportuno traçarmos um rápido paralelo com a distinção feita por Marx entre os economistas clássicos e aqueles que denominou de “economistas vulgares”: enquanto a obra dos primeiros apresentou, em certa medida, um importante valor científico, não obstante não apontassem para a superação da sociedade de classes, a “obra” dos segundos constituiu-

---

<sup>148</sup> De todos os complexos encarcerados sob os estranhadores limites da sociabilidade do capital, a arte pela sua capacidade de suspensão do “particular-individual” em direção ao “humano-genérico” (HELLER, 1992), mediadora, portanto, de um fabuloso potencial catártico, parece-nos um dos casos mais execráveis.

se pura apologia superficial do capitalismo e da classe dominante (LÖWY, 2003), recebendo do pensador alemão a alcunha de “sicofantas”.

Passando às considerações acerca das relações traçadas entre o Movimento Operário e a problemática da formação educacional dos trabalhadores, gostaríamos de ressaltar as várias investidas do Movimento Operário Internacional nesse aspecto, dentre as quais são dignas de nota as reivindicações presentes no “Manifesto dos Iguais”, elaborado no contexto desencadeado pela Revolução Francesa (1789), no “Manifesto Comunista” (1848), nas teses de “Educação Integral” (Paul Robin) e nas “Instruções aos Delegados do Conselho Provisório da AIT” (Marx).

No tocante ao Movimento Operário Brasileiro e, de modo particular, Cearense, pudemos constatar que este, sob as condições econômico-políticas da Primeira República, assentada no modelo agrário-exportador sob o comando das oligarquias no plano estadual e do coronelismo no âmbito municipal, demonstrou um profundo interesse pelo acesso ao conhecimento, expressando um vasto leque de iniciativas no que diz respeito à oferta de programas de formação escolar, buscando articular, sobretudo através das vertentes socialistas e anarquistas, a escolarização à formação político-ideológica.

Desse modo, a pesquisa realizada permite-nos inferir que a preocupação do Movimento Operário Brasileiro e Cearense com a educação dos trabalhadores e de seus filhos constituiu-se, de fato, uma reivindicação tão importante quanto suas históricas bandeiras em defesa da melhoria das condições de vida e de trabalho.

Nesse sentido, com base nos resultados da ampla pesquisa bibliográfica e da pontual pesquisa empírica, empreendemos as seguintes inferências: os militantes socialistas, representantes da perspectiva reformista, vale notar, estamparam em suas plataformas políticas a preocupação tanto com o que denominaram de educação popular, ou seja, a oferta de instrução primária para adultos e crianças, quanto com o ensino técnico profissional, constituindo-se fervorosos fundadores de escolas. Para tanto, tendo em conta sua estratégia parlamentar, recorreram constantemente, de forma semelhante, aos reformistas dos nossos dias, aos recursos públicos, para a manutenção de suas entidades escolares, reforçando, outrossim, a bandeira em favor da escola pública e gratuita.

Os militantes libertários, por sua vez, proporcionaram uma elevação do ponto de vista da discussão pedagógica, através da propagação das idéias de Paul Robin e Francisco Ferrer e desenvolveram um intenso e extenso programa educacional para os trabalhadores e seus

filhos através, sobretudo, da fundação dos Centros de Estudos Sociais, da Universidade Popular e das Escolas Modernas, pautados numa concepção de aberto confronto com a política educacional posta em prática pelo Estado brasileiro, configurando-se, portanto, como experiências alternativas à educação oferecida por este. Conquanto, se, por um lado, o esforço de concretização dessas idéias proporcionou valiosas experiências e um certo amadurecimento ao jovem Movimento Operário Brasileiro, por outro, faz-se justo enfatizar, a hegemonia dos libertários, em termos educacionais, traduziu-se, em última instância, no arrefecimento da luta pela ampliação da escola pública, gratuita e obrigatória.

Com relação aos militantes comunistas, podemos observar que privilegiaram efetivamente a formação da consciência de classe dos trabalhadores, fincando seus programas formativos predominantemente nessa ótica, engajando-se, ao mesmo tempo, no resgate em novo patamar da defesa da educação pública, inovando em termos da concepção de formação profissional e da valorização do profissional do magistério.

Diante dos resultados trazidos pela pesquisa, defendemos a tese de que, desde os seus primórdios, o Movimento Operário Brasileiro e, de forma particular, o Cearense, manifestou uma contínua preocupação com a questão educacional dos trabalhadores, numa clara expressão da “defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância”.

Contudo, vale observar que o horizonte político adotado pelas diversas correntes que compuseram o Movimento Operário da Primeira República é definidor dos seus projetos pedagógicos, de modo que a concepção educacional adotada pelos socialistas (a despeito da sua versão reformista), anarquistas e comunistas constituiu-se frontalmente oposta àquelas adotadas pelas forças movidas por valores conservadores vinculados à Maçonaria e à Igreja Católica. Assim, se, para o primeiro grupo, a educação é concebida como um instrumento de elevação das consciências embotadas pelas mistificações do capital, para o segundo grupo, assume a forma apenas de ascensão social ou, o que é mais grave, encarna a feição de controle social. Se o primeiro grupo não expressou significativa preocupação com a formação profissional, isto é, a formação para o mercado, o segundo dirigiu considerável parte dos seus investimentos para isso.

Pode parecer uma tese óbvia demonstrar o interesse dos trabalhadores pelo conhecimento. Mas, o que esconde a pretensa obviedade dos fatos? Muitas vezes, a equivocada e nada inocente equiparação entre essência e aparência. O fato de os trabalhadores abominarem a

ignorância aparentar uma verdade explícita poderá servir para escamotear a histórica negação do conhecimento aos trabalhadores em favor da manutenção da ordem do capital.

Faz-se importante enfatizar que a educação, esse precioso bem acumulado pela humanidade ao longo de seu processo de fazer-se homem, assim como todas as demais riquezas encontram-se encarceradas nas mãos dos bem poucos privilegiados, donos dos meios de produção e, por isso, também senhores do conhecimento, da ciência e da técnica.

Assim sendo, o que teria movido tamanha luta do Movimento Operário Brasileiro e Cearense através de praticamente todas as suas vertentes senão o legítimo anseio pela instrução, por aquele saber que possibilita enxergar o mundo para além da “roda de si”, nos belos dizeres do operário ferroviário de Sobral?

Nesses termos, o recurso de desqualificar as verdades, que, por aparentarem obviedade, ninguém afirma, pode esconder atrás de si o poderoso recurso ideológico de mistificação do real e o consequente não enfrentamento do capital. Por isso, dedicamos cinco anos de nossa vida num rigoroso estudo sobre o Movimento Operário e a educação dos trabalhadores para, nesse momento, ancoradas na pesquisa empreendida, podermos afirmar com todas as letras a existência de um velho e notório movimento contraditório no campo na educação dos trabalhadores, próprio das sociedades de classes, a saber: por um lado, o histórico interesse dos trabalhadores de apropriação do conhecimento sistematizado pela humanidade, num destacado protesto contra o reinado das trevas da ignorância; por outro, a ferrenha e camouflada negação do conhecimento aos trabalhadores por parte do capital.

Por último, gostaríamos de registrar que esta produção acadêmica teria sido impossível de materializar-se sem a profusa experiência de mais de uma década junto ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO). Portanto, esta Tese é tributária da formação classista emanada desse reduto revolucionário do Movimento Operário Cearense, que há 15 anos vem materializando com desvelo o seu lema: “o conhecimento a serviço da classe trabalhadora”.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Joaquim. O ensino primário na primeira metade do século XX. In **Revista do Instituto do Ceará**, LXVIII. p. 128-142. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1954.
- ANDRADE, Francisco Ari de. A instrução de primeiras letras no Ceará provincial: uma discussão a partir do rastreamento da legislação no governo de José Martiniano de ALENCAR (1834-1837) In Documentos. **Revista do Arquivo Público do Ceará**: história e educação, n 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Cortez; Editora da Universidade de Campinas, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados, 1988. (Coleção teoria e prática sociais).
- ARAÚJO, Octávio Rodrigues. **Esquerdas e esquerdismos: da Primeira Internacional a Porto Alegre**. Porto: Campo das Letras, 2006.
- ARARIPE, J. C. Alencar. No país das utopias. Fortaleza: Multigraf Editora, 1993. In: GONÇALVES, Adelaide. **A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001b.
- AZEVEDO, Otacílio. **Fortaleza descalça**. 2<sup>a</sup> ed. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1992. (Coleção Alagadiço Novo, 36).
- BASSANEZI, M.S.B. **Migrantes no Brasil na segunda metade do século XIX**. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2001.
- BARATA, Alexandre M. Luzes e sombras: a ação dos pedreiros livres brasileiros 1870-1910. Dissertação de Mestrado apresentada à UFF, Niterói, 1992. (Mimeo). In: SILVA, Marcos José Diniz. **No compasso do progresso**. A maçonaria e os trabalhadores cearenses. Fortaleza, 2007. (Coleção Mundos do Trabalho).
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: de 1889 a 1930. 4<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.

- \_\_\_\_\_. **Uma vida em seis tempos (memórias)**. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In FREITAS, Marcos Cesar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6<sup>a</sup> edição. São Paulo: Contexto, 2005.
- \_\_\_\_\_. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 163-189.
- BEZERRA, José Arimatea Barros et all. Fontes para a história da educação: considerações acerca da sistematização dos documentos do Fundo da Instrução Pública do Ceará In Documentos. **Revista do Arquivo Público do Ceará**: história e educação, n 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006.
- BEZERRA. Holien Gonçalves. E.P. Thompson e a teoria da história. In: **Projeto História**, nº 12, São Paulo: outubro, 1995.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.
- BRITO, Fausto. Crescimento demográfico e migração na transição para o trabalho assalariado no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística Populacional**. Campinas, v. 21, n. 1, p.5-20, jan/jun 2004.
- CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- CANELLAS, Antônio Bernardes. **Relatório da delegacia à Rússia, como representante do Partido Comunista do Brasil, acompanhada de uma exposição de motivos que determinaram a minha demissão do C.C.E. do Partido**, Rio de Janeiro, 1923. (Mimografado).
- CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1887-1944)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A República Velha I: Instituições e classes sociais**. 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

- \_\_\_\_\_. **A Primeira República (1889-1930): texto e contexto.** 3<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976.
- \_\_\_\_\_. **O tenentismo: acontecimentos – personagens – programas.** Rio de Janeiro: Difel, 1975.
- \_\_\_\_\_. **A República Nova (1930-1937).** São Paulo: Difel, 1974.
- CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do Ensino no Ceará.** Fortaleza: Imprensa Oficial, Coleção Instituto do Ceará, 1970.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo Sá:** o espírito da reforma Educacional de 1922 no Ceará. Fortaleza: EUFC, 2000.
- CHASIN, J. **Democracia política e emancipação humana.** Revista Ensaio, SP, ano II, n° 13 pp. 47-55, 1984.
- CLAUDIN, Fernandes. **A crise do movimento comunista.** São Paulo, Global: 1985.
- \_\_\_\_\_. **La crisis del movimiento comunista.** Madrid: Ruedo Ibérico, 1970.
- CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. A legião Cearense do trabalho In SOUZA, Simone *et al.* **Uma nova História do Ceará.** 3<sup>a</sup> ed. Ver. E atual. Fortaleza: Edições Demócrata Rocha, 2004.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 8<sup>a</sup> edição. Revisada e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.
- DE DECCA. Edgar Salvadori. E.P. **Thompson:** um personagem dissidente e libertário. In: Projeto História, nº 12, São Paulo: outubro, 1995.
- DRUMMOND, José Augusto. 1986. Tenentismo In SILVA, Benedicto [et al.]. **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- DUARTE, Newton. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (por que Donald Schön não entendeu Luria). In: **Revista Educação e Sociedade**, v. 24, nº 83, Campinas/SP, agosto, 2003.
- DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil – 1900-1935.** Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (Brasil-Século 20).
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução de B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**: dos índios à geração cambeba. Fortaleza: Tropical. 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes, PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In FERREIRA, Jorge (org.), DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil Republicano; v. 1).

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GHIRALDELLI JR. Paulo. **História da Educação**. 2<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

\_\_\_\_\_. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

GOLIN, Tau. Introdução. In: **Cadernos de Formação Marxista – 3**: III Internacional Comunista (manifestos, teses e resoluções do 1º Congresso, v. 1. São Paulo: Brasil Debates, 1989.

\_\_\_\_\_. Introdução. In **Cadernos de Formação Marxista – 4**: III Internacional Comunista (manifestos, teses e resoluções do 2º Congresso, v. 2. São Paulo: Brasil Debates, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. (Coleção Descobrindo o Brasil).

GONÇALVES, Adelaide. Imprensa dos trabalhadores no Ceará: histórias e memórias. In: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4<sup>a</sup> edição. Fortaleza: Demócrata Rocha, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ceará socialista: anno 1919 (Fac-Similar)**. Florianópolis: Edições UFC e Ed. Insular, 2001a.

\_\_\_\_\_. A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001b.

GORKI, Máximo. **Os degenerados**. Tradução de Mário Jobinski. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

HARDMAN, Francisco Foot, LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte. São Paulo: Editora Global, 1982. (Teses 6).

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os Trabalhadores: um estudo sobre a história do operariado**. Tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**: texto integral. Tradução de Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret, 2007. (Coleção obra-prima de cada autor. Série Ouro, Volume II).

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. In: **Revista Cadernos de Educação**, Ano 16, N. 28, Jan-Jun 2007, pp. 119-138. Pelotas, Editora da UFPel.

\_\_\_\_\_; PORFÍRIO, Cristiane. **A reforma sindical do governo Lula: uma hecatombe para o movimento sindical brasileiro**. Fortaleza, 2006. (Digitado).

\_\_\_\_\_. **O perfil da liderança sindical cutista no Ceará**: uma leitura na perspectiva da luta de classes. Fortaleza: Premius, 2005.

KOVAL, Boris. **História do Proletariado Brasileiro - 1857 a 1967**. Tradução Clarice Lima Avierina. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1982.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In FERREIRA, Jorge (org.), DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil Republicano; v. 1).

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio da pobreza”**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

LYONS, Martins. Os novos leitores do século XIX: mulheres, crianças e operários. In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. História da leitura no mundo ocidental 2. São Paulo: Ática, 1999. In: GONÇALVES, Adelaide. **A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001b.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

MAGNANI, Sílvia L. **O movimento anarquista em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação**: da antigüidade aos nossos dias. Tradução de Gaetano lo Monaco. 9<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Cortez, 2001.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Tradução de A. Castro. Lisboa: Edições. Antídoto, 1978.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Questão Judaica**. 5<sup>a</sup> edição. São Paulo: Centauro, 2000.

\_\_\_\_\_. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985. (Coleção Bases, n. 46).

\_\_\_\_\_. **O Capital – crítica da economia política**. Livro 1. V. I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 13<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s/d.

MARX, K. e ELGELS, F. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999a.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Hucitec, 1999b.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. O Banco Mundial no comando da educação dos países periféricos. In: RABELO, Jackline (Org.). **Trabalho, Educação e a Crítica Marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil**: O FUNDEF no centro do debate. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP e Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

\_\_\_\_\_. **História dos partidos políticos cearenses**. Fortaleza: s/e, 1965.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In Souza et al. **Uma nova história do Ceará**. 3<sup>a</sup> edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Formação integral do educando no tempo da Escola Normal**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2005.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973. (Temas Brasileiros II/ IBRADES).

PARENTE, Francisco Josêno Camelo. O movimento operário cearense na Primeira república. In: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4<sup>a</sup> edição. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1995.

PEREIRA, Astrogildo **Construindo o PCB (1922-1924)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. (Coleção Questão Social no Brasil-2).

\_\_\_\_\_. **Ensaios Históricos e Políticos**, São Paulo, Alfa-ômega, 1974.

PETRAS, James. **Ensaios contra a ordem**. SP. Editora Página Aberta, 1995, pp. 63 - 108.

PIMENTEL FILHO. José Ernesto. **Urbanidade e cultura política: a cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX**. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar Programa Editorial, 1998.

PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (orgs.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território In SOUZA, Simone *et al.* **Uma nova História do Ceará**. 3<sup>a</sup> ed. Ver. E atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PINHO, Adelino de. Pela educação e pelo trabalho. Porto/Portugal, 1909. In: GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUZA et al. **Uma nova história do Ceará**. 3<sup>a</sup> ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PRADO, Francisco. O máximo problema. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. In: PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973. (Temas Brasileiros II/ IBRADES).

PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

QUEIROZ, Rachel. **A beata Maria do Egito**. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

\_\_\_\_\_. **O quinze**. 18 edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. (Coleção Sagarana, v. 18).

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Juazeiro e caldeirão: espaços de sagrado e profano. In Souza et al. **Uma nova história do Ceará**. 3<sup>a</sup> edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981. (Coleção educação contemporânea: Série Memória da Educação).

RESENDE, Maria Efigênia lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge (org.), DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil republicano; v. 1).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 14<sup>a</sup> ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.

RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará: ascensão e declínio (1922-1947)**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989. (Coleção Estudos Históricos, 3, NUDOC).

RIO, Cristiane Porfírio de Oliveira. **A Política Nacional de Formação da CUT: análise crítica dos princípios e estratégias da Escola Nordeste**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada operária: os congressos operários no Brasil**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

- \_\_\_\_\_. **Socialismo e sindicalismo no Brasil (1675-1913)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- \_\_\_\_\_. **História do movimento operário e das lutas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora mundo Livre, s/d. (Novos Rumos).
- RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 30 edição. Petrópolis: Vozes, 2006.
- SAGRA, Alicia. **História das internacionais socialistas**. Tradução de Paula Maffei. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2005. (Cadernos Marxistas).
- SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-Ce (1927-1950)**. Fortaleza, 2007. (Coleção Mundos do Trabalho).
- SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).
- SAVIANI, Dermeval et all (Orgs.). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 3<sup>a</sup> Edição. Campinas/SP: Autores Associados: HISTERDBR, 2006. (Coleção educação Contemporânea).
- \_\_\_\_\_. **Escola e democracia**. 35<sup>a</sup> Edição revista. São Paulo: Autores Associados, 2002 (Coleção Polêmicas do Nossa Tempo; vol. 5).
- \_\_\_\_\_. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias In FERRETI, Celso J., **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SEGATTO. **José Antônio. Breve história do PCB**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981. (A questão Social no Brasil 8).
- SERGE, Victor. **Memórias de um revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SILVA, Marcos José Diniz. **No compasso do progresso. A maçonaria e os trabalhadores cearenses**. Fortaleza, 2007. (Coleção Mundos do Trabalho).
- SILVA SANTOS, Jovelina. **Círculos Operários no Ceará: “instituindo, educando, orientando, moralizando” – (1915-1963)**. Fortaleza, 2007. (Coleção Mundos do Trabalho).

SILVA. Maria Goretti Lopes Pereira. Escola Normal do Ceará: impasses de criação e a tônica reformista (1884-1922). In CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **História e memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

SILVA JR. Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos:** estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940). Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

SOARES, José Rômulo. **O (neo)pragmatismo como eixo (des)estruturante da educação contemporânea**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SOUZA, Joaquim Moreira de. **Sistema Educacional Cearense**. Recife: MEC/INEP-Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, s/d.

SOUZA, Simone. Da ‘Revolução de 30’ ao Estado Novo. In: SOUZA et al. **Uma nova história do Ceará**. 3<sup>a</sup> ed. Fortaleza: Edições Demócrata Rocha, 2004.

SOUZA, Simone, OLIVEIRA, Francisco de Assis S. **O movimento Operário Cearense na 1<sup>a</sup> República**. Série História, n° 3, NUDOC/UFC, s/d. (Mimeografado).

STUDART, Barão de. Datas e fatos para a história do Ceará. Fortaleza: Typ. Comercial, 1924.

TEÓFILO, Rodolfo. Libertação do Ceará (Queda da oligarquia Accioly). Lisboa, 1910.

TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

THOMPSON, E. P. Vol. 3 – A força dos trabalhadores. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História).

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 2 – A maldição de Adão. Tradução: Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, Vol. 5).

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 1 – A árvore da liberdade. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, Vol. 1).

TOLEDO, Caio Navarro de. **A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?** In Crítica Marxista, Vol 1, n° 1. São Paulo: Brasiliense, pp. 27-38, 1994.

TONET, Ivo. A educação numa encruzilhada. In: MENEZES, Ana Maria Dorta; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca (Orgs.). Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Editora UFC, 2003. (Coleção Diálogos Intempestivos, n. 14).

\_\_\_\_\_. **Socialismo e democracia.** Revista Práxis Sindical, nº 8, mar/jun 97. BH: Projeto Joaquim de Oliveira Editora, pp. 29-46, 1997.

VALDEZ, Alba. Uma grande figura da história educacional cearense. **Revista do Instituto do Ceará.** Tomo LXII, p. 166-179, 1952.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará:** sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ZAIDAN FILHO, Michel. **PCB (1922-1929):** na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

## Jornais e Revistas

A CENTELHA, Fortaleza, ano I, nº 1, 24/06/1909. In: GONÇALVES, Adelaide. **A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001b.

A NAÇÃO, Rio de Janeiro, 05/01/1927. In: DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil – 1900-1935.** Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (Brasil-Século 20).

A TERRA LIVRE, São Paulo, 01/01/1910. In: CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1887-1944).** São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

A VANGUARDA I, Rio de Janeiro, nº 45, 23/06/1921. In: DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil – 1900-1935.** Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (Brasil-século 20).

AVANTI, São Paulo, 03/09/1908. In: CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1887-1944).** São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

CEARÁ SOCIALISTA (FAC-SIMILAR), Fortaleza, nº. 3, ano I, 27/07/1919. In: GONÇALVES, Adelaide. **Ceará Socialista: anno 1919.** Florianópolis: Edições UFC e Ed. Insular, 2001a.

ECHO OPERÁRIO, Porto Alegre, nº. 57, 19/09/1897. In: GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

\_\_\_\_\_. nº. 112, ano III, 27/11/1898. In: GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

DIÁRIO DA NOITE, 27/10/1936, Austregésilo de Athayde. In: SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará**: “instituindo, educando, orientando, moralizando” – (1915-1963). Fortaleza, 2007. (Coleção Mundos do Trabalho).

NOVO RUMO, Rio de Janeiro, 18/10/1906. In: GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

O AMIGO DO POVO, São Paulo, n. 48, ano II, 02/04/1904. In: GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

\_\_\_\_\_, São Paulo, n. 63, ano III, 16/11/1904. In: GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

O BRASIL, Rio de Janeiro, 7 a 15/07/1923. In: CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1887-1944)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

O CEARENSE, IBIAPINA, J.M, , Fortaleza, 6/1/1928. In: MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

\_\_\_\_\_, Fortaleza, 5/8/1890. In: SOUSA, Simone, OLIVEIRA, Francisco de Assis S. **O movimento Operário Cearense na 1ª República**. Série História, nº 3, NUDOC/UFC, s/d. (Mimeografado).

O COMBATE, Fortaleza, 2/06/1921. In: SOUSA, Simone, OLIVEIRA, Francisco de Assis S. **O movimento Operário Cearense na 1ª República**. Série História, nº 3, NUDOC/UFC, s/d. (Mimeografado).

\_\_\_\_\_, Fortaleza, 9/07/1921. In: SOUSA, Simone, OLIVEIRA, Francisco de Assis S. **O movimento Operário Cearense na 1ª República**. Série História, nº 3, NUDOC/UFC, s/d. (Mimeografado).

\_\_\_\_\_, Fortaleza, 14/2/1891. In: SOUSA, Simone, OLIVEIRA, Francisco de Assis S. **O movimento Operário Cearense na 1ª República**. Série História, nº 3, NUDOC/UFC, s/d. (Mimeografado).

O INTERNACIONAL, Rio de Janeiro, nº 11, 17/07/1922. In: DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil – 1900-1935**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (Brasil-século 20).

O JORNAL, s/l, 21/01/1929. In: DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil – 1900-1935**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (Brasil-século 20).

O NORDESTE, Fortaleza, 20/08/1929; 23/08/1929; 31/08/1929; 02/09/1929. In: SOUZA, 2004. In: SOUZA, Simone. Da ‘Revolução de 30’ ao Estado Novo. In: SOUZA et al. **Uma nova história do Ceará**. 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

O OPERÁRIO, anno 1, nº 3, 30/10/1892 In **Histórias e lendas de Santos – Greve: Jornais operários santistas**. <http://www.novomilenio.inf/santos/h0156g.htm>, acesso: 20/03/07.

O POVO, Fortaleza, 9/8/1930. In: RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará: ascensão e declínio (1922-1947)**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989. (Coleção Estudos Históricos, 3, NUDOC).

\_\_\_\_\_. 24/03/1928. In: Relatório Pesquisa FACED/UFC, 1993.

O SYNDICALISTA, Rio de Janeiro, nº 11, 26/12/1925. Movimento Sindical (Fernandes Ravengar). In: DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil – 1900-1935**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (Brasil-século 20).

PRIMEIRO DE MAIO, Fortaleza, ano XIII, nº 69, 01/05/1918. In: GONÇALVES, Adelaide. **A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001b.

REVISTA EDUCAÇÃO NOVA, nº 4. In: OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Formação integral do educando no tempo da Escola Normal**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2005.

REVISTA MOVIMENTO COMUNISTA. **O dever revolucionário** (Rodolfo Coutinho), Rio de Janeiro, nº. 04/04/1922. In: GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

REVISTA PHENIX, Fortaleza, ano I, nº 2, 03/1912. In: GONÇALVES, Adelaide. **A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001b.

SOLIDARIEDADE OBREIRA, Bagé, n. 42, 1921. In: GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

TRABALHADOR GHAPHICO (FAC-SIMILAR), Fortaleza, 1919. In: GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allyson (orgs.). **O Trabalhador Gráfico** (Edição fac-similar). Fortaleza: Editora UFC, 2002.

VOZ DO GRAPHICO (FAC-SIMILAR), Ano II, Nº. 18, Fortaleza, 1922. In: GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. (Orgs.). **A imprensa libertária no Ceará (1908 - 1922)**. São Paulo: Imaginário, 2000.

## Documentos

ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E PROLETÁRIA DE QUIXADÁ. Ata, Quixadá, 15/11/1921. In: SILVA, Marcos José Diniz. **No compasso do progresso. A maçonaria e os trabalhadores cearenses**. Fortaleza, 2007. (Coleção Mundos do Trabalho).

Documentos do 3º Congresso Operário: 42 – Depois do 3º Congresso. In: RODRIGUES, Edgar. **Alvorada operária: os congressos operários no Brasil**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

Entrevista concedida por membros da FOSP ao Jornal *A Plebe*, em 09/01/33. In: ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2ª edição. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados, 1988. (Coleção teoria e prática sociais).

Entrevista concedida por Rachel de Queiroz, 01/11/1968. In: DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil – 1900-1935**. Tradução de César Parreira Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (Brasil-Século 20).

Entrevista concedida por Simone de Souza, em 1992, à equipe realizadora da pesquisa Organização e consciência de classe do movimento operário cearense, FACED/UFC, 1993.

Exposição de Motivos do Decreto 19.770, de 19 de março de 1931, em Louzada, A. J., Legislação Social e Trabalhista, D.N.T., 1933. In: ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30

até a Aliança Nacional Libertadora. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados, 1988. (Coleção teoria e prática sociais).

III Congresso do Partido. A todas as organizações de base, s/d. In: ZAIDAN FILHO, Michel. **PCB (1922-1929)**: na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

La Correspondência Sudamericana, 1927, n° 20-21, p. 33. In: KOVAL. Boris. **História do Proletariado Brasileiro - 1857 a 1967**. Tradução Clarice Lima Avierina. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1982.

LEÃO XVIII. Encíclica Rerum Novarum – sobre a condição dos operários. In: **Documentos Pontifícios sobre Questões Sociais**. Câmara dos Deputados, Brasília, 1967.

LOUZADA, A.J., **Legislação social e trabalhista**, D.N.T., 1933.

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro. In: RODRIGUES, Edgar. **Alvorada operária: os congressos operários no Brasil**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

O 2º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Documentos. La Correspondencia Sudamericana, n ° 26, 1927. In: KOVAL. Boris. **História do Proletariado Brasileiro - 1857 a 1967**. Tradução Clarice Lima Avierina. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1982.

QUEIROZ, Rachel de. Entrevista. Rio de Janeiro, 1º nov. 1968. In: DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil – 1900-1935**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. (Brasil-Século 20).

RAKOSI, Mathias. O segundo congresso – julho de 1920. s/l.1923. In: GOLIN, Tau. Introdução. **Cadernos de Formação Marxista – 3: III Internacional Comunista (manifestos, teses e resoluções do 1º Congresso, v. 1**. São Paulo: Brasil Debates, 1989.

## Publicações virtuais

ANGELO, Vitor Amorim de. **Acordo marcou a República Velha**: política do café-com-leite. Especial para Página 3, Pedagogia & Comunicação. (Disponível em <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/politica-do-cafe-com-leite.jhtm>; acesso em 18/11/08).

BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos A.E.L**,

v.6,n.10/11,1999. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/ael/website\\_ael\\_publicações/cad-10/Artigo-2-p41.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ael/website_ael_publicações/cad-10/Artigo-2-p41.pdf); acesso em 20/02/2007.

BERTRAN, Ari Possidonio. Direito internacional, Direito comunitário e seus reflexos no Direito do trabalho. Disponível em: <http://allemar.tripod.com.br>; acesso: 29/07/07.

BONAVIDES. Paulo, AMARAL, Roberto (orgs.). **Textos políticos da história do Brasil.** Disponível em: [http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio/vol2/B\\_098html](http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio/vol2/B_098html). Acesso em 10/03/2007.

COSTA, Francisca Vandilma. **Pedagogia de projetos e etnomatemática: caminhos e diálogos na zona rural de Mossoró – RN - Natal.** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: [http://bdtd.bczm.ufrn.br/tedesimplificado/tde\\_arquivos/9/TDE-2006-08-06T232347Z-133/publico/FranciscaVC.pdf](http://bdtd.bczm.ufrn.br/tedesimplificado/tde_arquivos/9/TDE-2006-08-06T232347Z-133/publico/FranciscaVC.pdf); acesso: 10/09/08.

CUBEIRO, Jaime, s/d. In: ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori, uma ventura anarquista.** 2002. Disponível em: <http://www.books.com.br>; acesso: 05/02/09.

CUNHA, Euclides. **À margem da história.** Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br>; acesso em 19/08/08.

Édouard Clararède (1873-1940. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EdouardCl.html>; acesso em 28/08/08.

FERRARI, Fernanda Barbosa. **Pedagogia de projetos utilizando objetos de aprendizagem.** 2006. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/14639.pdf>; acesso: 10/09/08.

Histórias e lendas de Santos - Greve! (Jornais Operários Santistas). Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0156g.htm>; acesso: 20/03/07.

Histórias e lendas de Santos - Biografias (Vultos Santistas) <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0333g.htm>; acesso: 20/03/07.

Imprensa Operária. Disponível em: <http://recollectionbooks.com>; acesso em: 30/09/07.

PCdoB. Linha do tempo (1900-1950). Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/linhadotempo/1900.asp>; acesso em 30/09/2007.

PINTO, Sousa. Instrução pública primária do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo XVIII, p. 62-110, 1939. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/>; acesso em 15/06/2008

RODRIGUES, Edgar. **AN-ARQUIA: uma visão da história do movimento libertário em Portugal.** Disponível em <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/educa/04cultura/libertaria.htm>; acesso: 05/02/09).

\_\_\_\_\_. **Pequena história da Imprensa Social no Brasil.** Edgar Rodrigues, Florianópolis; Editora Insular, 1997. Disponível em: <http://recollectionbooks.com>; acesso: 30/09/07.

ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori, uma ventura anarquista.** 2002. Disponível em: <http://www.books.com.br>; acesso: 05/02/09.

SOUZA, José Weyne de Freitas. A família cearense sob o signo das secas: domicílio, trabalho e imigração. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiiisimposio/anais/textos/>; acesso em 24/07/08.